



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

MÁRCIA MARIA PEREIRA MUNIZ

**MULHERES DO TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: CONSTRUINDO A
IGUALDADE DE GÊNERO E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

JUAZEIRO - BA

2023

MÁRCIA MARIA PEREIRA MUNIZ

**MULHERES DO TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: CONSTRUINDO A
IGUALDADE DE GÊNERO E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

**Linha de Pesquisa II: Sociedade, Economia e Construção do
Conhecimento.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, Campus Juazeiro/BA, como requisito para obtenção do título de Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas
Coorientadora: Prof.^a Ana Maria Dubeux.
Coorientadora: Prof.^a Laeticia Medeiros Jalil

JUAZEIRO - BA

2023

M966m Muniz, Márcia Maria Pereira
Mulheres do território Sertão do São Francisco: construindo a igualdade de gênero e a transição agroecológica / Márcia Maria Pereira Muniz. – Juazeiro-BA, 2023.
xix, 236 f.: il. 29 cm.

Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, 2023.

Orientador: Prof.º Dr. º Helder Ribeiro Freitas.

Inclui referências, apêndice.

1. Agroecologia. 2. Feminismo. 3. Políticas Públicas. I. Título. II. Freitas, Helder Ribeiro. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 631.584

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Márcia Maria Pereira Muniz

**MULHERES DO TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO: CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO E
A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, Campus Juazeiro/BA, como requisito para obtenção do título de Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

Aprovado em: 31 de julho de 2023

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 HELDER RIBEIRO FREITAS
Data: 25/08/2023 14:58:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

LUCIA MARISY SOUZA Assinado de forma digital
RIBEIRO DE por LUCIA MARISY SOUZA
OLIVEIRA:26413710578 RIBEIRO DE
OLIVEIRA:26413710578

Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
 EDONILCE DA ROCHA BARROS
Data: 28/08/2023 19:58:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Edonilce, da Rocha Barros
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Documento assinado digitalmente
 DENIS MONTEIRO
Data: 05/09/2023 10:52:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Denis Monteiro
Articulação Nacional de Agroecologia (ASPTA)

Documento assinado digitalmente
 LUZINEIDE DOURADO CARVALHO
Data: 31/08/2023 13:36:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luzineide Dourado Carvalho
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

DEDICATÓRIA

Às mulheres do Sertão do São Francisco, com coragem e determinação, vem quebrando barreiras e construindo o futuro. Esta tese é dedicada a vocês, pelas lutas e conquistas, na construção da igualdade de gênero. E pelo fortalecimento das experiências de transição agroecológica, que vêm sendo protagonizadas pelas mulheres. Que este trabalho possa ser uma voz, ecoar seus feitos e sonhos. E inspirar mais mulheres a seguir em frente, no fortalecimento das comunidades e de seus territórios, no cultivo de um futuro mais sustentável e na construção de um mundo mais justo. Vocês são a luz que guia este caminho e esta tese é uma homenagem às mulheres que vêm construindo e fazendo história no Território do Sertão do São Francisco.

AGRADECIMENTOS

Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior. Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.
(Cris Pizziment).

O caminho percorrido foi longo e repleto de desafios, e chegar até este momento não foi tarefa fácil. No entanto, ao escrever este agradecimento, é fundamental lembrar que essa conquista é fruto de uma rede de apoio, composta por familiares e amigos, que estiveram ao meu lado em todos os momentos. Neste momento, quero expressar minha profunda gratidão a Deus, às forças divinas que me iluminaram nessa trajetória e me deram energia e força para superar os obstáculos e concluir essa etapa significativa da minha vida. Sua presença constante e suas bênçãos foram fundamentais para minha perseverança.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a conclusão desta tese, em um período desafiador e doloroso considerando as circunstâncias impostas pela pandemia.

Quero agradecer a minha irmã Vera (vítima da COVID-19), que infelizmente nos deixou durante o processo de elaboração desta tese. Sua presença desde o início foi de apoio incondicional, e sua partida deixou um vazio em nossas vidas. Embora a perda da minha irmã tenha deixado uma lacuna, sua luz e o seu sorriso continuarão a guiar meus passos. Dedico esta tese a ela, como uma expressão de gratidão e homenagem à sua memória.

Quero expressar minha gratidão ao meu orientador, Professor Helder Ribeiro, pela orientação valiosa, dedicação e paciência durante todo o processo de elaboração desta tese. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Gostaria de expressar minha gratidão à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), pela iniciativa de criar um Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), em nível Doutorado Profissional e Interdisciplinar, por sua contribuição significativa no meu crescimento

acadêmico e pessoal ao longo dos anos. É com imenso orgulho e gratidão que reconheço a importância desta instituição em minha formação.

Gostaria de aproveitar este momento para expressar minha profunda gratidão a todos vocês que fizeram parte da minha jornada durante o doutorado, a cada um dos meus professores, meu sincero agradecimento pela dedicação, paciência e conhecimento compartilhado ao longo desta jornada.

Aos meus colegas de doutorado por compartilharmos esse caminho juntos. As trocas de experiências e o trabalho em equipe foram fundamentais para o meu crescimento pessoal.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, quero expressar minha sincera gratidão a cada um de vocês pela valiosa contribuição, o tempo dedicado à avaliação deste trabalho. Suas avaliações e sugestões foram fundamentais e ajudaram a enriquecer a qualidade desta tese.

Um agradecimento especial a Coordenação Rede Mulher, pelo apoio que recebi. Minha gratidão a Socorro, Jaciara, Giseli, Karina, Almice, Tânia e tantas outras mulheres, vocês foram fonte de inspiração, que generosamente compartilharam seus conhecimentos e experiências, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia, impondo restrições, mudanças de rotina. Nesse contexto, a colaboração e o apoio da coordenação e de todas as mulheres da Rede Mulher foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradeço às técnicas das organizações, IRPAA, SAJUC, CPT, CPP e CAR de forma especial a assessora de gênero pela disponibilidade pelas conversas e reflexões. Meu sincero agradecimento a vocês por tornarem esta pesquisa possível e por contribuírem para o avanço do conhecimento e das práticas voltadas à igualdade de gênero e ao desenvolvimento sustentável, que a nossa parceria e colaboração continuem a florescer em prol de um futuro mais justo para as mulheres.

Expresso minha gratidão ao SASOP, inicialmente à coordenação, Carlos Eduardo, Luciana e Cibele, a toda a equipe técnica, de forma especial Adaiara e Maic, a todos vocês pela oportunidade enriquecedora de trabalhar com os agricultores e agricultoras familiares, bem como por sua valiosa contribuição em meu processo de formação. Alguns nem fazem mais parte da nossa equipe, Juliana, Alex, Carmem, Victor, Alderian, Esther Muniz, voluntária Holandesa que colaborou com as ações da Rede, não posso esquecer que vocês contribuíram com esse trabalho.

Agradeço a minha família, de forma especial meus pais, Everaldo Muniz (in memoriam) e Leonice Muniz, gratidão pelo esforço incansável que fizeram para viabilizar o acesso de seus filhos/as à universidade, mesmo quando isso significava ter que ir para outra região. O caminho para chegar à universidade não foi fácil, e sei que o esforço de vocês foi essencial para que pudéssemos alcançar esse objetivo.

Agradeço ao meu companheiro Roberto Malvezzi, decidimos compartilhar a vida juntos no processo de elaboração desta tese. Quero expressar minha gratidão por sua presença em minha vida, você tem sido uma bênção, me trouxe luz, força e coragem para seguir em frente. Sua compreensão e apoio têm sido fundamentais para enfrentarmos juntos os desafios que a vida nos impôs. Com todo o meu coração, obrigada por fazer parte da minha vida.

Aos meus amigos e amigas que estiveram comigo nessa jornada, não posso esquecer o apoio que recebi, desde o momento da concepção do projeto de pesquisa, vocês estiveram ao meu lado, alguns mais próximos, outros mais distantes, mas ao longo dos anos puderam acompanhar e entender a minha ausência. Gratidão, Valda, Mauricio, Roseni, Bosco, Carmem, João Batista.

Finalmente quero homenagear as mulheres que foram fundamentais para o surgimento da Rede Mulher, elas lançaram as sementes e merecem nosso profundo agradecimento: Socorro Santos, Margarida, Miranda Araújo, Valdete Batista, Lourdes Antunes, Irmã Domingas, Débora, técnicas do Centro Luís Nunes (Marilene, Lise Guimarães, Ana Donizete, Vera, Germana) Os esforços e dedicação foram a base sólida sobre a qual a Rede Mulher se ergueu. Agradecemos a essas mulheres inspiradoras por seu trabalho em prol do empoderamento das mulheres. Seus nomes serão lembrados com gratidão e respeito.

Dizem que uma mulher que lê é uma mulher perigosa. O que dizer, então, de mulheres que escrevem? E que escrevem não apenas textos, livros, mas a própria história? Não importa se essa história é escrita de forma tradicional, com palavras, frases, referências bibliográficas, ou se é escrita no dia a dia dos movimentos, por meio da organização, da criação conjunta, da reflexão e da ação para mudar situações vividas como injustas. Essas mulheres são realmente muito mais perigosas.

(Emma Siliprandi)

A imaginação é a faculdade de transformar a experiência do que é em uma projeção do que poderia ser, a faculdade que liberta pensamentos para formar ideais e normas.

Iris Marion Young.
Justice and the Politics of Difference

RESUMO

Esta Tese tem como objetivo principal analisar a contribuição das mulheres na construção da agroecologia e na promoção da equidade de gênero, identificando os aportes dos programas e políticas públicas para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido e para a superação das desigualdades de gênero no âmbito da Rede de Mulheres no Território Sertão do São Francisco. Muitos são os desafios enfrentados no processo de organização das mulheres, isso aliada a falta ou mesmo pela insuficiência de programas e políticas públicas voltadas para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido protagonizadas pelas mulheres, bem como pela falta de políticas públicas com recorte de gênero. Mesmo nos governos democráticos pode-se observar que os programas e políticas públicas não foram suficientes para romper com as barreiras que limitam a participação cidadã das mulheres e a equidade de gênero. A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, a mesma foi realizada com base nos pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa participante, com uma abordagem científica que valoriza a participação das agricultoras na construção do conhecimento agroecológico. A coleta dos dados se deu através das técnicas, como: observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise documental e rodas de conversas. A pesquisa identificou um conjunto de políticas públicas e programas que as mulheres acessaram, que impactaram de forma positiva suas vidas e colaboraram para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido. A Rede Mulher tem se constituído em um espaço sociotécnico de mobilização e organização das mulheres agricultoras, fortalecendo as experiências de transição agroecológica, desempenhando um papel na promoção de práticas sustentáveis que colaboram na melhoria da segurança alimentar e nutricional, além disso, ampliou a participação política das mulheres. Mesmo com a ampliação da participação das mulheres no desenvolvimento das ações socioprodutivas, a pesquisa constatou que não houve mudança no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico e de cuidados. A organização das mulheres em uma rede tem contribuído para o fortalecimento das experiências de transição agroecológica no Sertão do São Francisco, promovendo práticas sustentáveis de produção de alimentos e valorizando o conhecimento tradicional das mulheres agricultoras. Como resultado dessa tese foi elaborado um caderno de narrativa com resgate histórico da rede, com intuito de dar visibilidade às experiências socioprodutivas protagonizadas pelas mulheres que integram a rede de mulheres do Território Sertão do São Francisco.

Palavras-chave: Agroecologia. Redes sociotécnicas. Feminismo. Políticas Públicas. Protagonismo das Mulheres.

ABSTRACT

The main objective of this Thesis is to analyze the contribution of women in the construction of agroecology and in the promotion of gender equity, identifying the contributions of programs and public policies to strengthen the experiences of Living with the Semi-arid Region and to overcome gender inequalities in the context of the Women's Network in the Sertão do São Francisco Territory. There are many challenges faced in the process of organizing women, this combined with the lack or even the insufficiency of programs and public policies aimed at strengthening the experiences of Living with the Semi-arid carried out by women, as well as the lack of public policies with a gender focus. . Even in democratic governments, it can be seen that public programs and policies have not been sufficient to break down the barriers that limit women's citizen participation and gender equity. The research is of a qualitative and quantitative nature, it was carried out based on the methodological theoretical assumptions of participant research, with a scientific approach that values the participation of women farmers in the construction of agroecological knowledge. Data collection took place through techniques such as: participant observation, semi-structured interviews, document analysis and conversation circles. The research identified a set of public policies and programs that women accessed, which positively impacted their lives and collaborated to strengthen the experiences of Living with the Semi-arid Region. The Rede Mulher has become a sociotechnical space for mobilizing and organizing women farmers, strengthening agroecological transition experiences, playing a role in promoting sustainable practices that collaborate in improving food and nutritional security, in addition to expanding political participation of the women. Even with the expansion of women's participation in the development of socio-productive actions, the survey found that there was no change with regard to the division of domestic and care work. The organization of women in a network has contributed to the strengthening of agroecological transition experiences in the Sertão do São Francisco, promoting sustainable practices in food production and valuing the traditional knowledge of women farmers. As a result of this thesis, a narrative notebook was prepared with a historical rescue of the network, with the aim of giving visibility to the socio-productive experiences carried out by the women who are part of the women's network of the Território Sertão do São Francisco.

Keywords: Agroecology. Sociotechnical networks. Feminism. Public policy. Women's Protagonism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Delimitação atual do Semiárido brasileiro	27
Figura 2: Mapa dos Territórios de Identidade do estado da Bahia e localização do Território de Identidade do Sertão do São Francisco.	73
Figura 3: Itinerário para a análise de sustentabilidade de agroecossistemas segundo o método Lume.	87
Figura 4: Instrumentos metodológicos utilizados para o levantamento e registro das informações (método Lume).....	88
Figura 5: Mapa com a identificação dos municípios do TSSF que tiveram informações analisada a partir dos dados levantados pelo método Lume e as Cadernetas agroecológicas	92
Figura 6: Imagem da Caderneta Agroecológica	95
Figura 7: Gráfico Distribuição das 101 agricultoras que participaram do preenchimento das Cadernetas Agroecológicas por município.....	96
Figura 8: Imagem da feira Agroecológica de Sento Sé	122
Figura 9: Número de famílias envolvidas nos Subsistemas	150
Figura 10: Comparação da repartição proporcional do tempo de trabalho por gênero e por esfera de trabalho (média de 14 agroecossistemas do território Sertão do São Francisco).....	155
Figura 11: Faixa de Idade das Agricultoras	169
Figura 12: Identidade Sociocultural	170
Figura 13: Acesso a Terra	171
Figura 14: Tamanho da Propriedade.....	172
Figura 15: Fontes de rendas das Agricultoras.....	174
Figura 16: Organização social das agricultoras.....	175
Figura 17: Comercialização da produção	177
Figura 18: Cesta com produtos da agricultura familiar - Balaio da Caatinga.....	178
Figura 19: Marca dos produtos Dona Odete	180
Figura 20: Acesso às políticas públicas pelas agricultoras	182
Figura 21: Distribuição da renda total das agricultoras durante o período de setembro/2020 agosto/2021 por relação econômica: consumo, doação, troca e venda	186

Figura 22: Participação das relações econômicas (consumo, venda, doação e troca) na renda média das agricultoras	187
Figura 23: Renda média das 101 agriculturas entre os meses de setembro/2020 a agosto/2021.....	188
Figura 24: Diversidade de produtos por grupo produzidos entre setembro/2020 a agosto/2021 pelas 101 agricultoras.....	188
Figura 25: Renda não-monetária (consumo, doação e troca) das agricultoras por grupo de produtos.	192
Figura 26: Renda monetária (venda) das 101 agricultoras por grupo de produtos.	193
Figura 27: Participação das relações econômicas (consumo, venda, doação e troca) na renda por grupos de produtos.	194
Figura 28: Diversidade de produtos produzidos por mês entre setembro/2020 a agosto/2021.....	195
Figura 29: 3ª edição da Feira Agroecológica da Mulher e Economia Solidária no Território Sertão do São Francisco, promovida pela Rede Mulher.....	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População e IDHM do Território Sertão do São Francisco (TSSF)	74
Tabela 2: Mudanças qualitativas relacionadas à equidade de gênero/protagonismo das mulheres.....	152
Tabela 3: Políticas Públicas acessadas pelas Famílias.....	165
Tabela 4: Dados da Sistematização das Cadernetas Agroecológicas: setembro/2020 a agosto/2021.....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua relação com o Desenvolvimento Rural Sustentável.....	62
Quadro 2:: Síntese do percurso Metodológico da Pesquisa	83
Quadro 3: Parâmetros e critérios para a análise da equidade de gênero/protagonismo das mulheres.....	86
Quadro 4: Síntese dos Passo metodológicos para implantação das cadernetas agroecológicas	94
Quadro 5: Linha do Tempo da Rede Mulher do Território Sertão do Francisco.....	100
Quadro 6: Síntese dos principais eventos históricos da Rede Mulheres de Remanso	113
Quadro 7: Principais Políticas Acessadas pelas Mulheres que integram TSSF.....	136
Quadro 8: Mapeamento do espaço sociotécnico territorial, da Rede Mulher	140
Quadro 9: Informações de 14 agroecossistemas analisados do TSSF.....	146
Quadro 10: Subsistemas presentes nos 14 agroecossistemas analisados.....	149
Quadro 11: Organizações de assessoria técnica que vem trabalhando com as cadernetas agroecológicas no TSSF.	168
Quadro 12: Diversidade de produtos agroecológicos geridos pelas mulheres.....	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
AMAFE	Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado
AFM	Articulacion Feminista Marcosur
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CONSE	A Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Durante a roda de conversa algumas mulheres expressaram que são feministas,
COOPERCUC	Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.
COOPERVIDA	Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semiárido
CERIS	Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
CODEVASF	Companhia dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
DED	Serviço Alemão de Cooperação Técnica Social
DOP	Diagnóstico Organizacional Participativo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCC	Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas (sigla em inglês)
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LUME	Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas

NSGA	Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
P1MC	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PTDSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
SAB	Semiárido Brasileiro
SAJUC	Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAPE	Ferramenta de Avaliação de Desempenho Agroecologia
TSSF	Território Sertão do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DESENVOLVIMENTO.....	25
2.1	BASES TEÓRICAS DA PESQUISA	25
2.1.1	Semiárido Brasileiro: do Combate à Seca à Convivência com o Semiárido e os Desafios das Mudanças Climáticas.....	25
2.1.2	Gênero como uma Categoria Analítica: a Condição da Mulher Nordestina	32
2.1.3	Agroecologia e Feminismo.....	35
2.2	Epistemologia Feminista	36
2.2.1	Pressupostos Teóricos da Agroecologia e do Feminismo	41
2.2.2	Interseccionalidade e Feminismo.....	47
2.2.3	A importância da Interseccionalidade e seus Significados.....	49
2.2.4	Interseccionalidade e Feminismo Negro no Brasil	52
2.2.5	Políticas Públicas para o Desenvolvimento Territorial: Avanços e Desafios	57
2.2.6	Agroecologia e os Métodos de Avaliação da Transição Agroecológica	66
2.3	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	72
2.3.1	Caracterização do Território de Atuação da Rede Regional de Mulheres	72
2.3.2	Pressupostos Teórico-Metodológicos	81
2.3.3	Método de Análise Econômica e Ecológica: Dois Estudos De Caso	85
2.3.4	Pesquisa Documental	90
2.3.5	Análise e Sistematização das Cadernetas Agroecológicas	93
2.3.6	Produto Final.....	97
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO: O QUE OS DADOS REVELAM	99
3.1	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA REDE REGIONAL DE MULHERES DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	99
3.2	ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS MULHERES NO TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	107
3.2.1	Rede de Mulher de Remanso	107
3.2.2	Rede de Mulher de Pilão Arcado	114
3.2.3	Rede de Mulher de Casa Nova	118

3.2.4	Rede de Mulher de Sento Sé.....	120
3.2.5	Rede de Mulher de Uauá.....	124
3.2.6	Rede de Mulher de Sobradinho.....	127
3.2.7	Rede Mulher de Campo Alegre de Lourdes.....	128
3.2.8	Rede Mulher de Juazeiro.....	130
3.2.9	Identidade Política e Social da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco.....	133
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS FORTALECENDO O PROCESSO SOCIOPRODUTIVO DAS MULHERES.....	135
3.4	ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICAS PROTAGONIZADAS PELAS AGRICULTORES FAMILIARES NO TSSF.....	142
3.5	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DO ATRIBUTO SISTÊMICO: EQUIDADE DE GÊNERO/PROTAGONISMO DAS MULHERES.....	150
3.5.1	Divisão do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres (Adultos/as e Jovens).....	153
3.5.2	Participação em espaços sócio organizativos.....	159
3.5.3	Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema.....	161
3.5.4	Acesso a políticas públicas.....	163
3.6	CADERNETAS AGROECOLÓGICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA VISIBILIZAR AS EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICAS PROTAGONIZADAS PELAS MULHERES NO TSSF.....	166
3.6.1	Caracterização Socioeconômica das Agricultoras que participaram do Processo de Anotações das Cadernetas Agroecológicas.....	168
3.6.2	Comercialização da produção.....	176
3.6.3	Acesso às Políticas Públicas pelas Agricultoras.....	181
3.6.4	Cadernetas agroecológicas: Instrumento de monitoramento e valorização do trabalho das mulheres e da autonomia feminina.....	182
3.6.5	A importância da Caderneta para visibilizar o papel das mulheres agricultoras na construção da Agroecologia.....	195
3.7	CONTRIBUIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DA REDE DE MULHERES PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E AUTONOMIA FEMININA.....	197
3.8	DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	203
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
	REFERÊNCIAS.....	212

APÊNDICES 228

APÊNDICE I 228

APÊNDICE II.....231

1 INTRODUÇÃO

O meu interesse em integrar o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT está relacionado com a minha experiência profissional. Sou Assistente Social, na minha trajetória sempre trabalhei assessorando as famílias agricultoras e suas organizações. Em 2004 passo a integrar a equipe técnica do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)¹.

Ao chegar no SASOP passei a trabalhar com a Rede Mulher de Remanso, como mulher me tornei uma militante e colaboradora ativa da rede, fortalecendo a luta em defesa da vida e dos direitos das mulheres. Reconheço as desigualdades e opressões que as mulheres enfrentam em diferentes esferas da sociedade e estou comprometida na luta pelos direitos e pela igualdade de gênero, que é uma causa importante que requer o envolvimento de todos em prol da transformação dessa realidade e pela construção de um mundo onde as mulheres possam exercer seus direitos plenamente e sem discriminação.

Em 2018 concluí o mestrado realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGEXR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde minha pesquisa foi desenvolvida a partir da atuação da Rede de Mulheres do município de Remanso-BA, com objetivo de analisar os avanços e desafios na implementação de Políticas Públicas voltadas para fortalecimento da Agricultura Familiar e superação das desigualdades de gênero constituídas no âmbito da Rede Mulheres no município de Remanso-BA, a qual integra a Rede de Mulheres Regional do Sertão do São Francisco Baiano.

¹ O SASOP é uma Organização Não Governamental que, desde 1989, vem contribuindo para a promoção da Agroecologia e fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa em dois principais biomas da Bahia: Caatinga e Mata Atlântica. Algumas das principais estratégias de desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos, o fortalecimento dos processos organizativos comunitários e territoriais e a disseminação de experiências com potencial de se traduzirem em políticas públicas para o meio rural. Sua ação se concentra em dois Programas de Desenvolvimento Local, o Semiárido e a Mata Atlântica. Os programas buscam valorizar os recursos locais, construir o conhecimento agroecológico, fortalecer famílias agricultoras e suas organizações, promover a segurança alimentar e nutricional que incorpore a cultura local e o uso sustentável dos recursos, além de incrementar a renda familiar com a criação de alternativas de acesso a mercados. (Muniz, 2019, p.18).

Em 2019 ingressei no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), com o interesse de pesquisar a trajetória de luta e de organização das atoras sociais que integram a Rede de Mulheres Regional, visando dar visibilidade ao olhar feminino sobre as experiências de transição agroecológica que vem sendo construída pelas mulheres, buscando identificar em que medida as políticas públicas contribuíram para fortalecer as experiências socioprodutivas e de comercialização, como se dar o processo de mobilização, organização e de incidência política dos sujeitos que integram a Rede Regional de Mulheres, na luta e defesa por justiça, por mais autonomia e igualdade de gênero.

As agricultoras familiares vivenciam no seu cotidiano um processo de luta pela superação das desigualdades de gênero, mesmo as mulheres assumindo um conjunto de atividades nos processos produtivos, associados com os trabalhos domésticos, se observa que o trabalho da mulher na agricultura ainda hoje não é valorizado, como destaca Siliprandi.

No campo agroecológico persiste uma invisibilidade sobre as questões das mulheres, tal como ocorre na agricultura familiar em geral. Sua participação não é valorizada e as suas reivindicações específicas acabam ocupando um espaço marginal (Siliprandi, 2009, p.17,18).

Observa-se que tem ampliado o debate sobre as questões de gênero na agricultura familiar, mas ainda hoje os desafios são enormes para garantir a igualdade de gênero, a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo se apresentam como barreiras e limitam a participação cidadã das mulheres. Entretanto, mesmo com esses desafios, no Território Sertão do São Francisco, se destaca a auto-organização das mulheres em sua trajetória de luta no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Olhar para essa organização abre perspectiva de visibilizar às ações que essa organização vem realizando e sua contribuição para ampliar a autonomia das mulheres, ao mesmo tempo em que busco compreender em que medida as políticas públicas voltadas para agricultura familiar vem contribuindo para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido.

Historicamente a sociedade brasileira foi estruturada sob relações desiguais de gênero. As mulheres encontram-se numa situação de opressão e

subordinação em relação aos homens nos diversos espaços de decisão, isso também se expressa na agricultura familiar, colocando restrição tanto ao processo de autonomia e cidadania das mulheres quanto ao acesso aos recursos produtivos e a sua participação nas instâncias de decisão política. Mesmo com esse contexto, nas últimas décadas, observa-se que há um crescimento na mobilização e organização das mulheres em defesa de seus direitos e na busca pela construção de uma sociedade mais igualitária. Isso se confirma em análise feita por Siliprandi (2004), que afirma que as mulheres estariam mais dispostas a se engajar em lutas por modelos agroalimentares sustentáveis. A referida autora ainda expressa que “por estarem envolvidas diretamente na produção de alimentos, as mulheres rurais, quando se organizam e reivindicam o seu reconhecimento enquanto produtoras, questionam o modelo dominante de produção agrícola”. (Siliprandi, 2004, p.1).

No trabalho de assessoria técnica junto aos agricultores e agricultoras familiares também pude perceber que a agroecologia abre perspectiva de construção de novas relações sociais mais igualitárias, se contrapondo a naturalização de subordinação e opressão que as mulheres enfrentam em relação aos homens. Por meio do princípio da equidade a agroecologia lança luz sobre a valorização do trabalho produtivo e reprodutivo. Desta forma, promove a visibilização e a integração de diversos aspectos para além da dimensão tecnológica ou agrônômica da produção, incorporando dimensões e variáveis da sustentabilidade tanto socioeconômicas, culturais e ambientais quanto políticas e éticas. Neste sentido a

Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico (Aguiar, et al, 2009, p. 48).

Assim como em outras regiões do Brasil e do mundo, no Território Sertão do São Francisco, as mulheres também vivenciam um processo de auto-organização e em cada município do Território há um grupo de mulheres que se reconhecem como Rede de Mulheres. Estas se articulam e se mobilizam a partir da ação da Rede Regional de Mulheres, formada por redes locais em 10 municípios que integram o

(TSSF). De forma geral, as ações realizadas pelas mulheres incorporam a perspectiva da Convivência com o Semiárido, da economia solidária e a luta em defesa de seus territórios e do feminismo.

A Rede Regional de Mulheres é uma organização que surge do processo de mobilização e organização das mulheres no município de Remanso. A partir de 1992 o movimento de Mulheres de Remanso passou a contar com o apoio da Pastoral da Mulher, e em 1998 essa ação foi ampliada para os municípios da Diocese de Juazeiro (Muniz, 2018).

A Rede Regional possui uma coordenação formada pela representação de uma liderança dos municípios do TSSF. Essa coordenação se reúne a cada três meses, sendo esse espaço de planejamento e avaliação das atividades da Rede. Anualmente é realizada uma assembleia regional que reúne mulheres que integram as Redes de Mulheres dos municípios. A assembleia regional é um espaço de formação, de debate e de aprofundamento de temas relacionados à questão de gênero, associado à discussão do contexto político, socioeconômico, cultural e ambiental e seus impactos na vida das mulheres.

Durante a assembleia também é feita avaliação e o planejamento das ações para o próximo ano, esse também é um espaço de troca de experiências que tem seu ponto mais forte na realização de uma Feira de Economia Solidária que reúne parte da produção das mulheres. Em 2022 aconteceu a vigésima assembleia regional da Rede de Mulheres.

Pode-se observar que a participação das mulheres nas atividades da Rede tem contribuído para ampliar os espaços de sua atuação, de seus conhecimentos e do seu desenvolvimento pessoal. Isso vem se dando pela sua participação em ações coletivas, proporcionadas pelas ações de formações, pelos intercâmbios. Pacheco (2009) afirma que os intercâmbios são vistos como ferramenta pedagógica que possibilita a troca de saberes, seja colocando em contato com outras experiências, seja familiar ou mesmo de organizações, de outros grupos, ou redes de sociabilidades. Para ela, o “processo de empoderamento vem junto com a participação política individual e coletiva na construção de redes de integração e coesão social” (Pacheco, 2009, p. 6).

Muitos são os desafios enfrentados pela Rede no processo de organização das mulheres. Para a realização de suas ações a Rede depende do apoio das organizações de assessoria que atuam nos municípios. Isso se dá no contexto da falta ou mesmo insuficiência de programas e políticas públicas voltadas para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido protagonizadas pelas mulheres, bem como pela insuficiência de políticas públicas com recorte de gênero². Assim, mesmo nos governos democráticos pode-se observar que os programas e políticas públicas foram insuficientes para romper com as barreiras que limitam a participação cidadã das mulheres e a equidade de gênero.

Foi neste contexto que a pesquisa foi realizada, buscando ampliar o olhar sobre a trajetória de luta e de organização da Rede de Mulheres regional, visando compreender as seguintes questões: Quais são as experiências de Convivência com o Semiárido / Transição Agroecológica que vem sendo construídas e protagonizadas pelas mulheres? Como a Rede de Mulheres vem contribuindo para promover mudanças nas relações familiares, no processo de empoderamento e na conquista da autonomia das mulheres? E de que forma as políticas públicas têm contribuído para fortalecer essas experiências tendo em vista o desenvolvimento sustentável do Território Sertão do São Francisco?

Com menor capacidade e/ou visibilidade da participação feminina nos processos produtivos e nas relações com os diferentes mercados, as mulheres têm menos autonomia em relação ao homem e nas tomadas de decisão familiares, o que as deixa também mais vulneráveis à cultura da violência.

Assim, parte-se da hipótese de que a Rede Regional de Mulheres tem se constituído em um espaço de mobilização e organização de mulheres agricultoras, fortalecendo as experiências de transição agroecológica e a segurança alimentar e nutricional por meio de seus processos produtivos e de comercialização. Ampliando e ressignificando a participação política das mulheres nos espaços privados e públicos,

² Políticas públicas com recorte de gênero são aquelas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. (FARAH 2004, p. 51).

também contribuem com as metas para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS³) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por meio da superação das desigualdades de gênero no Semiárido Brasileiro.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU) são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, bem como garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Assim os ODS buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza em todas as suas formas, reduzir as desigualdades, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, desenvolver ações visando combater a mudança do clima e seus impactos, bem como assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Historicamente, no contexto do Território Sertão do São Francisco e em outras regiões no mundo, as questões de gênero e o trabalho realizado pelas mulheres não são valorizadas. Somam-se a isso a falta de políticas públicas que considerem as condições edafoclimáticas e as adaptações às mudanças climáticas no contexto do Semiárido Brasileiro. As mulheres sofrem uma série de dificuldades na promoção da equidade e promoção das experiências de transição agroecológica pelo fato de terem sua participação nas atividades de produção agroecológica reduzida, menor poder de decisão sobre uso de recursos produtivos da família e, também, menor incidência política dado a menor participação nos espaços de decisão e poder nos diferentes níveis e espaços da sociedade.

Ao estudar a Rede de Mulheres de Remanso no mestrado de Extensão Rural (MUNIZ, 2018) pude observar a contribuição dessa organização na auto-organização das agricultoras, apoiando os grupos de mulheres, sendo esses grupos espaços de formação, visando ampliar os conhecimentos e construir estratégias para

³ Em 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, juntamente com 17 ODS e 169 metas associadas. Os ODS são um conjunto novo e universal de objetivos, metas e indicadores que os Estados membros da ONU devem usar para guiar e enquadrar suas agendas e políticas ao longo dos próximos 15 anos. Os ODS seguem e ampliam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que abrangeram o período entre 2001 e 2015 (FARRELLY, 2016, p. 81).

combater os diversos tipos de violência cometida sobre as mulheres. Além disso, a ação da Rede de Mulheres de Remanso apoia o desenvolvimento das atividades produtivas de suas integrantes numa perspectiva que articula a proposta da Convivência com o Semiárido orientada pelos princípios da Agroecologia.

Essa, tem se constituído em uma importante estratégia de contribuir no processo de ampliação da autonomia das mulheres e na redução das desigualdades de gênero no meio rural, como bem expressa Medeiros (2010, p. 22), “para as trabalhadoras rurais, os grupos de mulheres têm sido um instrumento importante de luta no combate à violência. Os grupos são espaço de formação, socialização e, também, de tomada de consciência”.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a contribuição das mulheres na construção da agroecologia e na promoção da equidade de gênero, identificando os aportes dos programas e políticas públicas para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido e para a superação das desigualdades de gênero no âmbito da Rede de Mulheres no Território Sertão do São Francisco, sob a perspectiva da economia feminista e do desenvolvimento territorial sustentável. Como objetivos específicos: 1) Mapear as experiências de transição agroecológicas protagonizadas pelas mulheres no âmbito da Rede, analisando os avanços, desafios e potencialidades na promoção da equidade de gênero no Território Sertão do São Francisco Baiano; 2) Mapear as políticas públicas acessadas pelas mulheres, buscando identificar a sua contribuição para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido para a superação das desigualdades de gênero no âmbito da Rede de Mulheres; 3) Analisar as contribuições da experiência da Rede Regional de Mulheres para transição agroecológica e promoção da autonomia feminina no âmbito da Rede e no contexto da Convivência com o Semiárido Brasileiro; 4) Publicar um Caderno de narrativas com a trajetória socio-organizativa da rede, buscando dar visibilidade às experiências de transição agroecológica protagonizadas pelas mulheres da rede regional.

Tendo como objeto de estudo a organização socioprodutiva das mulheres e sua contribuição na construção da agroecologia e na igualdade de gênero no Sertão do São Francisco, a presente pesquisa foi realizada com base nos pressupostos

teóricos metodológicos da pesquisa qualitativa, dialogando com a pesquisa participante, propondo uma abordagem científica que valoriza a participação das famílias em todas as etapas da pesquisa.

A tese foi organizada em três Seção, a primeira seção traz a introdução, apresentando a problemática da pesquisa, hipótese e objetivo geral e específicos.

A segunda Seção, intitulado “Bases Teóricas da Pesquisa”, está dividido em duas partes, a primeira tem como objetivo apresentar os principais fundamentos que dialogam com os objetivos da pesquisa, isso inclui conceitos chaves relacionados aos pressupostos teóricos do feminismo e da agroecologia, e as experiências de transição agroecológica, abordagem da interseccionalidade e sua importância para compreender a complexidade das desigualdades sociais, também é apresentado a discussão sobre políticas públicas para o desenvolvimento rural, seu impacto na vida das famílias e das mulheres que vivem na região semiárida. A segunda parte, apresento o caminho metodológico da pesquisa, a caracterização do TSSF, e o percurso da pesquisa, seja nas referências bibliográfica, observação participante, entrevistas, nas rodas de conversas, na pesquisa documental, uso do o banco de dados de 14 agroecossistemas estudados no TSSF, utilizando o método de análise econômica e ecológica de agroecossistemas – Lume, e a sistematização e análise de 101 Cadernetas agroecológicas que foram aplicados na área de atuação da Rede Mulher, com foco de análise: Agroecologia e as experiências de transição agroecológica; Economia feminista / mulheres na economia solidaria; Políticas Públicas de fortalecimento da agricultura familiar e da Convivência com o Semiárido; Equidade de gênero e protagonismo das mulheres nos espaços privados e públicos.

Na terceira Seção, tem como propósito apresentar os Resultados e Discussão, o mesmo está dividido em 8 partes: onde apresento a organização social e política da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco, organização sócioprodutiva das mulheres, discussão sobre as políticas públicas que vem sendo acessadas pelas mulheres e que tem contribuindo para o fortalecimento sócioprodutivo das mulheres; identificação e análise das experiências de transição agroecológicas protagonizadas pelas famílias agricultoras, onde foi feito a análise de sustentabilidade do atributo sistêmico: equidade de gênero/protagonismo das

mulheres. Nessa Seção também foi feita análise das Cadernetas Agroecológicas e sua contribuição para visibilizar as experiências de transição agroecológicas protagonizadas pelas mulheres. Assim foi possível identificar a Rede Mulher como uma rede sociotécnica, é através das relações interconhecimento que a Rede Mulher do Sertão do São Francisco vem se fortalecendo impactando de forma positiva as relações sociais, políticas e econômicas das mulheres, possibilitando a ressignificação dos papéis dos diversos sujeitos na vida cotidiana. Além disso, também foram feitas reflexões sobre o desmonte das políticas públicas, a pesquisa foi realizada no período marcado pela redução e extinção de programas governamentais, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Finalizando a tese, apresento as considerações finais, analisando os principais resultados, os avanços e desafios na trajetória da Rede Mulher, ao mesmo tempo que identifico algumas questões que precisam ser aprofundadas, apontando algumas recomendações que podem contribuir para fortalecer o trabalho da Rede. A pesquisa identificou a contribuição das políticas públicas para fortalecer a experiências de Convivência com o Semiárido, mas as mulheres apontam para a necessidade de programas e projetos que valorizem suas experiências, também demandam por medidas do estado brasileiro para combater a violência de gênero e pela promoção da equidade nas relações familiares.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

2.1.1 Semiárido Brasileiro: do Combate à Seca à Convivência com o Semiárido e os Desafios das Mudanças Climáticas.

O Semiárido brasileiro é formado por uma realidade dinâmica, complexa e multidimensional, possui características próprias, ao longo dos anos a população aprendeu a conviver com o clima e, criativamente, constitui seus modos de vida neste vasto território (CONTI, 2013). Para Roberto Malvezzi o Semiárido brasileiro não pode ser compreendido apenas por meio de fatores climáticos e geográficos, mas também como um espaço social e culturalmente rico. “O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (Malvezzi, 2007, p.09).

Ao destacar que o Semiárido é um "processo social", Malvezzi ressalta que é crucial analisar a região sob várias perspectivas e ângulos diferentes. A região é marcada por desigualdades, desafios socioeconômicos, políticos e ambientais, e esses aspectos interligados precisam ser considerados para uma compreensão completa.

O Semiárido é uma região que ocupa cerca 12% do território nacional (1,03 milhão de km²) e abrange 1.262 municípios brasileiros, considerando a delimitação divulgada pela Resolução 115, de 23 de novembro de 2017, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essa resolução estabelece os critérios para delimitação do Semiárido, que é caracterizado por apresentar: I – Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; II – Índice de Aridez de Horntwaite igual ou inferior a 0,50; III – Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano” (Sudene, 2017). A figura 1 mostra

a delimitação do Semiárido brasileiro, que abrange dez estados do Brasil, correspondendo a quase 90% da região Nordeste e uma população de cerca de 25 milhões de pessoas (Ibge, 2013).

Devido a esses desafios, o desenvolvimento sustentável e políticas específicas para o Semiárido são fundamentais para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nesta região. O reconhecimento da riqueza cultural e social, como destacado anteriormente, é fundamental para implementar estratégias adequadas de enfrentamento e superação dos problemas enfrentados pelas comunidades do Semiárido brasileiro.

Figura 1: Delimitação atual do Semiárido brasileiro



Fonte: SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2017.

As regiões semiáridas, de forma geral, se caracterizam pelas altas temperaturas, baixo índice pluviométrico⁴, com chuvas irregulares e escassas, concentradas em um curto período, cuja vegetação no SAB é a caatinga. No período chuvoso ela fica verde e florida. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras, no período normal de estiagem, ela hiberna, fica seca, adquire uma aparência parda; daí o nome caatinga, expressão indígena que quer dizer “mata branca”. (Malvezzi, 2007).

Além dessas características climáticas, a região semiárida apresenta um risco elevado de seca. De acordo com Conti (2013) e Malvezzi (2007), a insuficiência de chuvas, as temperaturas elevadas, as altas taxas de evaporação são alguns dos fatores que contribuem para o risco de seca na região semiárida. Além disso, a pouca água que é retida no subsolo do Semiárido Brasileiro, formado em 70% por rochas cristalinas e rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a baixa potabilidade da água, evidenciada nos altos índices de água com diferentes níveis de salinidade. Assim, a água das chuvas é pouco retida no subsolo, correm diretamente para os rios intermitentes e deles seguem para o mar ou se perdem por evaporação.

Essas características impactam fortemente as condições naturais e sociais dessa região, influenciando diretamente nos recursos hídricos, na paisagem, nos solos e vegetação constituída pelo bioma Caatinga, e a multiplicidade de espécies que compõem essa biodiversidade. As características climáticas do semiárido, associadas aos fatores históricos da concentração da terra e dos recursos hídricos disponíveis favoreceram a dominação política, baseada no autoritarismo, no paternalismo e no clientelismo, contribuíram para acentuar as desigualdades regionais.

Para Villa (2001), a seca é um fenômeno natural que tem registro histórico no Nordeste brasileiro desde o ano de 1552. Brasil (2012) define a seca como um evento climático extremo relacionado à redução das reservas hídricas somada às características de precipitação, taxa de evapotranspiração e temperaturas elevadas. A seca de 1877-1879 entrou na história como a grande seca e deu origem ao discurso

⁴ O índice de chuvas varia de 200 a 800 milímetros anualmente. No entanto, essa variação é distribuída de forma desproporcional, concentrando-se em poucos meses do ano, o que causa a baixa umidade do ar, rios intermitentes e um solo pedregoso.

da seca, entrando essa temática no discurso regionalista do Norte, sendo a base do que se passou a chamar de indústria da seca, ou seja passa a usar esse fenômeno para reivindicar recursos, obras públicas e criação de instituições que vem em benefício dos interesses das elites (Albuquerque, 2019).

A seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais. (Silva, 2003, p.385).

Assim, “especialmente para certos governantes a seca era entendida como um problema que limita o desenvolvimento regional e é responsável pela pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano ainda presentes na região” (CONTI, 2013, p. 20). O autor reconhece a concepção da seca como um problema que orientou a atuação de muitos governos na formulação de políticas públicas. Estas ações fomentadas pelo Estado brasileiro contribuíram para agravar problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos. Foi essa lógica que perpetuou por muito tempo e fundamentou a "Indústria da Seca", com a compreensão de que era necessário combater a seca, sem compreender as múltiplas formas de Conviver com o Semiárido.

Historicamente o Semiárido brasileiro foi constituindo com uma visão, terra seca de fome e miséria, “essas imagens estão presentes na música de Luiz Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto”. (Malvezzi, 2007, p. 11). Resultado dessa visão, “foram implantadas políticas governamentais para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro, orientadas, quase exclusivamente, para (a) combater as secas e seus efeitos e para a (b) agricultura irrigada de grandes projetos”. (Perez-Marin, et al, 2010, p.53).

Autores como (Silva, 2003; Malvezzi, 2007 e Conti, 2013) observam que a partir da primeira metade do século XX, surgem olhares críticos sobre as causas e consequências da miséria da região semiárida, perspectiva que ganha força na década de 1980 com proposta e ações para a Convivência com o Semiárido, estando em gestação um novo conceito para região, “o segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente”. (Malvezzi, 2007, p. 12). “Tanto

o combate à seca quanto a convivência com o Semiárido vinculam-se a visões de mundo que orientam os conhecimentos e práticas dos atores sociais, influenciando a formulação e execução de políticas públicas no semiárido”. (Silva, 2003, p 361).

A convivência com o Semiárido enfatiza a participação e o empoderamento das comunidades locais na formulação e execução de políticas públicas. Ela busca promover ações de desenvolvimento sustentável, como a implantação de tecnologias sociais que permitam a gestão adequada dos recursos hídricos, o fortalecimento da agricultura familiar, a agroecologia, a diversificação de atividades produtivas e a valorização da cultura local. A abordagem de Convivência com o Semiárido representa um avanço significativo ao integrar conhecimentos científicos e tradicionais e ao dar mais protagonismo às comunidades locais na busca por soluções sustentáveis e resilientes para os desafios da região.

A partir da década de 1990 surgem várias organizações e movimentos sociais como atores que incidem na alteração das condições estruturais do Semiárido brasileiro, com destaque a Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, que congrega um conjunto de organizações da sociedade civil e passa a propor ao Estado Brasileiro um conjunto de políticas que valorizem o bioma Caatinga com suas potencialidades e apontem para múltiplas alternativas de Convivência com Semiárido em suas diversas dimensões. (Conti, 2013, p. 20).

Diversos autores apontam que uma das principais estratégias da Convivência com o Semiárido reside na produção e na estocagem de alimentos e água, ou seja, na produção e na estocagem de bens em períodos chuvosos para utilizá-los em tempos de escassez de chuvas. Entre os bens que precisam ser estocados, cuidados e usados racionalmente está a água” (Conti, 2003 p. 21).

A convivência deve ser uma proposta cultural, que vise contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas), apropriadas à semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais; deve considerar, também, as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução, que foram sendo construídas e desconstruídas ao longo da história de sua ocupação. Na perspectiva de convivência com a semiaridez, a gestão ambiental assume novos sentidos e significados, ao priorizar a busca de soluções apropriadas às condições locais, para que modifiquem as

percepções e o comportamento em relação à natureza (Perez-Marin, et al. 2010, p.53).

Assim, essa concepção – Conviver com o Semiárido –, remete para a organização dos modos de vida, onde seja possível resgatar relações de convivência baseados no uso racional, sustentável e equitativo, entre os seres humanos e a natureza. “Pode-se dizer que remete para uma ética da precaução, do saber guardar, cuidar e usar os recursos naturais adequadamente” (Conti, 2003 p. 21).

Enquanto se avança na construção de um novo paradigma de Convivência com o Semiárido, onde as organizações da sociedade civil passam apoiar os processos de experimentação que dialogam com a lógica da conservação, uso sustentável e recomposição dos recursos naturais do semiárido, experiências que de certa forma colabora com as medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Diversos estudos apontam que o bioma Caatinga, que é o único bioma exclusivamente brasileiro, é potencialmente vulnerável às mudanças climáticas, principalmente porque sofre grande interferência da ação humana e suas atividades impactantes sobre o ambiente. Diante dessas vulnerabilidades, é crucial adotar medidas de conservação e manejo sustentável da Caatinga para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Segundo Angelotti, et al. (2015), a mudança climática refere-se a qualquer mudança do clima ao longo do tempo, seja devido às variações naturais, ou como resultado da atividade humana. “A mudança climática refere-se a qualquer mudança do clima ao longo do tempo, seja devido à variabilidade natural, ou como resultado da atividade humana”. (Angelotti, et al. 2015, p. 485). É com base no relatório do IPCC (2007) que as autoras argumentam que o Semiárido brasileiro será uma das regiões mais afetadas pelas mudanças climáticas, destacam ainda a vulnerabilidade da região devido aos menores índices de desenvolvimento social e econômico, com uma grande parte de sua população envolvidas com atividades agrícolas.

Os autores Salazar et al., (2007) e Angelotti et al., (2015) apresentam cenários futuros sobre o impacto das mudanças climáticas no Nordeste, sinalizando para o final do Século XXI o aumento da estiagem e para uma maior aridez da região semiárida, com aumento da temperatura do ar que contribui para aumentar a

deficiência hídrica impactando no consumo humano e animal de água. “Assim os impactos devido ao aumento de temperatura e anomalias na precipitação poderão afetar significativamente a produção das culturas, os recursos hídricos, o manejo de irrigação, a biodiversidade e o processo de desertificação”. (Angelotti et al., 2015, p.485).

Com esses prognósticos, Angelotti et al., (2015), aponta para a necessidade de realização de pesquisa sobre os efeitos das mudanças climáticas no Semiárido, ao mesmo tempo que reconhecem que as pesquisas estão subsidiando o desenvolvimento de ações, tecnologias e processos em mitigação e adaptação visando “reduzir a intensidade e os impactos das mudanças climáticas, considerando a promoção da diversidade biológica e a redução dos processos de degradação, como a desertificação. (Angelotti et al. 2015, p.485).

Assim para o Semiárido é necessário fortalecer as estratégias de Convivência com o Semiárido com adoção de ações que colabore para fortalecer o desenvolvimento sustentável, concordando com a análise de Vanderlei e Moura (2021, p. 40) que aponta para a necessidade de “um conjunto de esforços nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e ambientais para a prevenção e mitigação dos impactos da desertificação na provisão de serviços ecossistêmicos em terras secas ao redor do planeta”.

Nas últimas décadas pode-se observar que um conjunto de experiências vêm sendo implementadas nessa região que caminha na direção de conservar a biodiversidade, melhorar a segurança alimentar e nutricional e as condições de vida das famílias que vivem nessa região, colaborando para reduzir os impactos das mudanças climáticas. Neste contexto, segundo Cardoso, et al., (2014) as mulheres têm um papel fundamental para a sustentabilidade da vida no planeta, na manutenção e conservação dos territórios e na defesa dos bens comuns.

2.1.2 Gênero como uma Categoria Analítica: a Condição da Mulher Nordestina

A construção de gênero também tem forte relação com a imagem do Semiárido que foi construída ao longo do tempo, como afirmam Rios, et, al. (2015, p. 5), “desde o período colonial, até os dias atuais, em sua maioria, dão ênfase a paisagens naturais desoladoras, tais como açudes secos e solo rachado, ou, ainda, as situações de miséria da população sertaneja nos períodos de estiagem”, assim os autores reconhecem que o perfil do homem e da mulher do Semiárido brasileiro tem forte relação com essa imagem, sendo retratado quase sempre pela sua condição de miserabilidade, mesmo sendo a mulher responsável pelo gerenciamento da família, esse papel historicamente foi atribuído ao homem.

Diversos autores reconhecem que as mulheres são as principais vítimas da seca, ainda hoje as mulheres são as responsáveis pelo cuidado da família, incluindo filhos e marido. “Ao lidar com a estiagem essa relação já desigual, se torna ainda mais desumana. Homens, Mulheres e crianças sofrem com esse fenômeno. No entanto quem tem de encará-lo de frente são sobretudo as mulheres e crianças”. (SILVA, 2011, p.6).

A estiagem e os impactos associados à seca no Semiárido brasileiro tornam ainda mais evidente a desigualdade de gênero, resultando em um fardo desproporcionalmente maior para as mulheres. Durante os períodos de estiagem, as mulheres muitas vezes assumem a responsabilidade de encontrar e administrar recursos básicos, como água e alimentos, devido à sua tradicional atribuição cultural para cuidar da família e do lar. Elas enfrentam dificuldades extras para garantir a segurança alimentar e a sobrevivência da família, em meio a recursos limitados.

De acordo com Fischer (2012), homens e mulheres assumem papéis diferenciados, cabe às mulheres a tarefa de gerenciar e preparar o alimento que é consumido pela família, o homem tem função econômica social de produzir os gêneros alimentícios. Além de preparar os alimentos, a mulher é a responsável pela distribuição para cada membro da família. Entretanto, diante da limitação de alimentos as mulheres ingerem uma quantidade menor de alimentos, uma vez que a prioridade é atender as necessidades dos homens.

Em muitas situações as agricultoras familiares são as responsáveis pelo sustento da família, no período de estiagem em que o homem migrava para as

grandes cidades em busca de emprego a mulher ficava sozinha e era a responsável para cuidar da casa, da família, da roça, da água e da criação animal. Por muito tempo as mulheres eram excluídas das políticas públicas. A análise de Silva (2011), expressa o quanto as políticas públicas eram direcionadas para os homens, “o público” masculino através de políticas públicas excludentes, que apenas beneficiam os homens tornava a situação das mulheres ainda mais terrível”. (SILVA,2011, p.14). A autora complementa que nessa época as mulheres passaram a questionar essa situação e a reivindicar por direito, ação que pode ser confirmada pela mobilização de mulheres nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e na criação de grupos e redes de mulheres.

Nas últimas décadas a luta das mulheres em defesa dos seus direitos se intensificaram, assim as conquistas que as mulheres rurais obtiveram nos últimos anos foi fruto dessa luta e da incidência na construção de políticas públicas que se deu de forma articulada com outros movimentos e organizações da sociedade civil, ação que colaborou no processo de implementação programas e políticas de Convivência com o Semiárido.

Fischer (2001) e Pontes (2013) apontam para a necessidade de reconhecer a força feminina como uma liderança familiar e comunitária. “É necessário que as mulheres sejam reconhecidas como agentes do espaço público, por sua luta pela terra, água e pelo acesso aos programas de desenvolvimento rural”. (Pontes, 2013, p.19).

Falar de gênero pressupõe um olhar sobre as ações vividas por homens e mulheres levando em conta seu contexto e suas complexidades nas relações de poder entre homens e mulheres. Assim, é importante reconhecer o papel que as mulheres desempenham na sustentabilidade da vida das famílias que vivem no semiárido. Como bem afirma Souza et al., (2021) as mulheres são agentes produtoras de conhecimentos e têm contribuído no processo de mudança, tanto no âmbito familiar como comunitário. As autoras ainda chamam atenção para contribuição das mulheres nos processos de incidência política em defesa “de um modelo ambiental e economicamente sustentável, que garanta a permanência das futuras gerações no campo, bem como a conservação do Bioma Caatinga”. (Souza, et al., 2021, p. 190).

Cardoso, et al., (2014), reconhece que para as Mulheres, a Caatinga é fonte de apoio para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, desde o fornecimento de madeira, alimentos, fitoterápicos e elementos para confecção de artesanato, as autoras também expressam que a água é um elemento essencial para a vida das famílias que vivem na Caatinga, considerando as condições climáticas da região aponta para a necessidade de aprender a Conviver como o Semiárido, adotando as estratégias da estocagem, principalmente de água, sementes e de alimentos. Assim as mulheres têm contribuído na preservação do bioma caatinga, desenvolvendo experiências de transição agroecológica no agroecossistema, através do manejo sustentável das plantas e da conservação da biodiversidade nos quintais, roçados, bancos de sementes, onde as mulheres têm exercido um papel importante de guardiãs de sementes crioulas e espécies nativas do bioma caatinga.

2.1.3 Agroecologia e Feminismo

A agroecologia e o Feminismo têm um enfoque interdisciplinar de grande relevância na construção do conhecimento científico, o mesmo tem possibilitado a religação e construção de novos saberes, a reflexão epistemológica tem contribuído para aproximar as ciências naturais das ciências sociais. Assim Leff (2002, p. 36), “define a Agroecologia como um novo paradigma produtivo, a integração de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo”, com o reconhecimento que a agroecologia é “uma ciência com campo de conhecimento de caráter multidisciplinar” (Caporal; Costabeber, 2002).

Em essência, o Enfoque Agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que queremos que sejam mais sustentáveis através do tempo. Trata-se de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas. (Caporal; Costabeber, 2002, p 14).

A Agroecologia se apresenta como um campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura industrial, para estilos de agriculturas de base ecológica, assim como do modelo convencional de desenvolvimento, a processos de desenvolvimento rural sustentáveis, demonstrando que a interdisciplinaridade é um dos caminhos viáveis para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. (Caporal; Costabeber, 2002).

A concepção ética e política do feminismo, também tem como fundamento a interdisciplinaridade, pois segundo Lisboa (2010, p 69), a teoria feminista tem se constituído, mais particularmente, a partir da década de 1960, como uma teoria crítica e ativista, que estuda as relações de gênero e investiga a situação e as experiências de homens e mulheres, sob uma perspectiva centrada nas mulheres. A autora ainda complementa que:

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. Trata-se do esforço de uma comunidade interdisciplinar, que inclui estudiosos de várias áreas como sociologia, antropologia, educação, serviço social, saúde, direito, filosofia, história, psicologia e outras. (Lisboa, 2010, p 69).

Assim a presente pesquisa também se insere em um estudo interdisciplinar, uma vez que faz uma conexão entre Agroecologia, dialogando com as experiências socioprodutivas protagonizadas pelas mulheres numa perspectiva feminista, refletindo se os processos de transição agroecológica têm sido capazes de proporcionar a equidade de gênero por meio do empoderamento e promoção da autonomia das mulheres.

2.2 Epistemologia Feminista

Na sua concepção a epistemologia se apresenta como estudo da ciência, debruçando o seu olhar sobre o pensar como se faz ciência. De acordo Williams

(2017, p.1), como teoria do conhecimento, pondera acerca da produção do saber científico e de sua validade enquanto ciência, numa perspectiva filosófica.

Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico das principais hipóteses dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento. A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico. Podemos considerar a epistemologia como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento (Tesser 1994, p. 92).

De acordo com Rago, (1998) a epistemologia define uma forma de produção do conhecimento científico, a maneira pela qual estabelece a relação, sujeito, objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade. A referida autora chama a atenção para o aporte feminista às transformações em curso no campo da produção do conhecimento e na constituição de uma epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência.

É muito importante reconhecer o papel do feminismo no campo da produção do conhecimento e na construção de uma epistemologia feminista. A epistemologia feminista é uma abordagem que questiona as estruturas de poder presentes na produção de conhecimento científico e busca incorporar uma perspectiva de gênero mais inclusiva e sensível às questões das mulheres e das minorias de gênero. O feminismo desempenha um papel fundamental na construção de uma epistemologia feminista que valoriza as contribuições das mulheres e busca desmantelar as desigualdades de gênero na produção do conhecimento.

O feminismo tem feito uma crítica ao modo de produção do conhecimento e aponta outras formas de fazer ciência. Segundo Ketzner (2017), a Epistemologia Feminista surge como um campo de pesquisa da Epistemologia Social⁵, que está

⁵ A Epistemologia Social surgiu como um ramo da Epistemologia Tradicional, que considera as dimensões sociais do conhecimento, perdendo, assim, a característica individualista. (KETZER, 2017, p. 97)

preocupada em investigar o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas, analisando como as questões de gênero influenciam as concepções do conhecimento, as pesquisas e produções científicas.

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. [...] Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (Ketzler 2017, p.4).

Como expressa Sardenberg (2001), as práticas feministas fundamentam em uma práxis política voltada para a transformação das relações de gênero, no entanto um dos fundamentos da Ciência Moderna é justamente a necessidade de impor uma separação entre “fatos”, “valores”, argumentando a defesa da neutralidade para assegurar a objetividade necessária para a busca de “verdade científica”. Assim

Pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (Sardenberg, 2001, p. 11).

Nessa mesma linha Rago (1998, p. 10), também argumenta que não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica. É nessa direção que o ensaio caminha engajadas no projeto feminista “pretendo defender a proposta de uma ciência feminista – isto é, de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero”. (Sardenberg, 2001, p. 2).

O feminismo apareceu pela primeira vez no início do século XX, com os movimentos sufragistas e pelos direitos civis das mulheres, incluindo o direito à educação, ao trabalho e à propriedade, num período marcado por ações públicas que afirmavam que as mulheres eram indivíduos portadores de direitos.

Segundo Siliprandi (2004), a primeira onda das ações feminista foi marcada pelo questionamento sobre o lugar que as mulheres deveriam ocupar na sociedade, a autora expressa que um marco na história do feminismo foi a publicação do livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949, com sua frase mais famosa “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, para essa autora Simone de Beauvoir queria mostrar, principalmente, que não havia uma diferença intrínseca entre os homens e mulheres, do ponto de vista da sua dignidade humana. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto, liderada por Bertha Lutz, este direito foi conquistado em 1932 (Pinto, 2010).

A história demonstra, que o feminismo é um movimento político, cultural, social e econômico, pois reivindica mudanças em todas essas áreas, buscando inserir as mulheres como sujeitos sociais em condições de plena igualdade com os homens. A década de 1960 ficou conhecida como “a segunda onda” do feminismo, as reivindicações estavam centradas na maior valorização pessoal das mulheres, e na liberdade de suas escolhas e no questionamento da estrutura social patriarcal centrada no masculino. “Na sua segunda onda, as feministas ampliam sua esfera de atuação social reivindicando que “o privado também é político”, fazendo uma crítica aos valores que regiam as relações entre homens e mulheres”. (Siliprandi, 2004, p.05).

Segundo Siliprandi (2004) e Pinto (2010), a existência de um movimento feminista moderno no Brasil se dar a partir de meados da década de 1970, no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, onde aconteceram as primeiras manifestações feministas. Tais ações foram influenciadas pelos ecos dos movimentos da contracultura oriundos da Europa e dos Estados Unidos; e fruto também das próprias contradições objetivas do capitalismo no Brasil.

Os primeiros movimentos de mulheres com impacto no Brasil, ainda no período da ditadura militar, foram os Movimentos contra a Carestia, e, os Movimentos Femininos pela Anistia. Movimentos que se deram em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (Siliprandi, 2004).

Ambos os movimentos desempenharam um papel significativo na luta pela redemocratização do Brasil e na defesa dos direitos das mulheres e dos direitos humanos em geral. A atuação das mulheres nesses movimentos foi fundamental para denunciar as injustiças sociais, reivindicar direitos e influenciar a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Essas lutas continuaram ao longo dos anos seguintes, contribuindo para o fortalecimento do movimento feminista e para a conquista de avanços importantes na promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no país.

Pinto (2010) afirma que na década de oitenta com a redemocratização no Brasil o feminismo entra em efervescência na luta pelos direitos das mulheres, período marcado pelo surgimento de diversos grupos, em todas as regiões, tratando de uma diversidade de temas. Dentre estes, podem ser destacadas as temáticas ligadas à sexualidade, violência, direito ao trabalho, direito à terra, à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.

Esses grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde. Esses grupos foram influenciados pelo movimento popular democrático, com o apoio das Igrejas progressistas, principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. “Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, teve sua secretaria com status de ministério (Pinto, 2010, p. 17).

Nas últimas décadas o movimento feminista focou sua intervenção no diálogo junto ao Estado, visando aprovar medidas protetoras para as mulheres e ampliar a participação política das mulheres, a violência contra as mulheres assume a centralidade da luta. Assim a criação das Delegacias Especiais da Mulher e

aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), representou uma conquista, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar.

2.2.1 Pressupostos Teóricos da Agroecologia e do Feminismo

Os pressupostos teóricos e práticos da agroecologia e do feminismo buscam compreender seus significados no âmbito da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável da região semiárida. Fazendo leitura de gênero⁶ sobre as questões que envolvem o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho até as discussões sobre economia feminista, economia solidária e ambiental, dialogando com diferentes correntes teóricas, para compreender a realidade do Território e refletir sobre os processos de desenvolvimento da região semiárida. Segundo Siliprandi (2009, p. 19), o mesmo “se insere na perspectiva dos chamados Estudos Feministas, um campo multidisciplinar de conhecimentos que se desenvolveu nas ciências humanas e sociais a partir da década de 1970”. Mas como afirma Descarries (2000, p. 36), não significa estudos centrados unicamente sobre as mulheres, mas o mesmo deve-se

Debruça-se sobre as diferentes problemáticas que concernem diferentes instrumentos conceituais e metodológicos para analisar a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como as representações sociais e as práticas que a acompanham, modelam e remodelam (Descarries, 2000, p. 36).

Na agricultura familiar as mulheres são autores fundamentais na construção da agroecologia, essa afirmação encontra sustentação na análise feita por Nobre, et al. (2014) que afirma que no Brasil, mulheres têm um papel estratégico na produção de alimentos na agricultura familiar. Isso também se confirma no resultado

⁶ É uma forma de analisar a sociedade levando em consideração as diferenças, as desigualdades e as relações de poder existente entre homens e mulheres, na vida pública e privada (BUARQUE, 2004, p. 18).

do último censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, as mulheres são responsáveis por mais de 1,1 milhão de estabelecimentos rurais no país, o que corresponde a 18% do total.

Essas mulheres atuam em diferentes atividades, como o plantio, o manejo dos animais, a colheita, o beneficiamento e a comercialização dos produtos. Entretanto, há poucas informações de sua produção desagregada por gênero, o dinheiro da venda de seus produtos não é contabilizado na renda familiar, assim como os alimentos que produzem para o consumo da família e que vão para mesa todos os dias, não são contabilizados como renda da propriedade, e nem mesmo como renda da família.

Joan Scott é uma das teóricas pioneiras na discussão de gênero. Para a autora, "gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder". (SCOTT, 1991, p. 21). Segundo Siliprandi (2004, p. 5), as relações de gênero expressam, portanto, uma hierarquia que estrutura todo o sistema social, em que o masculino é sobrevalorizado em relação ao feminino.

Segundo o relatório "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo", da FAO, as mulheres desempenham um papel crucial na produção de alimentos e na segurança alimentar global, especialmente em países em desenvolvimento (FAO, ano 2022). Na Agricultura Familiar, as mulheres trabalham em todas as atividades da unidade familiar, incluindo as domésticas de preparo de alimentos, preparo de solo, plantio, colheita, beneficiamento de alimentos, hortas e criação de animais, além de exercerem funções como guardiãs de sementes e administradoras dos recursos naturais. No entanto, mesmo com todas essas atividades, as mulheres não são reconhecidas como trabalhadoras rurais

De acordo com Gouveia (2003, p.45), "basta olhar a dinâmica cotidiana para que se constate que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar", destacando sua contribuição nos campos da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, função econômica e social. Para a autora, a agricultura familiar não tem sido capaz de enfrentar as desigualdades de gênero, permanecendo um setor onde as mulheres têm sua

autonomia bastante restrita e sua cidadania negada, processo que se dá tanto no âmbito do Estado, por meio de uma contradição entre os discursos do Estado e suas proposições políticas que não respondem à totalidade do problema a ser enfrentado, quanto na própria estrutura patriarcal da sociedade.

As agricultoras familiares do Sertão do São Francisco são protagonistas do processo de produção familiar, realizando diversas atividades na unidade familiar, como: quintais produtivos, criação de animais, apicultura, beneficiamento de alimentos, além de se envolver em atividades não agrícola como o artesanato, de forma geral elas também são responsáveis pelos trabalhos de manutenção da casa, incluindo o preparo da alimentação a família, mas esse trabalho realizado pelas mulheres não é valorizado.

Segundo Heredia (2006), na agricultura familiar estas atividades não são consideradas trabalho, uma vez que a mesma não gera uma renda monetária. “Em outras palavras, para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e, portanto, não considerado como trabalho” (Heredia e Cintrão, 2006, p. 4).

As autoras também identificam que historicamente as mulheres participavam das lutas e dos movimentos sociais no campo, mas só recentemente surgiram movimentos específicos de mulheres trabalhadores rurais. Assim é fundamental estudar os movimentos específicos de mulheres rurais, a partir do seu processo de organização e de incidência política, mudanças significativas aconteceram na vida das mulheres viabilizado pelo acesso às políticas públicas que colaboram para uma maior garantia dos direitos sociais das mulheres agricultoras.

“Movimentos específicos de mulheres rurais, que têm tido um papel importante na sua visibilização e, através de suas reivindicações, acabaram influenciando na construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura” (Heredia e Cintrão, 2006, p. 6). É neste contexto que está pesquisa se inseriu, com foco na Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco, compreendendo que

A organização e as mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais trouxeram ao Estado um conjunto de reivindicações, colocando a necessidade de dar respostas às questões colocadas. Assim, se durante muito tempo os programas governamentais se voltaram indistintamente para um suposto “cidadão indiferenciado”, a partir de 1985 começam a surgir programas e projetos que buscam incorporar componentes de gênero em suas ações. (Heredia e Cintrão, 2006, p. 11).

É possível afirmar que nas últimas décadas mudanças significativas aconteceram na vida das famílias que vivem na região semiárida, é importante reconhecer que isso foi fruto do processo de organização e mobilização da sociedade civil, protagonizada principalmente pela ação da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA⁷. Assim um conjunto de programas e políticas públicas foram implementadas voltadas para agricultura familiar, com destaque a difusão de Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água de Chuva, estratégia de armazenamento de água para o consumo humano e para a produção de alimentos; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

No contexto político do Brasil entre 2016-2022, observa-se um desmonte dessas políticas públicas para o segmento da agricultura familiar que em contraposição o governo adotou medidas que fortaleceram ainda mais o setor do agronegócio. Assim é fundamental compreender esse momento histórico que retomou o processo de intensificar a exploração dos recursos naturais, destacando-se também, que desde o impeachment da presidenta Dilma ocorreu de forma intensiva a liberação

⁷ A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da Convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro. (<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso 08/07/2017)

de agrotóxico, com o aumento do número de venenos liberados para o uso na agricultura convencional.

O lançamento do Plano Safra 2019/2020 marcou a desconstrução da categoria "agricultura familiar" pela Ministra da Agricultura naquele momento, gerando preocupações quanto aos efeitos para os agricultores familiares e trabalhadoras rurais. Além disso, essa situação apresentou-se como uma barreira no desenvolvimento de estratégias de Convivência com o Semiárido. Nesse período o estado brasileiro adotou um modelo de desenvolvimento rural gerador de insegurança alimentar, na medida que fortaleceu apenas a economia de mercado, protagonizada pelo agronegócio e caminhou na contramão dos princípios da Agroecologia, como bem afirma Caporal:

Agroecologia constitui uma ciência do campo da complexidade, com uma forte dimensão política e sociocultural. Essa ciência pretende contribuir para o restabelecimento de processos de coevolução homem-natureza, promovendo maior equilíbrio ecológico, mas também para uma ampliação da solidariedade entre as atuais gerações e destas para com as futuras. Ou seja, estabelecer uma ética da sustentabilidade (Caporal, 2013, p.4).

Mesmo num contexto adverso, Caporal (2013), ainda aponta que os extensionistas e as organizações do campo agroecológico tem um papel primordial de articular e mobilizar dinâmicas locais e territoriais em torno do processo de construção de conhecimento, contribuindo dessa forma para disseminar e consolidar as experiências de transição agroecológica, sendo os agricultores(as) sujeitos ativos da transformação do mundo ou da sua realidade⁸.

Siliprandi (2004), reconhece que a agroecologia considera todos os componentes do sistema de produção, também busca criar relações sociais mais igualitárias, dessa forma, se contrapõem contra à naturalização da situação de opressão das mulheres, ao mesmo tempo que se aproxima de políticas que promovam a igualdade de gênero. Para esta autora, as lutas ambientais é uma luta que vem sendo assumida por todos, inclusive pelas mulheres que participam de

⁸ Grande referência dos estudos de extensão rural e principalmente da Agroecologia e de políticas públicas para a agricultura familiar, o professor Francisco Caporal, que incorporava o quadro de docentes do PPGADT, polo UFRPE, faleceu em abril de 2021.

diversas campanhas em defesa de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, se colocando contra práticas defendidas pela agricultura convencional, como uso dos agrotóxicos o uso de organismos geneticamente modificados.

As mulheres têm assumido lideranças de campanha contra esse modelo, pela manutenção da biodiversidade, contra práticas agrícolas agressivas ao meio ambiente, no entanto nos estudos existentes sobre os movimentos ambientais e ecológicos, raramente há destaque à contribuição trazida pelas mulheres.

Fazendo conexão entre o processo de opressão das mulheres e a vinculação da dominação da natureza é que surge o ecofeminismo. Este se constitui em uma corrente dentro do movimento feminista e dos movimentos ecológicos que conecta a luta pela igualdade de direito e oportunidades entre homens e mulheres com a defesa do meio ambiente e sua preservação. O Ecofeminismo, não é uma corrente única, em linhas gerais, se divide em pelo menos em três vertentes: a “clássica” (ou precursora), a “espiritualista” e a “construtivista” (Puleo, 2002; Siliprandi; 2004).

Segundo Puleo (2013) o que justifica o uso do termo "ecofeminismo" no singular é que todos eles têm em comum uma abordagem que articula as contribuições do feminismo e do ambientalismo, mas ao analisar percebemos grandes diferenças nas propostas ecofeministas, algumas podem ser explicados por interesses, por exemplo, mulheres teólogas se interessaram pelo papel de narrativas religiosas monoteístas na subjugação de mulheres e a natureza. Alguns propuseram releituras ginocêntricas da religião; outros, um retorno de Deus à Terra que evitaria um dualismo profundo e hierarquia inerente aos conceitos de Natureza e Espírito, corpo e alma, mulher e homem.

Alguns sociólogos, por sua vez, optaram por um enfoque socioeconômico, graças ao qual conseguiram tornar visível a semelhança entre o trabalho doméstico não remunerado das mulheres e os serviços da natureza que não são computados no custo de produção.

Ativistas antiglobalização, como Vandana Shiva, é uma porta-voz de movimentos sociais ecopolíticos oriundos da realidade terceiro-mundo A partir da realidade da Índia, ela mostrou como os programas de desenvolvimento provocavam

a destruição das condições de sobrevivência das mulheres com desenvolvimento de projeto que causa miséria, relocação das populações nativas, fome, doenças, perda da biodiversidade e desaparecimento da diversidade cultural.

Mesmo com diversas vertentes, em uma entrevista dada a Young (2013), Puleo constrói uma síntese que apresenta a práxis ecofeminista que permite avançar para um mundo mais igualitário, não sexista, não androcêntrico⁹, orientado para a sustentabilidade e menos antropocêntrico. Puleo (2013), reconhece que pessoas conscientes em todo mundo buscam esse objetivo, mesmo que não se autodenominam ecofeministas. São pessoas que estão praticando diferentes formas de ativismo ecológico, estão reciclando, cuidando do meio ambiente, na defesa dos animais, estão produzindo usando métodos agroecológicos, organizando redes de distribuição e consumo, comércio ecológico e justo, lutando contra a perda de territórios das comunidades tradicionais. Todas essas formas de ação, podem ser consideradas ecofeministas se acompanhadas de uma visão não sexista e colaborem na criação de uma nova cultura de igualdade e sustentabilidade.

O ecofeminismo tem influenciado o ativismo ambiental e feminista em todo o mundo, destacando a necessidade de abordar as desigualdades de gênero e os desafios ambientais de forma interconectada. Ao entender e combater as raízes profundas da opressão de gênero e da degradação ambiental, o ecofeminismo busca construir uma sociedade mais equitativa, justa e sustentável para todas as pessoas e para a natureza.

2.2.2 Interseccionalidade e Feminismo

Os princípios da interseccionalidade são fundamentais para compreender as experiências, percepções e relações de poder em que as mulheres da rede estão

⁹ O androcentrismo refere-se às construções de noções que tomam as experiências dos homens como universais, ou seja, que ocultam ou desconsideram as experiências das mulheres. Um exemplo presente na linguagem, mas que acaba se reproduzindo em distintas áreas do conhecimento, é o uso do termo “homem” para se referir ao conjunto dos seres humanos. (Carrasco, 2012, p.05)

condicionadas, visto que esses parâmetros revelam os diferentes aspectos da vida social. Crenshaw (2002, p. 177) reforça que “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, além disso, a autora complementa que a interseccionalidade, está relacionada a forma como ações e políticas específicas geram opressão.

Dessa forma, ocorre diversas violações dos direitos humanos das mulheres negras, quando não são consideradas as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas, como no caso das que trabalham na invisibilidade (trabalho doméstico) não são reconhecidas no trabalho na esfera pública (roças, quintais produtivos, feiras etc.), em que se entrecruzam questões de gênero, raça e classe, com ênfase no grau de independência financeira e grau de escolaridade.

Helena Hirata, socióloga feminista francesa reconhece que “a problemática da interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1990”, (Hirata, 2014, p. 62). A autora identifica que há uma vasta literatura em língua inglesa e recentemente em francês. Hirata também destaca como marco desse debate a contribuição feita pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (2022), relacionando a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe.

Jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw é frequentemente citada como uma das principais teóricas a contribuir para a consolidação do conceito de interseccionalidade. Ela cunhou o termo em meados da década de 1980 e discutiu como a discriminação contra mulheres negras nos Estados Unidos era frequentemente negligenciada tanto pelas discussões feministas quanto pelas discussões antirracistas. Assim, a interseccionalidade oferece uma lente para analisar como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

A abordagem interseccional tem sido cada vez mais importante para compreender as complexidades das desigualdades sociais e para dar voz às experiências de grupos marginalizados que podem ser invisibilizados por teorias e discursos que não levam em conta a interseccionalidade. Ela tem sido amplamente adotada em diversos campos, como sociologia, estudos feministas, antropologia e

estudos de gênero, como uma ferramenta crucial para analisar as questões de justiça social e elaborar políticas mais inclusivas e equitativas.

A abordagem interseccional é de extrema importância para compreender a complexidade das desigualdades sociais e promover políticas mais inclusivas e equitativas. Essa perspectiva reconhece que as identidades sociais e as experiências de opressão não são isoladas, mas sim interseccionadas, ou seja, entrelaçadas e interligadas.

Ao adotar a abordagem interseccional, é possível dar voz e visibilidade às experiências e perspectivas de grupos marginalizados que, muitas vezes, são negligenciados ou ignorados por abordagens mais unidimensionais. Por exemplo, mulheres negras podem enfrentar opressões específicas que são diferentes daquelas enfrentadas por mulheres brancas ou homens negros

2.2.3 A importância da Interseccionalidade e seus Significados

O conceito da interseccionalidade tem ganhado cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas. Nos estudos de gênero a sua utilização tem se mostrado de grande importância por ser uma ferramenta de análise que busca compreender as múltiplas e simultâneas relações de desigualdades. Sirma Bilge, apresenta a seguinte síntese sobre interseccionalidade:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Por esta razão nos apropriamos do conceito de Interseccionalidade para compreender melhor o objeto de nosso estudo: Rede de Mulheres no Território Sertão do São Francisco. Conforme Kyrillo (2020, p. 02), mesmo com a ampliação na

utilização do conceito se observa “recorrentemente, em particular no Brasil, é o apagamento da história e dos debates teóricos que existiam antes da interseccionalidade ser nomeada por Crenshaw”. Hirata (2014), destaca que a realização de pesquisa feminista na França e a aproximação das feministas negras, onde a opressão racial foi objeto de análise, a exemplo do Brasil contribuiu para uma maior visibilidade quanto as relações de poder relacionadas à dimensão racial e às práticas racistas.

A interseccionalidade constitui-se em uma ferramenta teórica metodológica fundamental para a realização de análises que desvende as interações entre as relações de poder e categoria como gênero, raça e classe nos diversos contextos e nas suas práticas coletivas e individuais, vividas pelas mulheres. Conforme Crenshaw (2016, p. 08) a "interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos", dessa forma, a autora pontua que sempre lidamos como grupos sobreposto, isso também reflete com as integrantes da Rede de Mulheres, onde as mulheres vivenciam situações de violação dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, raça, classe.

Danièle Kergoat¹⁰ (2010) Hirata (2014), apresentam uma crítica à categoria de interseccionalidade, chamando a atenção que a multiplicidade de categorias não pode estar dissociada das relações sociais, destacando que:

A multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propriamente “posições” ou, mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação (Kergoat, 2010, p.98).

¹⁰ É uma socióloga francesa acadêmica e feminista que “desde os anos de 1970-1980 mobiliza os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)” (Kergoat, 2010, p.93).

Assim, a autora propõe alguns princípios e orientações metodológicas na utilização da noção de relações sociais. Em primeiro lugar, é preciso compreender as relações gênero, raça, classe, como relações de produção que entrecruzam diversas formas de exploração, dominação e opressão. Em seguida é fundamental conhecer o contexto histórico das relações sociais, sendo que elas precisam ser analisadas, observando sua estrutura que permite sua permanência e suas transformações que ocorreram ao longo de sua história. O terceiro imperativo aponta para a necessidade de definir as invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais¹¹. Por fim, é importante observar como os dominados reinterpretam e subvertem as categorias: isso impede sua reificação. Porém, a subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva” (Kergoat, 2010, p.100). Neste sentido, Piscitelli (2008, p. 269) afirma que as interseccionalidades permitem "pensar como construções de diferença e distribuições de poder que incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global".

Pode-se observar que o debate sobre interseccionalidade na produção científica revela diferentes perspectivas ao referir-se à articulação na análise das categorias raça, classe e gênero. Segundo Collins (2015, p. 5), projetos de conhecimento interseccional normalmente se concentram em três preocupações interdependentes. O primeiro foco, faz da interseccionalidade como campo de estudo, o objeto de investigação, examina o conteúdo e os temas que caracterizam o campo e constitui a tarefa principal. O segundo ponto focal dos projetos de conhecimento interseccional examina a interseccionalidade como uma estratégia analítica e contam com estruturas interseccionais para produzir novos conhecimentos sobre o mundo social. O terceiro foco enfatiza a interseccionalidade como forma de práxis crítica, especialmente suas conexões com a justiça social.

¹¹ Por exemplo, a divisão sexual do trabalho: suas formas são extremamente instáveis no tempo e no espaço, mas isso não afeta o fato de que há dois princípios organizadores - princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher).

Kergoat, desde a década de 1970-1980 trabalha com conceitos de consubstancialidade e coextensividade buscando “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)”. KERGOAT, 2010, p.93). Assim a autora argumenta que a consubstancialidade, implica uma forma de leitura da realidade social, argumentando que é o entrecruzamento presente na dinâmica do conjunto das relações sociais envolvidas intrinsecamente umas com as outras.

Segundo Bairros (1995), há pelo menos duas teorias feministas que procuram superar as limitações dos conceitos. Uma é feminismo socialista que parte do referencial teórico marxista que busca analisar a base material da dominação masculina, mas que acaba encontrando dificuldades de atribuir equivalência para conceitos como produção e reprodução, mas de qualquer forma há o reconhecimento que as socialistas ofereceram alternativas para entender a intersecção entre gênero, raça, orientação sexual e classe. A segunda teoria está relacionada a experiência política e pessoal da mulher, é o ponto de vista feminista (*feminist standpoint*). “Segundo essa teoria a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos”. (Bairros, 1995, p. 461).

2.2.4 Interseccionalidade e Feminismo Negro no Brasil

Para Rios, Perez, Ricoldi (2018, p. 37), o tema das desigualdades de raça, gênero e classe passou a ser articulado pelas feministas negras no contexto da redemocratização do Brasil. Surge assim, o termo “Interseccional” que se popularizou entre as militantes brasileiras e trouxe consigo a ideia de “superação de um feminismo eurocêntrico e de classe média e conjuga categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, periferia”. As autoras reconhecem que o conceito de interseccionalidade entrou na agenda de pesquisa acadêmicas, tornando-se também uma concepção expressiva nas mobilizações dos movimentos sociais, sendo identificado em todo

território brasileiro feministas que adotam a interseccionalidade nos discursos, nas práticas, como bem expressa Marcia Tiburi, influente feminista brasileira

O feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social, é evidente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta 'junto com' o outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto (2018, p. 55).

Segundo Rodrigues (2013), houve ao longo dos anos de 1980 e 1990 uma contínua apropriação do conceito de interseccionalidade, cunhado e difundido, inicialmente, por feminista negras, como: Hazel Carby, Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Patrícia Williams e Kimberlé Crenshaw, que buscaram analisar as interações entre as relações de poder e categorias como classe, gênero e raça e suas dificuldades em incorporar a categoria de gênero aos estudos sobre a luta antirracista. O autor analisa “a recepção e difusão do conceito de interseccionalidade no Brasil e sua influência sobre o pensamento feminista negro no país”, (Rodrigues, 2013, p.01). Assim o autor identifica um conjunto de artigos que foram publicados por mulheres feministas negras que contribuíram na discussão sobre gênero e raça no Brasil:

Reverendo a bibliografia sobre gênero e raça no Brasil, com especial atenção aos movimentos sociais, vemos se repetirem em dezenas de artigos publicados nas décadas de 1980 e 1990 os nomes de Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro, entre outras. Essas e outras tantas mulheres negras estiveram presentes e foram participantes fundamentais na formação dos movimentos Negro e Feminista, contribuindo para o aprofundamento dos debates internos sobre a importância de se pensar gênero articulado ao pertencimento racial, apontando que racismo e sexismo devem ser trabalhados juntos (Rodrigues, 2013, p.01).

Assis (2019), também destaca outros autores que foram fundamentais para a produção de feministas negras, mesmo reconhecendo que nenhuma delas trabalhe propriamente com o conceito de interseccionalidade, assim são destacados trabalhos realizados das autoras, Claudia Pons Cardoso, Ana Cláudia Lemos Pacheco, Raquel de Andrade Barreto, Carla Akotirene, intelectual negra baiana que teve seu trabalho

lançado pela coleção *Feminismos plurais* (2018). A autora propõe a revisão teórica do conceito de interseccionalidade e define o mesmo como

O Feminismo Negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras (Akotirene, 2018, p. 19).

Rios, Perez, Ricoldi (2018), reconhece que mesmo sendo recente o uso do termo interseccionalidade nas Ciências Sociais, no pensamento feminista negro nacional o tema da classe, do gênero e da raça, trabalhados de forma articuladas são centrais para explicar as desigualdades. Para as autoras “Isso se deve tanto à influência do marxismo nas academias brasileiras como à tradição nacional dos estudos de relações raciais que quase sempre articulou o tema da raça ao da classe, porém raramente tratou do tema gênero”. (Rios, Perez, Ricoldi, 2018, p. 93).

Na atualidade Lélia Gonzalez foi uma ativista e intelectual negra que revolucionou o movimento negro, denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras, é referência para diversos movimentos sociais, sendo reconhecida pelo feminismo negro brasileiro. Entretanto, essa também exerce influência no feminismo na América Latina, europeu e nos Estados Unidos. Para Gonzalez, racismo e sexismo produzem a violência contra as mulheres negras, mesmo as mulheres negras de classe média, também são vítimas de discriminação. Isso explica que não dá para compreender as discriminações sofridas pelas mulheres apenas pelo viés de gênero e classe social (Rodrigues, 2013; Akotirene, 2018, Rios e Lima, 2021).

Da produção intelectual de Gonzalez destacam-se três abordagens: decolonial, a interseccional e a psicanalítica. A primeira destaca em particular sua crítica ao viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental. Essa linha garantiu uma interlocução mais orgânica com a produção latino-americana, estabelecendo um diálogo com autores de diferentes países da América Latina que pensam a descolonização do feminismo. A segunda linha de pesquisa analisa “a perspectiva interseccional, envolvendo as dimensões da dominação sexual, classe e

de raça articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva" (Gonzales, 2020, p 16).

As autoras afirmam que nesta linha de pesquisa, o tema da mulher negra entra na centralidade e o debate sobre o feminismo negro passa a ter maior consistência na América do Sul, se contrapondo ao debate marcado exclusivamente por produção desenvolvida pelas feministas negras dos Estados Unidos. Já na terceira linha de pesquisa Gonzalez fez a travessia pela psicanálise¹², e a sua maneira foi responsável por elaborar uma reflexão sobre a cultura, criando canais de comunicação entre psicanálise e as ciências sociais, construindo dessa forma, reflexões interdisciplinares, considerando as diversas dimensões de cada área disciplinar para a compreensão da realidade. (Gonzalez, 2020).

Apesar de fazer mais de três décadas que se faz o debate da interseccionalidade, como reconhece Rios, Perez e Ricoldi (2018), somente nos últimos dez anos que se ampliam interlocutores que passam a considerar nas análises de gênero a dimensão racial. O mesmo também ocorreu com os estudos das relações raciais, que passaram a considerar as questões de gênero em suas análises na última década. "Tal mudança acompanha o diálogo mais intenso da produção nacional com autoras do *black feminism*, como Ângela Davis, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw" (Rios, Perez, Ricoldi, 2018, p. 40).

Como explica Crenshaw (2002), todas as mulheres de alguma forma no seu cotidiano vivenciam discriminação de gênero, mas a interação de outras categorias, como classe, casta, raça, cor etnia, religião, origem nacional e orientação sexual pesam na produção e manutenção de discriminação e das desigualdades vivenciados pelas mulheres. A autora argumenta que as vulnerabilidades especificamente ligadas ao gênero não podem ser usadas como justificativa para negar a proteção dos direitos humanos das mulheres. Deve-se trabalhar para garantir a proteção dos direitos humanos dando "atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas

¹² (...) Acompanhada principalmente de Jacques Lacan e Sigmund Freud —, Gonzalez percorreu esse campo de conhecimento ao lado de dois discípulos lacanianos que ajudaram a difundir o estudo da psicanálise no Rio de Janeiro: M. D. Magno e Betty Milan. (GONZALEZ, 2020, p.13)

intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres”. (Crenshaw (2002, p.173)

Sueli Carneiro (2003), reconhece que ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo é responsável por transformar as mulheres em sujeitos políticos:

Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Djamila Ribeiro, feminista negra contemporânea, é uma importante voz que denuncia a violência e a desigualdade social, principalmente em defesa dos negros e das mulheres no Brasil. Ribeiro (2013) destaca a importância de se “pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, e como isso é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência” (p.100). Além disso, a autora compreende que o arcabouço teórico trazido pelo feminismo negro foi fundamental para repensar não apenas a situação das mulheres negras, mas também para repensar o modelo de sociedade que se quer construir, apontando para a necessidade de perceber outras possibilidades de ser mulher.

Conforme Núbia Moreira (2006), Djamila Ribeiro (2016), o feminismo negro no Brasil começa a ganhar força nos anos 1980. “A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985”. (MOREIRA, 2006, p. 1). Para a autora o encontro de Bertioga contribuiu no processo de organização das mulheres negras dando visibilidade política no campo do feminismo, consolidando entre as mulheres um discurso feminista.

Conforme Akotirene (2018), que reconhece que o uso do termo interseccionalidade hoje no Brasil ganhou popularidade nas discussões sobre gênero e raça, aponta para um alargamento de produções teóricas a respeito desse conceito

nos próximos tempos. Essa análise é reforçada por Rios, Perez, Ricoldi (2018), que apontam para o surgimento de uma nova geração de ativismo brasileiro que passa a expressar de forma evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo na esfera pública, problematizando as múltiplas formas de opressão.

2.2.5 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Territorial: Avanços e Desafios

Como já foi descrito anteriormente as políticas públicas foram fundamentais para o desenvolvimento do Território e nas últimas décadas ocasionou mudanças significativas na vida das famílias que vivem no Semiárido brasileiro. Tais mudanças também impactaram na vida das mulheres no Território Sertão do São Francisco. Essa percepção é corroborada por análises de Grisa e Schneider (2015, p. 20), no que se refere ao reconhecimento da agricultura familiar “e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussão no cenário nacional e internacional”.

Para esses pesquisadores, neste período recente que compreende as três últimas décadas novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas. Tendo em vista que espaços de participação social foram criados e novos atores políticos emergiram sendo reconhecidos como sujeitos de direito. Para os pesquisadores:

Estes são alguns exemplos das mudanças iniciadas nas últimas três décadas e, em grande medida, ainda em curso. Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças destaca-se a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990. (Grisa, Schneider, p.19, 2015).

Para Filipak (2021), o atual contexto das ações públicas, sociais, políticas e econômicas no espaço rural tem apontado para a necessidade de ampliação e de

efetivação de ações que orientem um desenvolvimento rural sustentável. Conforme a pesquisadora:

Essa necessidade foi impulsionada pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo, da floresta e das águas, da sociedade em geral, a respeito da necessidade da produção de alimentos saudáveis combinada com a conservação de recursos naturais e a inclusão de povos e comunidades em uma condição de vida onde se afirme sua cultura, identidade e se garanta trabalho, renda e organização social com preservação ambiental. É nesse sentido que se entende o chamado Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Filipak 2021, p. 29).

A autora aponta para a necessidade de focar e fortalecer ações que promovam um desenvolvimento rural sustentável diante dos desafios e oportunidades que o cenário atual apresenta. Isso pode envolver a adoção de políticas agrícolas mais sustentáveis, incentivos à preservação ambiental, investimentos em infraestrutura rural, melhoria das condições de vida e trabalho no campo, entre outras medidas que busquem o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente.

Como bem afirmam Deponti e Freitas (2022) e Wanderley (2000), no âmbito de diversos estudos sobre o meio rural, a ruralidade se expressa pela inserção da sustentabilidade nos debates de desenvolvimento rural, destacando os aspectos ambientais e socioculturais, dando relevância a agricultura familiar como ator principal dessa nova ruralidade. No mesmo sentido, Ricardo Abramovay, compreende ruralidade como

[...] uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e uma certa relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (Abramovay, 2003, p. 13).

Ângela Duarte Damasceno Ferreira reforça a mesma compreensão quando caracteriza o rural como “um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais,

uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida” (Ferreira, 2002, p. 31).

Wanderley e Favareto, também expressa que a ruralidade está relacionada a forma como se organiza a vida social, considerando “especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida” (Wanderley e Favareto, 2013, p. 415).

Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (Wanderley, 2000a, p.70)

De acordo com Wanderley (2000b), Schneider e Blume (2004), não há consenso quanto à noção de ruralidade, ao modo de definir e classificar a extensão da ruralidade. A partir dos anos 2000 um novo olhar foi lançado, mas que não pode ser considerado uma única categoria, mas de acordo com Schneider e Blume (2004), é preciso considerar uma nova ruralidade que passa por uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano, reconhecendo que há em curso uma discussão sobre ruralidade e este debate está dividido em duas perspectivas:

A primeira focaliza mais os aspectos demográficos e econômicos e propõe que se analise de modo separado a dinâmica social do espaço rural dos processos econômicos e produtivos da agricultura ou da atividade agrícola stricto sensu. Ou seja, a ruralidade seria muito mais ampla e complexa do que a atividade econômica agrícola que é praticada. A segunda perspectiva de análise da ruralidade centra-se mais acentuadamente nos aspectos sociológicos e etnográficos relacionados às formas de construção e redefinição das identidades sociais, da cultura, da sociabilidade e dos modos de vida (Schneider; Blume, 2004, p. 111).

Os autores ainda reconhecem uma terceira perspectiva que fortalece o debate da ruralidade, como as discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, onde esses temas “são hoje transversais no campo das ciências sociais e submete a discussão sobre a agricultura e a produção de alimentos ao crivo das formas de uso

dos recursos naturais e da resiliência do meio ambiente”. (Schneider e Blume, p. 111-112, 2004).

Deponti e Freitas (2022, p. 36), completam essa discussão apresentando a abordagem de território, compreendendo que a mesma pode estar relacionada a região e que pode ter vários territórios em uma mesma região, ou seja, “o território pode ser parte de uma região ou de toda uma região ou ainda mais de uma região”. E Cirad-Sar (1996), define o território como um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente. Assim, para esses autores o território é uma identidade socialmente construída, o mesmo relaciona conexões, vínculos história, identidade, mesmo assim, nem todo o território tem uma delimitação reconhecida administrativamente:

O território é então um resultado e não um dado". Por isso, fala-se de "construção de territórios" a partir das estratégias de atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, a aquisição de conhecimentos, de informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva. A ideia central da abordagem territorial do desenvolvimento é a preocupação pela integração e pela coordenação entre as atividades, os recursos e os atores, por oposição a enfoques setoriais ou corporativistas que separam o urbano do rural, e o agrícola do industrial (a universidade do ensino básico, a pesquisa da extensão, etc.). (Sabourin,2002, p.23)

De acordo com Abramovay (2006), a abordagem territorial de desenvolvimento ganha força a partir dos anos de 1980. Para o autor, os estudos rurais se beneficiam desta abordagem e ampliam a percepção de que o meio rural vai muito além da agricultura e que para compreender a sua dinâmica exige que se analise a maneira como nele interagem diferentes atores e que compreenda a natureza da cooperação e as habilidades sociais que nele se expressam.

Esse mesmo autor descreve que a noção de território favorece nos estudos das regiões rurais ao menos em quatro dimensões básicas. Em primeiro lugar ela aponta para a necessidade romper com o horizonte estritamente setorial que considera a agricultura como um único setor. A ruralidade passa a ser uma categoria territorial, cujo atributo está na organização de seus ecossistemas, além de

compreender que territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social.

A segunda dimensão da noção de território é a que impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, uma vez que a esmagadora maioria dos pobres rurais têm sua renda composta por diversas atividades incluindo a agricultura, além disso, a abordagem territorial exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada.

Na terceira dimensão, o estudo dos autores e de suas organizações torna-se necessário para compreender situações localizadas. Esses autores integram vários setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversificadas. A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública.

A última dimensão coloca ênfase na maneira como uma sociedade se organiza para utilizar os recursos naturais que dispõe, nos quais se apoia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação.

Berdegú e Favareto (2019), reconhecem que entre o período de 1991 e meados dos anos 2000, aconteceu uma revisão crítica da experiência regional de desenvolvimento rural e construção de uma proposta adequada a novas realidades. Os autores apontam cinco elementos comuns e seus desafios para pensar a abordagem do desenvolvimento territorial:

- i. definição do território como um espaço construído, como um conjunto de estruturas, instituições e atores;
- ii. o reconhecimento da diversidade setorial da economia rural incluindo atividades agrícolas em sentido amplo, como atividades primárias, serviços e indústria;
- iii. valorização do papel dos espaços urbanos e das relações rurais e urbanas;
- iv. as estratégias e programas de desenvolvimento de cada território devem ser construídos a partir do território, articuladas com os autores locais e com o apoio das políticas públicas;

- v. a estratégia e programa de desenvolvimento de cada território inclui a construção de um ator territorial coletivo que expressa interesses coletivos do território.

Segundo os autores essas dimensões criam a oportunidade de elaborar novas narrativas em que o desenvolvimento territorial rural recupere sua vocação e caminhe na direção de avançar na construção de estratégias intersetoriais, articulando agenda territorial para garantir a adoção da Agenda 2030, e dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no mundo rural. Assim o mundo rural é cenário e tema de 132 das 169 metas dos ODS, destas, 36 metas devem ser realizadas exclusivamente em áreas rurais, como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua relação com o Desenvolvimento Rural Sustentável.

ODS	Análise das Dimensões para o Desenvolvimento Rural Sustentáveis
ODS 1 (pobreza) e 2 (fome e desnutrição)	Em todos os países a pobreza extrema está concentrada no mundo rural, e para eles ODS 1 (pobreza) e 2 (fome e desnutrição) são desafios e estão presentes nos territórios rurais, observa-se também que três das cinco metas do ODS 2 são de base rural: dobrar a produtividade agrícola e a renda dos agricultores familiares, garantir sistemas alimentares sustentáveis e resilientes e manter a diversidade genética de plantas e animais da qual depende a alimentação humana
3 (saúde), 4 (educação), 6 (água e saneamento) e 7 (energia)	Houve progressos em termos de cobertura rural, mas ainda há desafios consideráveis em termos da qualidade desses serviços. O ODS 6 deve ser realizado essencialmente em territórios rurais: gestão integral de recursos e proteção e restauração de ecossistemas. O objetivo do ODS 7 (aumentar a proporção de energias renováveis) é, ao mesmo tempo, um cenário de frequentes conflitos socioambientais, bem como um campo de oportunidades para o desenvolvimento territorial rural.
ODS 5 (igualdade de gênero)	Representa um enorme desafio nas áreas rurais. O mundo rural é marcado por profundas desigualdades de gênero e em muitas zonas rurais existem estruturas sociais e instituições fortemente arraigadas, que levam a sistemas de gênero discriminatórios.
ODS 8 (trabalho decente e crescimento), 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e 12 (consumo e produção responsáveis)	Estão no centro das estratégias de desenvolvimento econômico dos territórios rurais. Acelerar o crescimento econômico, aumentar a produtividade por meio da inovação, ampliar o acesso ao financiamento, promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, ampliar o acesso de trabalho decente para mulheres e jovens, erradicar o trabalho infantil e proteger os direitos são dimensões do ODS 8 absolutamente relevantes nos territórios rurais. No que diz respeito ao ODS 9, os territórios rurais apresentam um déficit acentuado de infraestruturas de qualidade, sustentáveis e resilientes, para apoiar tanto o crescimento econômico como o bem-estar. Por fim, dois objetivos do ODS 12 são eminentemente rurais: gestão sustentável e o uso mais eficiente dos recursos naturais e a redução das perdas e desperdícios de alimentos.

ODS 11 (cidades)	Um de seus objetivos chama atenção para a necessidade conservação do patrimônio natural e cultural dos países e esse patrimônio é a base do desenvolvimento de muitos territórios rurais
ODS 13 (ação climática), 14 (biodiversidade terrestre) e 15 (biodiversidade marinha)	A humanidade depende do desenvolvimento dos territórios rurais, a agricultura é a principal fonte e gases de efeito estufa, com uma contribuição de pouco mais de 40% das emissões totais. Inovação nas atividades produtivas e na forma de governança da ecossistemas e recursos naturais deve ser um dos motores centrais da nova economia rural
ODS 16 (Paz, justiça e instituições fortes)	A promoção do ODS 16 é essencial nos territórios rurais. A fragilidade das instituições e o Estado de direito que protege a todos igualmente nos territórios rurais, estão na origem de dezenas de conflitos socioambientais. em muitos territórios governança de recursos naturais e decisões estratégicas sobre opções de desenvolvimento, são decisivamente influenciados pelo exercício da força e por relações de poder político e econômico absolutamente desequilibradas em favor de poucos; Além disso, economias ilegais (não apenas drogas, mas pesca, mineração e extração de madeira não regulamentada e ilegal) se expandiram e dominam a paisagem de centenas de territórios rurais, o crime violento, criminalização de protestos sociais territoriais e assassinatos de centenas de lideranças sociais rurais, são fatores que impedem qualquer tentativa de desenvolvimento em muitas áreas rurais da região. Finalmente, ainda há muito o que fazer em termos de erradicação da corrupção e clientelismo. Sem avançar nas metas do ODS 16, será difícil realizar o desenvolvimento territorial na ALC.
ODS 17 (parcerias para o desenvolvimento sustentável)	Está na base do desenvolvimento territorial rural, em pelo menos dois de seus objetivos. A primeira é aquela que tem a ver com avançar em um sistema de comércio internacional baseado em regras equitativas e não discriminatórias; como se sabe, o desenvolvimento de muitas zonas rurais da nossa região está associado à agroexportação. A segunda das metas do ODS 17 que são relevantes para o DTR é a relativa à promoção de alianças e acordos intersetoriais, urbano-rurais, público-privados; sem eles, qualquer opção de desenvolvimento territorial simplesmente desaparece.

Fonte: Elaboração própria a partir de Berdegué e Favareto (2019)

Ainda segundo Berdegué e Favareto (2019), a vinculação da abordagem do desenvolvimento territorial rural com a agenda 2030¹³ e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem como aspecto mais significativo o convite

¹³ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – acordo internacional para implementação de uma agenda sobre o tema, estruturada em torno de 17 objetivos, desdobrados em 169 metas a serem alcançadas até 2030 – representam a mais ambiciosa tentativa em curso de coordenação em torno de valores e compromissos relacionados ao bem-estar humano e à conservação ambiental. Nos marcos do documento Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (UN, 2015), os ODS, as metas a eles associadas, a arquitetura de implementação e os meios de acompanhamento unificam acordos e estratégias em desdobramento às negociações internacionais do clima e do combate à pobreza, dando seguimento ao período de implementação do Protocolo de Kyoto e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. (Berdegué e Favareto, p. 95,2019)

implícito para que novas iniciativas sejam estabelecidas sobre como alcançar o crescimento, a conservação da natureza e o bem-estar, respeitando as interdependências entre os distintos ODS.

Assim, os autores concluem que a Agenda 2030 e os ODS são uma estrutura programática altamente relevante para o mundo rural, mas para o Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) abraçar os ODS duas mudanças são necessárias: uma está relacionada a narrativa sobre o DTR e sobre o estilo de desenvolvimento dos países para o mundo rural latino americano, compreendendo que não pode ser adotado uma estratégia diferente ou separado de crescimento, crescimento econômico e bem estar de cada nação; a outra mudança está relacionada com arquitetura das iniciativas de DTR, elas não podem emergir dos ministérios e de agendas setoriais com fracos mecanismos de coordenação, sendo assim, não será possível fazer a lógica da integração intersetorial que é essencial para o DTR.

Para Tartaruga e Sperotto (2022, p. 124) o desenvolvimento territorial pode ser definido a partir de cinco dimensões: “desenvolvimento técnico, crescimento econômico, desenvolvimento social, coesão social e desenvolvimento sustentável”. Assim os autores reconhecem que atuando nessas dimensões os territórios podem chegar a um desenvolvimento integrado.

[...] para o momento histórico atual de mudança no paradigma tecnoeconômico, a noção de desenvolvimento territorial tem como dimensões fundamentais o crescimento econômico (competitividade econômica), o desenvolvimento social (bem-estar social), a coesão social (diminuição das desigualdades territoriais), o desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ambiental) e o desenvolvimento técnico (apropriação tecnológica). Na última, a técnica é aquela dimensão que serve de amálgama de todas elas (Tartaruga e Sperotto 2022, p. 127).

Para os autores o desenvolvimento sustentável tem um papel fundamental, congregando as vertentes na sustentabilidade dos espaços urbanos e rurais, buscando redução da poluição e dos recursos ecológicos, já no espaço urbano e nas áreas rurais estimula a agricultura sustentável, há preocupação com as mudanças climáticas, principalmente nas regiões mais pobres. Aponta também para a necessidade da sustentabilidade das atividades produtivas que caminhe na direção

da economia sustentável. “A sustentabilidade tem um papel essencial não somente na resiliência local e global, ligada às mudanças climáticas ou à perda de biodiversidade, mas também na geração de inovações denominadas verdes”. (Tartaruga e Sperotto 2022, p. 127).

Entre as diversas abordagens de desenvolvimento, concordo com a ideia de Favareto et al., (2015), que reconhece que crescimento não é o mesmo que desenvolvimento. “Porque o crescimento econômico se mede pela expansão da produção e não pelos seus efeitos no bem-estar. E porque nem sempre o crescimento se faz acompanhar da melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Favareto et al., 2015, p. 17).

A trajetória recente do desenvolvimento territorial no Brasil se deu de forma desigual considerando a diversidade em nosso país, há um reconhecimento que na década de 2000-2010 foi um período marcado pelo crescimento econômico, com redução da pobreza e das desigualdades, (Favareto, 2022). Assim pode-se observar que houve uma melhoria em quase todos os indicadores e ela se deu de forma generalizada em praticamente em todo território nacional, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, mas há uma exceção com relação ao índice de desigualdade de renda, mesmo havendo redução da pobreza e o aumento renda, a desigualdade permaneceu estável ou mesmo aumentou.

Pode-se observar que o Brasil rural passou por grande transformação nas últimas décadas, essas transformações tiveram como marco a Constituição de 1988, que ampliou a garantia de direitos como a estruturação dos sistemas nacionais de políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde, que ampliou os investimentos e o acesso aos equipamentos sociais nas pequenas cidades. Nos anos 1990 como a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, assim como o Pronaf, associada à ampliação e diversificação de programas para Agricultura Familiar, somado com o fortalecimento das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família que contribuiu de forma significativa para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares.

Desde os anos 2000 o Brasil é pioneiro na implementação de políticas públicas específicas para a segurança alimentar e nutricional, apoio à agricultura

familiar, as comunidades tradicionais, manejo dos recursos naturais e na defesa do desenvolvimento territorial, mas a partir de 2016, com a cassação da presidente Dilma Rousseff, passamos a acompanhar um processo de desmonte das políticas públicas, como bem expressa Sabourin (2022, p.152) ao afirmar que há um “desmonte de políticas rurais e ambientais a partir do governo Bolsonaro”:

No caso do governo Bolsonaro, paradoxalmente, o desmantelamento simbólico teve duas faces. De um lado, certas políticas foram cortadas, mesmo sendo já marginais, pelo seu valor ideológico (a política nacional de agroecologia e produção orgânica ou o apoio às comunidades indígenas e povos tradicionais). Por outro lado, o desmantelamento de outras políticas, também associadas ao governo anterior do Partido dos Trabalhadores, foi anunciado com muita publicidade. Apesar do intenso nível discursivo, por diversas razões (técnicas, constitucionais ou administrativas) o desmantelamento não foi totalmente realizado ou completado (Sabourin, 2022, p.151).

O autor com base nos estudos de Leite (2020) e Sabourin et al., (2020b) também reconhece que o desmonte das políticas públicas “se traduz na extinção dos espaços de consulta e de participação política, como os conselhos setoriais, temáticos ou territoriais”.

2.2.6 Agroecologia e os Métodos de Avaliação da Transição Agroecológica

A perspectiva agroecológica aponta para um novo padrão de produção agropecuária, capaz de apoiar a busca de alternativas mais sustentáveis ao estilo convencional de agricultura. Segundo Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a agroecologia não só trata do manejo ecológico dos recursos naturais, constitui um campo científico com um enfoque holístico e sistêmico, visando contribuir para que possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica,

Ainda que possa parecer demasiado filosófico, nunca é demais enfatizar que a Agroecologia tem como um de seus princípios a questão da ética, tanto no sentido estrito, de uma nova relação com o outro, isto é, entre os seres humanos, como no sentido mais amplo da intervenção humana no meio ambiente. Ou seja, como nossa ação ou omissão podem afetar positiva e/ou

negativamente a outras pessoas, aos animais ou à natureza. (Caporal, Costabeber, Paulus, 2006, p. 7).

Caporal, Costabeber (2004), reconhecem que a agroecologia enquanto campo de estudo multidisciplinar, sua principal virtude está relacionada com a incorporação de dimensões mais abrangentes e complexas, incluindo variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da produção agrícola. Essas são as condições que possibilitam a transição da agricultura convencional para estilos de produção com base ecológica e, portanto, com maiores graus de sustentabilidade. Para os autores o termo transição pode designar a “ação ou o efeito de passar de um modo de ser ou de estar a outro distinto”, ou a passagem de um estado a outro, se referindo fenômenos naturais, como fenômenos sociais. Assim, a definição de transição agroecológica caminha na direção de assegurar a sustentabilidade, como expressam os autores abaixo:

Podemos definir a transição – caracterizada pelo processo de ecologização – como a passagem do modelo produtivista convencional ou de formas de agricultura tradicional à estilos de produção mais complexos sob o ponto de vista da conservação e manejo dos recursos naturais, o que contempla tanto a via da intensificação verde como a via da transição com base na Agroecologia. Não obstante, agregando mais complexidade ao conceito, podemos entender a transição – neste caso, agroecológica – como o “processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária”, a única via capaz de atender requisitos de natureza econômica e socioambiental, entre outros. (Caporal, Costabeber, 2004, p. 91).

Altieri (2012) também reconhece as bases científicas da agroecologia para uma agricultura sustentável, o mesmo afirma que a Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimento e experiências que vêm sendo desenvolvidas pelos agricultores em seus processos de experimentação. Assim o autor “ênfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação, por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores”. (Altieri, 2012 p.16).

Segundo Gliessman, et, al. (2007), a transição para novos estilos de agricultura aponta para a necessidade de examinar o sistema de produção como um agroecossistema¹⁴, o mesmo não deve ser visto como atividade estritamente produtiva, gerida principalmente por pressões econômicas, mas também há necessidade restabelecer a consciência da base ecológica em que se baseia a agricultura, com um enfoque para a promoção de sistemas sustentáveis.

Para entender as mudanças ocorridas em um agroecossistema um conjunto de metodologias participativas vêm sendo implementadas buscando compreender como a agroecologia contribui para a manutenção da sustentabilidade. Gliessman (2007) aponta para a necessidade das pesquisas em ajudar a responder questões mais amplas e abstratas tais como: o que é sustentabilidade e como sabemos que a alcançamos, com as abordagens mais amplas do sistema alimentar, a transição contribuirá com a transformação de visão, pensamento e conceituação da vida, da terra e do planeta onde vivemos.

Segundo Petersen, et al., (2017), mesmo com o crescimento social e político-institucional da agricultura familiar e da Agroecologia, observa-se ainda carência de ferramentas de análise que permita entender a superioridade dos agroecossistemas de gestão familiar sobre as lógicas empresariais que fundamentam o capitalismo agrário. Foi buscando superar essa lacuna que a AS-PTA, desde a década de 1990, vem se empenhando no desenvolvimento de referências de análise sobre as estratégias de produção e reprodução econômica e ecológica da agricultura familiar que se traduziu em instrumentos metodológicos e na construção compartilhada de conhecimentos com as famílias e com as organizações parceiras.

¹⁴O agroecossistema é criado quando a manipulação humana altera um ecossistema com o propósito estabelecer a produção agrícola, introduzindo várias mudanças na estrutura e função do ecossistema natural e, como resultado, ele muda uma série de qualidades-chave no nível do sistema. (GLIESSMAN, 2007). Petersen, et al. (2017), Agroecossistema corresponde à unidade econômico-ecológica delimitada pelo espaço ambiental no qual o NSGA se apropria de bens ecológicos para convertê-los, através de seu trabalho, em bens econômicos, sejam eles agrícolas, pecuários ou extrativistas. Esse espaço contempla áreas próprias, áreas arrendadas, alugadas, de uso coletivo (represa, lagoa, rio, pastagem etc).

Assim, o trabalho desenvolvido pela AS-PTA voltou-se para o estudo da economia dos agroecossistemas geridos pela agricultura familiar para o qual foram incorporados princípios e ferramentas propostas pelo método Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (Mesmis). Outra referência que também foi incorporada nas análises propostas pela AS-PTA foi o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários, formulado no quadro do projeto de cooperação técnica Incra/FAO com vistas à produção de conhecimentos sobre a economia da agricultura familiar no Brasil.

Assim, tais trabalhos possibilitaram a sistematização de um conjunto de instrumentos e ferramentas que deram origem ao Método de Análise Econômico-ecológica de Agroecossistemas (LUME). Esta proposta metodológica de avaliação da transição agroecológica no âmbito da agricultura familiar brasileira passou a ser utilizada pelas organizações que integram a Rede ATER NE na última década.

Uma das primeiras iniciativas de aplicação na Rede ATER NE se deu no âmbito do projeto de pesquisa executado em parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), executado entre 2014 e 2017¹⁵, com o “objetivo [de] avaliar os efeitos de programas públicos voltados à promoção da segurança hídrica em comunidades rurais sobre os níveis de resiliência socioecológica da agricultura familiar na região”. (Petersen, et al. 2021, p. 74). Assim:

A aplicação exitosa do método ao estudo de temas específicos sugere novas possibilidades de uso para que outros focos analíticos sejam explorados. Dentre eles, destacam-se os temas da segurança alimentar e nutricional, as relações de gênero e geração, o impacto e a adequação de políticas públicas, as estratégias de acesso a mercados e de gestão de bens comuns (Petersen, et al. 2017, p. 9).

A formalização do método atendeu uma demanda da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) por uma apresentação sistematizada dos referenciais teórico-conceituais e metodológicos que dão coerência ao método. Assim, este método passa

¹⁵ O projeto foi financiado com recursos alocados à Chamada MCT/ CNPq/CT-Hidro N°36/2013, particularmente na linha temática Manejo da água e do solo em áreas de processo de desertificação.

atender uma demanda das organizações do campo agroecológico na instrumentalização da realização de estudos que produzam evidências da superioridade da Agroecologia, em detrimento do agronegócio, como enfoque técnico-econômico para a gestão de agroecossistemas na agricultura familiar. (Petersen, et al. 2017).

O Lume, enquanto método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas, proposto pela AS-PTA lança luzes sobre relações socioeconômicas e de poder que condicionam os processos de trabalho na agricultura familiar. Desse modo:

O desenvolvimento do método se fundou na necessidade de dar visibilidade a relações econômicas, ecológicas e políticas que singularizam os modos de produção e de vida da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e que têm sido historicamente ocultadas ou descaracterizadas pela teoria econômica convencional (Petersen, et al. 2017).

O objetivo principal do método é lançar luzes sobre as formas de organização dos sistemas alimentares, dando visibilidade a um conjunto de fatores e relações que são deixadas à sombra pelas teorias científicas e pela cultura patriarcal que estrutura as relações de poder na sociedade (Petersen, et al. 2017). Sendo assim:

O método articula um conjunto de procedimentos para obtenção e análise de informações e dados sobre os agroecossistemas. Além de determinar o universo de informações a ser levantado a campo, o método propõe um ordenamento específico para relacioná-los de forma coerente com as perspectivas da economia ecológica, da economia política e da economia feminista (Petersen, et al. 2017, p.89).

Ao entender os agroecossistemas como unidades de gestão econômico-ecológicas contextualizadas em territórios, os autores chamam atenção que o método dialoga com teorias críticas¹⁶ para revelar as dimensões da vida social e do trabalho

¹⁶ A **Economia Ecológica**, como o estudo dos processos cíclicos entre os bens ecológicos e os bens econômicos e como fundamento da análise da sustentabilidade desde a escala local até a escala global; A **Economia Política**, como o estudo das relações de poder implicadas nas esferas de produção, transformação e circulação de valores bem como a distribuição social da riqueza gerada pelo trabalho. A **Economia Feminista** que, a partir da crítica aos fundamentos da economia convencional,

que são ocultadas pela teoria econômica hegemônica, como: Economia Ecológica; Economia Política e Economia Feminista. Compreende-se, portanto, que:

O enfoque proposto nesse método de análise econômica dos agroecossistemas abandona, em primeiro lugar, o mercado e o valor-utilidade das mercadorias como eixo central da atividade econômica e restaura a centralidade do trabalho nos processos de produção e reprodução social. Simultaneamente, rompe com a dicotomia entre as chamadas esferas do trabalho produtivo e reprodutivo, na medida em que entende as duas esferas de trabalho como estruturalmente constitutivas dos processos de geração de valor. Ao ressituar a natureza e o papel do trabalho da mulher nas economias familiares, esse entendimento golpeia as relações político-ideológicas e culturais que mantêm a organização familiar fundada no patriarcalismo e na divisão sexual do trabalho. (Petersen, et al. 2017, p.23-24).

O método valoriza as diferentes esferas de trabalho realizado nos agroecossistemas pelos membros da família, contribuindo para visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres em diferentes esferas da vida econômica familiar, compreendendo também o trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico que geralmente é exercido pelas mulheres.

A FAO (2020), em conjunto com parceiros da academia, institutos de pesquisa e sociedade civil, também tem incorporado ao longo da última década a Agroecologia e seus métodos na avaliação da promoção de Sistemas Agrícolas Sustentáveis. Para isso, desenvolveu o instrumento de Avaliação do Desempenho Agroecológico (TAPE), proposta pela FAO que reúne os dez¹⁷ elementos da agroecologia que orientam a apoiar as transições agroecológicas em diferentes escalas e em diferentes locais, por meio de processos informados de formulação de políticas.

propõe novos conceitos e instrumentos analíticos para reconhecer e dar visibilidade ao trabalho das mulheres, bem como a sua participação na geração e na apropriação da riqueza social.

¹⁷ Os 10 Elementos de Agroecologia foram desenvolvidos por meio de um processo de síntese. Baseiam-se na literatura científica seminal sobre agroecologia – em particular, os cinco princípios da agroecologia de Altieri e de Gliessman (2015) cinco níveis de transição agroecológica. Essa base científica foi complementada por discussões realizadas em ambientes de oficinas durante os encontros regionais multi-atores da FAO sobre agroecologia de 2015 a 2017, que incorporaram valores da sociedade civil sobre agroecologia e, posteriormente, várias rodadas de revisão por especialistas internacionais e da FAO. (FAO, 2018)

O objetivo do TAPE é contribuir com a avaliação dos sistemas de produção em relação a diferentes dimensões (ambiental, social e cultural, econômica, saúde e nutricional e governança) e escalas (sistemas de produção, comunidades, territórios, zonas agroecológicas, etc.). Segundo a FAO, o método TAPE também tem a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de projetos para melhorar o conhecimento e coletar dados sobre agricultura sustentável, e o papel específicos das abordagens agroecológicas. As informações coletadas por meio do TAPE são disponibilizadas em um banco de dados central e acessadas por uma ampla variedade de partes interessadas.

2.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.3.1 Caracterização do Território de Atuação da Rede Regional de Mulheres

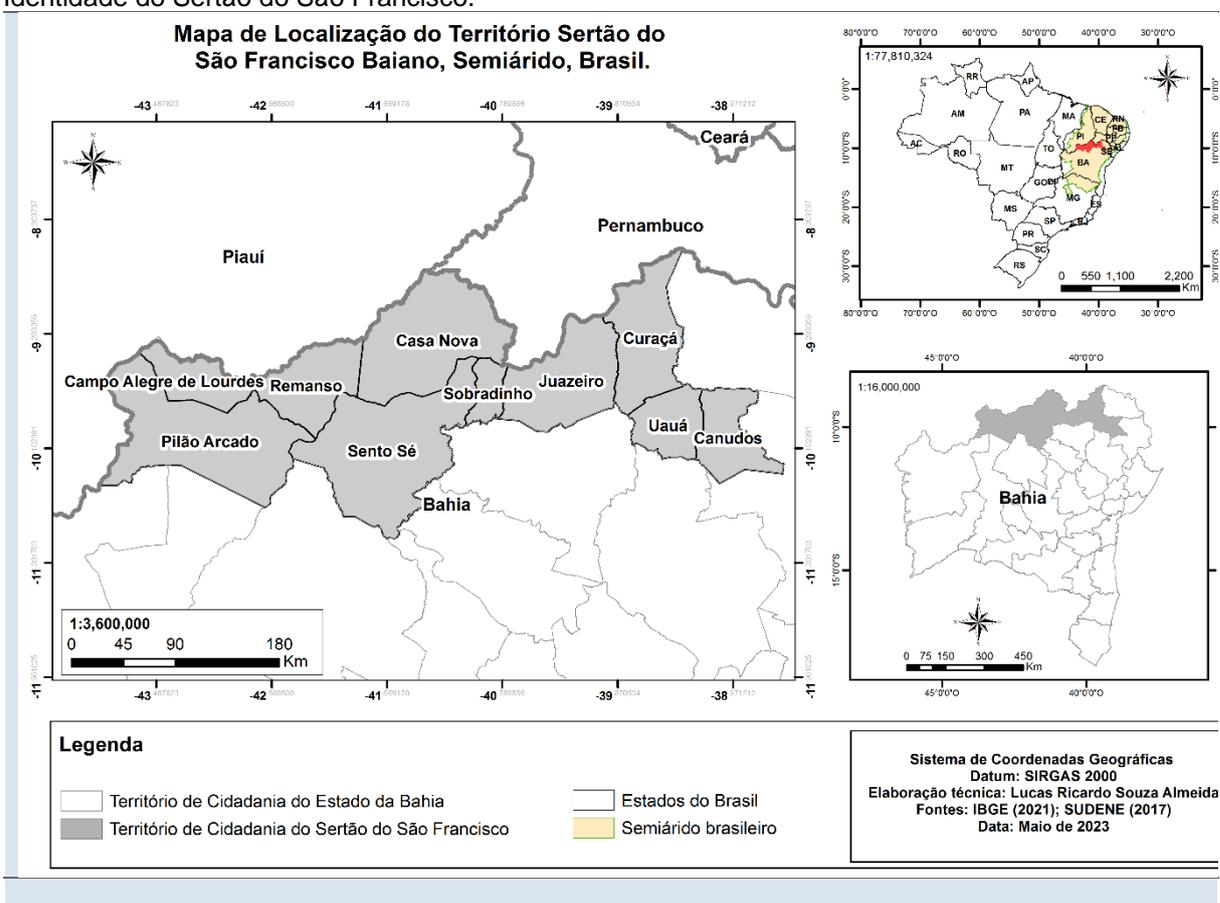
Como já foi apresentada na introdução deste trabalho, a pesquisa foi realizada com a Rede Regional de Mulheres que atua no Território de Identidade do Sertão do São Francisco¹⁸, localizado no Vale do São Francisco, no Norte da Bahia, ocupando uma área de 61.610 km² (IBGE, 2013), o que corresponde a aproximadamente 11% do território estadual. É composto pelos municípios: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado e Uauá.

O Território está totalmente inserido na porção semiárida da Bahia. Predomina o clima semiárido (SEI, 2018). O território apresenta baixos índices de

¹⁸ O **Território de Identidade** é a unidade de planejamento de políticas públicas, constituído por agrupamentos identitários municipais. O TSSF é um dos territórios de identidade estabelecidos pelo governo do Estado da Bahia, através da Lei Estadual no 13.214, de 29 de dezembro de 2014, estabeleceu a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os 27 (vinte e sete) Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER's. Assim o CODETER's são fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, auxiliando o Cedeter no cumprimento das suas competências previstas na Lei. (<http://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/>), acesso 31/05/2022.

chuva, nos últimos anos, entre 2011 e 2018, esses índices baixaram drasticamente, tipificando uma grande seca. Essa redução prejudicou as roças de sequeiro, a criação de caprinos e ovinos, a apicultura e a coleta de frutos da Caatinga (Shmitt, et al., 2020). A figura 02 situa o TSSF no Semiárido brasileiro

Figura 2: Mapa dos Territórios de Identidade do estado da Bahia e localização do Território de Identidade do Sertão do São Francisco.



Fonte: IBGE (2021), Sudene (2017)

Segundo o IBGE a população total do Território é de 553.098 habitantes em 2022. Os quatro municípios mais populosos são: Juazeiro (235.816 habitantes),

asa Nova (72.085), Remanso (40.586) e Sento Sé (38.158), conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1: População e IDHM do Território Sertão do São Francisco (TSSF)

População	Censo de 2010	Censo [2022]	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]
Juazeiro	197.965	235.816	0,677
Casa Nova	64.940	72.085	0,570
Remanso	38.957	40.586	0,579
Sento Sé	37.425	38.158	0,585
Pilão Arcado	32.860	35.357	0,506
Curaçá	32.168	34.180	0,581
Campo Alegre de Lourdes	28.090	30.671	0,557
Uauá	23.991	24.665	0,605
Sobradinho	22.000	25.475	0,631
Canudos	15.732	16.105	0,562
Total da população	456.703	553.098	

Fonte: IBGE, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/remanso.html>

A Bacia Hidrográfica do São Francisco ocupa a maior parte do território, é o único rio perene do Território. O rio percorre 420 km no TSSF e margeia a maioria dos municípios, com exceção de Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Canudos. Além do São Francisco, os principais rios são o Vaza-Barris, Curaçá, Rosário, Jacaré ou Vereda Romão Gramacho e Salitre. Na década de 1970 foi construída no Rio São Francisco, a hidrelétrica de Sobradinho que inundou a sede dos municípios de Remanso, Pilão Arcado, Sento-Sé, Casa Nova e Sobradinho provocando o deslocamento de diversas comunidades rurais. Segundo Schmitt, et al. (2020), “com a instalação da barragem e a formação do lago de Sobradinho, houve o deslocamento de aproximadamente 70 mil pessoas, das quais 80% camponesas/es, aumentando os conflitos de terra nas áreas próximas ao lago”

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS), Bahia (2018), apresenta um breve histórico da construção social do Território de Identidade Sertão do São Francisco, identificando três ciclos históricos distintos na

sua ocupação, definidos como: o ciclo da pecuária no período colonial, o ciclo da Navegação até meados da década de 1970 e o ciclo da Modernização Capitalista, com implantação da irrigação “moderna” no polo, ainda em curso.

O primeiro ciclo inicia em 1553, quando deu início as “entradas” para o interior da colônia, orientadas à obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, “mais tarde, fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas” (Germani, p. 6012, 2005). Período marcado pelo sistema de Sesmarias, adotado pela coroa portuguesa. Com a expansão da cana-de-açúcar no litoral, os pecuaristas foram obrigados a encontrar pastagem cada vez mais distante no interior das Sesmarias, sendo que um dos currais de gado da Casa da Torre localizou-se nas terras ao norte do rio São Francisco, no sertão da Bahia.

Esse processo caracterizou-se pelo desenvolvimento da pecuária extensiva e dos garimpos e foi viabilizado pelas condições oferecidas pelo Rio São Francisco e pela abertura de uma estrada que passou a ligar a metrópole de então aos principais centros do Nordeste, como demonstrado em (Bahia, 2018. P. 18):

As atividades desenvolvidas na beira do rio – pesca e agricultura de vazante - e nas grandes áreas de sequeiro, pecuária extensiva e agricultura ajudaram a configurar algumas das identidades sociais do Território: o ribeirinho, o coronel/latifundiário, o vaqueiro e o posseiro. Com a expansão da pecuária e a evolução do comércio, desenvolveram-se as cidades ribeirinhas e consolidaram-se as grandes propriedades.

Assim, esse ciclo é marcado pela constituição dos latifúndios, o crescimento da população e a formação e crescimento dos grupos familiares originando o processo de interiorização de ocupação do espaço, marcado pelo embate entre latifundiários e camponeses com pouca ou nenhuma terra.

Para Germani (2005, p. 6013), o segundo ciclo foi marcado pela descoberta de minas no Alto São Francisco, quando a economia de todo o vale teve um grande impulso, sendo que as minas passaram a constituir um atrativo de mercado de demanda para o gado:

A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda extensão do vale, constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais que serviram, posteriormente, como pontos de escoamento para os principais centros urbanos do Norte, Nordeste e Sul da colônia. Até fins do século XVII, o gado constituiu a base da riqueza regional (Germani, 2005, p. 6013).

No período colonial, o rio São Francisco foi estratégico por questões de geopolítica, de segurança nacional e de controle do território. Conforme afirma Filho (2005, p. 84):

O rio São Francisco serviu de via para transporte de alimento (milho, feijão, carne seca, rapadura, farinha) destinado ao suprimento das minas de ouro; por ele seguiam escravos e garimpeiros vindos de outras regiões. Serviu também para evasão (saída) de ouro que chegava até Salvador. Graças a este particular, o controle da navegação pelo rio tornou-se mais incisivo por parte da Coroa portuguesa que chegou a proibir o tráfego de mercadorias, o ouro em particular, sendo permitido apenas o transporte de alimentos destinados ao abastecimento das minas. (Filho, p.84)

O autor também reconhece que no período da mineração houve uma forte expansão da pecuária no vale e um aumento significativo da população, formando vários povoados que deram origem a cidades espalhadas em toda a extensão do rio São Francisco. “O rio São Francisco recebeu a denominação de “Rio dos Currais”, e a partir da Independência do Brasil, passou a ser chamado de “Rio da Integração Nacional”, porque proporcionou a ligação direta entre o Nordeste e Sudeste do país”. (Filho, p. 84, 2005).

Segundo Germani (2005), o comércio de Minas voltou-se para o mar, o rio perdeu o papel de grande caminho e a região do vale sofreu um retrocesso, embora o rio mantivesse durante muito tempo um papel importante na comunicação nacional. Em 1872, tem início a navegação a vapor, a partir do chamado Saldanha Marinho, cuja importância só diminuiria com a tardia integração do espaço nacional por via terrestre.

A questão da navegação do São Francisco sempre fez parte dos planos de ações de todos os governos. Entretanto as ações foram sempre reduzidas ao corredor da hidrovía, e, quando muito, incluía-se infraestrutura de navegação e portuária. Em paralelo aos sucessivos planos para revitalizar a navegação, outras ações

governamentais e diferentes usos econômicos das águas do São Francisco concorreram para o declínio da navegação.

Segundo Nunes e Pereira (2019), o São Francisco e seu território, além de serem fornecedores de recursos naturais, o mesmo foi alvo, a partir da década de 1940, de um projeto estatal de barramento de suas águas para fins de geração de energia elétrica. De acordo com Siqueira (2017, p.10) “o “rio dos currais” tornou-se “rio da energia”, sacrificado numa cascata de barragens, com 70% de suas águas comprometidas na produção de hidroeletricidade”.

Essa transformação teve implicações significativas para o ecossistema do rio São Francisco, afetando a vida aquática, os processos naturais de vazão e sedimentação, bem como as atividades econômicas e sociais das comunidades que dependem do rio para abastecimento de água, pesca, agricultura e outras atividades.

A intensidade da ação humana sobre os recursos naturais, gerou degradação ambiental do rio e dos seus afluentes, decorrentes de atividades econômicas predatórias e de políticas públicas equivocadas que contribuíram no processo de erosão fruto do desmatamento sem controle, bem como pela poluição das águas por meio do lançamento de dejetos industriais e domésticos sem tratamento adequado (Bahia, 2018; Nunes e Pereira, 2019).

É importante destacar tal qual nos primeiros séculos de colonização do vale, a agricultura que foi implantada no vale do São Francisco, em princípio voltado para subsistência, ainda hoje conserva as mesmas características, sendo que a atividade pecuária assume maior destaque do que o cultivo da terra. Nunes e Pereira (2019, p. 22), afirmam que “outras atividades econômicas se tornassem viáveis no vale do São Francisco, e até hegemônicas, essa primeira forma de sustento de parte da população gerou gradativamente um modo de vida próprio, uma cultura específica, um modo de vida do povo sertanejo”.

O terceiro ciclo de ocupação do TSSF, segundo Bahia (2018, p. 22) se caracteriza pelo “o ciclo da modernização tecnológica capitalista” no espaço hoje denominado Território Sertão do São Francisco que iniciou com a instalação da hidroelétrica que formou o lago de Sobradinho e o plano para o desenvolvimento da agricultura irrigada, implementada pela extinta Comissão do Vale do São Francisco

(CVSF), sucedida pela Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) e atualmente pela Companhia dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). Com isso:

Essas novas funções e atividades atribuídas e estimuladas no vale (hidroeletricidade e agricultura irrigada) constituem fatos relativamente recentes no histórico de ocupação da região e, adicionalmente, impactam, para o bem e para o mal, o meio ambiente de modo muito mais intenso que atividades regionais vetustas, como a criação de gado, a agricultura de subsistência e a pesca (Nunes; Pereira, 2019, p. 25).

Siqueira (2017) afirma que a partir de 1968, foram instalados os dois primeiros perímetros públicos irrigados, Bebedouro em Petrolina-PE e o Mandacaru em Juazeiro-BA, depois foram implantados, Maniçoba, Curaçá, Nilo Coelho, Tourão, neste último se encontra a empresa Agrovale que tem a maior área de cana irrigada do mundo. “No total a área irrigada na região já ultrapassou 100 mil hectares e segue crescendo, com outros perímetros públicos sendo implantados no Submédio São Francisco” (Siqueira, 2017, p.10).

Assim pode-se observar que as áreas ao entorno do rio São Francisco constituem o principal receptor de investimentos, principalmente, para os projetos de irrigação. Após a construção da Barragem de Sobradinho, ampliou o fornecimento de energia elétrica. “Na maior parte do território, prevalecem as áreas dependentes de chuva, sendo que nos últimos anos observou-se uma reorganização da população em torno das diferentes formas de captação da água” (BAHIA, p.17), assim descrito:

Durante o governo militar, o Estado trabalhou intensamente no território para a implantação de perímetros irrigados, realizando projetos de infraestrutura e direcionando políticas de crédito agrícola e assistência técnica para disseminar as tecnologias da Revolução Verde. Com a rede democratização, apesar do apoio contínuo das agências estatais ao modelo agroquímico, o foco de parte das políticas mudou significativamente devido ao crescente reconhecimento da agricultura familiar e ao fortalecimento dos movimentos sociais que pediam atenção às precárias condições de vida das comunidades camponesas pobres e exigiam políticas específicas (Monteiro; Guedes, 2021, p. 87).

Como pôde ser observado, na descrição do terceiro ciclo de ocupação do TSSF, caracterizado como o “ciclo da modernização tecnológica capitalista”,

poderíamos estar apresentando um quarto ciclo que é o da instalação de parques eólicos, como apontado pelo autor Ruben Siqueira (2017), que não deixa de ser a continuidade do “ciclo da modernização tecnológica capitalista”. Este ciclo representa uma ameaça recente ao meio ambiente e à população local. “Estas serras que margeiam a Bacia do São Francisco e os lagos de Sobradinho e de Itaparica têm os melhores ventos para energia eólica, porque são ventos constantes, nem fortes nem fracos demais” (Siqueira, 2017, p.15). A instalação dos parques eólicos tem gerado impactos ambientais, como a interferência na paisagem, a poluição sonora e a morte de aves e morcegos devido à colisão com as torres e aerogeradores. Além disso, a instalação desses parques muitas vezes é feita sem a consulta e o consentimento prévio das comunidades locais, o que fere os direitos dessas populações e tem gerado conflitos socioambientais.

De acordo com Monteiro e Guedes (2021), o TSSF é um campo fértil para o debate sobre desenvolvimento rural. Nesse Território é possível identificar estratégias de desenvolvimento contrastante, como das cadeias produtivas do agronegócio, com cultivo de frutas em projeto de irrigação próximo ao rio São Francisco, ou às margens do Lago de Sobradinho, com o uso intensivo de agroquímicos e as áreas de sequeiro nas comunidades de Fundo de Pasto¹⁹, onde predomina a agricultura familiar, dedicada à criação de caprinos e ovinos e aos campos de mandioca, milho e feijão, além da apicultura e criação de galinhas e cultivo de hortaliças e algumas árvores frutíferas ao redor da casa e da extração de plantas nativas da caatinga, como o umbu , maracujá nativo e diversas plantas medicinais.

A atuação da Diocese de Juazeiro no início da década de 1980 foi uma base importante para a formação e a renovação das lideranças e diretorias de diversas

¹⁹ [...] pode-se entender o Fundo de Pasto como uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano (Alcântara; Germani, 2009, p. 13-14).

organizações, principalmente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região que:

No final do século XX, foram criados ou se instalaram na região diversos movimentos e organizações que intensificaram e ampliaram o trabalho de organização comunitária e assessoria iniciado pela Igreja Católica na década de 1980. Entre eles, a Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes (Coapical), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), estas duas últimas reconhecidas como organizações de assessoria à agricultura familiar. (Schmitt, et al., 2020, p.226).

O surgimento dessas organizações foi fundamental para fortalecer o trabalho com as famílias de agricultores familiares e suas organizações, assim com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da diocese e das paróquias foi possível disseminar um conjunto de experiências numa perspectiva da Convivência com o Semiárido com base na agroecologia, contribuindo dessa forma para melhorar as condições de vida das famílias que vivem nesse território.

Com a construção da Política Territorial, desde 2004, no TSSF houve uma mudança nas discussões sobre o desenvolvimento, principalmente no processo de incidência, articulação e proposição de políticas públicas que considere o desenvolvimento rural numa perspectiva da sustentabilidade em consonância com os princípios da agroecologia e da Convivência com o Semiárido. Isso pode ser observado no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS, quando afirma que a Política Territorial tem arranjos institucionais que pretende valorizar o desenvolvimento sustentável “da produção familiar, a sustentabilidade dos ecossistemas e dos recursos naturais, a equidade social, a cidadania, a valorização das comunidades e povos tradicionais e a educação contextualizada do e no campo”. (Bahia, 2018, p. 24).

Assim pode se observar que no TSSF, a política territorial, no primeiro momento pôde contar com uma maior articulação das organizações da sociedade civil, com o passar do tempo o Estado foi criando novas institucionalidades por meio de decretos e leis. O espaço da participação está presente na política, mas a

efetividade dessa participação se dá de forma diferenciada, uma vez que o colegiado territorial é um espaço consultivo e não tem a institucionalidade de operacionalizar políticas públicas, ou seja, de receber e administrar recursos públicos. “O CODETER é um espaço que não possui institucionalidade para executar ações, dessa forma, uma das propostas da política territorial da Bahia é o incentivo aos Consórcios Públicos, pois, esses podem receber e operacionalizar recursos públicos”. (Fornazier, Perafán 2018, p. 25).

2.3.2 Pressupostos Teórico-Metodológicos

O presente estudo foi realizado com base nos pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa qualitativa, dialogando com a pesquisa participante, propondo uma abordagem científica que valoriza a participação das agricultoras na construção do conhecimento agroecológico. Essa escolha está associada à minha interação e o envolvimento com as ações realizadas pela Rede de Mulher, principalmente pelo interesse que as mulheres possam ser protagonistas na realização da pesquisa e que seus resultados contribuam para fortalecer o processo de organização e de incidência política na luta pela igualdade de gênero e na melhoria das condições de vida das famílias que vivem no Semiárido.

De acordo com Perruzzo (2003), a pesquisa participante é uma abordagem de pesquisa que se baseia na interação direta do pesquisador com a situação ou grupo estudado. Ela visa entender o fenômeno em estudo por meio da observação, coleta de informações e análise dos dados obtidos. O pesquisador desempenha um papel ativo e participativo no processo, estabelecendo uma relação próxima com os participantes da pesquisa. A autora destaca que a pesquisa participante valoriza o conhecimento e as perspectivas dos participantes, buscando envolvê-los ativamente no processo de pesquisa e promovendo uma abordagem mais colaborativa. Essa opção metodológica também encontra embasamento na análise feita por Paulo Freire, quando diz:

Se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento (Freire, 1981, p. 35).

Como convivo diariamente no espaço pesquisado e percebendo o dia a dia das colaboradoras da pesquisa, posso dizer que a pesquisa também apresenta fortemente aspectos epistemológicos e conceituais da etnografia, como expressa Mattos (2011, p 49): “esta abordagem de pesquisa traz algumas contribuições importantes ao campo das pesquisas qualitativas, especialmente aquelas que se interessam pelos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão”. A autora reconhece que a etnografia como abordagem de investigação científica implica em:

1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado.

Foi dessa forma que transitei no decorrer da pesquisa, participando do cotidiano das mulheres da REDE, como agente mobilizadora dos processos de organização das mulheres, corroborando com Gil (2014, p. 31), quando afirma que “a pesquisa participante se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”. De acordo Fals Borda (1983) a pesquisa participante responde especialmente às necessidades de populações das classes mais carentes nas estruturas sociais, levando em conta as suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir, sua metodologia procura incentivar o desenvolvimento das capacidades dos grupos pesquisados. Esse é o propósito da entidade da qual faço parte, SASOP, e com ela fui tecendo o enredo dessa pesquisa.

Assim, a pesquisa dialoga com a perspectiva identidade narrativa que busca compreender como afirma Carvalho (2003, p.293) “a conexão entre indivíduo e seu ambiente sócio-histórico, são valorizados, na perspectiva biográfica, o autorrelato,

a ideia de trajetória, e a própria noção de biografia como expressões privilegiadas desse encontro paradigmático”. Uma abordagem feminista tem uma forte relação com a pesquisa etnográfica, segundo Angrosino (2009, p. 23), a etnografia baseada na abordagem da história de vida é vista como uma maneira de “dar voz” a pessoas historicamente relegadas as margens da sociedade; é também uma maneira de preservar a integridade dos indivíduos.

Nessa pegada da abordagem da história de vida fomos construindo nossas categorias de análise sendo as principais: 1) Agroecologia e as experiências de transição agroecológica protagonizadas pelas mulheres; 2) Economia feminista / mulheres na economia solidaria; 3) Políticas Públicas de fortalecimento da agricultura familiar e da Convivência com o Semiárido e da agroecologia; 4) Equidade de gênero e protagonismo das mulheres nos espaços privados e públicos, problematizando as relações sociais de gênero no âmbito da unidade familiar, retirando da invisibilidade práticas de opressão contra as mulheres, além de visibilizar a contribuição das mulheres na economia familiar e para a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Com isso fomos construindo o caminho metodológico da pesquisa sempre envolvendo as colaboradoras da mesma em todo o processo, tanto de coleta de dados quanto de análise. De acordo com Lourenço (2017, p.333), “a coleta de dados se desenvolve de forma dinâmica com os outros instrumentos de tal modo que a descoberta de informações dá abertura para a coleta de novos dados, garantindo uma constante retroalimentação do processo de pesquisa”. Assim, a pesquisa analisou a equidade de gênero e o protagonismo das mulheres nos espaços privados e públicos, problematizando as relações sociais de gênero no âmbito da unidade familiar.

Essa análise foi compartilhada com a Rede de mulheres. Carrasco (2006) expressa que é fundamental compreender a situação das mulheres a partir do olhar das próprias mulheres, identificando suas potencialidades, suas riquezas, e não ficar restrito àquilo que falta para se igualarem aos homens. No percurso metodológico da pesquisa foram realizadas as atividades descritas no quadro 02:

Quadro 2:: Síntese do percurso Metodológico da Pesquisa

1. Reunião com a coordenação da Rede Mulher: espaço para apresentação e
--

- planejamento das ações da pesquisa / checagem de dados/ devolutiva
2. **Participação nas atividades realizadas pela Rede de Mulheres:** Reuniões de planejamento e avaliação; Assembleias Rede regional (2019, 2021, 2022) Oficinas; Seminários; visitas de Intercâmbios; Feiras Agroecológicas. Participar desses momentos foi fundamental para estabelecer uma escuta e troca de conhecimento, proporcionando um aprofundamento sobre suas lutas e conquistas, bem como seus desafios e avanços. É importante destacar que no período da pandemia do COVID 19 estas atividades de forma presencial foram suspensas, nesse período aconteceram algumas atividades de forma remota como reuniões e capacitações online. Essa adaptação foi importante para que a rede pudesse manter a sua atuação mesmo diante das restrições impostas pela pandemia.
 3. **Rodas de conversas com as Redes dos municípios:** Presencial (Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé); Remota (Uauá, Sobradinho, Casa Nova). Neste momento foi feita aplicação de questionário para caracterização do perfil socioeconômico e participação política das agricultoras (Anexo I)
 4. **Realização de 13 entrevistas com as mulheres que participam da Rede (anexo II)**
 5. **Realização de entrevistas com técnicas das organizações: SAJUC, IRPAA, CAR**
 6. **Análise 101 Cadernetas Agroecológicas do TSSF**
 7. **Análise de 14 agroecossistema (Método Lume)**
 8. **Realização de 02 Estudos utilizando a metodologia do Método Lume:** (Animadora da Rede Remanso e de Pilão Arcado)

Fonte: elaborado pela autora

Também foi promovido a realização de um encontro para apresentar e discutir os resultados da pesquisa. Este é um espaço de construção de conhecimento, como expressa Jalil (2009, p.104), essa construção dever ser “realizado coletivamente, ou seja, a cada etapa existe o compartilhamento e a leitura conjunta dos dados, sendo fundamental para o reconhecimento dos diversos saberes envolvidos”.

Considerando o contexto da pandemia, decidi por trabalhar também com dados secundários, assim a pesquisa também fez uso de documentos das organizações de ATER que atuam no TSSF, fazendo uso da base de dados da Cadernetas Agroecológicas²⁰, e do Método LUME envolvendo análise econômico-ecológica de agroecossistemas. A aplicação dessas técnicas de levantamento de informações sobre os agroecossistemas das famílias contribuiu para visibilizar espaços produtivos protagonizados pelas mulheres,

²⁰ Instrumento foi criado pela Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT de Mulheres da ANA que coordenou a pesquisa desenvolvida em quatro regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste, Amazônia e Sul), realizada em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. (Jalil, et al. 2019, p. 106)

Segundo Cardoso, et, al. (2019), a Caderneta Agroecológica, é um instrumento político-pedagógico, com o objetivo principal de analisar a contribuição das mulheres rurais para a economia familiar e para a reprodução do seu agroecossistema, para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares, ao mesmo tempo que contribui para a promoção da sua autonomia. Assim a Caderneta agroecológica incorpora as contribuições da economia feminista, ao lançar luz sobre a produção, recolocando o trabalho doméstico no centro de debate, apontando para a necessidade que as políticas públicas possam incidir nas bases materiais que sustentam todas as formas de desigualdade e discriminação (Carrasco, 2012):

As Cadernetas têm por objetivo organizar as informações sobre a produção das mulheres, ou seja, nelas são registrados o que foi vendido, trocado, doado, e consumido e tudo o que é cultivado nos quintais produtivos ou espaços de protagonismos/domínio das mulheres em suas propriedades. Além disso, é possível fazer um inventário das espécies cultivadas pelas agricultoras, o que dialoga com o objetivo de apontar a contribuição mulheres na preservação da biodiversidade e na soberania e segurança alimentar a partir dos quintais, se mostrando um instrumento potente com arcabouço teórico para a disputa de espaços para as mulheres, como também para elaboração e conquista de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres rurais. (Jalil, 2019, p,107).

Neste sentido, as Cadernetas utilizadas pelas mulheres do TSSF foram base fundamental para evidenciar a contribuição das mulheres, como provedoras de suas famílias, a partir do seu trabalho nos espaços privados (doméstico) e públicos (feiras e outros) que evidenciam seu potencial e empoderamento.

2.3.3 Método de Análise Econômica e Ecológica: Dois Estudos De Caso

No período da realização da pesquisa tive a oportunidade de participar do processo de formação da Rede Ater NE²¹, foram realizados dois estudos utilizando a

²¹ A Rede é uma articulação de 12 ONGs atuantes em 06 estados do NE brasileiro, todas integradas à Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA e à Articulação Nacional de Agroecologia - Ana

metodologia Lume. Nesses estudos, foram priorizados os agroecossistemas de duas mulheres integrantes da Rede Mulher, uma agricultora do município de Remanso e a segunda do município de Pilão Arcado. Estes estudos foram realizados no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, tive a oportunidade de participar desses estudos, juntamente com outros membros da equipe técnica do SASOP.

O método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas – Lume, lança luzes sobre relações sociais e de poder nos processos de trabalho na agricultura familiar, dialogando com teorias críticas da economia elaboradas para revelar dimensões da vida social e do trabalho ocultadas pelo pensamento econômico convencional (Ana, 2017)

O método Lume trata de um processo de auto-organização gerado a partir de relações não lineares envolvendo variáveis ecológicas, econômicas, sociais, políticas, técnicas e culturais, assim as experiências de transição agroecológicas executadas pelos/as agricultores/as familiares são analisados como atributos sistêmicos de sustentabilidade: i) Autonomia; ii) Responsividade; iii) Integração social do NSGA; iv) Equidade de gênero/protagonismo das mulheres; v) Protagonismo da juventude. Assim a partir dos dados levantados por meio do método Lume, analisou-se os resultados do atributo sistêmico de sustentabilidade relacionado a Equidade de gênero/protagonismo das mulheres que dialoga com os parâmetros abaixo descritos na Quadro 3.

Quadro 3: Parâmetros e critérios para a análise da equidade de gênero/protagonismo das mulheres.

Parâmetro	Critério
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	Nível de simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres adultas no NSGA. Divisões mais simétricas são indicadoras de maior equidade nas relações de gênero no âmbito do NSGA
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	Nível de simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres jovens no NSGA. Divisões mais simétricas são indicadoras de maior equidade nas relações de gênero no âmbito do NSGA
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	Nível de simetria entre homens e mulheres no processo decisório relacionado às estratégias de estruturação e de manejo do agroecossistema, bem como sobre as atividades de comercialização

Participação em espaços sócios organizativos	Grau de equidade na participação de homens e mulheres em organizações (formais e informais), redes e movimentos sociais
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	Grau de equidade entre homens e mulheres na apropriação e no poder de decisão sobre a destinação da renda gerada pelo trabalho do NSGA no agroecossistema
Acesso a políticas públicas	Equidade entre homens e mulheres no acesso autônomo e/ou no poder de decisão sobre o uso dos recursos redistribuídos por meio das políticas públicas

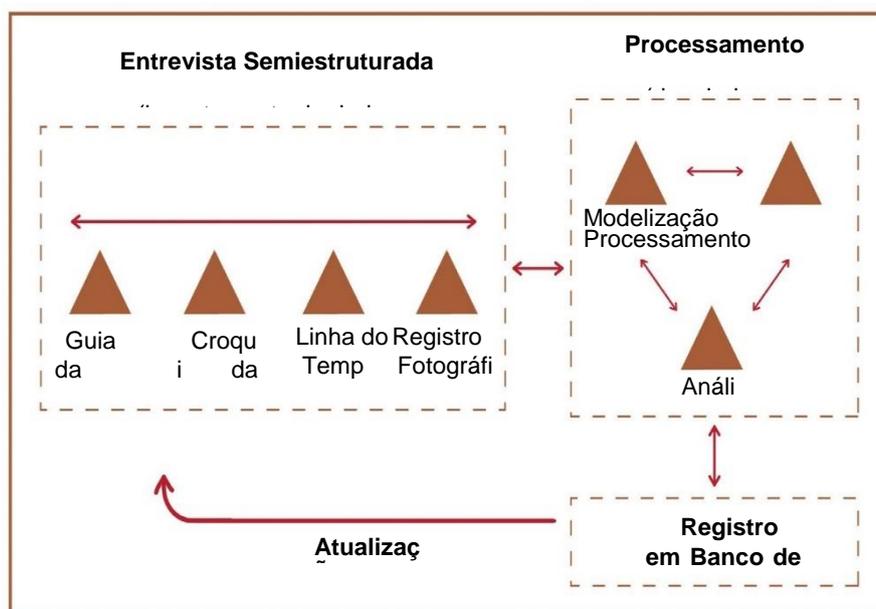
Fonte: Petersen, et al. 2017

Segundo Neto Ferreira, et al. (2022, p.11), “o método Lume é operacionalizado em duas etapas consecutivas: a descrição e a análise do agroecossistema”. Assim:

A descrição é realizada com base em informações levantadas junto às famílias gestoras dos agroecossistemas por meio de entrevistas semiestruturadas. Com base em conceitos derivados da teoria sistêmica, a análise é realizada com o auxílio de instrumentos para o ordenamento e a avaliação crítica das informações levantadas (Neto Ferreira, et, al. 2022, p.11),

Abaixo os autores apresentam o fluxograma (figura 6) com o roteiro básico para a aplicação do Método Lume.

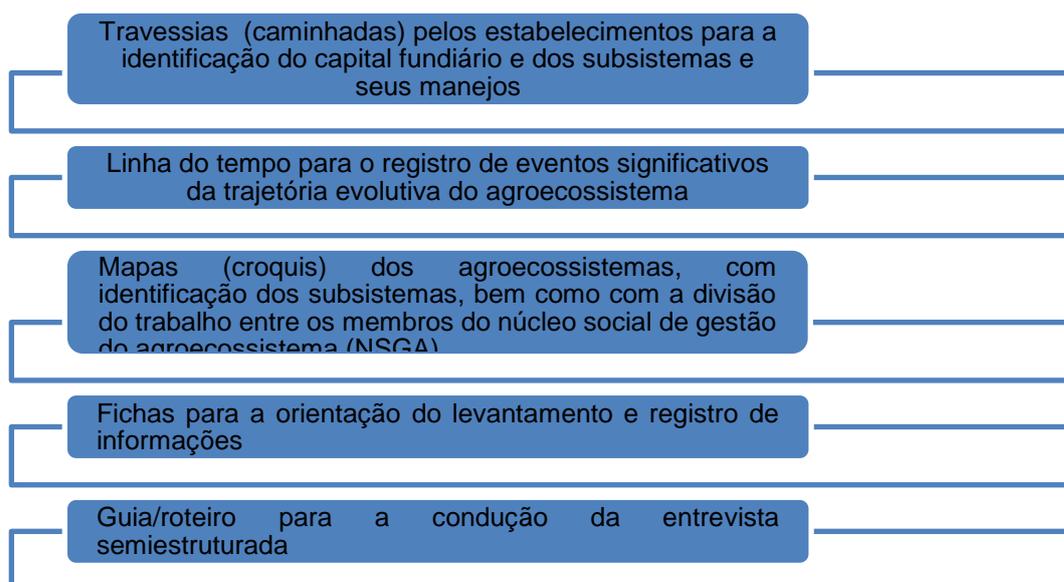
Figura 3: Itinerário para a análise de sustentabilidade de agroecossistemas segundo o método Lume.



Fonte: Neto Ferreira, et, al. 2022, p.11

Assim, com base nas informações lançadas na plataforma Lume foi feita análise de 14 agroecossistema, tendo como base os atributos sistêmicos propostos pelo método Lume: autonomia, responsividade, integração social, equidade de gênero/protagonismo das mulheres e protagonismo da juventude. O método se baseia “no princípio da ignorância ótima, ou seja, a busca por informações necessárias e suficientes para a aquisição paulatina de níveis crescentes de compreensão sobre a dinâmica dos agroecossistemas analisados”.

Figura 4: Instrumentos metodológicos utilizados para o levantamento e registro das informações (método Lume)



Fonte: Elaboração própria, tendo como referência Neto Ferreira, et, al. 2022

O Lume dá centralidade ao trabalho para a produção de riqueza e reprodução social, o mesmo considera as contribuições da economia ecológica, da economia feminista e da economia política. Os instrumentos utilizados ajudam a compreender as estratégias de produção e reprodução econômica e ecológica da agricultura familiar, identificando potencialidades e fragilidades dos agroecossistemas,

possibilitando dessa forma avaliar os efeitos das políticas públicas, além de orientar as discussões de como promover as inovações sociotécnicas nos agroecossistemas e nos territórios. Assim como a Caderneta Agroecológica, o método Lume também possibilita evidenciar as desigualdades de gênero presentes nos agroecossistemas do semiárido.

A avaliação dos atributos sistêmicos de sustentabilidade nos agroecossistemas é realizada por meio de julgamentos quali-quantitativos dos parâmetros relevantes em dois momentos referenciais: antes do processo de inovação sociotécnica avaliado e no ciclo anterior à realização da entrevista. Essa avaliação utiliza escores que variam de muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto para cada parâmetro analisado. Com base nos escores atribuídos aos parâmetros, gráficos tipo radar são criados para cada atributo, proporcionando uma representação visual das mudanças qualitativas identificadas entre os dois períodos analisados. A partir dos escores dos parâmetros, são calculados índices sintéticos para cada atributo sistêmico, variando de zero a um. Esses índices sintéticos são obtidos pela média dos escores dos parâmetros nos dois momentos referenciais. (Petersen, et al. 2022).

Essa abordagem permite uma avaliação integrada e visual do progresso e das transformações ocorridas nos agroecossistemas, fornecendo informações importantes para a compreensão das dinâmicas e impactos das inovações sociotécnicas na sustentabilidade e resiliência desses sistemas

A pesquisa também fez o mapeamento das políticas públicas acessadas pelas mulheres. Essa ação visou identificar em que medida as políticas e programas públicos acessados pelas agricultoras têm contribuído no seu processo de autonomia e colabora na construção de relações de gênero mais igualitárias. Nas últimas décadas um conjunto de programas e políticas públicas foram implementadas, mesmo que essas políticas não sejam dirigidas especialmente para as mulheres, uma vez aplicadas acabam tendo efeitos positivos para atenuar a situação de desigualdade social de gênero (Heredia, 2006). No contexto de redução de políticas públicas para a agricultura familiar e de pandemia, com colapso sanitário, econômico e alimentar é importante também perceber esse impacto na vida das mulheres

A experiência tem demonstrado que, para superar a pobreza, as desigualdades de gênero e as variadas formas de violência contra a mulher, é fundamental haver uma articulação da sociedade civil e instituições governamentais visando a construção de políticas públicas para combater essas desigualdades sociais

A análise numa perspectiva feminista contribuiu para criar evidências da contribuição das mulheres nas diversas atividades da reprodução social e da sustentabilidade da vida humana, ressaltando aspectos que são valorizados pela economia feminista que aponta caminhos para emancipação política e econômica das mulheres. Estas têm o propósito de dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres, compreendendo a necessidade de romper com a lógica da naturalidade das condições das desigualdades na qual há uma dominação e opressão sobre as mulheres. Além disso, também contribui para questionar a sub-representação das mulheres nos diversos espaços, a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidado e a violência contra mulher, práticas que se estruturam na cultura patriarcal onde são estabelecidas relações de poder nas relações econômicas e na esfera doméstica e pública.

No processo de realização das entrevistas e rodas de conversas com as Mulheres que integram a rede, acordamos o uso de nomes fictícios para proteger suas identidades (usamos nome de plantas e animais da caatinga) para evitar qualquer tipo de constrangimento. Ao longo da pesquisa atuei como moderadora e observadora participante, dos encontros que aconteceram de forma presencial ou mesmo remota.

2.3.4 Pesquisa Documental

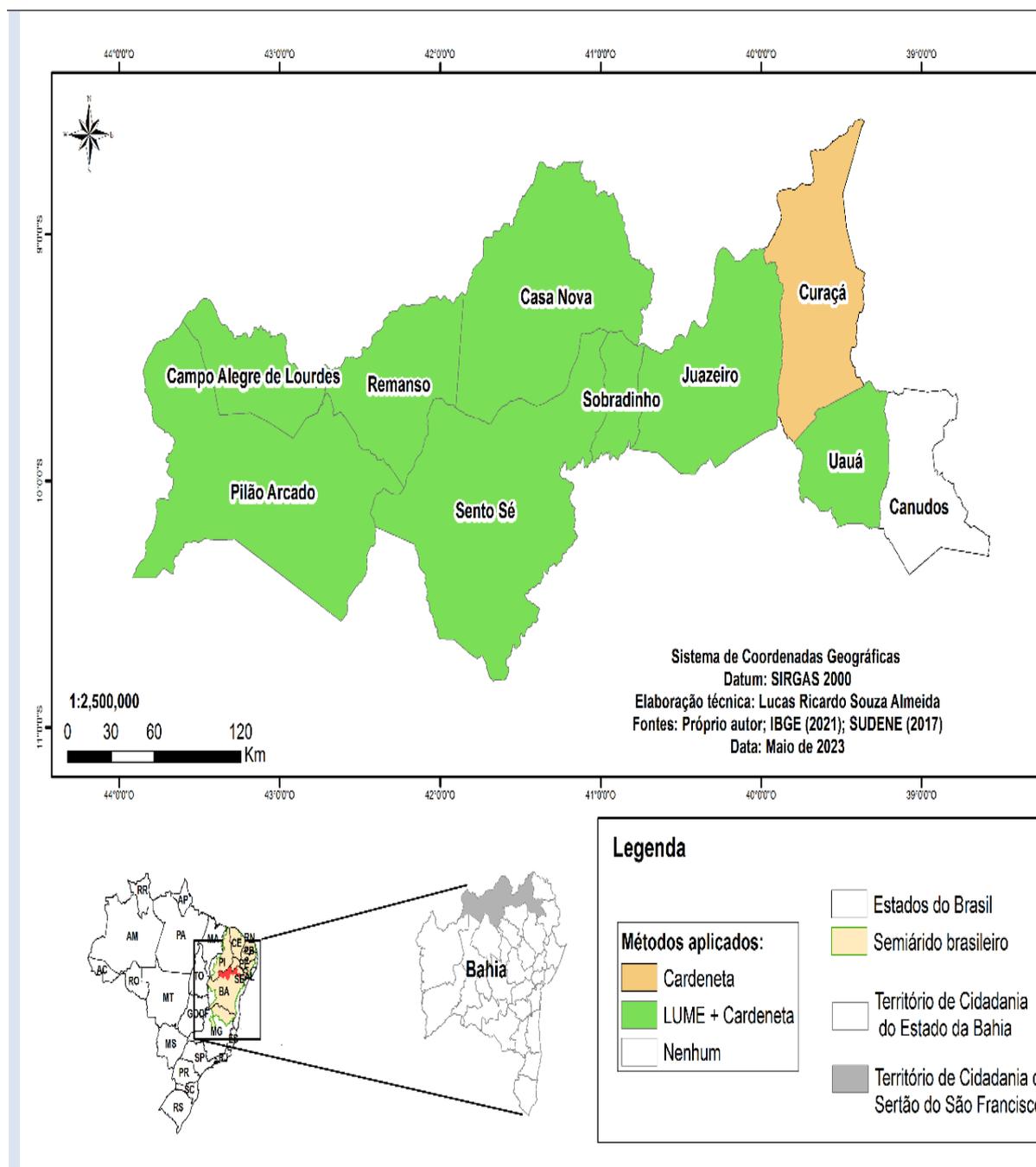
A análise foi realizada, com base nas informações de agroecossistemas²², a partir dos dados lançados no banco de dados da plataforma Lume (<https://app.lume.org.br>) que processa dados e informações econômico-ecológicas de

²² Como já foi descrito anteriormente, esses estudos foram realizados pelas equipes técnicas de ATER: SASOP, IRPAA, SAJUC e COOPERCUC, junto com as famílias beneficiárias do Projeto Pró-Semiárido.

agroecossistemas. Os 14 agroecossistemas analisados estão localizados em 07 municípios do TSSF, distribuídos da seguinte forma: Sento Sé (02), Juazeiro (04), Sobradinho (02), Casa Nova (01), Remanso (02), Campo Alegre de Lourdes (02) e Uauá (01), de acordo com a figura 5.

O período analisado foi um ano agrícola, outubro de 2018 a setembro de 2019. Os agroecossistemas analisados foram escolhidos por terem uma representatividade do perfil das mulheres que integram a Rede Mulher, ou seja, agricultoras de comunidades de Fundo de Pasto, assentamento de reforma agrária, pescadores. Desse público pode-se observar que há um maior protagonismo das mulheres em torno 43%, como uma das principais responsáveis na gestão dos agroecossistemas.

Figura 5: Mapa com a identificação dos municípios do TSSF que tiveram informações analisada a partir dos dados levantados pelo método Lume e as Cadernetas agroecológicas



Fonte: Elaboração Almeida; IBGE (2021); Sudene (2017)

2.3.5 Análise e Sistematização das Cadernetas Agroecológicas

Em 2019, o Pró-Semiárido foi um dos projetos apoiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para trabalhar com as Cadernetas Agroecológicas no Semiárido Brasileiro. A execução do Projeto Pró-Semiárido foi coordenada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com recursos provenientes do Governo do Estado da Bahia, mediante acordo de financiamento junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)²³. As organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural que têm parceria com o governo do Estado no TSSF (Sasop, Irpaa, Coopercuc e Sajuc) passaram a trabalhar com as Cadernetas Agroecológicas. Para a realização dessa ação, as equipes tiveram como referência o guia metodológico da Caderneta Agroecológica, elaborado por Cardoso, et al., em 2019.

Abaixo segue uma síntese dos passos dados no processo de implementação das cadernetas agroecológicas. “Não se propõe a ser uma receita de bolo, ou uma camisa de força, ou seja, pode-se reinventar e sugerir outros passos a partir de distintas vivências e realidades” (Cardoso, et al. p 12, 2019).

²³ Em março de 2018, foi formada a instância do GT Gênero dos Projetos FIDA, com o objetivo de apoiar estratégias voltadas para o fortalecimento das mulheres rurais, não apenas enquanto “público beneficiário”, mas também como “protagonistas” das ações, as quais exercerão um papel crucial no processo de implementação das cadernetas agroecológicas nos diversos territórios durante o próximo período. (CARDOSO, p. 04, 2019)

Quadro 4: Síntese dos Passos metodológicos para implantação das cadernetas agroecológicas

- 1) **Sensibilização da equipe de assessoria técnica** para a sistematização da produção das mulheres agricultoras;
- 2) **Capacitação das equipes de campo e sistematização**, ação que deve ser feita de forma coletiva, é um espaço de nivelamento como as Cadernetas Agroecológicas devem ser utilizadas pelas mulheres e como, como aplicar os demais instrumentos, como o Mapa da Sociobiodiversidade e os questionários socioeconômicos.
- 3) **Sensibilização dos coletivos e organizações locais de mulheres** para a sistematização da produção das mulheres rurais
- 4) **Apresentação da metodologia da Caderneta Agroecológica**, reunião ou encontro das mulheres agricultoras que participam do processo
- 5) **Distribuição das Cadernetas Agroecológicas** e capacitação das mulheres rurais
- 6) **Distribuição das Cadernetas Agroecológicas e capacitação das mulheres rurais**. A equipe técnica deve orientar todo o trabalho de preenchimento das Cadernetas Agroecológicas, que devem ser preenchidas pelas próprias mulheres
- 7) **Animação para manter a anotação cotidiana das Cadernetas Agroecológicas**
- 8) **Coleta de dados das cadernetas** e tabulação dos dados
- 9) Aplicação e envio dos questionários, com a finalidade de conhecer o perfil socioeconômico e de participação política das mulheres rurais
- 10) **Aplicação da metodologia do Mapa da Sociobiodiversidade**, com o objetivo de conhecer o agroecossistema familiar e o lugar de trabalho/autonomia das mulheres rurais
- 11) **Análise coletiva dos dados**
- 12) **Reflexão coletiva dos resultados**
- 13) **Rediscussão dos programas e ações das organizações** a partir dos resultados da sistematização da produção das mulheres através das Cadernetas Agroecológicas

Fonte: Elaborada da autora, tendo como referência Cardoso, et al., 2019

Foi a partir dessas orientações que se deu todo o processo de aplicação da metodologia das Cadernetas Agroecológicas, começando com a sensibilização das organizações de ATER e suas equipes técnicas sobre a importância de sistematizar e visibilizar a contribuição das mulheres rurais para a agroecologia. A equipe foi capacitada sobre a metodologia das Cadernetas Agroecológicas, entendendo seus objetivos e a forma como seriam utilizadas. Posteriormente, a metodologia foi compartilhada e aplicada junto às agricultoras. As Cadernetas Agroecológicas são ferramentas que permitem às mulheres registrar a sua produção.

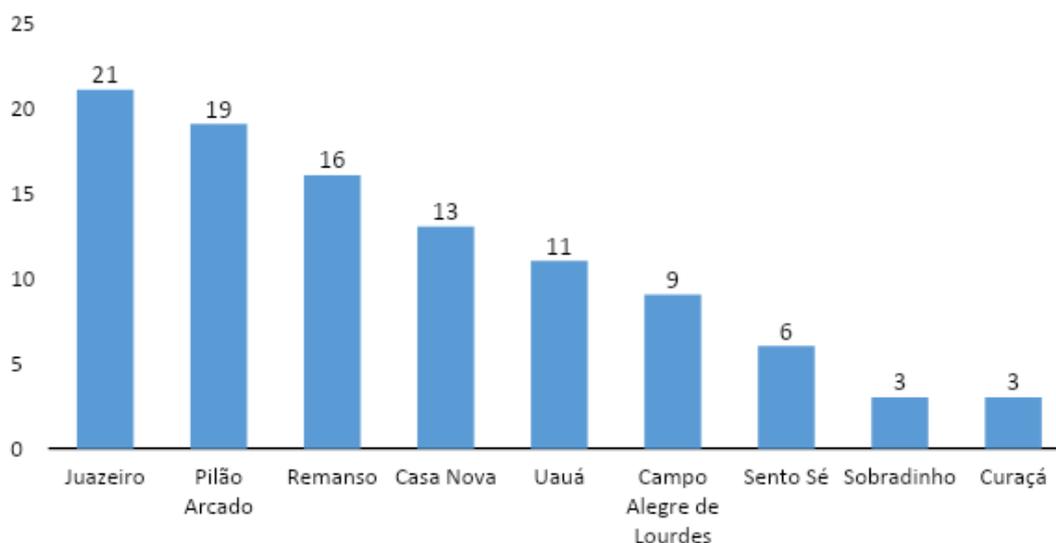
Com intuito de dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar e o seu papel crucial na produção de alimentos, na segurança alimentar, na conservação da agrobiodiversidade, tendo como base os objetivos da pesquisa, foi feita a análise das anotações de 101 cadernetas agroecológicas.

Figura 6: Imagem da Caderneta Agroecológica

Fonte: Ascom SDA governo do Ceará

Para esse estudo foram analisadas as planilhas em Excel que reúne anotações de 12 meses (setembro de 2020 a agosto de 2021, assim foram sistematizadas informações de 101 agricultoras de 09 município do TSSF, que registraram sua produção (consumo, comercialização, troca e doação) nas Cadernetas Agroecológicas. Além de fazer as anotações nas cadernetas, elas também responderam um questionário que permitiu conhecer o perfil socioeconômico: organização familiar, condições de acesso à terra, acesso às políticas públicas etc. Essas agricultoras residem na área de atuação da Rede Mulher, conforme apresentado na figura 7.

Figura 7: Gráfico Distribuição das 101 agricultoras que participaram do preenchimento das Cadernetas Agroecológicas por município



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas

Compreender a realidade produtiva das mulheres requer uma análise abrangente das suas condições socioeconômicas e dos fatores que influenciam seu empoderamento como sujeitos produtivos e políticos. O cruzamento de dados das cadernetas, com as informações sobre a produção, consumo e renda, entre outros e os questionários, ajudam a compreender as condições socioprodutivas das mulheres. Alguns dos aspectos podem ser considerados nesse cruzamento de dados, como: organização familiar, o número de filhos, as responsabilidades de trabalho doméstico e de cuidados, podem influenciar a capacidade das mulheres de se envolverem em atividades produtivas fora de casa; condição de acesso à terra e propriedade e aos recursos produtivos são elementos cruciais para a autonomia econômica das mulheres; o acesso das mulheres a políticas públicas, como programas de capacitação, crédito rural, assistência técnica, entre outros, pode ser determinante para seu fortalecimento como sujeitos produtivos e políticos.

Essas análises fornecem chaves interpretativas para compreender as dinâmicas que influenciam a realidade produtiva das mulheres e podem ajudar a

desenvolver estratégias e políticas mais efetivas para promover sua igualdade de gênero e empoderamento socioeconômico.

2.3.6 Produto Final

Como produto do doutorado foi produzido um Caderno de Narrativa, com resgate histórico da rede, com intuito de dar visibilidade às experiências socioprodutivas protagonizadas pelas mulheres que integram a rede de mulheres do Território Sertão do São Francisco. O material registra narrativas de vida, experiências de transição agroecológica, dados e informações coletadas e analisadas durante o processo de pesquisa.

Analisar essas experiências foi uma oportunidade de dar visibilidade à diversidade de práticas e saberes agroecológicos que vêm sendo construídos pelas mulheres. Como bem expressa Jalil, et al. (2019, p. 121) “reafirmamos a importância de sistematizar a produção das mulheres, visibilizar o saber transmitido, se tornando um potencializador para que outras mulheres disputem por políticas públicas, que seu trabalho seja visibilizado e reconhecido”.

Além disso, reconhecer o papel político da Rede de Mulheres no processo de auto-organização das mulheres, que assumiu a luta contra o patriarcado e machismo, e pela defesa dos direitos das mulheres, principalmente as agricultoras familiares e pescadoras artesanais.

Esta publicação se propõe a dar visibilidade aos impactos econômicos das experiências de transição agroecológica, nas dimensões sociais, culturais e econômicas não valorizadas pelas abordagens convencionais da economia agrícola, como a produção para o autoconsumo, trabalho doméstico e de cuidado, participação e integração social, e níveis de apropriação da riqueza produzida pelas mulheres.

O caderno de narrativa também buscou dar visibilidade às vozes das mulheres, que historicamente foram marginalizadas pela sociedade hegemônica. É fundamental reconhecer o valor das experiências e das lutas dessas mulheres, que se dedicam a construir uma sociedade com mais igualdade de gênero.

A proposta é que o caderno possa ser trabalhado pelas redes dos municípios, a leitura pode ser feita de forma individual ou coletiva. A partilha e a discussão dos conteúdos devem se dar de forma coletiva, através de rodas de conversas, oficinas e a ideia é estimular a reflexão e o diálogo entre as participantes. Essas dinâmicas podem ajudar as mulheres a refletirem sobre suas próprias vivências, desafios e conquistas. As rodas de conversa são espaços de troca e aprendizado mútuo, nos quais as participantes têm a oportunidade de compartilhar suas experiências. Essas trocas promovem a construção coletiva de conhecimento, fortalecendo a autoconfiança e a capacidade de liderança das mulheres envolvidas, com o intuito de fortalecer a Rede Mulher, promovendo troca de experiências e saberes para que novas histórias possam ser construídas na luta e defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O QUE OS DADOS REVELAM

3.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA REDE REGIONAL DE MULHERES DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

A Rede de Mulheres é uma organização social que surge no final da década de 80, inicialmente como um movimento de mulheres no município de Remanso- BA, para denunciar e dar visibilidade uma questão grave enfrentadas pelas mulheres, com elevada incidência da violência pelo aumento de número de mulheres assassinadas²⁴. Essa foi uma forma encontrada por essas mulheres de chamar a atenção das autoridades para ações preventivas e punitivas a respeito da violência contra a mulher. Como afirma Teixeira (2016), a violência é uma das práticas mais antigas utilizadas pelo patriarcado, essa é uma das formas de exercer a autoridade dos homens sobre as mulheres, a qual se constitui em um elemento comum utilizado para a manutenção desse controle, cerceando o direito das mulheres de ir e vir.

É contra esse cerceamento que a Rede de Mulheres surge e esse processo de mobilização social se ampliou para os municípios da Diocese de Juazeiro e atualmente contempla os municípios do Território Sertão do São Francisco (TSSF). A Rede Regional possui uma coordenação formada pela representação de uma liderança dos municípios do TSSF. Essa coordenação se reúne a cada três meses, sendo esse espaço de planejamento e avaliação das atividades da Rede. Anualmente acontece a assembleia regional que reúne mulheres que integram as Redes de Mulheres dos municípios.

A assembleia regional é um espaço de formação, de debate e de aprofundamento de temas relacionados à questão de gênero, associado à discussão do contexto político, socioeconômico, cultural e ambiental e seus impactos na vida

²⁴ Hoje esse crime é conhecido como feminicídio ou crime de ódio, incluído na legislação brasileira. Lei nº 13.104 de 2015, reconhecido como crime hediondo é caracterizado como alternativa para coibir a violência de gênero, alterando o art.121 do Código Penal Brasileiro que versa sobre o crime de homicídio, o colocando como sua qualificadora (Brasil, 2015).

das mulheres. Durante a assembleia também é feita avaliação e o planejamento das ações para o próximo ano, esse também é um espaço de troca de experiências que tem seu ponto mais forte na realização de uma feira de economia solidária que reúne parte da produção das mulheres. Em 2022 aconteceu a vigésima assembleia regional da Rede de Mulheres.

Quadro 5: Linha do Tempo da Rede Mulher do Território Sertão do Francisco

PERÍODO	AÇÃO
1996-1997	Nasce a Rede regional diocesana
1998	1º Assembleia da Rede
1999	2º Assembleia da Rede e agrega 1º assembleia Pescadoras
2000	3º Assembleia
2002	4º Assembleia: Formação e Cidadania
2003	5º Assembleia: Mulher na política
2004	6º Assembleia: Código Civil e políticas públicas
2005	7º Assembleia: Gênero e Etnia
2006	Não teve assembleia
2007	8º Assembleia: Gênero
2008	9º Assembleia: Soberania Alimentar, ano marcado pela inclusão socioprodutiva das mulheres
2009	10º Assembleia: comercialização
2010	11º Assembleia: Produção e Comercialização
2011	12º Assembleia: lutas e conquistas das Mulheres
2012-2013	Não teve assembleia
2014	13º Assembleia: Convivência com o Semiárido
2015	14º Assembleia: Segurança Alimentar e Nutricional / Projeto Pro semiárido passa apoiar as ações da Rede Mulher
2016	15º Assembleia: Gênero, empoderamento da mulher e políticas publicas
2017	16º Assembleia: Previdência Social e economia solidaria
2018	17º Assembleia: Mulheres em Rede contra a violência
2019	18º Assembleia: Sem feminismo não há agroecologia
2020	1º ano da pandemia não teve assembleia
2021	19º Assembleia: Agroecologia (realizada de forma virtual)
2022	20º Assembleia: divisão Justa do Trabalho domestico
2023	III Feira Agroecológica de Economia solidaria e Saúde da Mulher

Fonte: elaboração da própria autora (2023)

A Rede Mulher do Território Sertão do São Francisco tem um papel importante no fortalecimento do empoderamento das mulheres na região, atuando em diversas frentes para promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. Através de ações como a realização de feiras agroecológicas, cursos de capacitação, encontros de formação e troca de experiências, a Rede tem contribuído para a valorização do trabalho feminino e a melhoria da qualidade de vida das

mulheres no campo. Além disso, a organização tem sido fundamental para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar na região:

A Rede Mulher do Território Sertão do São Francisco traz um impacto na vida social, política e econômica das mulheres que a compõem, e em particular no que diz respeito às suas percepções sobre as relações de gênero e geração de renda. Há uma contribuição da Rede também para que estas mulheres, à medida que alcancem autonomia, percebam-se mais empoderadas, tornando-se protagonistas no seu espaço (Irpaa, 2022, p. 14)

A Rede tem uma longa trajetória de trabalho na promoção do empoderamento feminino, na valorização do trabalho das mulheres no campo e na luta contra a violência de gênero, isso se confirma na sistematização realizada pelo IRPAA(2022, p. 7), “A Rede existe há mais de 30 anos, e se reúne periodicamente para discutir assuntos importantes como: protagonismo feminino, agroecologia, violência contra a mulher, patriarcado, geração de renda, empoderamento, e caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária”.

Assim como acontece em outras regiões no TSSF, as mulheres se articulam em rede, isso confirma na análise feita por Carmen Silva (2016, p.110) que expressa que “atualmente, no Brasil, um conjunto diversificado de organizações de mulheres, articulado em redes, impulsiona ações coletivas a partir do enfrentamento a diferentes problemáticas existentes na sociedade ou frente ao Estado”.

Para a autora esse conjunto de organizações e rede de mulheres é compreendido por muitos estudos como movimento de mulheres e movimentos feministas. Assim as colaboradoras da minha pesquisa são as mulheres que integram a Rede regional de mulheres. Neste sentido concordo com a síntese feita por Silva (2016, p. 12), “as teorias que me servem de referência trabalham com a dupla possibilidade: movimentos sociais como mobilizações e ciclos de protestos e também como estruturas organizativas que impulsionam essas mobilizações:

[...], entendo movimentos de mulheres como processos conflituos que geram ações coletivas protagonizadas por mulheres em torno de defesa de suas causas, por elas delimitadas, e, ainda, incorporando, nesta noção, as organizações que elas constroem nesses processos de mobilização social e que garantem certa permanência ao longo do tempo. O movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, ou seja, congrega as organizações

e manifestações cujas participantes assim se identificam, como feministas, o que significa a adoção de uma perspectiva crítica radical à situação social das mulheres e uma agenda de enfrentamento à dominação e exploração às quais nós mulheres somos submetidas (Silva, 2016, p. 12-13)

Isso se confirma na trajetória da Rede de Mulheres, que surge como um movimento, na defesa da vida das mulheres e que no seu processo de mobilização se articulam e promovem ações organizativas das mulheres em seus processos de luta social. Assim a Rede de mulheres surge, como afirma AGUIAR (2016, p.262), “no contexto de abertura democrática da década de 1980 que os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar da sua participação nessas lutas não ser um fato novo”.

Bordalo (2011, p. 43), também constata que “a década de 1980 representou a expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais e urbanos, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública”, como afirma Jalil (2013, p. 36-37), “já não apenas a partir da noção de que a mulher tem direito a ter direitos, mas apontando para uma progressiva desnaturalização das relações de gênero, tanto no âmbito do sindicalismo urbano quanto no rural”:

Nesse sentido, no bojo do processo de organização dos trabalhadores urbanos e rurais, a demanda das mulheres por maior participação política trouxe à tona conflitos internos que, no período anterior à redemocratização, eram subordinadas às orientações e estratégias associadas à ‘luta de classes’. No entanto, a questão da subordinação às ‘lutas gerais’ viria, nesse contexto, a se tornar motivo de crescentes tensões. Ao mesmo tempo em que um discurso mais amplo sobre as desigualdades calcadas no gênero dirigido contra os setores mais conservadores da Igreja e ao Estado toma fôlego e densidade, no seio das organizações populares se consolida o questionamento à concepção de que a transformação nas relações de gênero seria consequência da superação da luta de classes, concepção essa presente tanto no sindicalismo como nos movimentos sociais. (Bordalo, 2011, p. 44).

Analisando a trajetória da Rede de Mulheres pode se observar que a mesma possui características sócio-históricas próprias que tornaram possíveis o seu surgimento, mas assim como acontece em outros movimentos a rede surge de uma situação local e se articula na dinâmica política das organizações já existentes, assim foi através dessa articulação em rede, que as mulheres puderam se fortalecer. Isso

se confirma na análise feita por Aguiar (2016, p. 261) que afirma: “as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política”.

Parry Scott (2010) e Bordalo (2013), reconhecem que é fundamental compreender os caminhos que levam a mobilização e a organização das mulheres de tal forma que se possa entender os processos e as condições sociais e as lógicas que favorecem a participação e a emergência dessas ações. No processo de organização da Rede de Mulheres, destaca no primeiro momento o apoio do Centro Luiz Nunes, ONG, ligada a diocese de Juazeiro/Ba, a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e pastorais, principalmente pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Pastoral da Mulher. Na década de 1980 a diocese de Juazeiro “começou a auxiliar na mobilização, resistência e organização das/os camponesas/es e na promoção de um desenvolvimento rural mais sustentável”, (Schmitt, et al., p.216):

No final do século XX, foram criados ou se instalaram na região diversos movimentos e organizações que intensificaram e ampliaram o trabalho de organização comunitária e assessoria iniciado pela Igreja Católica na década de 1980. Entre eles, a Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes (Coapical), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), estas duas últimas reconhecidas como organizações de assessoria à agricultura familiar. (Schmitt, et al., 2020, p. 217)

Assim, é nesse contexto que a Rede se estrutura e organiza o seu trabalho, realizando atividades para aproximar as mulheres. Inicialmente foram promovidos encontros de formação e de alfabetização, campanhas voltadas para retirar os documentos pessoais, já que um número significativo de mulheres não tinha os documentos pessoais, além de trabalhar com temas voltados para questões de saúde e higiene pessoal.

A partir do desenvolvimento dessas ações, o trabalho de organização das mulheres foi se fortalecendo no Território do Sertão São Francisco. Assim, a Rede se organiza a partir da realização de uma assembleia anual, que reúne representante

dos municípios e lideranças de organizações parceiras que apoiam o trabalho da Rede, como as paróquias, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa); o Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (Sajuc); e a Central de Comercialização da Cooperativa da Caatinga e o Projeto governamental Pró-Semiárido. A assembleia é o espaço de socialização das ações realizadas pelas redes de cada município, mas esse também é um espaço de formação e de planejamento das ações a serem realizadas no próximo ano, no final de cada assembleia é definido o município que irá sediar a próxima assembleia da Rede.

Pode-se observar que a rede de Mulheres mobiliza uma diversidade de atores sociais. Entretanto, de forma geral, na sua composição, a identidade de suas integrantes de forma predominante possui características intrínseca da agricultura familiar, ou seja, mulheres agricultoras, artesãs, de múltiplas realidades. Além disso, parte dessas mulheres integram comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, e residem nas comunidades rurais e na sede dos municípios.

Assim, ao longo dos anos a Rede de Mulheres tem sido capaz de articular distintas realidades, desenvolvendo ações que contribui para ampliar os conhecimentos das mulheres apoiando e fortalecendo as experiências protagonizadas por esses sujeitos. Além disso, paralelamente, a Rede trabalha para influenciar na formulação de políticas e projetos de desenvolvimento que contribuam na construção de novas relações sociais de gênero, isso se confirma na análise feita por Claudia Job Schmit:

As redes, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas. É na confluência entre essas múltiplas realidades, e através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que se constrói o desenvolvimento (Schmitt, 2011, p.92-93)

Para a autora, no plano teórico, as redes podem ser analisadas considerando a interseção entre diferentes dimensões: “endogeneidade, produção de

novidades, sustentabilidade, capital social, arranjos institucionais e a governança dos mercados” (Schmitt, 2011, p. 101). Concordo, em boa medida, que essas dimensões de alguma forma dialogam com a ação da Rede de Mulheres, principalmente com a argumentação apresentada pela a autora de que essas dimensões têm sido componentes importantes para o fortalecimento de uma rede no meio rural, na medida que mobilizam recursos, parceiros e realizam atividades, além de fazer conexão e externalidades que são positivas, capazes de fortalecer a organização das mulheres ao mesmo tempo que favorecem os processos sustentáveis de desenvolvimento.

De acordo com Scherer-Warren (2008), a formação de redes de movimentos sociais está diretamente ligada à capacidade dos atores políticos de transformar demandas materiais ou privações cotidianas em pautas políticas que possam gerar identidades coletivas. Essas identidades coletivas são fundamentais para a articulação dos movimentos sociais em uma rede, permitindo a construção de alianças e ações conjuntas.

Nesse contexto, os fóruns da sociedade civil organizada e as redes interorganizacionais são espaços importantes para a construção desses nexos políticos, pois permitem a troca de informações, a construção de consensos e a articulação de estratégias em prol de objetivos comuns. Por meio desses espaços, os movimentos sociais podem se fortalecer e ampliar sua influência na esfera pública, contribuindo para o avanço de suas demandas e reivindicações.

Para Cohen (2003), rede é uma nova forma de pluralidade que torna possível uma nova forma de conexão social, de ação coletiva. Para a autora há uma diversidade de opiniões com base na abordagem analítica que cada um utiliza sobre o conceito de rede, assim reconhece que há cinco níveis a serem considerados na análise de influência de força de uma rede: organizacional, narrativo, doutrinal, tecnológico e social:

A rede será forte se incluir uma história que persuade e integra seus membros; se abranger estratégias e métodos colaborativos baseados em uma doutrina bem definida; se utilizar sistemas avançados de comunicação e apoiar-se em vínculos sociais e pessoais fortes. (Cohen, 2003, p. 436)

A autora argumenta que no nível narrativo deve ser valorizado a história, sua identidade, sua causa, objetivo e missão de tal forma que expresse as experiências, interesses e valores, no qual as narrativas transmitidas fazem usos antigos e novos veículos de comunicação, no nível doutrinal destaca uso de múltiplas estratégias são as principais inovações. Scherer-Warren (2008, p.512) também argumenta, quanto ao nível das narrativas e o doutrinário: “percebe-se que, esses dois níveis tendem a se articular nas práticas discursivas atuais, aproximando a memória da exclusão e da discriminação com o seu legado no presente, fruto desse processo histórico”,

[...] dessa forma que redes de mulheres, de indígenas, de negros e de camponeses relembram a tradição colonial, patriarcal e patrimonial, o poder das oligarquias locais, a expropriação no campo econômico e a subordinação nos campos políticos, sociais e culturais. (Scherer-Warren 2008, p. 512)

Ainda de acordo Cohen (2003) e Scherer-Warren (2008), as redes podem funcionar sem acesso à internet, mas há um reconhecimento que as novas tecnologias têm um papel relevante para a formação de uma sociedade civil atuante. Assim, destacam-se, principalmente, quando as redes fazem uso das tecnologias, especialmente internet e as rádios comunitárias, que são elementos facilitadores na disseminação das narrativas, mas não os únicos ou principais elementos de mobilização de uma rede.

Olhando para a prática da Rede de mulheres se observa que sua força de mobilização e organização permanece nas ações que são realizadas de forma presencial: reuniões, oficinas, encontros, intercâmbio de experiências, assembleias etc. Foi a partir desse chão que a Rede se formou, onde acontecem os processos de formação, de partilha e de construção de conhecimento e de construção de vínculo no interior da rede.

Pode-se observar que no contexto de pandemia a rede teve dificuldades de desenvolver suas ações, uma vez que as mulheres que vivem no meio rural tem dificuldades de acesso à internet e seus equipamentos, mas mesmo com esses desafios, no período da pandemia as ações realizadas aconteceram de forma remota,

isso se confirma na análise feita por Scherer-Warren (2008, p. 514): “a forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa, ainda que de mais difícil realização”.

3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS MULHERES NO TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

3.2.1 Rede de Mulher de Remanso

Remanso fica a 200 km da sede de Juazeiro, possui uma área de 4.684 km², segundo o IBGE sua população em 2022 é de 41 008 habitantes. A densidade demográfica é de 8,8 habitantes por km² no território do município. Está situada à margem esquerda do lago de Sobradinho. A agropecuária é a atividade que ainda lidera a economia do município. Esta atividade inclui ainda a silvicultura e a pesca artesanal. Como já descrito anteriormente a Rede de Mulher surge a partir da organização das mulheres neste município, inicialmente como Movimento de Mulheres para denunciar e dar visibilidade às diversas formas de violência enfrentadas pelas mulheres.

Nessa trajetória de mobilização e organização das mulheres, com apoio do SASOP a rede de Remanso, teve oportunidade de participar do Projeto “Mulheres Construindo a Agroecologia”²⁵. A partir dessa ação foi possível sistematizar a experiência da Rede de Mulheres, desde a sua origem até o ano de 2008. Assim o resgate histórico da rede de Remanso foi fundamentado nessa sistematização, dos

²⁵ O Projeto Mulheres Construindo a Agroecologia tem como objetivo: fortalecer a ação do GT Mulheres da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, mediante processos de intercâmbio e sistematização de experiências das mulheres na agroecologia; dar visibilidade às experiências desenvolvidas pelas mulheres para o movimento agroecológico; criar referências para as políticas públicas, a partir das sistematizações do trabalho das mulheres na agroecologia. (Actionaid Brasil, 2010, p. 12)

resultados na minha pesquisa de mestrado, concluída em 2018, e nas rodas de conversas com as animadoras:

A história da Rede de Mulheres de Remanso se inicia no ano de 1983. Primeiro como Movimento de Mulheres e mais tarde Rede de Mulheres. O movimento começou com um ato público em repúdio à violência contra mulheres assassinadas por seus companheiros, sem que nenhuma providência judicial fosse tomada (Actionaid Brasil, 2010, p. 156)

Na sua trajetória a rede de Mulheres contou com diversos apoios, mas no seu surgimento ainda como movimento de Mulheres,²⁶ elas puderam contar com o apoio da ONG Centro de Educação Popular Luiz Nunes, da Paróquia, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remanso.

Ainda enquanto movimento foram desenvolvidas algumas atividades, promovendo a reflexão: previdência social, documentação, saúde da mulher, a história do 8 de março, oficinas de artesanato para trabalhar a beleza feminina com a finalidade de contribuir com autoestima e na geração de renda das mulheres. Nesse período, integrantes da rede também participaram da formação voltada para alfabetização de adultos, como desdobramento foi criado os círculos de cultura nas comunidades e nos bairros periféricos na sede. Para a realização deste trabalho a rede contava com apoio do Centro Luiz Nunes, mas no final de 1989, essa ONG foi desativada, no primeiro momento o grupo enfrentou algumas dificuldades, mesmo assim conseguiu manter suas atividades.

Com a desarticulação do centro Luiz Nunes as mulheres investiram no trabalho com o artesanato, uma atividade que já era forte na região, como estratégia de geração de renda e de sustentação do grupo. Assim elas contaram com o apoio da Federação de Órgãos para o Apoio Social e Educacional - FASE, que colaborou no processo de comprar uma máquina para costurar e bordar, além de materiais para confecção. O grupo conseguiu produzir trabalhos com pintura, bordados manuais, bolsas, tapetes, colares, enfeites com pedaços de madeira e arranjos de flores, mas

²⁶ Comissão do Movimento de Mulheres de Remanso, era formada por Maria do Socorro Santos Maria de Lourdes Antunes Marilene Passos Débora Rodrigues Lise Guimarães Valdete Batista Irmã Dominga Maria Miranda Araújo

o grupo enfrentou dificuldade na comercialização dos produtos, desmotivando a continuidade desse trabalho.

Na década de 1990 algumas comunidades rurais passaram a demandar a ação da Rede. Naquele momento, a comissão aceitou e pode contar com a parceria com o STR e a paróquia de Remanso. Assim foi possível ampliar o trabalho com realização de encontros onde foi possível refletir sobre cidadania, previdência social e outros assuntos ligados à classe trabalhadora. Nessa época havia muitos relatos de problemas relacionados à saúde da mulher e a saída imediata da medicina era pela histerectomia²⁷. No enfrentamento desses problemas o movimento fez um trabalho de sensibilização e orientação, ajudando as mulheres a fazerem um tratamento mais adequado, fazendo uso da medicina naturopata.

Com o objetivo de melhorar a comunicação com as comunidades, fazer divulgação das atividades e dar visibilidade ao Movimento de Mulheres, o grupo passa a fazer um programa na rádio Serra da Capivara (AM). A partir do ano de 1998 o movimento criou o programa de rádio “Desperta Mulher”, com a finalidade de “divulgar os trabalhos, estimular a participação de outras mulheres, dar dicas domésticas, contribuir no processo de sensibilização e interagir, principalmente com o público feminino” (Actionaid, 2010, p. 158).

O programa era feito na rádio comunitária da cidade, a Zabelê FM, mas logo a rádio foi fechada, pois a mesma não era regularizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Em 2005 a Rede reassume o programa de rádio na Zabelê FM (agora regularizada) e continua com o mesmo nome: Desperta Mulher. O ano de 1994 é um marco, pois inicia o processo de construção de cisternas de consumo humano nas comunidades de atuação da Rede, através das ações do P1MC em parceria com a diocese de Juazeiro e o STR.

No período de 1996 e 1997, a comissão do movimento ficou desarticulada, já que alguns membros da comissão foram morar fora de Remanso ou mesmo fora do território. A partir de 1998 o Movimento retoma suas atividades, isso se deu por

²⁷ É a remoção do útero através de procedimento cirúrgico.

conta da chegada da irmã Domingas²⁸ e o retorno de alguns integrantes do Movimento. Nesse período o movimento se fortaleceu e iniciou o trabalho com as mulheres pescadoras, e a representação desse segmento passou a integrar a comissão do movimento e, além de trabalhar os temas acima relacionados, o movimento estimulou a filiação à Colônia de Pescadores.

A partir de uma atividade da Diocese de Juazeiro, o movimento de mulheres decide por desenvolver um trabalho regional, mobilizando os demais municípios que integram a diocese. Assim o movimento consegue o apoio das Irmãs da Congregação São José, na Província do Maranhão, para a realização de uma Assembleia Regional em Casa Nova. Nesta assembleia as participantes decidem pela criação da Rede de Mulher, sendo formado uma coordenação regional composta por uma representação de cada município, uma Coordenação Regional, neste momento por oito mulheres.

Nessa assembleia o grupo decide que anualmente aconteceria uma assembleia regional, reunindo os representantes escolhidos por cada município. A cada assembleia é definido um tema que é trabalhado e esse mesmo tema deve ser estudado e debatido durante o ano pelas redes municipais. “A partir da criação da Rede, cada município se organiza conforme suas necessidades. O grupo de mulheres em Remanso, que se chamava Movimento de Mulheres, passou a ser “Rede de Mulheres de Remanso” (Actionaid, 2010, p. 159). Em 1999 acontece em Pilão Arcado a primeira assembleia de pescadoras da região.

No processo de organização da Rede de mulheres, irmã Domingas é transferida em 1988, mas isso não causou perdas, pois a rede de Remanso podia contar com o apoio da Rede Regional.

A partir de 2001 a Rede de Mulher pôde contar com o apoio do Sasop, além de assessorar o desenvolvimento das atividades, apoiava com a infraestrutura no deslocamento para as comunidades. Um marco dessa parceria foi a realização do Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP). O diagnóstico contribuiu na

²⁸ A mesma integra a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry é uma congregação religiosa da Igreja Católica.

organização da rede, sendo identificada a necessidade de criar uma equipe de apoio, elegendo lideranças, chamadas de animadoras comunitárias. A rede de mulheres participou do I Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002 no Rio de Janeiro:

Com a realização das atividades, foi surgindo a necessidade de reforçar a parceria com as entidades: Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Congregação das Irmãs de São José, SASOP, a Articulação Sindical do Lago de Sobradinho - ASS e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso, que muito apoiam e contribuem nos trabalhos com a Coordenação e grupos nas comunidades.

Nesse ano a Rede atuou com estudos de formação, encontros trimestrais nas comunidades de Maravilha, Ponta da Serra II, Malhadinha, Pimenteira, Lagoa do Garrote, Caldeirão do Café, Lagoa do Barro dos Baios e Salina do Brejo, no município de Remanso. E, em parceria com o SASOP, no município de Campo Alegre de Lourdes, nas comunidades de Barreiro do Espinheiro e Tamboril. (Actionaid, 2010. p. 160).

No resgate de sua história as mulheres destacam as atividades de formações que elas tiveram oportunidade de participar e que foram fundamentais para ampliar seus conhecimentos, como o curso de Segurança Alimentar, realizado com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, IBASE e Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais – CERIS (2003-2004); um membro foi a Recife participar de curso com a ONG SOS Corpo (2003). Virtualmente, outro membro fez curso de cultivo orgânico de plantas medicinais, com a Universidade Federal de Viçosa/MG (2005); o curso de beneficiamento de frutas nativas e de leite de cabra, promovido pelo IRPAA.

Com relação aos intercâmbios, as mulheres destacaram: visita ao grupo Origem em Recife/PE (2004), que faz um trabalho com manipulação de alimentos e aleitamento materno, com acompanhamento a gestantes e crianças recém-nascidas; visita de intercâmbio à experiência de beneficiamento de couro e de leite de cabra, na Paraíba; visita de intercâmbio a um grupo de melíponas na Paraíba; as mulheres destacam que nos anos de 2007 e 2008 foram realizados muitos intercâmbios que fortaleceram os trabalhos da rede, como em Conceição das Crioulas/PE, para conhecer experiências de artesanato com fibra de caroá e argila.

Foi também promovida a troca de experiências culturais e de geração de renda, além de oportunizar às participantes a um debate sobre gênero e a Lei Maria

da Penha; Visitas ao município de Campo Alegre de Lourdes para conhecer as experiências de quintais, na comunidade Barreiro do Espinheiro; um grupo de mulheres de Remanso participou do processo de sistematização das experiências das mulheres do Assentamento Dandara em Camamu/BA; uma integrante da rede participou de um intercâmbio em Moçambique, na África. O objetivo foi conhecer as experiências com hortaliças.

Em 2002 a Rede Mulher conseguiu o apoio do Serviço Alemão de Cooperação Técnica Social (DED), entidade alemã, o projeto voltado para apoiar o trabalho com melíponas (abelhas sem ferrão), visando a geração de renda. Foi uma ação implementada em três comunidades: Ponta da Serra II, Lagoa do Garrote e Caldeirão do Café. Apoiando inicialmente 06 mulheres, o projeto foi trabalhado dentro da estratégia de fundo rotativo, onde as beneficiárias devolvem parte do valor investido para beneficiar novas participantes. A rede visava com esse trabalho integrar as ações de formação política e geração de renda. Além de trabalhar a atividade produtiva de criação de abelha, foram também trabalhados temas que são fundamentais para ampliar o conhecimento das mulheres e promover mudanças nas relações que geram dependência e desigualdades. “Esse trabalho possibilita aos grupos formados a produção de mel, própolis e pólen, que podem ser usados tanto para o autoconsumo quanto para comercializar na região”. (Actionaid, 2010, p.161).

Em 2003, se iniciou a preparação do Estatuto da Rede, que teve o incentivo de entidades parceiras e de membros da Coordenação Regional, mas a mesma só foi formalizada no dia 22 de junho de 2005 e nesta assembleia foi formada a coordenação da rede²⁹. Assim, em seu estatuto, a rede expressa que tem como objetivo combater todas as formas de discriminação racial, étnica e de gênero como obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais; estimular as

²⁹ Composta por uma coordenadora, Maria do Socorro dos Santos; uma secretária, Maria de Lourdes Antunes Bastos; uma segunda-secretária, Otávia Rodrigues Lopes; uma tesoureira, Beronice Ferreira da Silva, e uma segunda-tesoureira, Valdeni Creoncio da Silva. Foram Titulares do Conselho Fiscal: Iranilde de Andrade Amorim, Zenilde Neres de Oliveira e Zulmerinda Ferreira Silva Farias e as Suplentes: Maria Rodrigues Rocha e Ivonas Lopes de Oliveira. (Actionaid, 2010, p. 163)

mulheres na luta por igualdade de oportunidades e de tratamento; incentivar melhores condições de trabalho, assistência e aperfeiçoamento profissional.

A parceria com o SASOP amplia o apoio às atividades produtivas, através dos projetos de Arranjos Produtivos Locais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Com o apoio ao trabalho com as abelhas africanizadas, iniciada em 2005, além da Codevasf, o SASOP também contou com o apoio da Heifer, Actionaid, projeto Petrobras, União Europeia que contribuíram com a aquisição de equipamentos para as Unidades de Beneficiamento de Frutas, estruturação de quintais agroecológicos, investimentos na construção de cisterna de produção de 16 mil litros, plantio de fruteiras. Em 2008, se inicia o projeto de criação de galinhas e cabras na comunidade Lagoa do Garrote, o projeto funcionou com o sistema de fundo rotativo, onde a devolução era feita com a primeira cria fêmea, para a inclusão de outra família no projeto.

Em 2007 inicia as ações do P1+2, com a construção de cisternas para produção de alimentos nas comunidades Caldeirão do Café e na Lagoa do Garrote. Essa ação contempla o fomento às atividades produtivas nos espaços dos quintais e a partir de 2008 o programa amplia sua ação com a implementação de outras tecnologias, como barragem subterrânea e barreiro trincheira. Com o grupo foi possível construir uma síntese dos principais eventos históricos da Rede Mulheres de Remanso

Quadro 6: Síntese dos principais eventos históricos da Rede Mulheres de Remanso

Período	Eventos
1983	Surge a o Movimento de Mulheres em Remanso
1984 - 1995	Ainda como Movimento atuando em diversas frentes
1996 - 1997	Nasce a Rede Regional Diocesana da qual são efetivas
1998 - 2003	Assume-se como Rede Municipal. Atua em várias frentes e firma parceria com o SASOP
2004	Construção coletiva do estatuto da Associação da Rede de Mulheres de Remanso
2005	Nasce oficialmente a Associação Rede de Mulheres de Remanso
2006	1ª. Assembleia da Associação (Rede de Mulheres de Remanso)
2007 – 2010	Atua em várias frentes, com destaque para o PNAE e 1ª Feira Cultural de Saúde da Mulher, em 2007 inicia as ações do P1+2
2011 – 2015	Feira Cultural da Saúde da Mulher, venda para o PNAE, acesso e desenvolvimento de vários projetos

2016	15ª Assembleia da Rede Regional com o tema Gênero, Empoderamento da Mulher e Políticas Públicas
2017	Associação Rede de Mulheres de Remanso atuando em 16 comunidades
2018	Mulheres em Rede contra a violência
2019	Participação na Marcha das Margaridas em Brasília 18º Assembleia: Sem feminismo não há agroecologia
2020	Primeiro ano da pandemia não foi realizado assembleia
2021	Aconteceu 19º Assembleia: Agroecologia (realizada de forma virtual); No período da pandemia rede participou da campanha Bahia sem fome, foi uma das organizações responsável pela distribuição de alimentos (fundação Banco do Brasil)
2022- 2023	Foi realizado em Remanso a 20º Assembleia: divisão Justa do Trabalho doméstico e em 2023 III Feira Agroecológica de Economia solidaria e Saúde da Mulher

FONTE: Elaboração da própria autora

As mulheres também identificaram um conjunto de programas e políticas públicas que foram acessadas pelas integrantes da rede, como os programas de acesso à água (consumo humano e produção), ATER, Seguro Safra, Luz para Todos, Bolsa Família, Auxílio Emergência, acesso ao crédito (Agroamigo³⁰ / Credamigo³¹), BPC, Aposentadoria, Programa Saúde da Família, Seguro Defeso, Salário Maternidade, Auxílio-doença, Pensão, Garantia Safra, PAA, PNAE

3.2.2 Rede de Mulher de Pilão Arcado

O município de Pilão Arcado, situado a 265 km de Juazeiro, com uma área de 11.732,20 km², segundo o IBGE, sua a população em 2022 é de 35.048 habitantes. A densidade demográfica é de 3 habitantes por km² no território do município. Está localizada na margem esquerda superior do lago de Sobradinho. No município encontram-se geograficamente parte da produção agropecuária em áreas de sequeiro na caatinga, áreas de produção irrigada e regiões de brejos.

³⁰ É um programa que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC). (<https://www.bnb.gov.br/agroamigo>)

³¹ É um programa de microcrédito do governo federal que visa estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre, o mesmo atua de maneira rápida e sem burocracia na concessão de crédito em grupo solidário ou individual. (<https://www.bnb.gov.br/crediamigo>).

Em roda de conversas com as mulheres, elas relatam que passaram a participar das ações da Rede a partir do ano de 1988, contando neste momento com o apoio da paróquia. A Rede de Mulheres de Pilão Arcado, íntegras mulheres agricultoras, distribuídas em 18 comunidades rurais. Dessas comunidades, 6 são comunidades tradicionais denominadas de Fundo de Pasto, 4 são de comunidades de pescadoras artesanais (Passagem, Pedreira, Arara e Pedrinhas), juntamente com um grupo de mulheres que residem na sede do município e que também participam da rede.

No desenvolvimento de suas ações as mulheres estão envolvidas nas experiências de produção agroecológica, como: Quintais produtivos, apicultura, criação de galinha, caprinos e ovinos, pesca artesanal, beneficiamento de alimento, além disso, as mulheres também trabalham com artesanato (Barro, madeira, tecido, pintura, escama de peixe etc.). Há um reconhecimento que quintais produtivos (produção de hortaliças, plantas medicinais frutíferas, criação de galinha) e criação de caprinos, são as atividades produtivas de maior destaque protagonizadas pelas mulheres. O artesanato é a atividade de maior destaque do grupo de mulheres que reside na área urbana.

De forma geral as mulheres comercializam seus produtos na própria comunidade, na feira convencional e nas feiras agroecológicas que acontecem de forma esporádica e as mulheres também conseguiram inserir seus produtos no PAA emergencial.

Nas últimas décadas a população do território passou a acessar diversas políticas públicas. Assim as mulheres reconhecem que já acessaram o Agroamigo. Com relação aos projetos de assistência técnica em diferentes níveis (estadual e federal), as agricultoras já foram assessoradas pelo Projeto para Povos e Comunidades Tradicionais, ATER agroecologia, Brasil sem Miséria e Pró Semiárido. Algumas mulheres acessam as políticas previdenciárias, como aposentadoria, auxílio-doença, salário maternidade, BPC, pensão por morte. Com relação aos benefícios sociais destacam o Bolsa Família / Brasil Sem Miséria, Garantia Safra, PAA, Programa de Cisternas.

A redução de verbas do governo federal para a implementação de políticas públicas é um problema que afeta diversos setores, incluindo a agricultura familiar, mas em 2022 as famílias agricultoras de Pilão Arcado conseguiram acessar o PAA emergencial. Foi o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia que conseguiu junto ao governo do Estado a implantação do PAA Estadual. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um importante programa que busca fortalecer a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O edital do PAA Emergencial foi uma ação surgida por pressão da sociedade civil organizada em todo o país, em que a Articulação Nacional de Agroecologia, representando um conjunto de organizações, realizou uma série de atividades, como campanha e vídeos para provocar o poder público a implantar o PAA no momento de crise e da volta da extrema pobreza no Brasil, agravada ainda mais com a pandemia da Covid-19. Nesse sentido, em 2020 o governo federal lançou o edital onde, em parceria com os governos dos estados, diversos municípios puderam acessar os recursos e executar o Programa, a exemplo de Pilão Arcado, na Bahia, e essa ação mobilizou agricultoras que integram a rede de mulheres do município.

Foi a partir do trabalho da Rede de Mulheres que começamos a ouvir falar de agroecologia, *“antes a gente não ouvia falar tanto de agroecologia”*. Quando as mulheres começaram a ouvir falar de agroecologia ajudou a gente a entender mais um pouco, ajudou a mulher ter conhecimento da força que ela tem e da sua produção, ela começou a se ver melhor, se valorizar, contribuindo na superação da desigualdade de gênero, *“está longe do que a gente quer mais deu uma melhorada”*. (Flores de Angico)

Quando questionado sobre o processo de produção agroecológica, buscando identificar os avanços, as mulheres expressaram:

Muitas mulheres não saem de sua casa, hoje já participam das atividades, antes a mulher era muita julgada, quando ia conversar com outra mulher era taxada de vagabunda, ainda são poucos os avanços, mas hoje as mulheres participam dos movimentos. Às vezes as mulheres participam, mas não faz nada para mudar, falta respeito, o homem sempre quer estabelecer sua voz, sempre que uma mulher está conversando ele entra pelo meio e busca

interromper a fala da mulher". (Roda de conversa, com Rede de Pilão Arcado, 23/04/2023)

Acho muito difícil trabalhar a agroecologia, ainda acho pouco difundida, a parte da agroecologia devia ser mais trabalhada, trabalhar com menos veneno, tem muita gente que ainda faz uso e traz sérias consequências para nós mulheres e para toda famílias, tem situações que a mulher não faz uso, mas o marido faz uso:

"Como não fazemos uso de veneno as vezes quando levamos nossos produtos no mercado, as pessoas deixam de comprar na nossa mão porque nossos produtos são pequenos, compra na banca ao lado, por que o produto tem um tamanho maior, mas sempre explico que meus produtos não têm veneno". (Aroeira-vermelha)

É importante destacar que hoje eu tenho cliente que só compra na minha mão. O termo agroecologia está menos incorporado, o pessoal pergunta mais se o mesmo é orgânico. Agroecologia é um tema que precisa ser mais bem trabalhado pela Rede, fazer uma unidade demonstrativa, a Caatinga é pouco trabalhada. Um avanço tem sido o desenvolvimento da apicultura, o desenvolvimento dessa atividade contribuiu para reduzir o desmatamento da caatinga.

Com o trabalho da Rede conseguimos ter um desenvolvimento melhor como pessoa. A rede também contribuiu para apoiar as atividades produtivas das mulheres, a gente já conseguiu cisternas, projeto para melhorar a criação de galinha e foi a rede que estava à frente. A Rede tem um nome ela é respeitada não é ainda da forma como a gente quer. O trabalho articulado da rede de Mulheres com o SASOP também tem sido importante para ampliar as tecnologias sociais, agora mesmo fui contemplada com bioágua. "Eu era um pouco apocada para falar, depois que comecei a andar na rede soltei a língua, pra mim foi bom, foi uma melhoria na minha vida". (Bromélia)

As mulheres que integram a rede de Pilão Arcado também participam do sindicato dos trabalhadores rurais, associações comunitárias e do Fundo de Pasto, integram o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Assistência Social, Conselho de Saúde e o Conselho de Direitos da Criança e dos Adolescentes. Assim, pode-se observar ampliação da participação das mulheres em outros espaços,

isso é bem significativo como bem expressa Jalil (2013, p. 170): “a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa sua participação na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeitos no espaço público e privado”

Com relação aos parceiros que apoiam o trabalho da Rede no município, as mulheres reconhecem o SASOP, IRPAA, SAETE, Paróquia e a prefeitura antes da pandemia também apoiou em algumas ações pontuais.

3.2.3 Rede de Mulher de Casa Nova

A cidade de Casa Nova fica situada a 70 km da sede de Juazeiro, e possui uma área territorial de 9.657 Km². Segundo o IBGE, sua população em 2022 foi de 72.085 habitantes. A densidade demográfica é de 7,5 habitantes por km² no território do município.

A cidade está situada nas margens do lago de Sobradinho, historicamente, as comunidades rurais do município enfrentam dificuldades relacionadas aos marcados efeitos da “seca” pela falta de água principalmente nos períodos de estiagem, há uma estrutura concentradora de água e terra. O município é conhecido pela produção de frutas que ocorre nas áreas de sequeiros e principalmente nos projetos de irrigação, com destaque a produção de manga e uva para consumo in natura e fabricação de vinho de modo a atender ao mercado interno e externo.

Segundo Cactácea, a Rede de Mulheres de Casa Nova surgiu em 2001, a partir do trabalho desenvolvido pela Pastoral da Mulher da Diocese de Juazeiro. “Desde o início, a Rede Municipal e Regional tem como objetivo integrar as mulheres para refletirem sobre o cotidiano e seus problemas” (ASA, p.37, 2009).

As animadoras da rede destacam que desde o seu surgimento a Rede de Mulher busca melhorar a autoestima e ao longo desses anos trabalhou diversos temas e vem desenvolvendo ações voltadas para a produção e geração de renda. Em 2006 rede intensifica o trabalho de geração de renda, pois havia a necessidade de melhorar a renda das mulheres, assim a rede apostou no processo de formação voltados para

o beneficiamento de frutas nativas, principalmente o umbu e o maracujá do mato, os cursos foram realizados pelo IRPAA e SASOP.

Um destaque é o grupo de produção de alimentos. Uma das integrantes do grupo já tinha experiência com beneficiamento de derivados da mandioca, a mesma resgatou a memória de seus antepassados fazendo uso de receitas no preparo de alimentos a partir do beneficiamento da mandioca. Esse conhecimento foi disseminado dentro da Rede, como resultado positivo, dessas formações, até hoje tem grupos trabalhando com a produção de biscoitos doces e salgados, petas, conhecidos em outras regiões da Bahia por avoadores, sequilhos (ginetes), tudo produzido a partir da mandioca.

A produção de tais produtos é realizada na cozinha da casa de uma das animadoras da rede, elas comercializam os produtos na feira convencional que fica no centro da cidade, na sexta e no sábado. Já no domingo, elas comercializam no distrito de Santana, durante a semana abastecem os supermercados e mercearias.

No município a Rede atua em três localidades, na sede do município, nos distritos de São Luís e em Santana do Sobrado, mobilizando em torno de 25 mulheres. O grupo é diverso, tem mulheres artesãs, doceiras, pescadoras artesanais, agricultoras, professoras e garis.

Para Leda, a atividade que o grupo realiza se inter-relaciona com a de pequenos produtores, a partir da matéria prima, a tapioca, formando uma cadeia produtiva que, aos poucos, garante a renda para sobrevivência, fortalece o grupo em rede, resgata a tradição dos produtos da tapioca e valoriza a cultura da mandioca. (ASA, p.39, 2009)

O grupo reconhece a contribuição da Rede Sabor Natural do Sertão³², no processo de facilitação das formações e de aperfeiçoamento dos grupos de economia solidária da região. Nesse sentido, destacam a realização dos intercâmbios, que promoveram troca de experiências e o fortalecimento

³² A Rede Sabor Natural do Sertão era constituída por organizações, como cooperativas, associações de agricultores, apicultores, pescadores, mulheres e grupos informais de mulheres e quilombolas. A Rede foi formalizada no início de 2017 com a criação da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (Cecaat)

organizativo dos grupos, além de viabilizar a comercialização nos mercados regional e nacional, principalmente através das feiras e pontos fixos e nos mercados institucionais.

3.2.4 Rede de Mulher de Sento Sé

Sento Sé é o município do território, com maior área territorial, somando-se 12.698,8 km², uma população de 40.684 habitantes (IBGE, 2022). A densidade demográfica é de 3,2 habitantes por km² no território do município, está situado a 189 km de Juazeiro, à margem direita do Rio São Francisco, na parte superior do Lago de Sobradinho. O município possui áreas de produção em área de sequeiro na Caatinga e em regiões de brejos e nos perímetros irrigados, com uma produção historicamente convencional, com monocultura e uso de agroquímicos (adubos e defensivos), degradando o solo, a água, o meio ambiente, e reduzindo os recursos naturais. Essa forma de produzir impacta de maneira negativa na vida das famílias agricultoras, de modo que a situação vem se agravando com a implementação dos grandes projetos como de energia eólica e de mineração nas comunidades rurais.

A chegada desses grandes projetos tem impactado de forma negativa a vida das famílias que vivem neste território. Elas relatam mudanças na relação com a terra e com os recursos naturais, a implementação desses projetos tem levado à perda de terras e de recursos naturais, o que afeta a capacidade das mulheres de produzir alimentos e de cuidar de suas famílias. Também identificam o aumento da violência de gênero nas comunidades rurais, já que a chegada de um grande número de trabalhadores levou ao aumento do consumo de álcool, drogas e da prostituição. Elas conhecem mulheres que ficaram grávidas dos trabalhadores dessas empresas e não tiveram a paternidade reconhecida e seus filhos passam a ser conhecidas como "filhos do vento".

A rede de mulheres de Sento Sé mobiliza agricultoras familiares, pescadoras artesanais e artesãs da sede de comunidades tradicionais de Fundo de pasto, ribeirinhas e assentadas da reforma agrária.

Em roda de conversa com a Rede mulher de Sento Sé, elas avaliam que a Agroecologia é muito importante e tem contribuído diretamente para melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem na sede e nas comunidades rurais. As mulheres que integram a rede adotam práticas agroecológicas, essa produção garante alimentos de qualidade para o consumo da família e outra parte as mulheres comercializam, essa prática tem contribuído para movimentar a economia local, na geração de renda e no empoderamento feminino:

A agroecologia fortaleceu demais o empoderamento feminino e os quintais das mulheres faz a diferença, depois da anotação das cadernetas isso ficou claro, as mulheres têm conseguido garantir uma alimentação saudável para minha família e para o consumidor. (Sabiá).

As Mulheres reconhecem que um dos desafios é garantir uma produção de forma sistemática, apontam que no período de chuva não conseguem ter uma diversidade de hortaliças, percebem que ainda enfrentam dificuldade no escalonamento da produção.

Há o reconhecimento da Rede mulher no processo de formação, elas expressam que a rede tem contribuído para qualificar as mulheres no enfrentamento do machismo e de todas as formas de violência que as mulheres de forma geral enfrentam. Como bem expressa (Flor de Jitirana): “Uma mulher participa das ações da rede, ela sai com uma outra visão, a gente tem uma outra base de fortalecimento, tanto a nível pessoal como a nível coletivo da rede regional e da rede municipal”

Uma ação importante da Rede no município é acompanhar as situações de violências sofridas pelas mulheres e, depois da Feira agroecológica, isso ficou mais visível que a Rede faz esse acompanhamento no enfrentamento da violência:

A Rede mulher é esse espaço de formação, a nossa base enquanto mulher, é lá que a gente consegue tirar força para enfrentar a luta, no nosso trabalho, dentro da unidade de beneficiamento, a rede é que dá essa força para gente, e que fortalece a gente a participar de outros espaços. (Asa Branca)

Uma integrante da rede mulher de Sento Sé assumiu a coordenação da Rede regional no período de 2019 a 2022, a mesma expressa: "Eu não sei o que eu

era antes da rede, porque eu nasci junto com a rede. A rede é dos anos 1980 e eu nasci em 1984 (Águia-Chilena). A agricultora expressa que a rede tem como objetivo principal denunciar a violência contra a mulher e buscar autonomia das mesmas. Visando o processo de geração de renda e o empoderamento das mulheres, todos os anos a rede busca realizar uma feira em cada município, esse tem sido um espaço de comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres. Assim, em 2019 foi realizada a primeira Feira Agroecológica em Sento Sé:

Em 2019, a primeira feira agroecológica foi realizada e graças ao sucesso da primeira edição, foi possível mantê-la. No início, a proposta era de realizar uma feira mensalmente, mas como houve uma grande aceitação e a indagação dos clientes sobre sua continuidade semanal, o grupo da feira composto pelas(os) agricultoras(es), a Rede Mulher e os(as) técnicos(as), decidiram por mantê-la quinzenalmente. O fato de Sento Sé não ter nenhum tipo de feira livre também foi fundamental para conquista dos clientes, mesmo assim, grande parte do público compreende o diferencial da feira agroecológica, que oferece produtos livres de agroquímicos além de beneficiar dezenas de famílias agricultoras. (IRPAA, 2022 p.8-9)

Figura 8: Imagem da feira Agroecológica de Sento Sé



Fonte: Rede Mulher Sento Sé

As mulheres destacam que atuação em rede tem gerado resultados positivos fruto da participação e conquista das mulheres, um resultado dessa atuação foi a criação da Feira Agroecológica no município, é importante destacar que no TSSF, Sento Sé era a única cidade que não tinha nenhum tipo de feira. Uma demanda da rede territorial, para ser realizada uma vez ao ano, mas essa iniciativa foi bem aceita

pela população da cidade e passou a ser quinzenal. A partir de 2021, a feira passou a ser semanal:

A Feira Agroecológica de Sento Sé. se tornou semanal, consolidando-se como um espaço de comercialização e articulação política, além de formação e fortalecimento cultural, que promove a troca de saberes, a geração de renda e o empoderamento feminino. A experiência também fortalece e dissemina a prática agroecológica entre as agricultoras envolvidas, contribuindo para a Convivência com o Semiárido. (IRPAA, 2022, p.2).

As mulheres relatam a importância da feira agroecológica para suas vidas, de forma geral, os relatos dão conta da relevância dessa ação para a economia local e regional, também se observa impactos na vida social, política e econômica das mulheres, colaborando diretamente no seu processo de empoderamento. Isso se confirma no depoimento de Flor de Juazeiro, “eu cheguei aqui no processo de depressão, eu gosto sempre de contar essa história, porque foi nesse espaço da rede que eu fui me fortalecendo cada vez mais, crescendo enquanto mulher, a gente se torna uma família”.

Com relação ao acesso aos mercados, além da feira agroecológica, as mulheres comercializam na comunidade, acessaram o PNAE, e PAA emergencial, também envia parte da produção para a feira agroecológica de Juazeiro, para a Central da Caatinga, quitanda da Coopervida. As agricultoras destacam que para a Central da Caatinga, elas enviam o mel e os produtos beneficiados (derivados da mandioca).

As mulheres também expressam que além da Rede, tem mulheres que participam do grupo da igreja, fazem parte da colônia de pescadores, integram o STR, comissão de Fundo de Pasto, integram associação de apicultores e a Coopervida. “Faço parte da rede e trabalho na secretaria de agricultura do município, é um espaço que tem muitos homens, ser mulher feminista nesse espaço é bem complicado” (Águia-Chilena)

Com relação às políticas públicas, as mulheres que integram a rede acessam ou já acessaram as seguintes políticas: Pronaf, ATER, Fomento Rural,

documentação da trabalhadora rural, os Programas de Cisternas, P1MC, P1+2, PLANATEC, os programas sociais, como Salário Maternidade, Seguro Defeso:

Antes de Bolsonaro as políticas públicas eram mais fáceis de ser acessadas pelas mulheres, no período de Bolsonaro não teve a construção de nenhuma cisterna, cortou tudo o que era de programa para as mulheres, extinguiu o CONSEA, tirou o ministério da mulher, já no período de Lula muitas mulheres conseguiram acessar as políticas Públicas (Malva Branca).

As mulheres reconhecem que as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental no acesso a recursos e serviços essenciais para apoiar e fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido, contribuindo para melhorar as condições de vida das mulheres e suas comunidades, promovendo a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e o desenvolvimento sustentável.

Pode-se observar, a partir das falas de muitas mulheres expressam o quanto a Rede Mulher tem contribuído para adquirir uma nova visão sobre o feminismo, o empoderamento feminino e a luta contra o machismo e o preconceito. O acesso à informação e a discussão aberta sobre esses temas, especialmente através das formações, têm desempenhado um papel importante na disseminação desses ideais e na conscientização sobre direitos e igualdade de gênero.

3.2.5 Rede de Mulher de Uauá

O município de Uauá fica situado a 125 km de Juazeiro, com uma área territorial de 3.035,2 km², segundo o IBGE a população em 2022 era de 24.240 habitantes. A densidade demográfica é de 8 habitantes por km² no território do município. Uauá é um município economicamente sustentado e movido pela economia de subsistência, caracterizado pelo manejo da caprinovinocultura, conhecido nacionalmente como "Capital do Bode", possui um dos maiores rebanhos de caprinos e ovinos da região e do Brasil.

A Rede de Mulher de Uauá a passa a integrar a Rede Regional a partir de 2016, as mulheres desse município passam se articular em rede a partir de uma

atividade organizada pela Rede Regional com apoio da equipe técnica do IRPAA, com mulheres de 3 municípios (Uauá, Canudos e Curaçá). Esse foi um espaço onde foi apresentado o trabalho da rede, essa atividade contou com a participação da delegacia especializada de atendimento à Mulher de Juazeiro (DEAM) que tem a finalidade de prevenir, proteger e investigar crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres.

Atualmente a rede mobiliza mulheres agricultoras de 07 comunidades rurais e mulheres da área urbana, artesãs, funcionárias públicas. De forma geral as mulheres estão envolvidas no processo de produção e beneficiamento de alimentos, produção de frutas, hortaliças, criação de caprinos, produção de doces cocadas, o grupo da rede também mobiliza um conjunto de artesãs que trabalham com pintura, tecido, crochê, bordado etc., também há mulheres que trabalham com produção de sabão e produtos de limpeza de forma geral.

As mulheres que integram a Rede têm um espaço na feira convencional, onde são comercializados os produtos das mulheres, assim a Rede tem conseguido dar visibilidade à produção agroecológica das mulheres. As mulheres também vendem seus produtos na comunidade, as cocadas são comercializadas em algumas escolas.

Há um reconhecimento por parte das mulheres que a Rede tem desempenhado um papel positivo, contribuindo na mudança de visões e comportamentos, além de proporcionar espaços de diálogo, compartilhamento de informações e experiências, e permitindo que as mulheres se conectem com movimentos, organizações e iniciativas que promovem a defesa de direitos das mulheres:

Uma conquista foi a casa do artesão, outra conquista importante foi conhecer o meu valor, hoje me considero uma mulher empoderada, Rede despertou um encorajamento que eu não conhecia e foi através da Rede que passei a conhecer e entender os diversos tipos de violência, o que é violência doméstica, violência psicológica, eu me sinto outra mulher depois que passei a participar da Rede. A Rede de mulher territorial tem sido muito importante, temos que ter gratidão pelo trabalho que é realizado. A rede vem espalhando conhecimento, é uma sementinha que foi espalhada, mesmo as mulheres que moram mais distante vem se articulando. (Ararinha Azul)

Atualmente a Rede conta com o apoio do IRPAA, Coopercuc e da Secretaria de Ação Social. Para Umburana de Cheiro, “a Secretaria de Educação do município poderia ajudar as mulheres, comprando seus produtos e colocando na alimentação escolar”.

Além da rede, o grupo relata que tem mulheres da rede que estão na diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais, estão no CONSEA, Conselho Municipal de Alimentação Escolar e no Conselho de Direito das Mulheres, mas lembram que esse conselho ainda não foi ativado. A população já reconhece que a Rede existe, destacam a participação das mulheres da feira do bode e a criação do *Instagram* foi importante para dar visibilidade ao trabalho que Rede Mulher realiza no município.

Com relação às políticas públicas, as agricultoras destacam que já acessaram o Agroamigo, Bolsa Família, cisterna de consumo humano e de produção, 02 agricultoras são beneficiárias do Pró Semiárido, lembram também que já receberam assistência técnica, só que foi muito rápido, durou somente dois anos, ter acompanhamento técnico foi importante e contribuiu para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido:

Foi através de um técnico que comecei a participar da Rede, o técnico observou que na frente do meu marido eu não falava nada, sou grata a esse técnico que me convidou para participar da rede, consegui chegar até lá, cheguei toda tímida, tinha uma delegada falando sobre violência, quando ela começou a falar de violência psicológica parecia que ela estava me descrevendo, eu não sabia que sofria violência. A Rede foi meu alicerce, quando cheguei em casa falei para o meu marido que ele não iria mais me humilhar, arrumei as coisas dele e mandei ele sair de casa, foram 18 anos sofrendo violência psicológica, isso me deixou muitas cicatrizes, precisei de acompanhamento psicológico, mas foi a Rede que deu esse alicerce, coragem e aprendizagem, a mulher que sou hoje eu devo a Rede. (Coroa de Frade)

Durante a roda de conversa algumas mulheres expressaram que são feministas, “tomei a rédea da minha vida, criei força aprendi com a Rede, voltei a estudar, para mim ser feminista é isso, ter força poder para enfrentar os homens, coragem para lutar pelos meus direitos” (Flor de mandacaru). Algumas mulheres se

reconhecem como feministas, segundo as mesmas não conseguem ficar calada diante do sofrimento de outras mulheres:

Eu já tive que falar com alguns homens, olha não trata sua mulher assim, hoje eu reconheço o que é violência psicológica, então a gente se manifesta, a gente se empoderou. Eu sou uma feminista me considero feminista eu luto em defesa das mulheres (Cidreira)

As mulheres levantam a preocupação com a chegada de empresas de mineração nas comunidades, eles estão demarcando áreas bem próximas às nossas casas, estão querendo explorar. Elas expressam que já tem conhecimento dos impactos ambientais que essa atividade vai causar, já estamos sentindo mudança no clima, o desmatamento contribui com o aquecimento global (Roda de conversa com rede mulher, novembro/2022)

3.2.6 Rede de Mulher de Sobradinho

Sobradinho fica situado a 52 km de Juazeiro, em uma área territorial de 1.238,9 km², segundo o IBGE a população em 2022 era de 23.191 habitantes. Marcado pelos “efeitos” da construção da barragem de Sobradinho, que começou em 1973 e foi concluída em 1979, teve um grande impacto na região, criando um lago artificial de cerca de 4.200 km² e desalojando milhares de pessoas que viviam nas áreas que foram inundadas. O lago de Sobradinho está totalmente contido na área do Território Sertão do São Francisco.

A participação de mulheres do município de Sobradinho na Rede Mulher, surge a partir do anseio de mulheres artesãs, pescadoras e agricultoras do campo e cidade em se organizarem em rede apoiando-se umas nas outras para melhorar sua qualidade de vida nos diversos aspectos, sejam eles: renda familiar escoando seus produtos da agricultura familiar, artesanato, ou da pesca artesanal.

As primeiras lideranças femininas que nos representavam, foram as pescadoras Maria Aparecida e Maria Cleide que deram início a nossa história na Rede Mulher a nível de organização no território. Atualmente somos vinte mulheres que

fazem parte dessa bonita caminhada no município. Mulheres da AMAS (associação que movimenta mulheres de Sobradinho) da COOPES (cooperativa do beneficiamento do peixe e também são piscicultoras e mulheres agricultoras da comunidade Vale da Conquista do MST.

Partindo da experiência positiva de caminharmos em rede surgem outras organizações em defesa dos direitos da Mulher, como por exemplo a Associação Movimenta Mulheres de Sobradinho, criada com objetivo de orientá-las sobre os diversos tipos de violência, uma vez que a cidade de Sobradinho está em primeiro lugar no índice de feminicídio e violência doméstica. Neste sentido, motivadas pela Rede Mulher, temos realizado várias rodas de conversas, inclusive com adolescentes da cidade e interior. Uma outra conquista foi através dos órgãos públicos, o Conselho dos Direitos da Mulher.

Seguimos caminhando com os desafios do dia a dia, mas na certeza de dias melhores, em busca de nossa autonomia financeira, com a realização das feiras agroecológicas no mercado municipal uma vez ao mês, prática que tem contribuído para vendas de nossos produtos. Temos rodas de conversas com mulheres sobre diversos temas, e construindo espaços para que cada uma entenda que podemos fazer nossa história juntas.

3.2.7 Rede Mulher de Campo Alegre de Lourdes

O município está situado a 299 km de Juazeiro (cidade sede do território), com área territorial de 2.753 km². A população da cidade de Campo Alegre de Lourdes (BA) chegou a 30.671 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de 9,46% em comparação com o Censo de 2010.

A Rede mulher de Campo Alegre de Lourdes já vem de uma longa trajetória a partir do trabalho de base que é realizada pela paróquia e pelas pastorais, como CPT, Pastoral da Mulher e pelo apoio do SASOP. A Rede Mulher de Remanso também colaborou na articulação e formação da Rede de Campo Alegre de Lourdes.

O município está situado a 299 km de Juazeiro (cidade sede do território), com área territorial de 2.753 km². A população da cidade de Campo Alegre de Lourdes (BA) chegou a 30.671 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de 9,46% em comparação com o Censo de 2010.

Por muitos anos a ação da rede esteve fortemente ligada ao trabalho em torno da segurança alimentar e nutricional, com o desenvolvimento de ações de educação alimentar, com o foco voltado para promover uma alimentação saudável, a partir dos produtos disponíveis nos agroecossistema da família, esse trabalho foi realizado por mulheres, identificadas por monitoras de SAN que integravam a Rede. Nesse percurso algumas animadoras da Rede tiveram problemas de saúde, ou mesmo dificuldades de dar continuidade a esse trabalho.

Com a chegada do Projeto Pró Semiárido, pode-se observar que o grupo se fortaleceu, novas mulheres passaram a integrar esse grupo da Rede no município. No período da pandemia, as ações de forma presencial foram suspensas, mas um grupo da Rede continuou fazendo as formações de forma remota. Isso foi demandado pelo crescimento da violência contra as mulheres, com registro de feminicídios nesse município. Para enfrentar essa realidade a rede promoveu uma série de encontros virtuais, com a participação de convidados que trouxeram novas perspectivas e conhecimento adicionais voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Isso se confirma no depoimento da assessora de gênero da CAR:

Este momento foi extremamente necessário na perspectiva de formação, mesmo de longe, remotamente, levando estas mulheres a criar uma consciência individual e coletiva sobre seu papel na sociedade, na política e no processo organizacional, na luta e no enfrentamento a questões que afligem todas elas nesta região. É também uma forma que nós do Pró-Semiárido temos para fazer articulação entre todas essas entidades, de tecer o processo de saída do projeto e construir, na prática, a autonomia deste movimento de mulheres que é a Rede”, destacou a assessora de gênero do Pró-Semiárido, Elizabeth Siqueira. (site da CAR, 2021).

Em um desses encontros a Rede pode contar com a participação da delegada e membro da Coordenadoria Regional da Polícia Civil de Juazeiro e da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Lígia Nunes. Ela avaliou

que o espaço foi de grande relevância para a frente de combate à violência doméstica e de gênero.

A rede retomou as atividades presenciais, realizando em maio de 2022 um encontro de planejamento para organizar as ações da rede no município. Neste encontro também foi feita a reflexão e debate sobre o combate à violência, esse também foi espaço para trabalhar a campanha de divisão justa do trabalho doméstico e apresentação da Caderneta Agroecológica, instrumento de monitoramento da produção e da renda, gerando a autonomia feminina.

A Rede também está inserida nos espaços de incidência política, como o Fórum de entidades de Campo Alegre de Lourdes, formado por organizações da sociedade civil. Anualmente o Fórum realiza uma romaria com o foco voltado para defesa da vida do meio ambiente do Território, contra as ações das mineradoras e suas ações de grilagem, uso de agrotóxicos e desmatamento, contra os grandes empreendimentos que não favorecem a sustentabilidade e bem-estar da região.

As mulheres que integram a rede vêm acessando um conjunto de políticas públicas, e elas destacam as políticas de ATER, os programas da ASA que viabilizaram o acesso a água para consumo e produção, inserção nos últimos anos de sua produção no PNAE. Elas também citam as políticas sociais, Bolsa Família, Seguro Safra, Auxílio Maternidade, aposentadoria e BPC.

3.2.8 Rede Mulher de Juazeiro

Juazeiro é a Cidade sede do Território Sertão do São Francisco (BA). O município se estende por 6.500,7 km² e conta com 216.707 habitantes de acordo com último censo e 2022. A densidade demográfica é de 33,3 habitantes por km² no território do município.

A Rede Mulher de Juazeiro começou a se organizar a partir da Pastoral da Mulher da Diocese de Juazeiro, pois já tinha um grupo que era acompanhado pela pastoral. A Pastoral da Mulher também apoiava as ações da Rede Territorial. Com a saída de Dom José Rodrigues, e a chegada do novo bispo, o mesmo não deu

continuidade ao conjunto de projetos que vinha sendo desenvolvido pela diocese. Nessas mudanças, o bispo enviou uma carta para a Rede Mulher que não iria mais apoiar o trabalho da Rede e, nesse momento, as freiras que acompanhavam o trabalho da Rede também foram transferidas.

Nesse período, a Rede de Juazeiro busca dar continuidade ao trabalho a partir da articulação com algumas lideranças do sindicato, das Comunidades de Fundo de Pasto, mas isso não foi fácil. Atualmente a Rede de Juazeiro é composta por pessoas que assessoram outros grupos, têm representante da CPP, CPT, IRPAA, são técnicas das entidades que apoia o trabalho da Rede, o grupo está com o desafio de articular mulheres que são representantes das comunidades da área de atuação dessas organizações

De acordo, com a coordenadora da Rede Mulher, a comercialização foi algo que cresceu muito nos últimos anos e atualmente há feira agroecológica em quase todos os municípios do Território, só não tem em Canudos. Foi feito um levantamento e identificado que as mulheres desempenham um papel significativo nas feiras agroecológicas, representando cerca de 95% dos participantes. As feiras tem sido uma ação importante e as mulheres se identificam como Rede Mulher, porque elas são articuladas pelas coordenadoras da rede.

É importante destacar o papel essencial das feiras agroecológicas na promoção da sustentabilidade, valorização dos produtos locais, incentivo à agricultura familiar e fortalecimento da economia local. Além disso, a presença significativa de mulheres nessas feiras mostra como elas têm desempenhado um papel crucial na agricultura sustentável e na segurança alimentar, ao mesmo tempo em que fortalecem seu empoderamento econômico e social.

Observamos que a assessoria técnica desempenha um papel crucial no fortalecimento e na articulação da Rede de Mulheres. Em Canudos hoje o IRPAA só tem um técnico de ATER, esse técnico está somente ajudando na articulação de algumas ações. Uma dificuldade da Rede é que há uma rotatividade muito grande de mulheres, quando não tem recursos para apoiar as ações fica mais difícil de articular as mulheres

A feira orgânica e agroecológica é um espaço que mobiliza algumas agricultoras da Rede Mulher. Essa feira foi planejada para acontecer no espaço da central da Caatinga, junto com o armazém e o restaurante. Quem gerencia o espaço da feira é a Coopervida, cooperativa filiada à Central da Caatinga, assim a Coopervida é uma cooperativa que representa vários agricultores do município de Juazeiro.

Na feira orgânica e agroecológica a Coopervida mobiliza a produção dos agricultores de Juazeiro, também tem produtos de Sento Sé, Sobradinho e Curacá, através das coordenadoras da Rede, assim a cooperativa em vez de colocar uma banca, coloca três ou quatro bancas. São produtos que as famílias não estavam conseguindo escoar e a partir da feira esses produtos estão sendo comercializados. A feira agroecológica da agricultura familiar tem comida pronta, tem artesanato, tem uma banca da Rede Mulher com artesanato e com produtos não perecíveis, tem doces, geleias, petas etc.

A feira agroecológica não é apenas um espaço para a venda direta dos produtos, mas também serve como uma vitrine para estabelecer contratos comerciais com supermercados e restaurantes. A partir desse espaço já fechamos vários contratos. Essa oportunidade de negócio permite ampliar a comercialização dos produtos agroecológicos, alcançando um público maior e promovendo a valorização da produção local

A rede acumulou muita bagagem nos últimos anos, mesmo com a pandemia, nesse período fizemos uma formação remota sobre violência contra as mulheres, dessas formações muitas mulheres na última assembleia fizeram o relato que saíram do círculo de violência. Com o apoio da CAR foi publicada a Cartilha sobre violência contra a mulher.

Tem muitas mulheres que entraram na rede a partir do processo de comercialização, os projetos de ATER desenvolveram formações sobre essa temática. Destaca neste processo o apoio do Projeto Pró Semiárido, que viabilizou o investimento em barracas e infraestrutura para as feiras acontecerem, destaca também o apoio no desenvolvimento das ações da Rede Mulher, outra ação importante foi o trabalho com as Cadernetas Agroecológica.

3.2.9 Identidade Política e Social da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco

A Rede de Mulheres, como descrito anteriormente, surgiu em 1983 como um movimento de mulheres no município de Remanso. Com o passar dos anos, esse movimento se expandiu e ampliou sua atuação para o Território Sertão do São Francisco, consolidando-se como uma importante organização na luta pelos direitos das mulheres e na promoção da igualdade de gênero.

A Rede Mulher congrega uma diversidade de identidades, mulheres sertanejas, das caatingas, das águas: agricultoras, pescadoras artesanais, quilombolas, indígenas, artesãs. Mulheres que vivem em comunidades tradicionais de fundo de pasto, comunidades rurais e nas periferias das cidadãs. São mulheres de diferentes grupos étnicos, há uma predominância de mulheres negras dentro da Rede, isso reflete uma realidade relevante, especialmente em áreas rurais da região semiárida, e nas periferias das cidades. As mulheres negras historicamente têm sido sujeitas a múltiplas formas de discriminação e desigualdade, enfrentando questões relacionadas à raça, gênero e classe social.

De acordo com Salvaro, Lago e Wolff (2013, p. 81), “o acesso aos direitos reivindicados pelas mulheres dependia (depende) da nomeação e do reconhecimento de um corpo que trabalha”. Para as autoras a importância da nomeação e reconhecimento do trabalho das mulheres agricultoras para o acesso aos direitos reivindicados por elas. Através da participação em determinados espaços políticos e aceitação das regras estabelecidas, as mulheres agricultoras conseguem obter visibilidade e oficialidade para suas atividades, o que pode ser fundamental na busca por direitos sociais.

Michel Foucault (1995), discute em sua obra sobre o poder e o controle exercidos pelo Estado sobre os indivíduos. Ele aponta que os documentos pessoais e profissionais, como identidades, registros de trabalho, concedem ao Estado o poder de monitorar e regular a vida das pessoas. No entanto, esses documentos também têm o potencial de dar visibilidade e oficialidade às atividades e existências dos indivíduos, incluindo as mulheres agricultoras.

Ao lutar por direitos sociais, as mulheres agricultoras reivindicam o reconhecimento de sua identidade específica como trabalhadoras rurais. Essa luta envolve a construção de uma identidade coletiva que dá voz a essas mulheres, permitindo que sejam vistas e ouvidas como um grupo que enfrenta desafios e demandas específicas no contexto agrícola.

A nomeação como "mulheres agricultoras" e o reconhecimento oficial desse papel tão importantes para a conquista de direitos e políticas específicas que atendam às suas necessidades e realidades. Através dessa identidade política, as mulheres agricultoras podem se unir, criar laços de solidariedade e mobilizar esforços para promover mudanças sociais, garantindo melhores condições de trabalho, acesso à terra, crédito agrícola, educação, saúde e outras demandas fundamentais.

Ao longo de sua história, pode-se observar que a Rede de Mulheres tem desempenhado um papel significativo no processo de mobilização e organização social das mulheres do TSSF. Sua atuação inclui diversas frentes de trabalho, como:

- 1) Mobilização e Conscientização: A Rede tem se dedicado a conscientizar as mulheres sobre seus direitos, a importância da igualdade de gênero, e sobre a necessidade de combater a discriminação e a violência baseada em gênero;
- 2) Formação de Lideranças: A Rede tem investido no processo de formação contribuindo no processo de formação voltados para capacitar mulheres a se tornarem líderes em suas comunidades e atuarem em prol de seus direitos, assim ao longo dos anos a rede tem promovido, encontros, seminários e eventos para fortalecer a Rede de Mulheres, promovendo o compartilhamento de experiências e ações colaborativas;
- 3) Defesa de Direitos: A Rede de Mulheres tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos das mulheres, incidindo por políticas públicas mais inclusivas e equitativas;
- 4) desenvolvimento de Campanhas, ao longo do tempo, a Rede de Mulheres lançou campanhas e iniciativas para conscientizar o público em geral sobre questões de gênero e promover mudanças culturais;
- 5) apoio às experiências de transição agroecológica: incentivo à produção de alimentos diversificados e o beneficiamento, valorização dos sistemas de produção locais e à comercialização de produtos agroecológicos.

A Rede de Mulheres desempenha um papel relevante no acesso ao mercado para as mulheres. O acesso a mercados é uma questão crucial para as mulheres, pois impacta diretamente na sua renda, autonomia e participação econômica. Ao contribuir para o acesso ao mercado, a Rede de Mulheres não apenas fortalece a posição econômica das mulheres, mas também promove a equidade de gênero ao possibilitar maior autonomia financeira e participação das mulheres em processos decisórios relacionados à gestão dos agroecossistemas.

O trabalho realizado pelas mulheres que integram a Rede, além de contribuir para promover a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar, também fortalece a autonomia das mulheres, contribuindo para a valorização de seus conhecimentos e saberes tradicionais. Além disso, ao impulsionar a comercialização de produtos agroecológicos, a Rede de Mulheres ajuda a construir uma economia mais justa e inclusiva, que valoriza a produção local e a preservação dos recursos naturais.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS FORTALECENDO O PROCESSO SOCIOPRODUTIVO DAS MULHERES

As entrevistas e rodas de conversas realizadas com as mulheres demonstraram a contribuição de um conjunto de programas e políticas públicas que contribuíram para fortalecer as experiências de Convivência com semiárido protagonizadas pelas mulheres que integram a Rede Mulher no TSSF, ver quadro 7 com uma síntese das principais políticas públicas acessadas por essas mulheres.

Entretanto é importante destacar o retrocesso que aconteceu no país a partir de 2016. Segundo o IPEA (2023), o impeachment da presidenta Dilma Rousseff trouxe mudanças abruptas para a institucionalidade de alguns setores de política pública e abriu caminho para a criação de limites fiscais sem precedentes, a partir da Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos. Portanto, é possível afirmar que o impeachment de Dilma Rousseff teve consequências políticas significativas e duradouras, além dos impactos fiscais e administrativos imediatos. A pesquisa foi

realizada neste contexto de retrocesso democrático, assim, compreendendo a importância das políticas públicas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, buscamos identificar ao longo da pesquisa as políticas públicas que as mulheres acessam ou já acessaram.

As mulheres rurais, que frequentemente enfrentam desafios devido à desigualdade de gênero e à falta de acesso a recursos e serviços, foram afetadas por essa política de austeridade. A restrição de recursos teve impacto negativo nos programas de apoio à agricultura familiar.

Quadro 7: Principais Políticas Acessadas pelas Mulheres que integram TSSF

POLÍTICA AGRÍCOLA	POLÍTICA DE ATER	POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	POLÍTICA DE SAN
Garantia safra; PRONAF; AGROAMIGO; Cadastro Ambiental Rural; CEFIR; Programa Fomento Rural	Agroecologia; Povos e comunidades tradicionais (PCT) Brasil Sem Miséria; Pró semiárido; Bahia Produtiva; Mulher	Salário Maternidade; Seguro Defeso; Auxílio Doença; Aposentadoria Pensão	Benefício de Prestação Continuada (BPC); Bolsa família; Auxílio emergencial	PAA; PNAE; Programa Cisterna de produção e de consumo humano Programa Sementes

Fonte: elaboração própria autora, a partir das entrevistas e rodas de conversas com as mulheres

As organizações da agricultura familiar, os movimentos sociais, as redes e as ONGs - Organizações Não Governamentais -, têm atuado de forma ativa na construção e execução de programas e políticas públicas. Assim o processo de incidência política dessas organizações, redes e movimentos foram fundamentais para propor e ampliar o acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), o Programa Sementes do Semiárido, Chamadas de ATER Agroecológicas.

Alguns desses Programas só foram implementados no âmbito da região Semiárida, a exemplo dos Programas voltados para a construção de infraestrutura para captação e armazenamento de água de chuva, como bem destaca Helena

Lopes, et al. (2022), quando reconhece a importância dos programas voltados à promoção da segurança hídrica nas comunidades rurais:

A implantação de tecnologias sociais por meio desses programas possibilitou uma melhoria substancial nos processos descentralizados e autônomos de gestão das águas de chuva por parte das famílias e comunidades rurais, exercendo um efeito disparador nas trajetórias de inovação sociotécnica (Lopes, et al., p.30, 2022)

O Programa Fomento Rural combina duas ações, assessoria técnica socioprodutiva e a transferência de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo. Esse programa foi criado pela Lei 12.512/2011 e é regulamentado pelo Decreto 9.221/2017. A modalidade Semiárido do Fomento Rural foi criada em 2013 e destina-se às famílias rurais da região semiárida em situação de extrema pobreza e de pobreza.

As famílias precisam ter tecnologias sociais de armazenamento de água para produção, bem como estarem dentro do programa por meio de um contrato específico da modalidade Semiárido. O objetivo é apoiar as famílias no desenvolvimento de um projeto que amplie sua capacidade produtiva, levando em consideração as condições climáticas da região e promovendo ações de convivência com o Semiárido:

Alguns programas permitiram também que houvesse mudanças positivas nas infraestruturas dos agroecossistemas, como construção de cisternas para armazenar água de chuva, para beber, cozinhar e irrigar as plantas, apoios para aprimoramento de cercas, galinheiros, currais, apriscos, mas também melhoria das moradias e de estruturas de beneficiamento e comercialização da produção. As políticas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e as políticas de valorização dos produtos da sociobiodiversidade, trouxeram mudanças significativas nos desenhos dos agroecossistemas, pois permitiram a diversificação da produção com introdução de novos cultivos, aumento dos criatórios e a comercialização de alimentos que se perdiam pela inexistência de mercados. (Monteiro, p. 83, 2022)

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção e apoio a inovações sociotécnicas que buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade ambiental. Essas inovações

são essenciais para enfrentar os desafios socioambientais e criar um futuro mais resiliente e sustentável.

Essas mudanças positivas nas infraestruturas dos agroecossistemas foram possíveis devido a um conjunto de políticas públicas e programas que visam apoiar e incentivar a agricultura familiar e a produção sustentável. Mesmo com esse avanço no acesso às políticas públicas por parte das mulheres, pode-se observar como bem expressa Siliprandi e Cintrão (2015) que historicamente as políticas públicas para o meio rural, tem tido um caráter produtivista, sem considerar as especificidades e as relações de poder no interior das famílias e comunidades rurais

Historicamente, as políticas públicas voltadas para o meio rural frequentemente se concentravam na maximização da produção e no aumento da produtividade, negligenciando aspectos sociais, culturais e de gênero. Essa abordagem produtivista muitas vezes não considerava as diferentes necessidades, desafios e perspectivas das mulheres rurais, que desempenham papéis importantes na agricultura e em outras atividades produtivas, mas nem sempre têm suas contribuições devidamente valorizadas.

De toda forma, as políticas públicas desempenharam um papel importante no apoio às inovações sociotécnicas da Rede Mulher, contribuindo para melhorar a qualidade de vida de suas famílias. A história da Rede é marcada por sua atuação no Sertão do São Francisco pelo estímulo ao processo de organização das mulheres nos 10 municípios do TSSF.

A troca de conhecimento e a disseminação de experiências que são protagonizadas por um grupo heterogêneo de mulheres, estimulam os processos de inovações sociais que caminham na direção da perspectiva da Convivência com o Semiárido. Essa também é estratégia ao enfrentamento às diversas formas de violência e opressão enfrentadas por esses sujeitos.

As redes dos municípios se inspiram e se fortalecem mutuamente por um processo de troca e de reciprocidade. Como bem expressam Sabourin, Petersen, Silveira (2018, p.29), “do ponto de vista da teoria da reciprocidade, a rede é apenas um instrumento”. Os autores ainda complementam que relações de reciprocidade são aquelas que geram valores afetivos, éticos, sentimentos de amizade, visto que elas

não envolvem somente a produção de valores materiais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos:

As redes de reciprocidade são aquelas que, além da transmissão dos valores de uso (materiais ou imateriais), constituem uma estrutura de partilha ou uma estrutura ternária de transmissão de um sentido comum capaz de produzir um novo valor comum para cada um dos seus membros. (Sabourin, Petersen, Silveira, 2018, p.30)

Sabourin (2009) e Callon, (1991), reconhecem que as redes formadas por relações socioculturais, afetivas e profissionais, são chamadas de redes sociotécnicas. Assim a ação da Rede de Mulher no TSSF se caracteriza como um espaço sociotécnico, segundo Sabourin (2009, p. 207), este espaço “é desenhado por relações de interconhecimento e por prestações recíprocas no que diz respeito à produção ou redistribuição de produtos e conhecimentos”.

A partir dos estudos feitos por Sabourin (2009), é possível identificar que os diversos atores com as quais a rede mulher se relacionam, no plano dos municípios e do território mantém uma série de relações e de ações que contribui na produção de fluxos de informações, saberes e práticas que fortalece a perspectiva da Convivência com Semiárido e da Agroecologia. Para o autor o espaço sociotécnico é definido como sendo o lugar e as circunstância que favorecem os espaços de encontros entre os diversos atores sociais que mantêm elos de proximidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos diversos relacionados ao trabalho.

Assim a Rede Mulher Regional cumpre um esse papel, mobilizador de mulheres agricultoras, pescadoras artesanais e artesãs, contribuindo na sua organização sociopolítica e no fortalecimento e empoderamento das mulheres. Esta atuação em rede tem gerado impactos positivos, fruto da organização das mulheres no território. Com a ampliação no acesso às políticas públicas é possível perceber um maior apoio na produção e diversificação de alimentos agroecológicos, isso impacta de forma positiva para melhorar a alimentação das famílias, no apoio à comercialização da produção, na geração de renda da família, além de denunciar as

diversas formas de violência contra a mulher e ampliação o debate sobre as diversas formas de opressão que as mulheres enfrentam.

A partir do levantamento de informações e das entrevistas que foram realizadas foi possível identificar diversos atores com os quais a rede mulher se relaciona, onde se constata as diversas relações na construção de um espaço sociotécnico. Ver quadro 8

Quadro 8: Mapeamento do espaço sociotécnico territorial, da Rede Mulher

<p>Espaço de atuação da Rede Mulher Municípios do Território Sertão do São Francisco: Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Juazeiro, Curaçá, Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Uauá, Canudos</p> <p>Espaços de participação e incidência política Fórum colegiado do Território Sertão do São Francisco / Núcleo Diretivo Participação nos conselhos municipais</p> <p>Espaço de Comercialização: Feira Agroecológica realizada durante a assembleia da Rede, Feira agroecológica de Remanso (semanal); Feira agroecológica de Pilão Arcado (mensal), Feira agroecológica de Sento Sé (semanal), Coopervida, Central da Caatinga.</p> <p>Espaços de comunicação WhatsApp: Rede Mulher TSSF, Rede mulher (administrativo) Rádios comunitárias Boletins, cards, Banners Cartilha sobre violência</p> <p>Oportunidades sociais e diálogo técnico Intercâmbios, conferências, igreja Espaços de organização da rede: Assembleia Anual; reuniões, oficinas, intercâmbios</p> <p>Principais Agentes de Informação e Inovação Conhecimento local: experiências das mulheres, Agentes comunitário de Saúde Entidades de apoio sociedade civil: SASOP, IRPAA, SAJUC, Coopercuc, Sindicato, Paróquias, ASA, CPP, CPT, STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais Poder Público: CAR, Bahia ATER, CRESS, Projetos de ATER, delegacia regional da Mulher, BNB</p>

Fonte: Elaboração da própria autora.

Para Sabourin (2009, p.205), “o espaço sociotécnico local é desenhado por relações de interconhecimento e por prestações recíprocas no que diz respeito à produção ou redistribuição de produtos e conhecimentos”. Assim podemos observar no quadro 8 que o espaço sociotécnico é constituído por diversas dimensões da vida social, que se estabelecem e interagem com a rede, no estabelecimento de relações

que se dá a partir dos atores individuais ou institucionais, como as organizações da sociedade civil, CPT, CPP, sindicatos, ONGs que atuam nos municípios e território, Bahia ATER, agências de financiamento (bancos).

É através dessas relações interconhecimento que a Rede Mulher do Sertão do São Francisco vem se fortalecendo, impactando de forma positiva as relações sociais, políticas e econômicas das mulheres, possibilitando a ressignificação dos papéis dos diversos sujeitos na vida cotidiana. Para Kleba e Wendausen (2009), os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento e é nesta perspectiva que a rede trabalha visando contribuir para que as mulheres alcancem autonomia e percebam-se mais empoderadas:

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania. (Kleba e Wendausen, 2009, 733).

O processo de organização e atuação da rede têm contribuído para o fortalecimento das interações sociais, “apostando em relações humanas de interconhecimento, proximidade ou de interação para facilitar a transferência de informações e a difusão de ideias ou de inovações”. (SABOURIN, PETERSEN, SILVEIRA, 2018, p. 32). Essa forma de atuar dinamiza e traz força de pertencer a rede e se fortalecem mutuamente, isso tem sido importante para que as mulheres se sintam mais seguras, pois não estão sozinhas, a rede gera apoio por meio das relações de reciprocidade, dos intercâmbios que possibilitam a troca de experiências e estimulam o processo de inovação e a valorização dos conhecimentos locais.

O estímulo à troca de conhecimento e a disseminação de experiências são aspectos fundamentais para o sucesso da Rede Mulher. Ao compartilhar práticas bem-sucedidas e lições aprendidas, a rede inspira outras mulheres em diferentes municípios a buscar soluções inovadoras e a adaptá-las às suas próprias realidades.

3.4 ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICAS PROTAGONIZADAS PELAS AGRICULTORES FAMILIARES NO TSSF

O mapeamento das experiências de transição agroecológica se deu a partir de um banco de dados do método Lume, que reúne experiências de agricultores familiares que são assessorados por organizações de ATER que atuam no Território do Sertão do São Francisco. No processo de execução do Projeto Pró Semiárido, essas organizações vivenciaram um processo de formação que viabilizou a realização de estudos de agroecossistema através do método Lume, onde foi possível realizar análise econômico-ecológica do agroecossistema. No quadro 6 aparece a identificação do município, composição da família (quantidade de membros do núcleo familiar, sexo e idade) e informações sobre a economia do agroecossistemas de 07 municípios: Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho, Uauá e Juazeiro, localizados no TSSF.

Segundo Neto Ferreira, et. al. (2022, pg.53), A análise qualitativa proposta no método Lume “tem base na teoria sistêmica aplicada à agroecologia e inclui uma avaliação articulada de um conjunto diverso e interdependente de variáveis relacionadas ao funcionamento econômico-ecológico dos agroecossistemas”.

Com base nas informações lançadas na plataforma Lume foi feita análise de 14 agroecossistema, tendo como base os atributos sistêmicos de sustentabilidade propostos pelo método Lume: 1) autonomia; 2) responsividade; 3) integração social do NSGA; 4) equidade de gênero/protagonismo das mulheres; 5) protagonismo da juventude. A análise busca dar conta das mudanças e inovações que são identificadas na linha tempo

Segundo Petersen, et al. (2017), cada atributo é composto pela integração de um conjunto de parâmetros objetivos, onde cada parâmetro é definido por um conjunto de critérios que funcionam como guias para a análise dos parâmetros que ajudam na interpretação crítica do funcionamento econômico-ecológico do agroecossistema, contribuindo para a produção de julgamentos coletivos sobre a sustentabilidade sistêmica.

No processo de aplicação do método a equipe técnica atribui valores/ escores que expressam as mudanças nos parâmetros. Essa análise foi feita olhando o agroecossistema em dois momentos, um momento anterior que variou em entre 2007-2015 e momento da realização da pesquisa em 2019.

A análise do conjunto de mudanças/ inovações relacionadas a cada parâmetro é traduzida em escores em uma escala de 1 a 5, sendo: 1- muito baixo; 2- baixo; 3- médio; 4- alto; e 5- muito alto. As análises quali-quantitativas desdobradas por parâmetros dão lugar à geração de gráficos-teia, instrumentos que auxiliam a visualização da evolução da sustentabilidade do agroecossistema segundo seus atributos sistêmicos (Neto Ferreira, et al, 2022). “Índices sintéticos (de zero a um) também foram produzidos para representar o nível relativo de cada atributo nos dois momentos diferentes da trajetória do agroecossistema” (MONTEIRO, p.32).

Para este estudo a pesquisa fez um recorte analítico dos dados do LUME sobre o atributo equidade de gênero/protagonismo das mulheres, considerando que este atributo tem uma forte relação com os objetivos da pesquisa. Ao direcionar a análise para esse atributo específico, a pesquisa buscou compreender e avaliar o nível de equidade de gênero e o protagonismo das mulheres em relação ao contexto estudado.

Ao considerar a equidade de gênero e o protagonismo das mulheres como elementos-chave da pesquisa, o estudo pode contribuir para a identificação de desafios, lacunas e oportunidades de empoderamento das mulheres em relação ao tema abordado. Através da análise dos dados do LUME, é possível obter informações relevantes sobre a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão, no trabalho doméstico, no acesso a recursos e benefícios, bem como no engajamento em espaços socio-organizativos e nas políticas públicas.

O recorte analítico dos dados do LUME sobre o atributo equidade de gênero/protagonismo das mulheres baseia-se em seis parâmetros e critérios específicos. Esses critérios são usados para avaliar o nível de equidade de gênero e o protagonismo das mulheres em um determinado contexto, como o NSGA (Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema).

1. Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos): Esse parâmetro analisa a simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres adultas. Quanto mais simétrica for essa divisão, indicando uma participação equitativa de homens e mulheres nas tarefas domésticas e de cuidados, maior será a pontuação em termos de equidade de gênero.
2. Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens): Similar ao critério anterior, esse parâmetro avalia a divisão das tarefas domésticas e de cuidados entre jovens, buscando identificar se existe uma distribuição equitativa de responsabilidades nessa faixa etária.
3. Participação nas decisões de gestão do agroecossistema: Esse critério verifica o nível de participação das mulheres nas decisões relacionadas à gestão do agroecossistema. Uma maior participação feminina na tomada de decisões indica um maior protagonismo e equidade de gênero.
4. Participação em espaços sócio organizativos: Esse parâmetro analisa a presença e participação das mulheres em espaços socio-organizativos, como associações, cooperativas, comitês, entre outros. Uma maior participação feminina nessas instâncias indica uma maior equidade de gênero e protagonismo das mulheres.
5. Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema: Esse critério busca verificar se as mulheres têm acesso e se beneficiam da riqueza gerada no agroecossistema. A equidade de gênero é observada quando as mulheres têm a possibilidade de se apropriar e usufruir dos recursos e benefícios econômicos gerados.
6. Acesso a políticas públicas: Esse último critério avalia o acesso autônomo e/ou o poder de decisão das mulheres sobre o uso dos recursos distribuídos por meio das políticas públicas. Um maior acesso das mulheres a essas políticas e sua capacidade de tomar decisões sobre seu uso indicam uma maior equidade de gênero.

Esses parâmetros e critérios fornecem uma estrutura para analisar a equidade de gênero e o protagonismo das mulheres em relação ao NSGA e podem

ajudar a identificar áreas que requerem mais atenção para promover uma maior igualdade e participação feminina.

Ao considerar a equidade de gênero e o protagonismo das mulheres como elementos-chave da pesquisa, o estudo pode contribuir para a identificação de desafios, lacunas e oportunidades de empoderamento das mulheres em relação ao tema abordado. Através da análise dos dados do LUME, é possível obter informações relevantes sobre a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão, no trabalho doméstico, no acesso a recursos e benefícios, bem como no engajamento em espaços socio-organizativos e nas políticas públicas.

O método Lume valoriza todas as esferas de trabalho, reconhecendo a interdependência e correlação entre elas. Isso significa que o trabalho em todas as suas formas, incluindo trabalho mercantil e de autoconsumo, trabalho doméstico e de cuidados, participação social e pluriatividade, são considerados como atividades interligadas e interdependentes (Neto Ferreira, et al, 2022).

Quadro 9: Informações de 14 agroecossistemas analisados do TSSF.

Família / Município	Composição da família	R. A. (R\$)	RNA (R\$)	Fontes de renda não agrícola	Principais produtos comercializados
AE (1) Sento Sé	(2) H: 70; M: 62	22.240,06	33.920,00 P: 7.248,00	Venda de panificados, aposentadoria, políticas sociais	Alface, couve, polpas de umbu e manga, queijo
AE(2) Juazeiro	(4) H: 58, 32 e 30; M: 54	37.732,00	23.468,00 P: 21.600,00	Pedreiro, políticas sociais	Galinhas, carne de caprinos e ovinos, ovos
AE (3) Sento Sé	(4) H: 45, 13 e 8; M: 40	6.656,00	14.941,00 P: 11.970,00	Funcionalismo público, mecânico, políticas sociais	Caprinos e queijos
AE (4) Juazeiro	(4) H: 37,21,20,11; M:37	6.752,73	14.678,00 P:12.050,00	Diárias no roçado, pedreiro, faxina, programas sociais	Pecuária e avicultura
AE (5) Sobradinho	(3) M: 78, H:20 M:21,	16.901,00	12.402,00	Políticas sociais (transferências de renda)	Caprinos, galinha
AE (6) Casa Nova	(3) H: 63; M: 60 e 31	9.131,00	27.228,00 P: 14.254,00	cirandeira, costura, merendeira, políticas sociais	Bovino, ovinocultura, hortaliças
AE (7) Juazeiro	(4) H: 58, 32 e 30; M: 54	29.008,00	24.216,00 P:12.240,00	Pedreiro, políticas sociais	Galinhas, carne de caprinos e ovinos, ovos
AE (8) Remanso	(4) H: 28 e 26; M: 72 e 52	9.782,50	15.264,00	Aposentadoria, políticas sociais	Mudas de forrageiras e silagem
AE (9) Campo Alegre de Lourdes	(4) H: 45; M: 44, 23 e 21	34.506,00	21.336,00 P: 9.360,00	Benefício previdenciário; diárias	Bovinos, mel, melancia e milho

AE (10) Juazeiro	4) H: 38 e 46; M: 39 e 80;	13.922,00	12.735,00 P: 7.925,00	Venda de artesanatos, diárias, remessa de familiares, políticas sociais	Ovos, coentro, palma e pimentão
AE (11) Remanso	(4) H: 58, 28 e 22; M: 61	5.888,00	23.365,00 P: 8.930,00	Aposentadoria, serviços de mecânico, pedreiro	Mel, caprinos, ovinos e bovinos
AE (12) Sobradinho	(8) H: 65,21,16,14; M:40,24,22,20	84.546,00	39.120,00 P: 34.560,00	Família compra e revende frutas, políticas sociais	Frutas, galinha e caprinos
AE (13) Sobradinho	(4) H: 57, 27; M: 44,36	-101,50 ³³	72.306,00 P: 42.406,00	Diarista, merendeira, professora, políticas sociais	Caprino e ovino, Piscicultura, aves, quintal, horta/pomar
AE (14) Uauá	(3) M:64, H:71, H:31	48.460,10	22.752,00	Políticas sociais	Caprinos e ovinos, galinha, hortaliças
Total /Média/ Pluriatividade		T: 325.429,73 M: 23.244,98	T: 357.713,00 M: 25.550,93		

Fonte: elaboração da autora, tendo como referência a plataforma on-line Lume

Legenda: AE (agroecossistema) R.A (renda agrícola), H (homem), M (mulher), R.A (renda Agrícola), RNA (renda não agrícola)

³³ O agroecossistema em geral não apresentou renda positiva durante o período analisado, isso ocorreu devido aos investimentos em atividades piscicultura, criação de aves e na agricultura irrigada. A criação de peixes ainda não tinha completado o seu ciclo para comercialização, além de ser uma atividade de alta dependência de insumos externos (alevinos, ração) que eleva o custo de produção. A agricultura irrigada através do investimento na cultura da manga e goiaba que leva em média 4 anos para realização da primeira colheita. O subsistema Aves, demanda de compra de milho, tendo em vista que o agroecossistema ainda não é autossuficiente na produção de alimentos das aves). Todos esses elementos influenciaram nos altos custos e ausência de renda monetária no período do estudo.

Como pode ser observado no quadro 9 a renda agrícola média no período analisado foi de R\$ de 23.244,98, representando 47,64% da renda total das famílias, a renda não monetária, formado principalmente por pluriatividade e pelo acesso às políticas sociais ficou na média de R\$ 25.550,93, o que representa 52,36% da renda total. Quando se desmembra a renda não monetária, 51,03% correspondem às atividades de pluriatividade, 48,97% estão relacionados ao acesso às políticas sociais.

Os dados apresentados demonstram que há uma diversidade significativa nos agroecossistemas analisados em relação à renda agrícola e a complementação da renda através da pluriatividade. As famílias que têm uma renda agrícola mais baixa complementam sua renda com outras atividades, como serviços de pedreiro, carpinteiro, mecânico prestados na propriedade de terceiros, venda de artesanato e outros produtos que não são produzidos no agroecossistema. Essa diversificação de atividades é conhecida como pluriatividade e pode ser uma estratégia importante para garantir a segurança financeira das famílias em áreas rurais.

De acordo com Schneider (2009, p. 7), “a pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros.” O autor ainda complementa que além de ser uma estratégia familiar ou mesmo individual de reprodução social, a pluriatividade contribui de forma decisiva para complementar a renda da família, diante das dificuldades e restrições que afetam as famílias que vivem no meio rural, isso ficou claro pelos relatos das famílias.

Quando se analisa as fontes de renda das famílias os dados também revelam a importância das políticas públicas, com destaque a aposentadoria rural e as políticas sociais de transferência de renda que desempenha um papel agregador que viabiliza a proteção social e melhoria das condições para investir na infraestrutura da unidade familiar, colaborando no incremento da renda familiar e de certa forma com o desenvolvimento da agricultura familiar.

No processo de análise dos dados foi possível identificar que renda agrícola das famílias é resultado do trabalho que eles realizam nos 11 subsistemas, como demonstra quadro 10 com a diversidade de produtos presentes nos agroecossistemas. “Essa diversidade de rendas tem papel essencial para fortalecer a resiliência dos

agroecossistemas, ao assegurar rendas satisfatórias em períodos de estiagens prolongadas” (Monteiro, p.59, 2022).

Quadro 10: Subsistemas presentes nos 14 agroecossistemas analisados

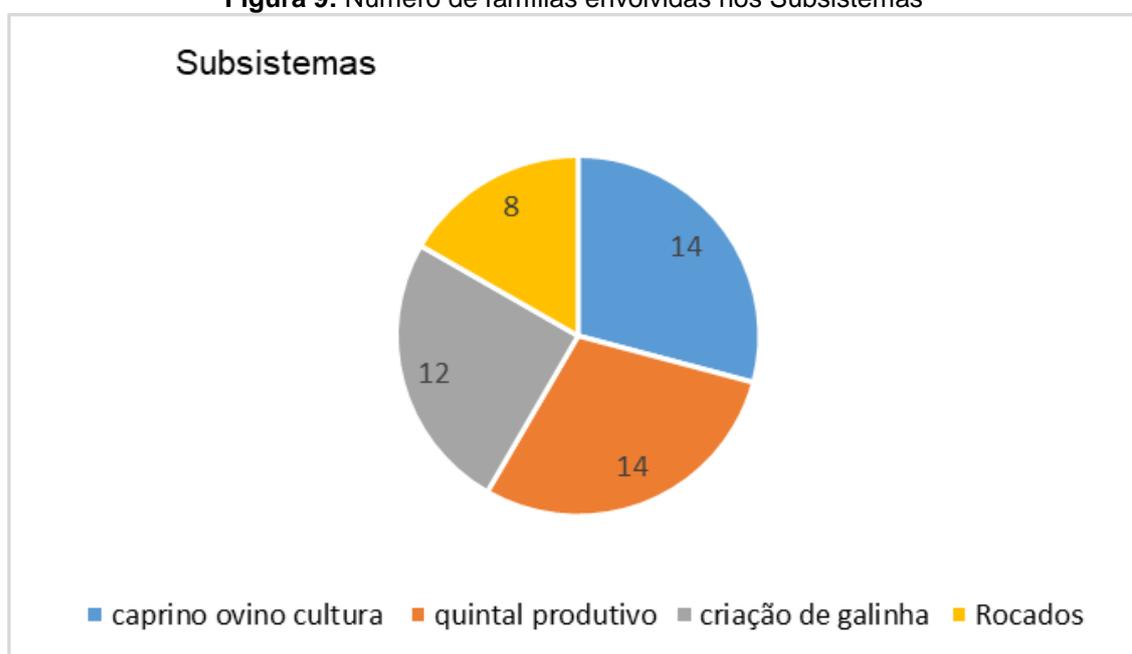
Subsistemas	Produto ou insumo gerado	N.de famílias
Beneficiamento	Doce de umbu, geleia de umbu, polpa de acerola, polpa de manga, polpa de goiaba, sequilho, pimenta conserva	2
Caprino ovinocultura	Animal vivo, buchada, sarapatel, carne, esterco, leite de cabra, pele, queijo, vísceras, glirícidia, buchada com mocotó	14
Criação de Galinha	Esterco de galinha, carne de galinha, ovos de galinha, galo	12
Quintal Produtivo	Abacaxi, abóbora, acerola, alecrim, alface, alfazema, amora, arruda, banana, batata doce, beterraba, boldo do chile, caju, castanha, cana de açúcar, cebolinha, coco, coentro, condessa, couve, erva cidreira, feijão de corda, figo, goiaba, hortelã, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, mari, maxixe, milho verde, milidro, pimentão, pimentinha, pinha, pitanga, pitomba, quiabo, romã, seriguela, tangerina, umbu, umbu cajá, uva, maracujá, maracujá da caatinga, plantas medicinais, capim santo, mastruz, malvão, cenoura(iii), couve folha, hortelã miúdo, quebra pedra, pimenta de cheiro, tomate cereja, abobrinha, manjeriço, tomate, alimentação para as aves, frutas, maniva de mandioca, muda de glirícidia, muda de leucena, muda de moringa, semente de coentro, semente de alface, salsa, pimenta malagueta, palma, muda de cebolinha, resto de culturas.	14
Fundo de pasto	Batata de purga, frutas de umburanas, lenha, umbu, forragem, plantas medicinais, estaca, maracujá nativo, poste de madeira, palma	05
Roçado	Jerimum, melancia, milho grão, milho, silagem, pepino, quiabo, tomate, abóbora, feijão de corda, milho palha, semente de abóbora semente de feijão, semente de melancia, melancia, melancia de cavalo, feijão, semente de leucena, farinha, mandioca, capim, feijão seco, feijão verde, maxixe, feno, maniva, palma, tapioca, acerola, andu, batata doce, siriguela, laranja, limão, macaxeira, mamão, farinha de mandioca, mandioca manga, maracujá, maracujá da caatinga, pinha, romã, palma forrageira, sorgo, capim elefante	08
Apicultura	Mel, mel mandaçaia, cera	05
Horta / Pomar	Alface, beterraba, cenoura, coentro, plantas medicinais diversas, quiabo, pimentão, resto de culturas, tomate, Acerola, banana maçã, banana prata, coco, limão, abóbora, manga, melão	05
Suinocultura	Matriz suína, suíno abatido, suíno vivo, vísceras, carne	04
Bovinocultura	Animal vivo, pasto nativo, leite, manteiga, pasto de capim búfalo, esterco, garrote	03

Piscicultura	Criação de peixes ainda não tinha completado o seu ciclo, não gerou produtos para consumo e nem para comercialização	01
--------------	--	----

Fonte: Elaboração própria, tendo como referência a plataforma on-line Lume

Percebe-se que quatro subsistemas com maior destaque caprino-ovinocultura, quintal produtivo, criação de galinha e fundo de pasto, uma diversidade de produtos e alimentos são oriundos desses subsistemas, mas essa diversidade se destaca principalmente nos quintais produtivo e roçados. Ver a figura 9 com o número de famílias envolvidas:

Figura 9: Número de famílias envolvidas nos Subsistemas



Fonte: Elaboração da autora tendo como referência a plataforma on-line Lume

3.5 ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DO ATRIBUTO SISTÊMICO: EQUIDADE DE GÊNERO/PROTAGONISMO DAS MULHERES

Esse atributo joga luzes sobre as relações sociais de gênero no âmbito NSGAS, “contribuindo para retirar da invisibilidade práticas de opressão contra as mulheres frequentemente desconsideradas em análises convencionais da economia da agricultura familiar” (PETERSEN, et al, p. 67, 2021). Como bem expressam os

autores, o método contribuiu para dar visibilidade às trajetórias de emancipação política e econômica das mulheres.

A superação das desigualdades de gênero e das variadas formas de violência contra mulheres é um objetivo central nos processos de transformação da vida material e simbólica na agricultura familiar. Em primeiro lugar, porque constitui um imperativo ético diante da dupla condição de subalternidade a que as mulheres agricultoras tradicionalmente são submetidas: pela condição de pobreza em uma sociedade estruturalmente desigual; pela condição de mulheres em uma sociedade culturalmente patriarcal. Em segundo lugar, porque as diversas formas de opressão contra as mulheres constituem poderosos bloqueios à expressão e à expansão de capacidades essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar em suas formas peculiares de organização social do trabalho (Petersen, et al., p. 66-67, 2021).

Concordando com a análise de Petersen, et al (2021), a emancipação política e econômica das mulheres é considerada uma condição indispensável para a emancipação do conjunto da agricultura familiar. Reconhece-se que as desigualdades de gênero e a falta de acesso equitativo a recursos, oportunidades e poder afetam negativamente a agricultura familiar como um todo.

Quando as mulheres têm igualdade de oportunidades e acesso aos recursos produtivos, como terra, crédito, insumos agrícolas e tecnologias, elas podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável e a produtividade da agricultura familiar. A participação ativa das mulheres no planejamento, tomada de decisões e gestão dos agroecossistemas também promove a inovação, a resiliência e a sustentabilidade.

Danièle Kergoat (2009, p. 67), expressa que “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais”. A autora complementa que a divisão sexual do trabalho é a forma como se organiza a divisão de trabalho decorrente das relações sociais de sexo, estabelecendo a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva / pública e as mulheres à esfera reprodutiva/ privada, além da separação (existem trabalho de homens e de mulheres), ainda há hierarquização trabalho do homem tem mais valor que o trabalho da mulher.

O atributo Equidade de Gênero/Protagonismo das Mulheres é analisado com base nos seguintes parâmetros e critérios: Divisão sexual do trabalho doméstico

e de cuidados (adultos e jovens); Participação nas decisões de gestão do agroecossistema; Participação em espaços sócio organizativos; Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema; Acesso a políticas públicas. Assim pode-se observar que o índice variou de 0,27 a 0,47 (média dos 14 agroecossistemas). Ver Tabela 2

Tabela 2: Mudanças qualitativas relacionadas à equidade de gênero/protagonismo das mulheres

Parâmetros	Ano de referência	Ano atual
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	0,17	0,17
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	0,42	0,62
Participação em espaços sócio organizativos	0,27	0,58
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	0,33	0,60
Acesso a políticas públicas	0,29	0,60
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	0,10	0,25
Índice de (0-1)	0,27	0,47

Fonte: Plataforma on-line Lume

O trabalho dedicado à geração de riqueza não pode ser separado das demais esferas de trabalho. O trabalho mercantil, por exemplo, refere-se às atividades produtivas voltadas para a comercialização de bens e serviços, enquanto o trabalho de autoconsumo está relacionado à produção de alimentos e recursos para uso próprio ou para a comunidade. Ambos são considerados como parte integrante do sistema de trabalho e estão interconectados com as demais esferas.

Além disso, o trabalho doméstico e de cuidados, muitas vezes desempenhado de forma não remunerada e invisível, também é reconhecido como uma esfera de trabalho essencial. Essas atividades estão relacionadas à reprodução social e ao cuidado de membros da família e da comunidade, desempenhando um papel fundamental no sustento e bem-estar de todos.

Silva e Schneider (2010, p.183), realizam estudo sobre as mulheres rurais no Brasil e os autores reconhecem que “boa parte desses estudos sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua

condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização”. Para romper com essa lógica, o método Lume valoriza o trabalho doméstico e de cuidados e os tempos dedicados ao trabalho doméstico e de cuidado e a sua participação nos espaços sócio organizativos são essenciais para a reprodução econômica e ecológica dos agroecossistemas.

3.5.1 Divisão do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres (Adultos/as e Jovens)

Ao analisar esse atributo é possível perceber lacunas que expressam a permanência da desigualdade de gênero nos agroecossistemas avaliados. O parâmetro relacionado a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos), permaneceu sem nenhuma variação. Os dados também revelam uma pequena mudança com relação a esse parâmetro quando se observa a participação da juventude relacionados ao trabalho doméstico e de cuidados, o mesmo variou de 0,10 a 0,25. Esse resultado corrobora com análise feita por Silva e Schneider (2010, p. 186), “a divisão sexual se mostra como natural, até inevitável. Ela está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e habitus, funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação”.

É importante observar que essa afirmação não é uma verdade absoluta, mas uma perspectiva que tem sido amplamente debatida e contestada. Muitos argumentam que a divisão sexual é uma construção social e cultural, moldada por normas, valores e expectativas historicamente construídas ao longo do tempo. “O tema dos cuidados tem mostrado grande vitalidade no movimento feminista, que nestas primeiras décadas do século XXI pregoa uma mudança estrutural para que o trabalho de cuidados seja distribuído de forma mais equitativa entre todas as pessoas” (Melo; Morandi e Moraes, 2022, p.16).

As autoras chamam atenção que o movimento feminista busca por uma mudança estrutural na distribuição do trabalho de cuidados, buscando uma maior equidade entre todas as pessoas. Nesse contexto, elas argumentam que é necessária

uma maior intervenção do Estado como agente promotor do bem-estar social e da redução da desigualdade.

A análise feita por Melo, Morandi e Moraes, (2022), reflete a compreensão de que os cuidados são uma responsabilidade coletiva e que o trabalho de cuidados, historicamente atribuído principalmente às mulheres, precisa ser compartilhado de forma mais justa e equitativa por toda a sociedade. Ao promover políticas públicas e serviços que apoiam os cuidados, o Estado pode desempenhar um papel importante na redução das desigualdades de gênero e no avanço em direção a uma sociedade mais igualitária.

A figura 10 confirma a sobrecarga de trabalho das mulheres, mostrando uma divisão desigual, elas dedicam muito mais tempo com as atividades domésticas e de cuidados. Joan Tronto (2007, p. 292) chama a atenção para o que ela denomina como “o fenômeno da “irresponsabilidade privilegiada”, ao permitir que algumas pessoas possam dispensar a si mesmas do trabalho de cuidar porque outras pessoas o farão por elas”.

É extremamente importante destacar a situação das mulheres rurais e a invisibilidade do trabalho que realizam, tanto no âmbito produtivo quanto no doméstico e de cuidados. Muitas das atividades desempenhadas por essas mulheres, como o beneficiamento de alimentos, o cuidado com animais e a produção de alimentos e plantas, são consideradas uma extensão do trabalho doméstico, uma vez que ocorrem no entorno das suas casas. Isso se confirma na análise feita agroecossistema de Bromélia

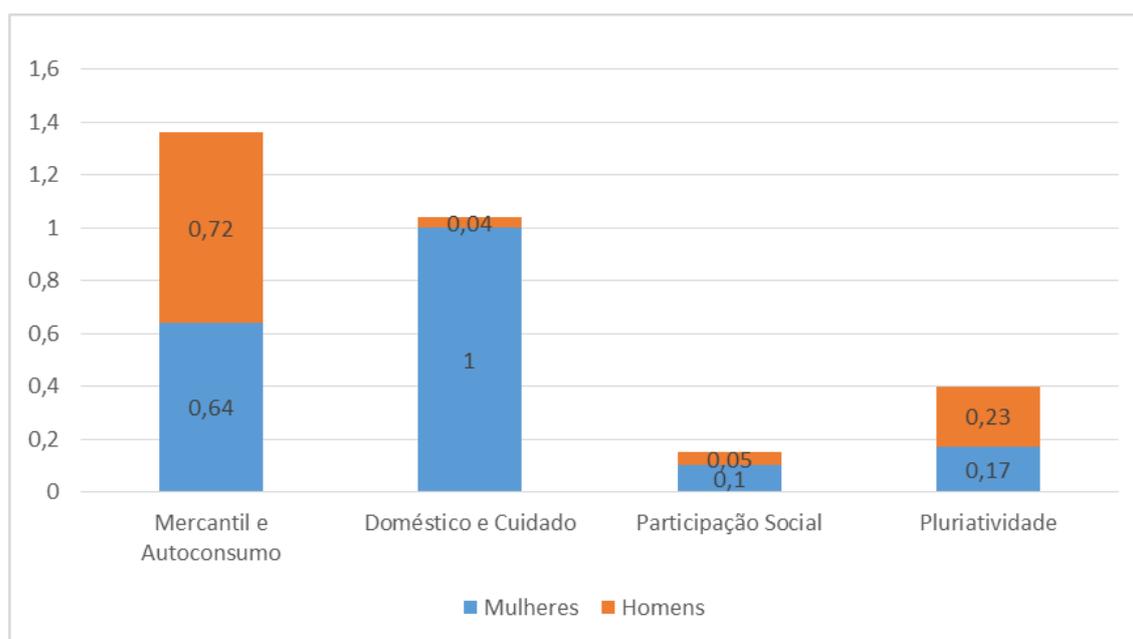
O engajamento de Bromélia nos diferentes espaços de discussão social e política levou a participar da Rede de Mulheres de Remanso, no ano de 1996. A partir de então, ocorreram diversas mudanças na percepção de mundo. Bromélia, por fazer parte do grupo, começou a entender os processos vividos por ela, desde sua vivência no ambiente familiar, onde todo o trabalho doméstico e de cuidados, além do trabalho nos diversos espaços produtivos, eram realizados por ela, com pouca ou nenhuma participação do esposo e dos filhos.

Essa falta de reconhecimento do trabalho realizado pelas agricultoras rurais tem duas consequências significativas. Primeiro, o trabalho não é considerado como

tal, o que leva à sua invisibilidade e à desvalorização da contribuição econômica que essas mulheres oferecem para suas famílias, comunidades e para o sistema alimentar como um todo. Isso resulta em uma falta de valorização e remuneração justa pelo trabalho realizado.

Essa falta de reconhecimento e valorização do trabalho das agricultoras rurais também contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero. As mulheres rurais muitas vezes enfrentam condições precárias de trabalho, acesso limitado a recursos e serviços, bem como uma falta de oportunidades de participação e liderança nas esferas decisórias. Essas desigualdades podem se estender ao acesso a benefícios sociais, proteção trabalhista e direitos econômicos.

Figura 10: Comparação da repartição proporcional do tempo de trabalho por gênero e por esfera de trabalho (média de 14 agroecossistemas do território Sertão do São Francisco).



Fonte: Elaboração da autora tendo como referência a plataforma on-line Lume

Esses dados nos chamam atenção que esse é um problema que precisa ser enfrentado. Foi visando o enfrentamento dessa situação que surgiu a campanha com o lema “Direitos são para mulheres e homens, responsabilidades também!”. A campanha surgiu como resultado do processo de construção coletiva da Pesquisa

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Feminismo e Agroecologia, desenvolvido entre os anos de 2014 a 2017, que reuniu mulheres de todos os estados do Nordeste. Como um dos frutos dessa pesquisa, surge a Rede Feminismo e Agroecologia. A iniciativa tem o objetivo de mostrar a realidade e discutir os desafios e opressões comuns vivenciados pelas mulheres, sejam elas camponesas, das cidades, quilombolas, indígenas, estudantes, quebradeiras de coco, pescadoras, professoras.

A Campanha coordenada pela Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, vem sendo trabalhada por um conjunto de organizações e redes da sociedade civil, como a ASA, ANA, ABA, CONTAG. Durante o período de pandemia essa ação foi fortalecida por esse conjunto de organizações com a finalidade de denunciar acerca da sobrecarga de trabalho que as mulheres enfrentam e fazer o anúncio que o trabalho doméstico e de cuidados é algo que necessita ser tratado enquanto responsabilidades de homens e mulheres, apontando a necessidade de discutir com toda a sociedade sua origem, consequências na vida das mulheres, como também propondo uma mudança social: o compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa. (ASA, 2021).

O Projeto Pró Semiárido passou a realizar atividades de formação com as equipes técnicas e passou a apoiar a implementação da Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico. A campanha também vem sendo trabalhada pela Rede Mulher do Sertão do São Francisco, foi tema escolhido para ser debatido durante o ano e na assembleia regional de 2022.

No final de 2022 aconteceu XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizada no final do ano passado, que abordou o tema dos direitos e políticas públicas de cuidado como uma questão central.

A conferência reuniu representantes governamentais, organizações da sociedade civil, especialistas e ativistas para discutir e propor estratégias que promovam a igualdade de gênero e a garantia dos direitos das mulheres na região. Nesse contexto, os direitos e as políticas públicas de cuidado ganharam destaque,

reconhecendo a importância do trabalho de cuidado não remunerado realizado pelas mulheres e a necessidade de uma distribuição mais equitativa dessa responsabilidade.

No processo de preparação à XV Conferência Regional sobre as Mulheres da CEPAL (Buenos Aires, 2022), a Articulación Feminista Marcosur (AFM), realizou uma série de debates para refletir sobre a urgência de respostas, através da implementação de políticas públicas, ao problema e à crise dos cuidados na América Latina e Caribe. Resultado desse processo foi elaborado um documento síntese “10 teses para abordar nos debates e nas políticas para uma sociedade do cuidado” (Articulación Feminista Marcosur -AFM, 2022)

1. Frente à crise ambiental e de cuidados, o debate sobre estes deve estar fundamentado por uma proposta de sustentabilidade da vida.
2. Os debates sobre cuidado não podem ser feitos sem considerar o tempo e a utilização do tempo como um eixo político e filosófico.
3. A noção de cuidado é polissêmica e é um conceito em construção. Definir, para além dos termos coloquiais, aquilo que é cuidado, permite determinar o alcance das políticas e evitar que estas se esvaziem de conteúdo.
4. As desigualdades na América Latina e no Caribe se expressam em injustiças territoriais, e estas, no uso do espaço.
5. O cuidado e os encargos que estes impõem às mulheres, variam de acordo com diferentes sistemas de exploração e opressão - capitalista, patriarcal, racista, heteronormativo.
6. Os cuidados e fardos que gera nas mulheres, varia de acordo com os diferentes sistemas de exploração e opressão: Não é possível pensar em políticas sem rever a situação das mulheres de acordo com as suas experiências de vida interseccionadas por múltiplos sistemas de opressão: raça, identidade de gênero, identidade sexual, classe, nível socioeconômico, idade, entre outros.
7. Uma política feminista do cuidado deve questionar o lugar atribuído às mulheres na sociedade patriarcal e neoliberal.
8. Os cuidados comunitários são uma forma de participação cidadã. O trabalho de cuidado não remunerado se expressa também em iniciativas comunitárias

que fazem parte do ativismo social e das estratégias de sobrevivência dos setores populares - para os quais as mulheres tanto contribuem - que expressam as múltiplas formas de solidariedade social.

9. As cuidadoras no centro das políticas. Reconhecer o papel das cuidadoras, valorizar seus trabalhos e colocar o cuidado com as cuidadoras no centro das políticas do cuidado é fundamental.
10. Não há política do cuidado sem mudança cultural. Para transformar a injusta divisão sexual do trabalho que sustenta as nossas economias e a reprodução da vida, é necessária uma mudança cultural nas relações sociais entre mulheres e homens e também entre gerações, para que o cuidado se torne parte do universo de todos os seres humanos na sociedade.

No atual contexto, o governo brasileiro começa a dar sinal para a implementação de uma política pública de cuidado. Essa política é importante, uma vez que visa valorizar e apoiar o trabalho de cuidado não remunerado, que historicamente tem sido desvalorizado e invisibilizado, principalmente quando desempenhado por mulheres:

Cuidar do povo brasileiro, este tem sido um compromisso reiterado do presidente Lula, desde a sua campanha. Não por acaso, foi na solenidade do 8 de março, no Palácio do Planalto, que ele assinou o decreto de criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, composto por 14 ministérios e pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), para definir a Política Nacional de Cuidados. Afinal, a incorporação dessa questão na agenda governamental se dá em resposta às demandas feministas, de militantes revolucionárias e de movimentos sociais, há muito colocadas e agora assumidas também por organismos internacionais no sistema das Nações Unidas. (Site: Outras palavras, 06/23).

Ao implementar uma política pública do cuidado, o governo está reconhecendo o papel fundamental do trabalho de cuidado para o bem-estar individual e coletivo, bem como para o desenvolvimento social e econômico do país. Isso implica em garantir o acesso a serviços e infraestrutura de cuidado de qualidade, incluindo creches, cuidados para idosos e pessoas com deficiência, assistência à saúde, entre outros.

Corroboro com a perspectiva feita pelo CFEMEA³⁴ (site outras palavras, 2023, 06/06) que expressa que uma política nacional de cuidados deve reconhecer e valorizar o papel fundamental das mulheres na garantia dos cuidados e na sustentação da vida. Historicamente, as mulheres têm sido sobrecarregadas com a responsabilidade do trabalho de cuidado não remunerado, devido à divisão sexual e racial do trabalho, bem como às relações patriarcais, racistas e capitalistas que permeiam nossa sociedade.

3.5.2 Participação em espaços sócio organizativos

Com relação a esse parâmetro, pode-se observar que a análise agregada dos 14 agroecossistema identificou a elevação do índice médio de 0,27 para 0,58. Esse resultado reflete a participação das mulheres, com destaque nas ações do Projeto Pró Semiárido, uma vez que essas mulheres são beneficiárias deste projeto, com a participação nas ações de formação: oficinas, rodas de aprendizagem, intercâmbios, reuniões. Isso se confirma na análise feita por Petersen, et.al (2022):

As ações do Projeto Pró-Semiárido também possibilitaram o engajamento das mulheres em diferentes processos organizativos, parte dos quais nas suas comunidades, mas nos quais ainda não participavam. A execução de recursos em parceria com as associações comunitárias e a constituição de processos de controle social em nível local, como as Comissões de Controle Social, foram importantes para ampliar a participação das mulheres em organizações sociopolíticas, redes e articulações, inclusive assumindo cargos de direção. Essa participação foi qualificada com a realização de atividades específicas para as mulheres, com a valorização de seus interesses e projetos produtivos específicos e do trabalho liderado por elas nos agroecossistemas (Petersen, et, al, 2022, p. 71)

³⁴ O CFEMEA é uma organização feminista antirracista que existe para incomodar, deslocar e transgredir. Fundada em 1989, por um grupo de mulheres feministas, que assumiram a luta pela regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

A partir da análise da linha do tempo foi possível identificar que as mulheres participam das associações em cargos de direção, elas passaram a se envolver nas atividades das associações comunitárias assumindo cargos de lideranças. Essa participação é fundamental para fortalecer a representação e a organização comunitária, além de possibilitar a tomada de decisões coletivas.

Destaca também a participação das mulheres nos processos de organização econômica, com destaque à sua inserção nos espaços das feiras, participação nas cooperativas e na gestão de entrepostos. As entrevistas com as lideranças da rede também demonstram o envolvimento das integrantes da rede mulher nos processos coletivos de organização produtiva, como mencionado anteriormente, elas também têm desempenhado um papel fundamental na organização e realização da comercialização de seus produtos.

Isso pode ser identificado na linha do tempo da Agricultora de Uauá, a mesma participa de diversos espaços coletivos, o seu protagonismo se destaca a partir de sua participação na associação da sua comunidade, na criação de grupo de jovens e de Mulheres, a mesma participou desde o início da criação da CooperCuc, no Projeto Pró Semiárido integrou na comissão de controle social e tem uma participação ativa na comunidade e no Movimento de Fundo de Pasto.

A integração social das mulheres em espaços mistos, têm desempenhado um papel fundamental na ampliação do acesso à informação e no engajamento em redes de construção coletiva de conhecimentos. Quando as mulheres têm a oportunidade de participar de espaços mistos, como grupos de trabalho, associações, cooperativas e outras formas de organização social, elas têm acesso a informações e recursos que antes eram limitados.

Essa integração social tem sido especialmente benéfica nos subsistemas sob responsabilidade das agricultoras. Com investimentos em infraestrutura nessas áreas, as mulheres têm condições de melhorar sua capacidade de produção agrícola. Isso resulta em impactos diretos na segurança alimentar e nutricional das famílias, uma vez que há um aumento na produção de alimentos para o autoconsumo, tanto em termos de quantidade quanto de diversidade (Petersen, et, al, 2022).

3.5.3 Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema

Com relação a esse parâmetro, pode-se observar que na análise agregada dos agroecossistemas foi identificada a elevação do índice médio de 0,33 para 0,60. Esse resultado também está associado a uma maior participação das mulheres nos espaços sócio organizativos e no acesso às políticas públicas. “A maior participação social promove maior autoconfiança para tomada de decisões, possibilita o acesso a políticas públicas e gera oportunidades para estabelecimento de novas relações mercantis”. (Monteiro, p.67, 2022).

Foi possível identificar mudanças proporcionadas pelas práticas que contribuíram para incrementar a apropriação do valor gerado pelo agroecossistema, analisando as relações estabelecidas com os agentes econômicos desde a produção até o consumo final. O acesso às políticas públicas viabilizou a melhoria do processo produtivo, os dados confirmam que as famílias tiveram aumento e diversificação da produção para o autoconsumo, colaborando também para uma maior inserção dessa produção nos mercados territoriais, possibilitando uma maior aproximação ao consumidor.

Assim, uma das consequências foi a redução dos custos na comercialização por meio da venda direta nas feiras, venda na própria comunidade ou de porta em porta, acesso aos mercados institucionais, o que contribuiu para a melhoria deste parâmetro:

Por meio da intensificação do trabalho nos quintais e com o beneficiamento de produtos, as agricultoras exerceram papel relevante no aumento dos valores autoconsumidos e na venda direta. Além da contribuição efetiva para o incremento das rendas agrícolas, outro efeito de destaque do protagonismo das mulheres nessas trajetórias de inovação sociotécnica foi a mudança de hábitos alimentares das famílias, que passaram a ser mais saudáveis. (PETERSEN, 2022, et al. p. 32).

Esse processo também contribuiu com o aumento da participação nas decisões de gestão do agroecossistema, na apropriação da riqueza gerada no agroecossistema. Apoiar as atividades produtivas realizadas pelas mulheres foi de

grande importância para ampliar a autonomia econômica das mulheres, uma vez que passa a exercer atividades que eram consideradas masculinas, como a caprinovinocultura e apicultura. O apoio recebido para incentivar as atividades produtivas das mulheres foram fundamentais para promover inovações técnicas nos subsistemas trabalhados pelas mulheres, potencializando dessa forma o aumento da produção e diversificação de alimentos, impactando de forma direta a segurança alimentar e nutricional das famílias. Parte desses alimentos também vão para os circuitos curtos de comercialização, realizando venda direta na comunidade, nas feiras agroecológicas, no período de pandemia venda virtual.

Baraúna, agricultora do município de Pilão Arcado, integrante da rede mulher, tem uma diversidade de alimentos gerados no quintal, na criação animal, no roçado, hortaliças e da caatinga que compõem a mesa da família, dos parentes e vizinhos. Grande parte da produção de hortaliças é destinada para a comercialização na feira livre da cidade de Pilão Arcado aos sábados, em delivery e de programas que a família começou a acessar, como o PAA.

Sabiá, agricultora do município de Juazeiro é um exemplo interessante, ela é protagonista na tomada de decisões da família, seu esposo se dedica às atividades remuneradas fora do domicílio. A maioria das atividades no agroecossistema são realizadas por Sabiá, assim como as tarefas domésticas e de cuidados. Este protagonismo lhe confere o domínio sobre as rendas que são geradas, o que contribui para ela ter autonomia nas decisões. A agricultora também participa nas atividades político-organizativas da comunidade como associação, cooperativa e comitê das associações e a sua integração social abriu oportunidades para a família ter acesso a informações e às políticas públicas de Convivência com o Semiárido, de comercialização, de transferência de renda que foram destinadas ao território.

As mudanças de alguma forma estão associadas às ações realizadas pelo Projeto Pró Semiárido, como a construção coletiva do conhecimento: oficinas, rodas de aprendizagem, reuniões e intercâmbios, “associadas à implantação de projetos produtivos, foram fundamentais para que as próprias mulheres passassem a ocupar os espaços públicos e a problematizar a sua condição de subordinação ao âmbito doméstico” (Petersen, 2022, et al. p. 70). Mesmo com esses avanços, os autores

chamam atenção para a necessidade de uma intervenção do Estado para democratizar o trabalho doméstico e de cuidados, implementando políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza, superando a dicotomia entre “social” e “produtivo”.

3.5.4 Acesso a políticas públicas

O acesso a políticas públicas foi parâmetro que teve uma mudança relevante variou de 0,29 a 0,60, isso é fruto do processo de mobilização e organização social que aconteceu no Semiárido e no TSSF, como bem expressa a análise de Aguiar, et.al, (2019, p.20): “a partir dos anos 1990, uma forte organização social propõe o esforço na elaboração de políticas que visam alternativas para o convívio com a seca e para amenizar as desigualdades sociais”. No mesmo trabalho, os autores ainda complementam que isso se deu por meio de programas voltados para captação de água da chuva ou por meio de políticas que possibilitaram o financiamento para os agricultores familiares poderem produzir e comercializar seus produtos.

As mudanças qualitativas relacionadas à autonomia de agroecossistemas estudados, estão relacionadas diretamente pelo acesso dessas famílias as políticas públicas, com destaque os programas de Convivência com Semiárido, projetos de assistência técnica, como os programas da ASA, o acesso ao Programa Luz para Todos, o Programa Brasil Sem Miséria, PRONAF e acesso ao Projeto Pró Semiárido. Dessa forma, se viabilizou a melhoria ou ampliação das infraestruturas, aumentando a capacidade de armazenar água para o consumo humano, como para a produção, a melhoria dessas estruturas contribuiu para potencializar e diversificar os sistemas produtivos das famílias, impactando de forma positiva a biodiversidade.

Ao avaliar esse atributo fica evidente a importância das políticas públicas e o seu papel para potencializar as experiências de transição agroecológica, fortalecendo os sistemas produtivos numa perspectiva da Convivência com o Semiárido. Assim foi possível observar um conjunto de inovações que viabilizaram o

apoio e até mesmo a estruturação de novos subsistemas que dinamizou a criação de novos:

Considera-se que um dos principais fundamentos para a evolução do paradigma da convivência com o semiárido é a interrelação entre os saberes e práticas tradicionais contextualizados com os conhecimentos científicos e alternativas tecnológicas vinculando às múltiplas dimensões da realidade (conhecidas como tecnologias sociais): ambiental, social, cultural, política e econômica, atualmente em níveis de empoderamento, conquistas e evoluções distintos em cada microrregião do Nordeste semiárido, pois estes passos não são conseguidos de maneira uniforme, em câmbio, se dá pela atuação dos atores e sujeitos, em uma linha conjunta de formação em rede, aportes econômicos e assessoria técnica com graus variados de efetividade, respeitando a caminhada de cada comunidade. (Pontes; Campos, 2013, p.199).

A linha do tempo que foi realizada com as famílias mostra que foi importante a chegada das políticas públicas, a execução do Projeto Brasil sem Miséria, os programas de água (consumo e produção), garantia safra e estruturação produtiva; assim como a participação em redes sociotécnicas de aprendizagem, onde a família foi mobilizada para a participação de vários processos de aprendizagens e formação; e também a participação em espaços de gestão de bens comuns, em que por meio do projeto Pró Semiárido a família tem uma participação maior nas atividades coletivas.

A tabela 3 demonstra o conjunto de políticas públicas que foram acessados pelas famílias, assim foi possível identificar que as famílias ao longo dos últimos anos tiveram acesso a projetos de ATER, e a partir de 2016 100% dessas famílias são beneficiárias do Projeto Pró Semiárido. As famílias também destacam a política do governo federal Plano Brasil sem Miséria (PBSM) que antecedeu aos projetos já citados aqui, dado que iniciaram em 2011 e foi implementado no TSSF e procurou promover a inclusão produtiva dos/das agricultores/as familiares da região semiárida.

Os dados também demonstram que 86% das famílias acessaram o crédito. Assim, na linha do tempo, foi possível perceber que as famílias acessaram mais uma vez o crédito, os recursos foram aplicados principalmente para compra de animais, aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura das unidades produtivas.

Tabela 3: Políticas Públicas acessadas pelas Famílias

Políticas Públicas	Quantidade	Observações
Pronaf	12	
Seguro Safra	08	
P1MC	05	
P1+2	09	
Fomento	05	
ATER	14	Pró- semiárido (14), Cabra forte (02), EBDA, Petrobras Ambiental, Bahia Produtiva, MDA, Eco Forte, Semiárido Produtivo, Recaatigamento, Projeto Semear, Lago de Sobradinho (EMBRAPA)
Luz para todos	08	
Bolsa Família / Vale gás	07	Bolsa Família (06), Vale gás (02)
Certificação Comunidade fundo de Pasto	03	03 famílias receberam certificação de comunidades de fundo de pasto
Previdência Social	07	Auxílio acidente (2), Auxílio Maternidade (3), aposentadoria rural (6), Pensão (2), BPC (1)
PAA/ PNAE	02	PNAE (01), PAA 02 famílias

Fonte: Elaboração da autora tendo como referência a plataforma on-line Lume

Fica também em destaque o acesso a outras políticas, como o acesso à água, com a construção de cisternas para o consumo humano e de outras tecnologias para a produção de alimentos e criação animal; fomento para as atividades produtivas que viabilizou a implementação de projetos produtivos voltados para a compra de insumos e equipamentos. Tais ações contaram com o apoio da assessoria técnica, além disso, as famílias também acessaram um conjunto de políticas sociais voltadas para superação da pobreza, como o Programa Bolsa Família, Vale Gás, destaca também os serviços previdenciários que foram acessados pelas famílias.

Ao avaliar as mudanças que ocorreram nos agroecossistemas estudados fica evidente a contribuição das políticas públicas. Neste sentido, destacam-se os programas que foram executados pela ASA, a política de ATER, bem como o Projeto Pró Semiárido que otimizou a conexão entre o fomento e a assessoria técnica e tem contribuído no processo de construção do conhecimento agroecológico, estimulando a troca de conhecimento entre as famílias e comunidades no território, por

meio de intercâmbios que foram fundamentais na consolidação e no desenvolvimento das inovações sociotécnicas que aconteceram no TSSF.

3.6 CADERNETAS AGROECOLÓGICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA VISIBILIZAR AS EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICAS PROTAGONIZADAS PELAS MULHERES NO TSSF

O Sasop foi uma das primeiras organizações no TSSF a trabalhar com a metodologia das Cadernetas Agroecológicas com algumas famílias na sua área de atuação. Entre 2016 e 2018, participou de uma pesquisa nacional realizada em parceria entre redes de mulheres feminista, o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e um grupo de universidades e institutos de pesquisa públicos de várias regiões do Brasil. Essa ação foi importante, pois contribuiu no processo de formação da equipe técnica, fortalecendo a discussão de gênero no trabalho de assessoria técnica (Silva, Muniz, Araújo, 2021).

Também na execução do Projeto Pró Semiárido, projeto coordenado pela CAR/SDR com recursos provenientes do Governo do Estado da Bahia, mediante acordo de financiamento junto ao FIDA³⁵. As organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural que têm parceria com o governo do Estado no TSSF (Sasop, Irpaa, Coopercuc e Sajuc) passaram a trabalhar com as Cadernetas Agroecológicas.

As Cadernetas Agroecológicas são um instrumento metodológico político e pedagógico que vem contribuindo para visibilizar as experiências de produção agroecológica protagonizadas por mulheres. Como a presente pesquisa analisou a contribuição das mulheres na construção da agroecologia e na promoção da equidade

³⁵ Em março de 2018, foi formada a instância do GT Gênero dos Projetos FIDA, com o objetivo de apoiar estratégias voltadas para o fortalecimento das mulheres rurais, não apenas enquanto “público beneficiário”, mas também como “protagonistas” das ações, as quais exercerão um papel crucial no processo de implementação das cadernetas agroecológicas nos diversos territórios durante o próximo período. (CARDOSO, p. 04, 2019)

de gênero, decidi por sistematizar as informações coletadas pelas equipes técnicas das organizações, acima citadas.

Foram analisados os documentos que reúnem informações referentes aos questionários e as anotações de 12 meses (setembro de 2020 a agosto de 2021) das Cadernetas Agroecológica, dialogando com os objetivos desta pesquisa. “As Cadernetas Agroecológicas estão aí para mostrar o que muitos não querem ver – o valor dessas mulheres – e, ao fazer isso, são um instrumento de mobilização e de reafirmação do seu protagonismo nas experiências agroecológicas” (SILIPRANDI, 2021, p.8). Isso é perceptível no depoimento da Flor de Juazeiro:

Eu faço anotações na Caderneta Agroecológica, a importância dela que a gente vai tendo uma base. Se eu for pegar o que eu trazia do início da feira agroecológica, comparando com hoje, é possível observar houve um aumento, a caderneta possibilita a gente avaliar o que a gente vendeu, o que a gente deu, o que tá dando certo, então é muito importante a gente fazer anotação do que a gente vende na feira, eu também faço o registro dos produtos que a gente consome. Temos compromisso de realizar as anotações, porque a gente tem um grupo de certificação, um fiscaliza o outro, a gente anota tudo, isso ajuda fazer acompanhamento. (Flor de Juazeiro, agricultora de Sento Sé).

Segundo Jalil, et, al., a Caderneta parte de uma visão da construção do conhecimento agroecológico, valoriza a construção coletiva e horizontal do saber. Nessa perspectiva, o conhecimento é visto como algo que é construído através da experimentação e da prática, não apenas de forma vertical, mas também por meio do compartilhamento de saberes e fazeres entre diferentes atores. (JALIL, et, al, 2021)

Essa abordagem enfatiza a importância do conhecimento das mulheres agricultoras nesse processo de transição agroecológica. Reconhece-se que as mulheres têm conhecimentos tradicionais valiosos sobre práticas agrícolas sustentáveis, técnicas de manejo de recursos naturais e conservação da biodiversidade, que muitas vezes são subestimadas ou ignoradas.

Ao reconhecer e valorizar o conhecimento das mulheres agricultoras, a Caderneta reforça a importância da equidade de gênero no campo agroecológico. Essa valorização pode contribuir para a maior participação das mulheres nas tomadas

de decisão e para o fortalecimento de suas posições como agentes de transformação e liderança na busca por práticas agrícolas sustentáveis e justas.

O **quadro 11** apresenta a relação das organizações de assessoria técnica que vem trabalhando com as Cadernetas Agroecológicas.

Quadro 11: Organizações de assessoria técnica que vem trabalhando com as cadernetas agroecológicas no TSSF.

Entidade de ATER	Municípios	Número de agricultoras anotando cadernetas
COOPERCUC	Uauá e Curaçá	Uauá (11) Curaçá (03)
IRPAA	Juazeiro, Remanso, Sento Sé e Sobradinho	Juazeiro (21), Remanso (16), Sento Sé (06) e Sobradinho (03)
IRPAA	Juazeiro, Remanso, Sento Sé e Sobradinho	Juazeiro (21), Remanso (16), Sento Sé (06) e Sobradinho (03)
SAJUC	Casa Nova	13
SASOP	Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado	Campo Alegre de Lourdes (09) e Pilão Arcado (19)
Total Geral	09 municípios	101 agricultoras

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

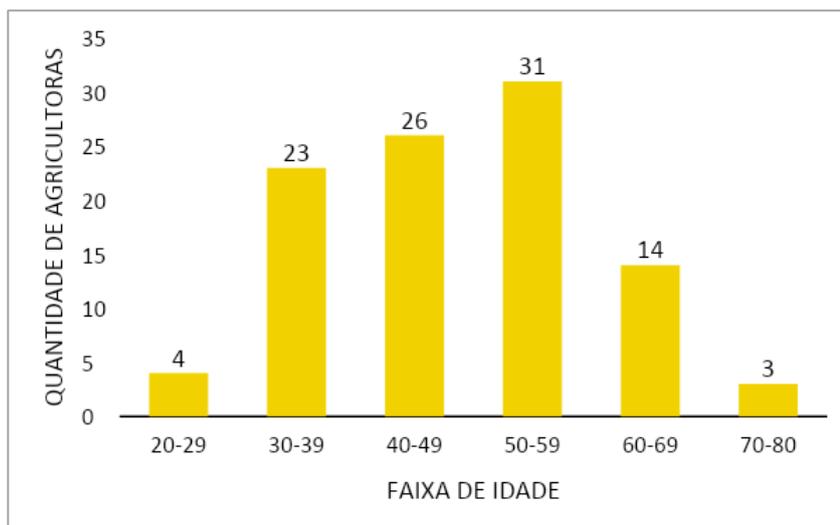
Como pode ser observado, no quadro supracitado, 101 agricultoras de 09 município do TSSF registraram sua produção (consumo, comercialização, troca e doação) nas Cadernetas Agroecológicas, sendo que essas agricultoras residem na área de atuação da Rede Mulher e, além de fazer as anotações nas cadernetas, elas também responderam um questionário que permite conhecer o perfil socioeconômico: organização familiar, condições de acesso à terra, acesso às políticas públicas etc.

3.6.1 Caracterização Socioeconômica das Agricultoras que participaram do Processo de Anotações das Cadernetas Agroecológicas

As agricultoras que participaram do processo de anotação das cadernetas agroecológicas, durante um ano (setembro 2020 a agosto 2021), responderam um

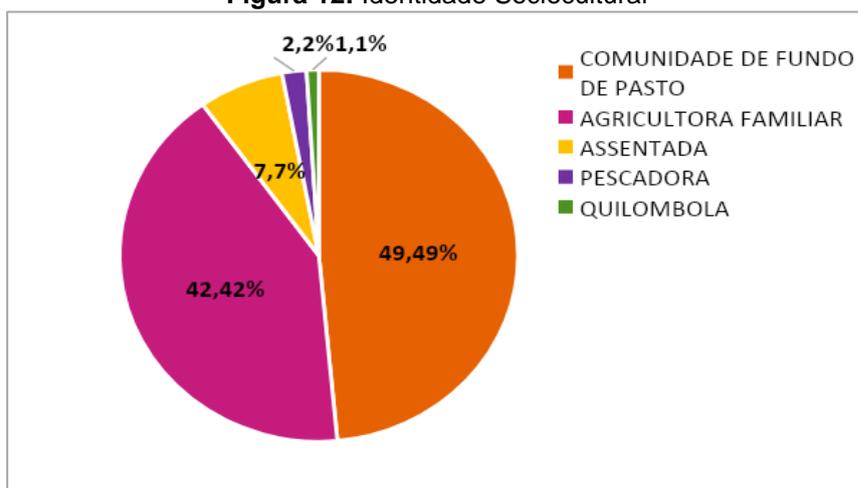
questionário de caracterização socioeconômica. As 101 agricultoras que fizeram as anotações das cadernetas agroecológicas se encontram na faixa etária de 20 a 80 anos, sendo que 56,43% das mulheres se encontram na faixa etária de 40 a 59 anos. Com relação à escolaridade 47,47% têm o ensino fundamental incompleto, 25,25% têm o ensino fundamental médio completo e 11,11% têm o ensino médio incompleto.

Figura 11: Faixa de Idade das Agricultoras



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas CA.

Quanto ao estado civil das agricultoras, 71,70% são casadas e 13,13% estão em união estável; 11% delas estão solteiras; 5,5% são viúvas e 1,1% são divorciadas. Com relação à identidade sociocultural, 49,49% das agricultoras são pertencentes a comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, 42,42% se identificam como agricultoras familiar e 7,7% assentadas (Figura 12). Sobre o acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), 94,93% das agricultoras a possuem. A DAP é a porta de entrada do/da agricultor/a familiar para acessar as políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. O documento contém dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda familiar.

Figura 12: Identidade Sociocultural

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as CA.

A identidade étnico-racial das agricultoras é majoritariamente de pretas e pardas, sendo 21% e 60,59%, respectivamente. As agricultoras que se identificam como brancas somam 18,18 %. Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), isso significa que 81,59% das agricultoras podem ser consideradas mulheres negras.

Esses números são relevantes e indicam uma forte representação de mulheres negras na categoria das agricultoras. A consideração das identidades étnico-raciais é importante para entender a diversidade presente no contexto agrícola e promover políticas e ações que levem em conta as realidades específicas de cada grupo. Esses números também refletem o perfil das mulheres que integram a Rede Mulher, essa informação também pode ser útil para o desenvolvimento de estratégias que visem promover a igualdade de oportunidades e a inclusão das agricultoras negras, reconhecendo suas contribuições e conhecimentos para a agroecologia.

É fundamental valorizar e respeitar a diversidade étnico-racial e reconhecer o papel significativo das mulheres negras nas atividades agrícolas e em outras esferas da sociedade. A promoção da equidade de gênero e racial é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

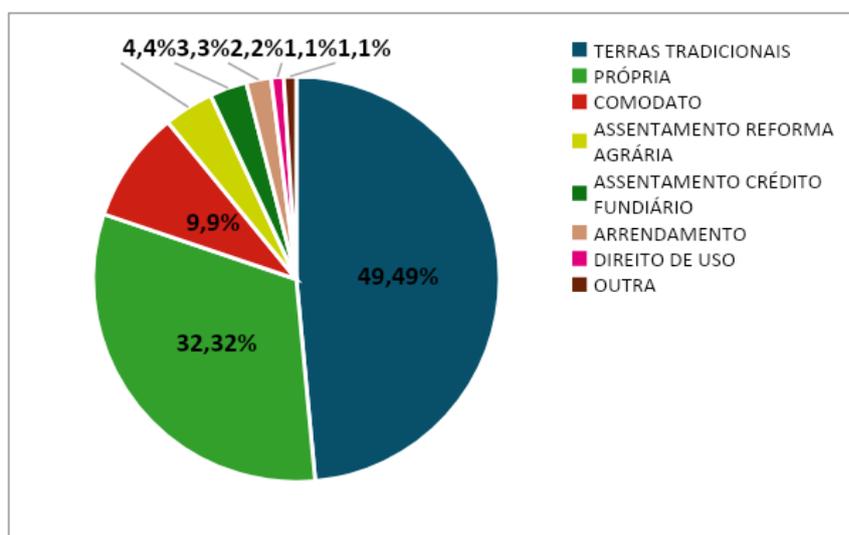
Com relação ao acesso à terra, 49,49%, declararam que vivem em comunidades tradicionais, como comunidade de Fundo de pasto e quilombola; 32,32% declaram que a terra é própria; 12,1% utilizam a propriedade por meio de comodato e

arrendamento, além disso ainda há assentado de reforma agrária e do crédito fundiário, entre outras.

Os dados acima chamam atenção, em relação ao número significativo de agricultoras que utilizam a propriedade por meio de comodato e arrendamento. Isso significa que elas não são as proprietárias da terra, mas têm o direito de utilizá-la temporariamente através de um contrato de comodato (empréstimo gratuito) ou arrendamento (contrato de aluguel)

Essa diversidade de situações de acesso à terra reflete a complexidade da questão agrária no Brasil, onde diferentes grupos e comunidades têm relações distintas com o território. Entender essas realidades é fundamental para desenvolver políticas e ações que promovam a justiça social e o desenvolvimento sustentável no campo. Além disso, é importante reconhecer e respeitar os direitos das comunidades tradicionais e das agricultoras em todas as formas de uso da terra, como demonstrado na figura 13.

Figura 13: Acesso a Terra

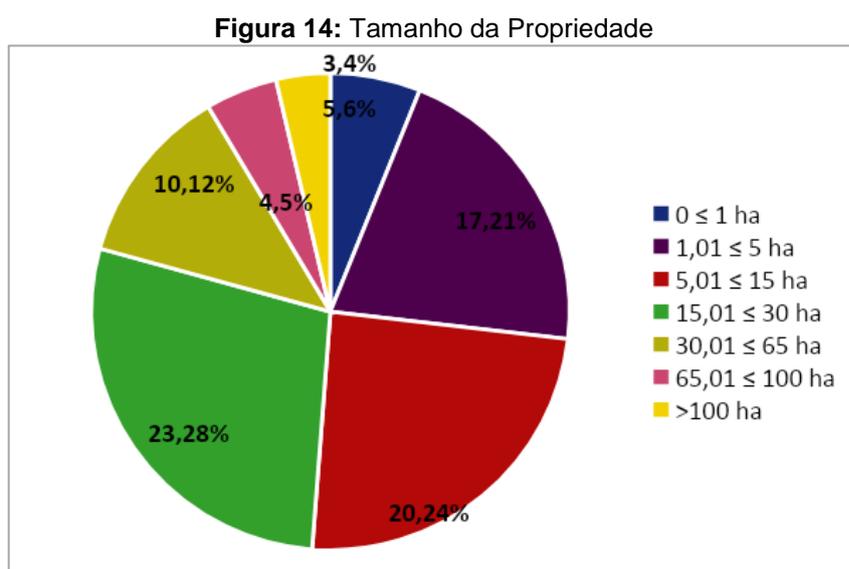


Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Com relação ao tamanho da terra, 19 agricultoras não informaram o tamanho da propriedade, das 82 mulheres que responderam, 20,24% delas produzem

em áreas com tamanho de 15 a 30 ha; 20,24% produzem numa propriedade com tamanho de 5 a 15 ha; 17,21% em área com tamanho de 1 a 5 ha; 10,12% em área com tamanho de 30 a 65 ha.

Com base nos dados divulgados em 2017, “em relação ao tamanho das propriedades, 90% das mesmas possuem área inferior aos 100 hectares, indicando o predomínio das pequenas propriedades no Brasil”. (Arrais, Cambraia, Prat, p.242)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 revelam uma profunda desigualdade na distribuição da posse de terra na região Nordeste do Brasil. Essa desigualdade é marcada por uma concentração significativa da área total agropecuária em estabelecimentos com grandes extensões de terra, enquanto a maioria dos estabelecimentos possui áreas muito menores. Isso se confirma na análise feita por Reis (2019):

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstram uma profunda desigualdade na distribuição da posse da terra na região Nordeste do Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agropecuária ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 50 hectares. Eles representam apenas 9,9% do total de estabelecimentos agropecuários na região e ocupam 77,4% da área total dedicada à atividade, ao passo que

aqueles com área inferior a 5 hectares constituem 50,8% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,9% da área total (p.31).

Os estabelecimentos com área igual ou superior a 50 hectares, que representam apenas 9,9% do total de estabelecimentos agropecuários na região, ocupam impressionantes 77,4% da área total destinada à atividade agropecuária. Essa proporção indica que a grande maioria da terra está concentrada nas mãos de um pequeno número de proprietários com grandes extensões de terra.

Em contrapartida, os estabelecimentos com áreas menores enfrentam uma situação de desvantagem, pois os que têm menos de 5 hectares, constituindo 50,8% dos estabelecimentos, possuem apenas 2,9% da área total destinada à atividade agropecuária. Isso sugere que a distribuição de terra é extremamente desigual, com uma parcela significativa dos agricultores ocupando áreas muito limitadas, enquanto uma minoria detém a maior parte das terras disponíveis para a atividade agropecuária.

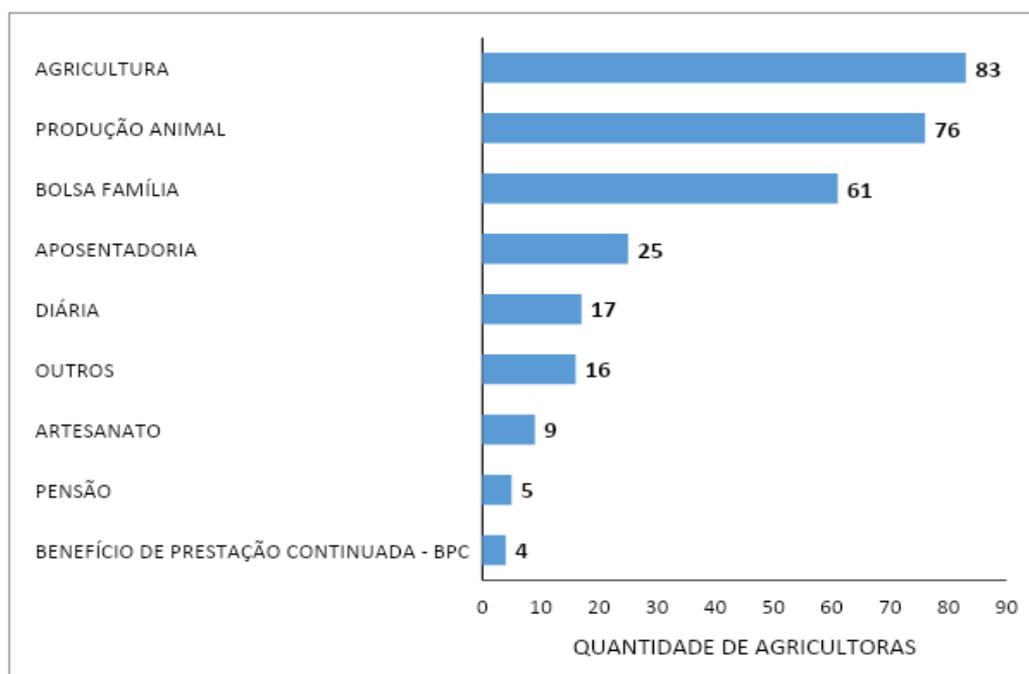
Essa concentração de terras em poucas mãos pode ter implicações significativas para a sustentabilidade e a equidade no setor agrícola da região Nordeste do Brasil. A falta de acesso às terras para a maioria dos/das agricultores/as limita as oportunidades de desenvolvimento e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, essa desigualdade pode contribuir para a reprodução de ciclos de pobreza e desigualdade socioeconômica.

O acesso à terra é essencial para a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais. A luta pela posse da terra tem sido uma questão central para as comunidades, especialmente para as mulheres que muitas vezes são excluídas ou têm acesso limitado à propriedade da terra. O acesso à terra pode ser um fator determinante para a autonomia econômica das mulheres, a melhoria das condições de vida e a promoção de práticas agroecológicas.

De acordo com a figura 15, a renda principal para 83 agricultoras provém da agricultura; já para 76 agricultoras a renda principal vem da criação animal, um número significativo de agricultoras também identifica os programas sociais como principal renda: 61 mulheres informaram que a principal renda vem do “Bolsa Família”; 25 delas informaram que vem da aposentadoria; 05 informaram que vem de pensão e 04 do “Benefício de Prestação Continuada” (BPC). Além disso, 17 agricultoras

conseguem renda por meio da prestação de serviço, como diárias e 09 agricultoras responderam que a fonte de renda vem por meio da venda do artesanato.

Figura 15: Fontes de rendas das Agricultoras



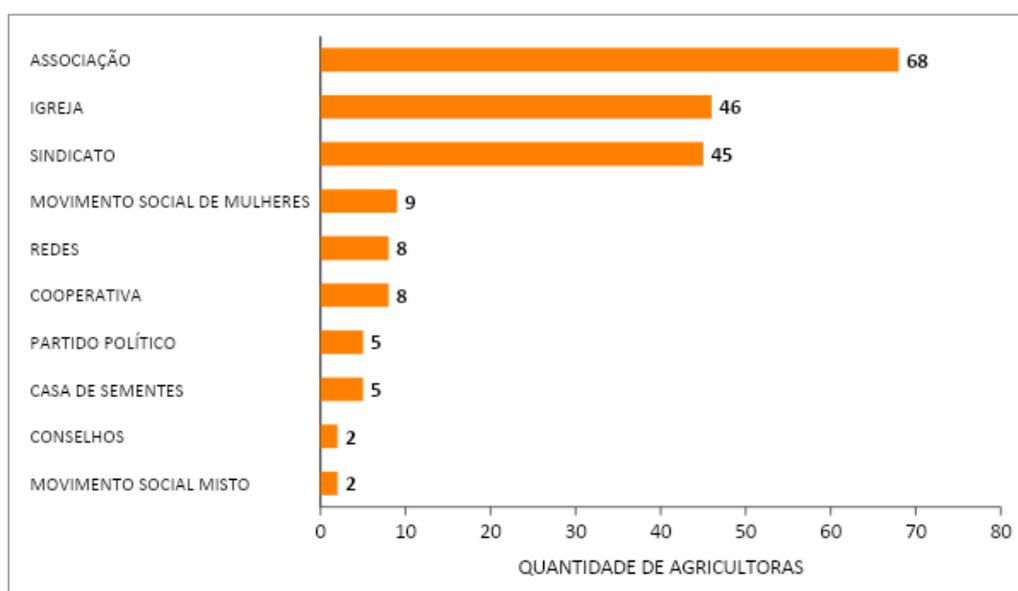
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Os dados apresentados revelam uma diversidade significativa nas fontes de renda das agricultoras. 83 mulheres têm a agricultura como sua principal fonte de renda. Isso indica que a produção agrícola é uma atividade econômica essencial para essas mulheres, e elas dependem dos resultados da agricultura para sustentar suas famílias.

Essa informação é fundamental para entender as dinâmicas socioeconômicas dessas comunidades e pode ser útil para o planejamento de políticas e programas que visem fortalecer a segurança financeira e promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais. A valorização e o apoio a essas diferentes fontes de renda podem contribuir para a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das agricultoras e suas famílias.

Com relação a organização social observa-se que as agricultoras fazem parte de mais de uma organização. Pode ser observado na **figura 16**, que 68 mulheres participam de associações; 46 integram igrejas; 45 fazem parte do Sindicato dos trabalhadores/as rurais; 09 citaram que participam de movimentos sociais de mulheres e 08 que participam da Rede de Mulher. Em menor quantidade ainda apareceu participação em cooperativa, partido político, casa de sementes, conselho e movimento social misto.

Figura 16: Organização social das agricultoras



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Os dados apresentados mostram a diversidade de organizações sociais das quais as agricultoras fazem parte. Essas mulheres estão envolvidas em várias organizações, o que destaca o seu engajamento e participação ativa na comunidade, no Território.

Além disso, algumas agricultoras citaram outras organizações em menor quantidade, como cooperativas, partidos políticos, casas de sementes, conselhos e movimentos sociais mistos. Essa diversidade de associações e organizações destaca a importância do associativismo e do trabalho coletivo na vida das agricultoras e na busca por seus interesses e direitos.

A participação nessas organizações sociais desempenha um papel fundamental no fortalecimento da cidadania, na defesa de direitos, no compartilhamento de conhecimentos e experiências, além de ser uma forma de buscar melhorias para as comunidades rurais e para a agricultura familiar. Essas organizações são espaços importantes para a troca de ideias, para a construção coletiva de soluções e para o empoderamento das mulheres rurais. Além disso, a história tem mostrado que a organização, a articulação e o acesso à informação são elementos fundamentais para impulsionar mudanças sociais e alcançar avanços em termos de políticas públicas.

3.6.2 Comercialização da produção

Os dados confirmam a análise feita por Alvarenga, et al. (2021, p.102), “no que diz respeito ao acesso a mercados, observa-se que há um predomínio da comercialização de alimentos em circuitos curtos”. A maioria das agricultoras comercializa sua produção na própria casa e na comunidade. 19 agricultoras comercializam nas feiras convencionais, mas 12 agricultoras comercializam sua produção nas feiras agroecológicas que acontecem de forma semanal nos municípios e, além disso, 09 agricultoras comercializam sua produção de forma coletiva por meio de cooperativa e acesso aos mercados institucionais, duas agricultoras acessaram ao PNAE e 01 agricultora ao PAA. (Figura 17).

Nas rodas de conversas com as agricultoras as mesmas reconhecem que um dos resultados positivos do uso da “Caderneta Agroecológica” está relacionado ao registro da comercialização que contribuiu para dar visibilidade às vendas realizadas pelas mulheres. “A Caderneta, então, revela este fluxo, invisibilizado para que o papel de provedor atribuído aos homens não seja questionado”. (Nobre, 2021, p.37)

Figura 17: Comercialização da produção

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

A comercialização da produção agrícola é uma etapa importante no processo de geração de renda e sustentabilidade para as agricultoras. Os dados apresentados revelam diferentes formas de comercialização adotadas pelas agricultoras, destacando a predominância da venda direta na própria casa e na comunidade.

Essa diversidade de formas de comercialização reflete a adaptabilidade das agricultoras em buscar diferentes canais para vender seus produtos e garantir a renda familiar. A venda direta na comunidade e em feiras locais é uma estratégia comum em áreas rurais, enquanto a participação em feiras agroecológicas, o acesso a mercados institucionais e a comercialização através de cooperativas são formas que podem ampliar o alcance e as oportunidades de negócio. É importante destacar que elas estão não apenas envolvidas em atividades comerciais, mas também em processos pedagógicos e de sensibilização, como bem expressam as autoras abaixo:

Elas desenvolvem esse papel de “educadoras” junto a diversos públicos – filhas/os, vizinhas/os e outros familiares – nos próprios quintais e nos outros espaços produtivos. Quando as mulheres vendem produtos na comunidade (“porta a porta”) ou os levam para feiras, elas também estão se engajando em processos pedagógicos, socializando seus saberes a partir dessas interações, uma vez que, para “vender” produtos agroecológicos – in natura ou minimamente processados – é importante demonstrar seu diferencial, pois, de algum modo, esse processo de convencimento é importante para as transações de venda (Weitzman, Schottz, Pacheco, 2021, p.141-142).

A partir da sistematização das informações das entrevistas com as integrantes da Rede Mulher, foi identificado que o acesso ao mercado tem sido ampliado, com especial destaque para as feiras agroecológicas.

Figura 18: Cesta com produtos da agricultura familiar - Balaio da Caatinga



Fonte: acervo fotográfico da Rede mulher de Sento Sé

Águia-Chilena, agricultora de Sento Sé, expressa que os produtos agroecológicos vão para feira Agroecológica, que funciona toda sexta-feira e ela também comercializa na própria casa, faz entrega porta a porta, e também já entregou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, essa agricultura da Rede Mulher também coloca a sua produção na Central da Caatinga e nas feiras de Economia Solidária:

A comercialização não é uma coisa tão fácil, ainda estamos engatinhando, estamos aprendendo, às vezes o mercado quer tirar a característica do meu produto e não é isso que a gente quer, quero meu produto na prateleira, mas eu quero com a característica do meu grupo que é feito por mulheres isso a

gente tem [que] pensar muito quando está comercializando (Águia Chilena, coordenadora da Rede Mulher em Sento Sé)

No processo de comercialização Águia-Chilena, destaca o trabalho da Associação dos Apicultores de Sento Sé (AAPSSE), localizada na comunidade Andorinha em Sento Sé – BA. O nome "Balaio da Caatinga" foi escolhido pelo grupo AAPSSE como a marca para seus produtos devido à sua conexão com as tradições e a diversidade dos recursos encontrados na região da Caatinga.

A palavra "balaio" remete aos recipientes utilizados antigamente pelas pessoas para carregar suas compras nas feiras. Esses balaio eram usados para transportar diversos tipos de produtos, como carne, cereais, farinha, frutas e verduras. "Balaio da Caatinga" reflete, assim, a identidade e a proposta do grupo AAPSSE, que valoriza a diversidade dos produtos da região e busca promover sua comercialização, preservando ao mesmo tempo as tradições e os conhecimentos locais. Essa marca contribui para fortalecer a identidade do grupo e transmite aos consumidores a mensagem de que os produtos oferecidos são provenientes da Caatinga, reforçando a importância da preservação desse ecossistema único e valorizando o trabalho e os saberes das comunidades locais.

A AAPSSE, trabalha com a extração de mel, produz sequilhos e petas à base de mandioca, e comercializa frutas e hortaliças *in natura* na feira agroecológica do município, nas feiras de economia solidária que acontecem na região, e na Central da Caatinga.

Figura 19: Marca dos produtos Dona Odete



Fonte: arquivo da autora

Ararinha Azul, agricultora de uma comunidade tradicional de Fundo de Pasto em Curaçá, integrante da Rede Mulher, destaca o trabalho da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE). Esse grupo de mulheres criou a marca "Dona Odete" que presta homenagem a uma agricultora da comunidade Esfomeado que avançou na organização social a partir da luta com as mulheres e que enfrentou as barreiras da sociedade e lutou contra o machismo, conquistando avanços na organização social e deixando um legado revolucionário em sua trajetória de vida. Seu compromisso era alcançar direitos em prol de uma melhor qualidade de vida para a comunidade.

O grupo trabalha na produção de sequilhos doces (sabores: tradicional, coco, maracujá, limão e banana), biscoitos integrais, biscoitos salgados, petas a base de mandioca. O grupo vem apostando em produção de geleias com sabores dos mais variados: cebola com vinho, pimentão, manga com cachaça, palma forrageira. A comercialização de seus produtos acontece em diversos espaços, como as feiras e lojas da agricultura familiar e seus produtos também são localizados na Central da Caatinga.

As feiras agroecológicas têm se mostrado espaços importantes para a valorização da produção local, bem como para a troca de conhecimentos e experiências entre as agricultoras e os consumidores. Além disso, esse tipo de feira

contribui para a conscientização sobre a importância da produção sustentável e a preservação do meio ambiente.

Essa tendência de expansão do acesso ao mercado, com ênfase nas feiras agroecológicas, é um indicativo positivo para a promoção da agricultura sustentável e a valorização do trabalho das mulheres agricultoras.

3.6.3 Acesso às Políticas Públicas pelas Agricultoras

Com relação às políticas públicas, as agricultoras revelaram quais políticas elas acessam ou já acessaram. As agricultoras informaram que já acessaram 17 das políticas públicas que chegaram até elas. Pode-se observar que as mulheres acessam uma ou mais políticas públicas. 91 agricultoras citam o Pró Semiárido. Com relação às políticas de transferência de renda, 62 mulheres acessaram o Bolsa Família, 46 o Garantia Safra, 18 Salário Maternidade, 16 Aposentadoria Rural, 05 o Seguro Defeso, entre outras políticas públicas.

No que diz respeito à política de Assistência Técnica e Extensão Rural, além do Projeto Pró Semiárido, 44 mulheres foram beneficiárias de projetos de ATER e 4 citam o Projeto Brasil sem Miséria.

As mulheres citam também programas de acesso a água, 31 mulheres foram beneficiárias do programa de cisterna para o consumo humano. Com relação a segunda água voltada para a produção de alimentos e dessedentação animal, 26 mulheres são beneficiárias deste programa. Essas políticas foram essenciais para melhorar as condições de vida das famílias que vivem no Semiárido.

Figura 20: Acesso às políticas públicas pelas agricultoras

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

As informações fornecidas mostram que as agricultoras têm buscado acessar diversas políticas públicas que proporcionam benefícios significativos para suas famílias e comunidades. Essas políticas públicas são importantes instrumentos de proteção social e apoio econômico para as agricultoras, especialmente em contextos de vulnerabilidade e incertezas socioeconômicas. O acesso a essas políticas contribui para a redução da pobreza, o fortalecimento das famílias rurais e o incentivo à permanência da população no campo.

3.6.4 Cadernetas agroecológicas: Instrumento de monitoramento e valorização do trabalho das mulheres e da autonomia feminina

As informações sistematizadas a partir dos dados das cadernetas agroecológicas preenchidas pelas 101 agricultoras do TSSF entre setembro de 2020 e agosto 2021, registra um valor monetário de R\$ 454.545,37 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), gerando uma renda média mensal de R\$ 436,64 (quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos. (Tabela 4)

Tabela 4: Dados da Sistematização das Cadernetas Agroecológicas: setembro/2020 a agosto/2021

ITEM	DESCRIÇÃO
NÚMEROS DE AGRICULTORAS	101
RENDA TOTAL	R\$ 454.545,37
RENDA MÉDIA MENSAL	R\$ 436,64
DIVERSIDADE DE PRODUTOS	357
NÚMERO DE PLANILHAS PREENCHIDAS	1041

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Os dados levantados das 101 cadernetas que foram sistematizados indicam que a maior parte da produção das mulheres, ou seja, 50% da produção foi destinada para a venda e 44,1% foi destinado para o consumo da família e uma menor participação de doação e troca, como pode ser observado na figura 21.

A maior parte da produção das mulheres, 50% do total, foi destinada à venda. Isso indica que metade da produção é comercializada, contribuindo para a geração de renda e para o fortalecimento econômico das famílias rurais.

Essa distribuição das destinações da produção reflete a diversidade de usos que as agricultoras dão aos seus produtos. A venda é uma estratégia importante para gerar renda e sustentar economicamente as famílias. Ao mesmo tempo, a destinação significativa para o consumo familiar demonstra a importância da produção local na segurança alimentar das famílias rurais. O que pode ser observado no destaque feito por Nobre (2021):

As anotações sobre autoconsumo e, principalmente, o uso, pelas agricultoras, dessas anotações, dizem sobre os princípios que organizam a produção para consumo próprio no espaço doméstico: diversidade de produtos, seleção de variedades baseadas no gosto, facilidade de preparo ou armazenamento, decisões tomadas não apenas por critérios de eficácia ou cálculos monetários. Ao mesmo tempo em que essa produção para o autoconsumo sustenta famílias ampliadas e comunidades, ela é invisibilizada por estruturas patriarcais que negam a contribuição econômica das mulheres. [...]. Essa negação tem a motivação política de suprimir das mulheres a condição de sujeitos de suas próprias vidas e da vida social (Nobre, 2021, p.40).

Valorizar a produção para o autoconsumo e reconhecer a contribuição econômica das mulheres é fundamental para promover a equidade de gênero, fortalecer a autonomia das mulheres e construir sociedades mais justas e inclusivas. Essa valorização também pode contribuir para uma maior valorização dos saberes tradicionais e das práticas agroecológicas que as mulheres trazem para a produção de alimentos, beneficiando a segurança alimentar e a sustentabilidade das comunidades rurais.

Águia-Chilena, agricultora do município de Sento Sé, afirma que não tinha noção da sua contribuição com relação ao consumo e o impacto de sua produção na segurança alimentar e nutricional da família. Parte de sua produção fica em casa, tem mês que fica em torno de R\$500 reais, ela afirma que não compra farinha, tapioca e os produtos beneficiados:

Só tomei consciência quando passei anotar na minha caderneta, os produtos que colocava em casa ficava invisível, ninguém via, com a anotação da caderneta quase cai de costa nos dois primeiros meses que eu vi o quanto de produtos eu colocava para o consumo da família, não saía o dinheiro do bolso do companheiro, mas sim da minha produção, que era invisível para ele, ele dizia que eu não produzia nada (Águia-Chilena).

Com a Caderneta as agriculturas também passaram a ver o resultado dos produtos que são comercializados. A caderneta é uma ferramenta muito importante para dar visibilidade à produção das mulheres. A rede de Sento Sé está apoiando 15 mulheres a fazer anotações.

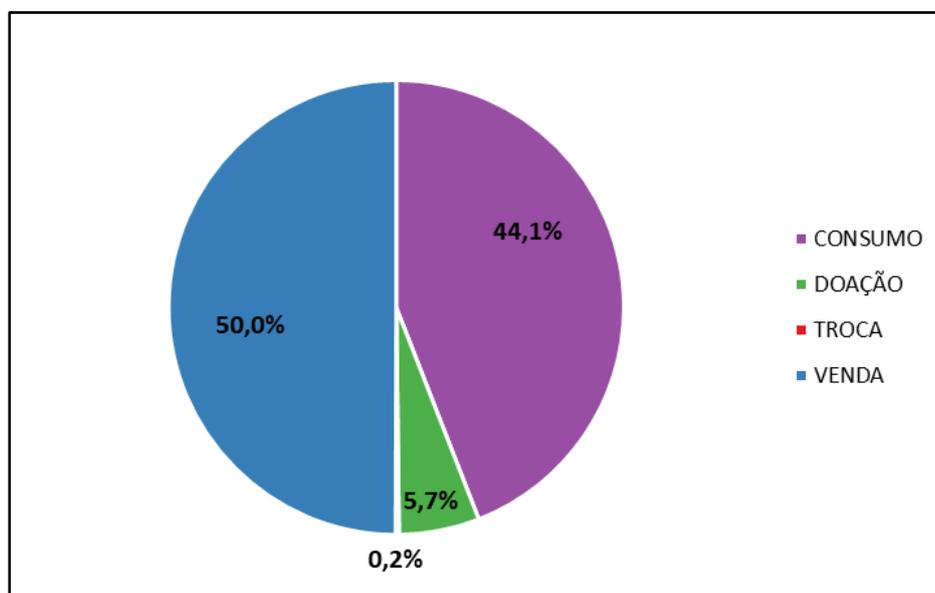
Siliprandi, (2021) faz uma conexão importante entre as Caderneta Agroecológica, Economia Feminista e o Ecofeminismo, destacando o papel crucial das mulheres rurais em diversas dimensões da sociedade e da economia.

Tendo como base teórica a Economia Feminista, as Cadernetas permitem evidenciar que o trabalho das mulheres rurais é fundamental para a alimentação das famílias e também para a sustentação do conjunto da economia; dialogando com os Ecofeminismos, mostram como essa produção é imprescindível para o manejo adequado do ambiente, através da preservação da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e da adaptação às mudanças climáticas; por outro lado, são a base para a reconstrução de relações harmoniosas entre as pessoas, recuperando outro tipo de economia, baseada no apoio mútuo, corroborando os preceitos da Economia Solidária (Siliprandi, 2021, p.7-8)

As Cadernetas têm contribuído para revelar como as mulheres rurais desempenham um papel essencial na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável do ambiente. Isso inclui práticas tradicionais, como o cultivo de variedades locais de plantas e a criação de animais adaptados ao ambiente, que contribuem para a resiliência dos ecossistemas. Assim as Cadernetas registram não apenas transações econômicas, mas também as relações sociais e as redes de apoio que são fortalecidas pela contribuição das mulheres rurais. Isso ressalta a importância de uma economia solidária e comunitária que valorize o cuidado, a cooperação e a sustentabilidade.

As práticas de doação e troca podem ter um impacto positivo na coesão social e na construção de redes de apoio mútuo entre as famílias rurais. Além disso, essas práticas podem fortalecer a economia local, permitindo que as famílias tenham acesso a uma variedade de alimentos produzidos na própria comunidade.

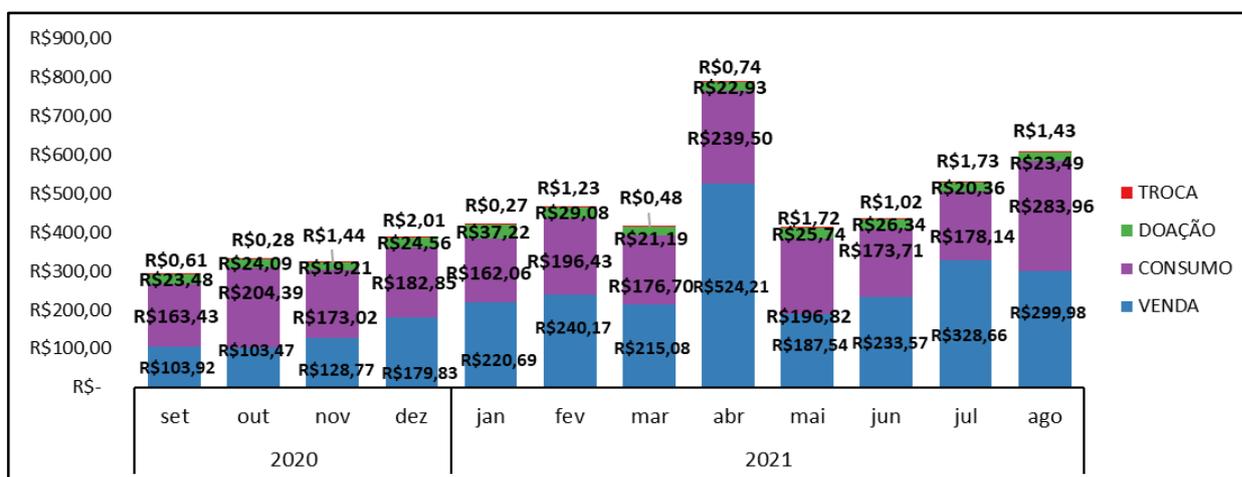
Figura 21: Distribuição da renda total das agricultoras durante o período de setembro/2020 agosto/2021 por relação econômica: consumo, doação, troca e venda



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

No processo de aplicação das cadernetas pode-se observar que as mulheres acabam tendo dificuldade de anotar o que é consumido, doado e trocado pela família, pois é o miúdo, o que é comercializado fica mais fácil de ser registrado. “Essa relação pode ser parcialmente explicada pelo fato de que as agricultoras – e toda a sociedade – acabam valorizando mais a produção para comercialização e anotam, em menor quantidade, a produção econômica resultante do consumo, da doação e da troca” (Alvarenga, et, al. 2020, p. 40).

Figura 22: Participação das relações econômicas (consumo, venda, doação e troca) na renda média das agricultoras



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Pode-se observar que nos 4 primeiros meses de anotações de 2020 há uma certa estabilidade entre consumo e venda, em abril de 2021 os dados demonstram um crescimento nas relações de venda e uma certa estabilidade com relação ao consumo. Entretanto, no mês de agosto de 2021 também se observa um crescimento no consumo de 57,59%. (Figura 22).

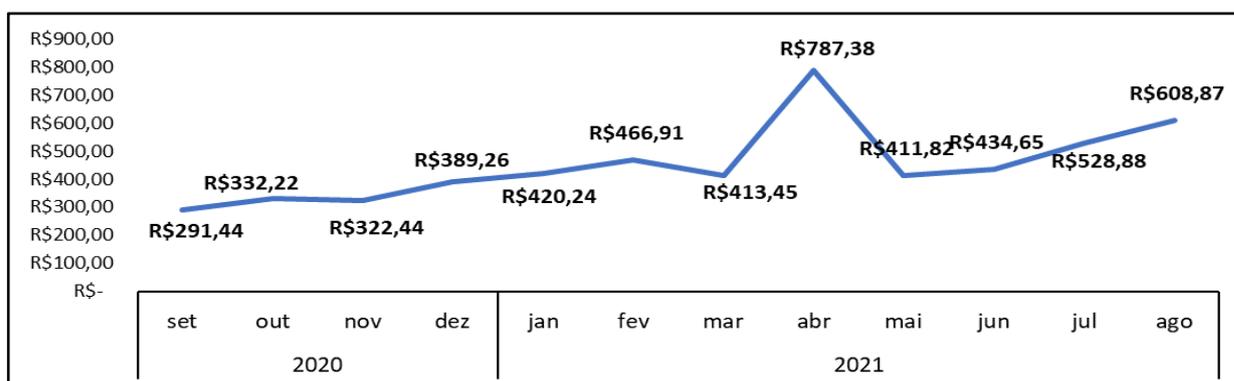
A renda média de 101 agricultoras do TSSF variou de R\$ 291,44, em setembro de 2020, a R\$ 787,38 no mês de abril/2021. A figura 22 também mostra que nos meses de janeiro/2020, até o mês de fevereiro/2021 um crescimento, no mês de março tem uma queda na renda média, voltando a crescer em abril com a maior renda média de todo o período.

Essas flutuações na renda média das agricultoras refletem as dinâmicas socioeconômicas e as condições do mercado ao longo do tempo. A agricultura é uma atividade influenciada por uma variedade de fatores, como o clima, a sazonalidade das culturas, os preços dos alimentos e a demanda do consumidor. Cabe ressaltar também que esse foi o período do auge da Pandemia da Covid 19, em que ocorreu o *lockdown* em quase todo o país.

É importante que as agricultoras estejam atentas a essas variações e busquem formas de melhorar a resiliência de suas atividades produtivas, como a

diversificação da produção, e a adoção de práticas agroecológicas que possam aumentar a produtividade e a sustentabilidade.

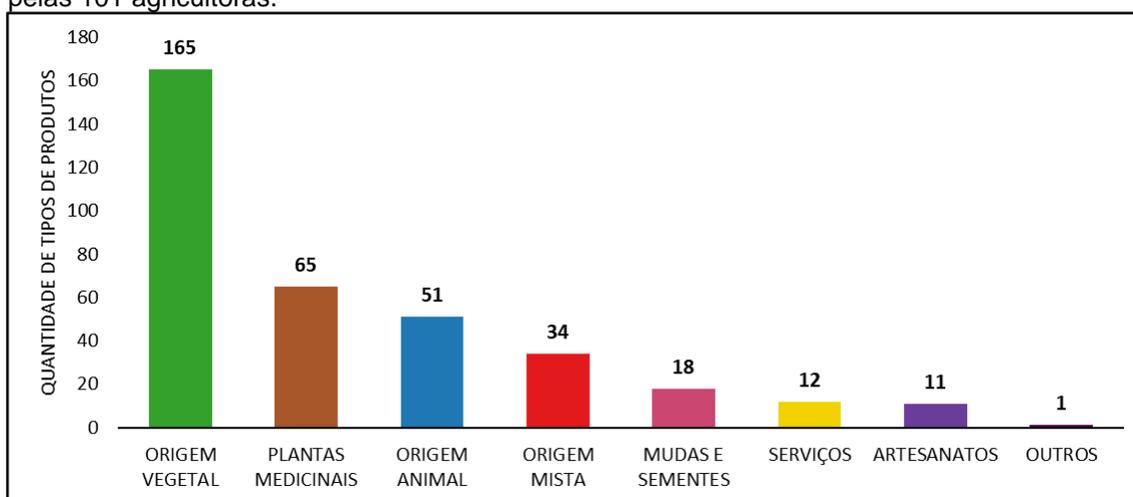
Figura 23: Renda média das 101 agriculturas entre os meses de setembro/2020 a agosto/2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

Quanto à diversidade de produtos e serviços realizados pelas agricultoras, foram identificadas 357 variedades de produtos e serviços, distribuídos nas seguintes categorias: alimentos de origem animal, origem vegetal, plantas e preparo medicinais, alimentos de origem mista, mudas, sementes, serviços, artesanatos e trabalhos manuais.

Figura 24: Diversidade de produtos por grupo produzidos entre setembro/2020 a agosto/2021 pelas 101 agricultoras.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

A partir dos dados sistematizados nas cadernetas é possível identificar uma diversidade de produtos alimentícios, com maior percentual os produtos de origem vegetal com 46,21%, em segundo lugar, com 18,20% está a categoria de plantas e preparo medicinais e em terceiro lugar alimentos de origem animal com 14,28%, como pode ser observado na figura 24.

A diversidade de produtos alimentícios identificada nos dados sistematizados nas cadernetas é um indicativo positivo das práticas agroecológicas e da produção diversificada das agricultoras. A variedade de alimentos cultivados e produzidos pelas agricultoras contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Essa diversidade de produtos alimentícios é um sinal positivo do manejo agroecológico e da valorização dos sistemas agrícolas diversificados. A agroecologia incentiva a adoção de práticas sustentáveis que promovem a integração da agricultura com o meio ambiente e valorizam os saberes tradicionais das comunidades rurais. “A diversidade é, portanto, um critério de organização econômica operado pelas agricultoras agroecológicas. A agroecologia destaca a produção diversa como critério de resiliência dos agroecossistemas”. (Nobre, 2021, p.43).

O Quadro 12 reflete a biodiversidade trabalhada pelas mulheres, principalmente nos quintais e roçados. Assim pode-se observar uma diversidade de produtos e alimentos que são produzidos ou beneficiados pelas mulheres que são essenciais no processo de geração de renda e para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias, são alimentos saudáveis, produzidos de forma agroecológica, além do consumo da família, esses alimentos/produtos são trocados, doados e comercializados na própria comunidade, na feira, algumas mulheres também colocam seus produtos nos mercados institucionais.

Quadro 12: Diversidade de produtos agroecológicos geridos pelas mulheres

Espécies/Produtos	Classificação
Abacate, abacaxi, acerola, água de coco, amora, atemóia, buriti, caju, caqui, carambola, coco, coco verde, goiaba, graviola, jaboticaba, laranja, lima, limão, limão taiti, mamão, mamão papaya, manga, maracujá amarelo, maracujá do mato, melancia, melão, melão caxi, meloa, mexerica, pinha, pitaiá, pitanga, romã, seriguela, tamarindo, tangerina, umbu, umbu cajá, Banana, banana da prata, banana d'água, banana maçã	Frutas
Bode, boi, buchada, buchada de bode, cabra, cabrito, carne, carne bovina, carne de bode, carne de carneiro, carne de ovelha, carne de porco, carne de sol, carneiro, coalhada, fígado, fígado de bode, fígado de carneiro, fígado de porco, frango, galinha caipira, galinha capoeira, galinha d'angola, galo, gordura de porco, guiné, leite, leite de cabra, mel, mocotó, mocotó de bode, ovelha, pato, peixe, pele de bode, pele de criação, peru, pinto, porco, toucinho, Ovo, ovo de galinha d'angola.	Origem animal
Berinjela, cebola, cebola mulatinha, cebolão, cebolinha, chuchu, coentro, folha de cebola, jiló, maxixe, pepino, pepino doce, pimentão, tomate, Tomate cereja, tomatinho, Beterraba, cenoura, quiabo, rabanete, verduras, Alface, cheiro verde, couve, couve flor, couve manteiga, espinafre, repolho, rúcula, salsa, salsinha, sálvia, açafraão, abóbora, abóbora jerimum, abóbora jeruá, abobrinha, Alho, alho poró	Hortaliças / verduras
Agrião, alecrim, alecrim do mato, alevante, almeirão, anador, arruda, babosa, batata de purga, boa noite, boldo, brilhantina, camará, canapu, capim santo, casca de laranja, endro, erva cidreira, erva doce, flor de mamão, folha de alho, folha de amora, folha de hibisco, folha de laranja, folha de moringa, folha de pitanga, folha pra chá, folha santa, gengibre, hibisco, hortelã, hortelã graúdo, hortelã miúdo, lambedor, malvão, manjeriço, mastruz, menta, meracilina, milindro, moringa, noni, penicilina, plantas medicinais, quebra pedra, quitoco, tanchagem, umburana, vick, xarope	Medicinal
Cocada, compota, dindim, esfirra, geladinho, geladinho de coco, geladinho de goiaba, geladinho de manga, geladinho de umbu, geléia de umbu, licor, manteiga, nata de leite, paçoca, paçoca de gergelim, pão, pão caseiro, pão de queijo, pastel, peta, pizza, rapadura, salgados, sorvete, torta salgada, trufa, umbuzada, Polpa de acerola, polpa de caju, polpa de goiaba, polpa de graviola, polpa de manga, polpa de maracujá do mato, polpa de pepino, polpa de umbu, polpa de umbu cajá, queijo, queijo coalho, queijo de leite de cabra, requeijão, suco de acerola, suco de limão, suco de maracujá do mato, suco de tamarindo, suco de umbu, doce, doce de banana, doce de leite, doce de mamão, doce de umbu, corante, tempero caseiro, tempero de coentro, bolo, bolo confeitado, bolo de leite, bolo de macaxeira, bolo de milho, bolo de trigo, bolo no pote, beiju biscoito, biscoito de polvilho, farinha, farinha de borra, farinha de tapioca macaxeira, , puba, sequilho, tapioca, tapioca fresca, molho de pimenta, cuscuz, flocão, fubá, pamonha, pançudo de milho, azeite de mamona	Beneficiados
Batata, batata doce, amendoim, castanha, castanha de caju, aipim, mandioca, maniva.	Raízes/Tubérculos
Feijão, feijão de arranca, feijão de corda, feijão do ano, feijão do roçado, feijão fava, feijão guandu, feijão seco, feijão verde, semente de alface, semente de alfavaca, semente de coentro, milho, espiga de milho, mudas (alface, alho, arruda, beterraba, couve, folha santa, juazeiro, maracujá do mato, pimenta, muda de planta ornamental, pornunça)	Grãos/Sementes/ Mudas

Pimenta (biquinho, de cheiro, dedo de moça, malagueta, olho de peixe, pimentinha, biquinho, chapeuzinho)	Pimentas
Capim, esterco, gergelim, junco, leucena (forragem), palma, ração, silagem, caxixe, folha de beterraba, folha de cenoura, fruta de palma, licuri, óleo de licuri, cana, cana de açúcar	Outros alimentos/ produtos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

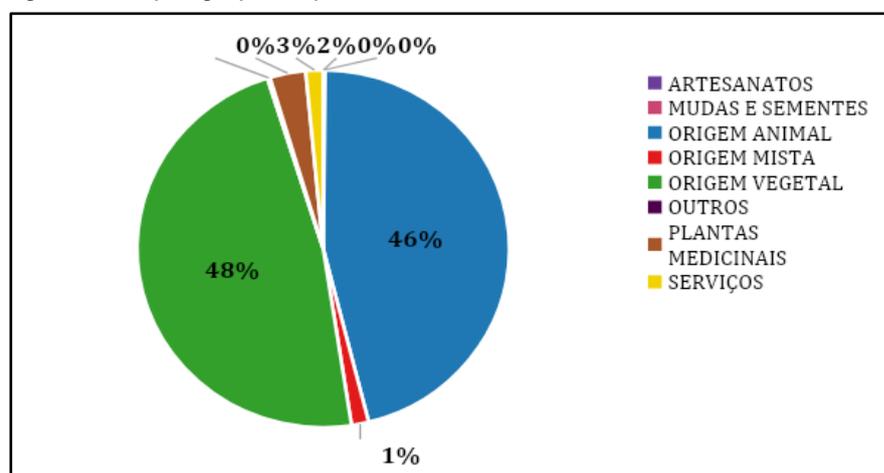
Além da produção descrita no quadro 12, as mulheres também complementam sua renda com a produção de artesanato, como a confecção de crochê, máscara, adesivos de unha, sabão, costura, e outros serviços (escovar o cabelo, fazer unha, lavar roupa, pranchar o cabelo, serviço em casa de farinha, varrer terreiro). Isso se confirma na análise feita por Lopes Neto et al., (2015, p.02), que reconhece que “as mulheres estão presentes em todas as atividades produtivas e não produtivas, agrícolas ou não-agrícolas. Isto é, há um amplo leque de contribuições feitas pelas mulheres que simplesmente não são reconhecidas como trabalho”.

Essa diversidade de alimentos produzidos e/ou preparados garante que 44,1% de sua produção seja consumida pela família, parte dessa produção também foi doada ou trocada. Assim, as mulheres contribuem para que as famílias adquiram menos produtos no mercado convencional, que regra geral são produzidos com uso intensivo de adubo químico e agrotóxico. Lopes Neto et al. (2015a) também destaca a produção para o autoconsumo, onde grande parte da alimentação das famílias provém dos quintais, deixando-se de comprar fora gêneros alimentícios. Os dados também revelam uma renda que antes estava invisibilizada, como demonstra a figura 25

Renda não monetária é definida como “todo tipo de renda que contribui de alguma forma com a qualidade de vida da família, com o aumento do valor do capital da unidade de produção ou ainda relacionada ao oferecimento de funções gratuitas à sociedade” (Simioni, 2013, p. 406). Isso se traduz na lógica da Caderneta Agroecológica que compreende que a renda não-monetária é a renda dos produtos de autoconsumo, doação e troca (Cardoso, 2022). Assim, a renda não monetária foi obtida principalmente com produtos de origem vegetal com 48% e de origem animal

com 46%. Os produtos de origem vegetal e animal e vegetal têm maior participação com 94% da renda não monetária das famílias, como pode ser vista na Figura 25.

Figura 25: Renda não-monetária (consumo, doação e troca) das agricultoras por grupo de produtos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas.

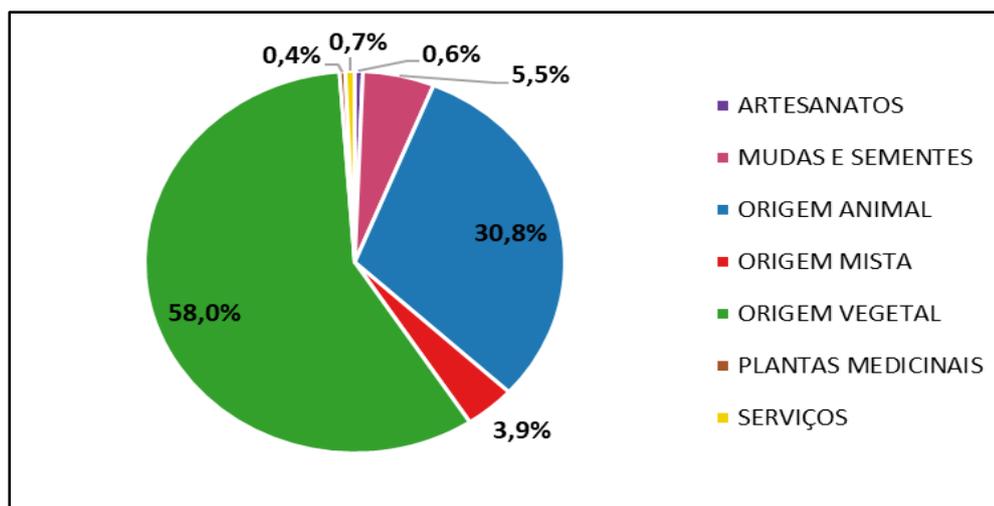
A metodologia da Caderneta Agroecológica e o método Lume tem sido um instrumento importante para dar visibilidade à contribuição econômica das mulheres agricultoras, principalmente no que se refere às relações econômicas que não geram recursos monetários. “Os quintais produtivos, por exemplo, são vistos como extensão do espaço doméstico e não são percebidos enquanto espaços produtivos, já que não geram riquezas, como afirma a economia clássica”. (Lopes Neto *et.al*, 2015b. p. 02).

Assim, os autores complementam que essa lógica visa invisibilizar o trabalho realizado pelas mulheres no território privado. Apesar de sua relevância para a segurança alimentar das famílias, a produção nos quintais muitas vezes não é reconhecida e valorizada pela sociedade em geral e pelas estruturas patriarcais. Essa invisibilidade da produção nos quintais está relacionada ao não reconhecimento do trabalho realizado no território privado, que historicamente foi atribuído como "dever" das mulheres

Segundo Simioni, (2013), a renda monetária tem origem nas atividades agrícolas ou não agrícolas. Na metodologia da Caderneta Agroecológica a renda monetária é obtida com a venda da produção. A partir dos dados levantados nas

cadernetas foi possível identificar que 88% da renda monetária se deu partir do grupo de alimentos de origem vegetal com 58%, e 30% com grupo de alimentos de origem animal (figura 25).

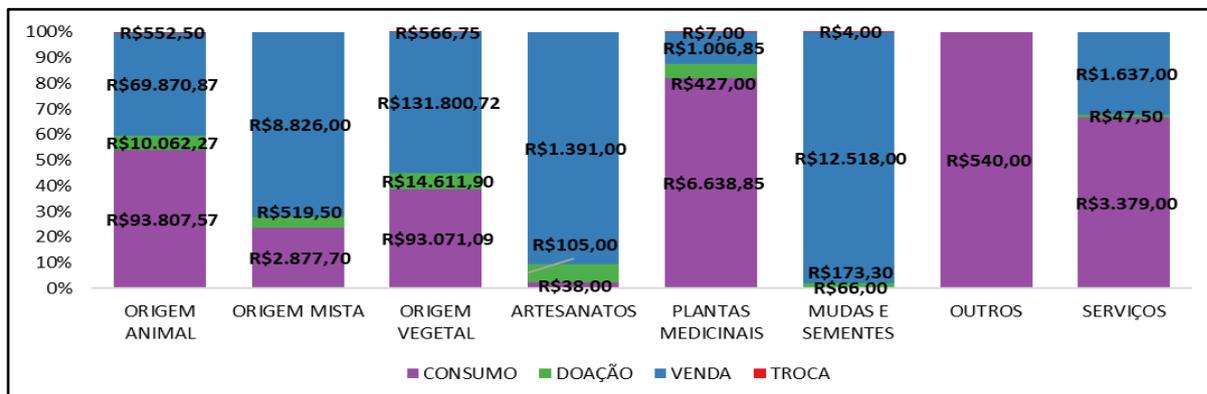
Figura 26: Renda monetária (venda) das 101 agricultoras por grupo de produtos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas

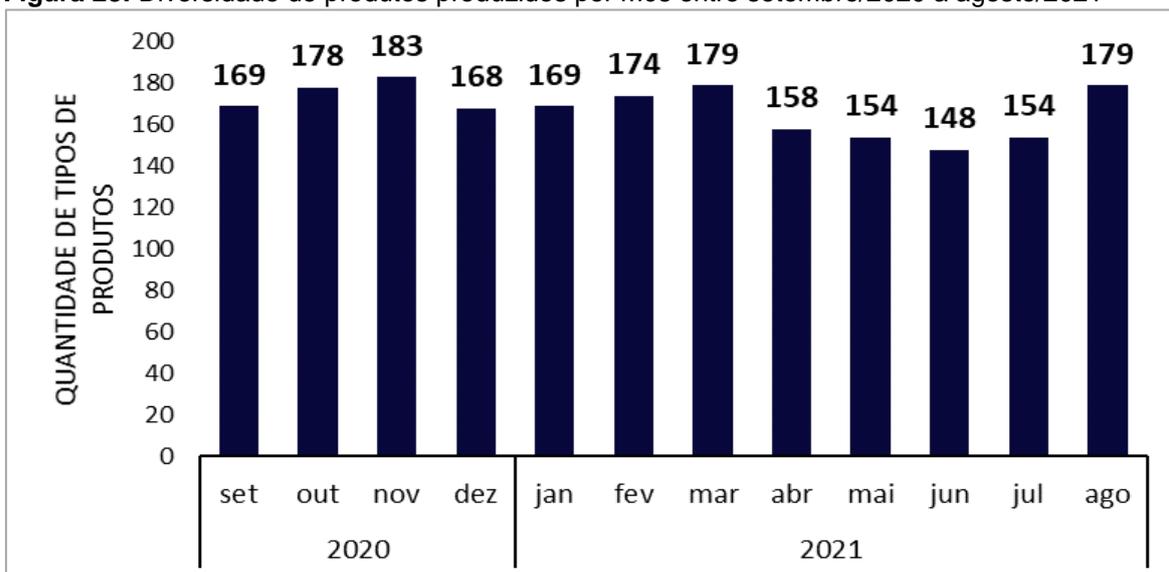
Como pode ser observado na figura 27, quase 94% de produtos de origem animal são destinados para a venda (40,09%) e para autoconsumo da família (53,82%). Os produtos de origem mista, vegetal, mudas e sementes são destinados principalmente para a venda. Artesanato, mudas e sementes quase na sua totalidade são comercializados, já as plantas medicinais têm uma maior participação no autoconsumo da família.

Figura 27: Participação das relações econômicas (consumo, venda, doação e troca) na renda por grupos de produtos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas

Dos 351 diferentes produtos alimentícios registrados ao longo de todo período das anotações das cadernetas, a maior diversidade aconteceu no mês de novembro/2020, com 183 produtos (figura 28). Isso demonstra a riqueza e variedade de alimentos que foram produzidos e consumidos nesse período específico. Essa diversidade alimentar é extremamente importante para a segurança alimentar e nutricional das famílias. “A diversidade dos alimentos é um dos princípios fundantes da segurança alimentar e nutricional, o que tem muito a ver com os modos de produção da maior parte das famílias do Semiárido nordestino” (Alvarenga et al., 2022, p.61).

Figura 28: Diversidade de produtos produzidos por mês entre setembro/2020 a agosto/2021

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados com as Cadernetas Agroecológicas

3.6.5 A importância da Caderneta para visibilizar o papel das mulheres agricultoras na construção da Agroecologia

A caderneta agroecológica é um instrumento feminista que tem contribuído de forma significativa para dar visibilidade a produção e o trabalho realizado pelas mulheres, como bem expressa Jalil (2019): “é um instrumento político e pedagógico que visa dar visibilidade aos trabalhos das agricultoras, valorizando monetária e não monetariamente. A sua metodologia se fundamenta nas contribuições da economia feminista que se propõe a fazer um olhar contra hegemônico sobre a economia, como nos alerta Rodica Weitzman, et al. (2020, p. 27):

Para um olhar contra-hegemônico sobre a economia, que permita dar visibilidade ao conjunto de atividades protagonizadas pelas mulheres na sociedade, dialogamos com as reflexões propostas pelas economistas feministas. Estas afirmam que a noção de economia deve incorporar todas as atividades necessárias para a sustentabilidade da vida humana.

Assim a caderneta tem contribuído na afirmação do papel das mulheres camponesas na construção da Agroecologia. As informações coletadas contribuem

para dar visibilidade ao trabalho que as mulheres realizam que vai além da atividade reprodutiva, como bem expressa Lopes Neto (2015b, p. 43), quando afirma que a caderneta “confere visibilidade ao aporte econômico gerado pelas mulheres, reconhecendo o trabalho não remunerado como parte de um mecanismo de submissão e exploração que marca as relações patriarcais”. E ainda o destaque de Telles (2021, p. 77):

A Caderneta Agroecológica, pode-se dizer, é a materialização da convergência entre a reflexão teórica e a prática política feminista, resultando em um instrumento simples, que possibilita o reconhecimento da participação das mulheres nas diferentes esferas produtivas, mercantis e não mercantis, e evidencia a contribuição econômica, até então invisibilizada, das agricultoras agroecológicas para a economia.

Segundo Liliam Telles, et al. (2018), a caderneta além de ser um instrumento de pesquisa que possibilita o registro de informações sobre o trabalho realizado pelas agricultoras, ela também é um instrumento de empoderamento político na medida que possibilita as próprias agricultoras sistematizar os dados que são registrados neste instrumento. Assim, as equipes técnicas de ATER tiveram um papel importante, de junto com essas mulheres analisar sua contribuição para a economia e a reprodução da vida.

O uso das Cadernetas Agroecológicas estimula um processo de empoderamento e autonomia nas mulheres, pois elas passam a ser valorizadas como detentoras de conhecimentos e experiências relevantes. Elas ganham visibilidade e reconhecimento por sua contribuição para a agroecologia.

Ao mesmo tempo, a aplicação das Cadernetas Agroecológicas também desafia a equipe técnica a ressignificar suas práticas pedagógicas e metodológicas. A metodologia das Cadernetas Agroecológicas incentiva uma abordagem participativa e horizontal, na qual as agricultoras são protagonistas de seu próprio conhecimento. Isso implica em uma mudança de perspectiva, em que a equipe técnica deixa de ser a detentora do conhecimento para se tornar uma facilitadora, apoiando e aprendendo com as agricultoras. Como bem expressa o depoimento de Dulce Naira:

A metodologia das Cadernetas Agroecológicas apontou para se consolidar o trabalho da equipe técnica junto a grupos de mulheres que assessoramos, refletindo e debatendo temáticas específicas para as mulheres, e ainda contabilizando suas rendas monetárias e não monetárias trazendo à tona os seus protagonismos. Através das formações para a implementação e monitoramento de todo o processo, a equipe técnica ganhou muito, pois foi um processo riquíssimo de sensibilização, sendo possível colocar em prática o feminismo e agroecologia de forma coletiva entre agricultoras e equipe técnica, valendo ainda destacar a existência de uma assessoria de mulheres técnicas para as mulheres agricultoras, isso fez toda a diferença quanto a confiança das agricultoras a participarem e exporem seus sentimentos e falas nos espaços das atividades. Muitas agricultoras relataram que passaram a sentir prazer em anotar, porque sabiam o quanto estavam consumindo, vendendo, doando ou trocando de suas produções, algumas anotavam tanto que chegaram a anotar em um total de sete cadernetas ao longo do processo de tabulação dos dados em um ano. (Dulce Naiara Carvalho Ferreira/Engenheira Agrônoma, colaboradora do Sajuc).

Para Jalil (2019), as reflexões a partir dos dados sistematizados, realizadas de forma conjunta com as agricultoras, possibilitam a reflexão do trabalho que essas mulheres desenvolvem, mostrando as relações de poder existentes dentro da unidade familiar. Assim, a partir do registro cotidiano é possível dar visibilidade à “produção do miúdo para a economia, mas também para o autoconsumo, e sobretudo para o fortalecimento dos laços de sociabilidade nas comunidades e nos territórios através das práticas de doação e troca, e o fortalecimento da cultura local e da identidade destes povos”. (Jalil, 2019, p. 122).

Ao sistematizar os resultados das cadernetas agroecológicas no TSSF, no período de um ano, corroboro com a análise feita por Jalil, et al., (2021, p.23): “as Cadernetas têm contribuído para revelar que as mulheres produzem de forma resiliente, saudável e com respeito à vida, sendo significativamente menos dependentes de recursos externos e construindo sistemas muito mais sustentáveis que os sistemas convencionais”.

3.7 CONTRIBUIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DA REDE DE MULHERES PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E AUTONOMIA FEMININA

Os dados das cadernetas agroecológicas e do método Lume, confirmam que as mulheres comercializam sua produção nas próprias casas, ou na comunidade,

principalmente nas feiras dos municípios e nas feiras agroecológicas que acontecem de forma periódica em Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro. Essa ação tem contribuído para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, pois as feiras agroecológicas têm tido um papel importante na promoção da agricultura familiar e da agroecologia, na medida que contribuem para a valorização dos conhecimentos tradicionais das mulheres, promoção de práticas sustentáveis de produção de alimentos que colaboram para a preservação da biodiversidade local.

Figura 29: 3ª edição da Feira Agroecológica da Mulher e Economia Solidária no Território Sertão do São Francisco, promovida pela Rede Mulher



Fonte: arquivo do Sasop (2023)

As Feiras Agroecológicas têm se mostrado como espaços importantes para dar visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras. Este tem sido um espaço onde

as mulheres mostram parte do seu trabalho no processo de produção de alimentos e do seu papel na diversificação da produção, preservação das sementes crioulas e no cuidado da biodiversidade local.

As feiras também têm sido um espaço de troca de experiências entre as agricultoras e consumidores, de divulgação da agroecologia, sobre a importância de consumir alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável pela agricultura familiar. Desta forma, as feiras agroecológicas têm demonstrado impactos positivos na vida das mulheres, contribuindo na autonomia econômica das mulheres, promovendo sua participação ativa na comercialização de seus produtos, gerando renda própria e na valorização do trabalho das agricultoras.

Mudanças significativas aconteceram nas últimas décadas na região Semiárida, especialmente em relação a implementação de políticas públicas, a partir do processo de articulação da sociedade civil, um conjunto de programas e políticas passaram ser construídas na perspectiva da Convivência com o Semiárido que impactaram de forma positiva a vida das mulheres:

Uma série de políticas públicas federais incidiram no semiárido baiano desde o início dos anos 2000. Várias foram implantadas nas comunidades em parceria com ONGs, algumas delas atuando na região desde finais dos anos 1980. Em estreita parceria com as organizações de base, essas ONGs foram responsáveis pela implementação de políticas federais como o P1MC, o P1+2, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Plano Brasil Sem Miséria (Petersen et al., 2022, p. 20).

Assim, a pesquisa identificou um conjunto de políticas públicas e programas que as mulheres acessaram que foram fundamentais para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido. As políticas públicas voltadas para o acesso à água, como o Programa Água para Todos, programas executados pela ASA: Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), voltada para o armazenamento de água de chuva para o consumo humano; Programa Uma Terra e Duas (P1+2), programa voltado para a construção de tecnologias sociais, visando o armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos e dessedentação animal.

Essas ações têm sido fundamentais para melhorar as condições de vida das mulheres agricultoras na região semiárida. O acesso à água para consumo

humano e para apoiar o desenvolvimento das atividades produtivas das mulheres, tem permitido às mulheres maior autonomia na gestão dos recursos hídricos, possibilitando a produção e a diversificação de alimentos e a criação de animais, bem como a redução da carga de trabalho relacionada à busca de água, o que colabora para a superação das desigualdades de gênero e o fortalecimento das experiências de Convivência com o Semiárido.

Há por parte das mulheres o reconhecimento da política de apoio à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É importante destacar que as ações de ATER impactam de forma positiva as ações da rede, pois as equipes de ATER têm contribuído e incentivando o processo de organização social e política das mulheres. Essas políticas têm possibilitado o acesso das mulheres às tecnologias e inovações adequadas à realidade do Semiárido, contribuindo com o fortalecimento das experiências de transição agroecológica, a ampliação dos conhecimentos e das práticas agroecológicas, colaborando na melhoria da produção e na diversificação produtiva, isso tem permitido às mulheres maior autonomia econômica, possibilitando a diversificação produtiva, o aumento da renda.

É perceptível a importância das políticas sociais, com destaque os programas de transferência de renda, programas executados pelo Estado brasileiro com a finalidade de ampliar e efetivar a proteção social, visando o enfrentamento da pobreza, a promoção de igualdade de oportunidade e a garantia de direitos sociais das famílias mais necessitadas. O Bolsa Família foi o programa mais citado pelas mulheres. O programa transfere renda com a finalidade de atender às necessidades das famílias que se encontram no âmbito da prioridade do combate à fome e a pobreza, assim o Bolsa Família contribuiu para garantir uma renda básica para as mulheres.

Mesmo sendo modesto o impacto do Programa para combater a pobreza extrema, o mesmo teve um significado importante na vida das mulheres, por permitir uma renda monetária, que contribuiu para melhorar a segurança alimentar e nutricional, a promoção da cidadania, colaborando em muitas situações para romper processo de opressão vivenciadas pelas agricultoras familiares.

Entre as políticas públicas de ATER, implementada nos últimos anos, o Projeto Pró Semiárido teve um papel significativo, contribuindo no processo de organização socioprodutiva da Rede Mulher no Território do Sertão do São Francisco (TSSF), uma vez que o projeto tem como um de seus objetivos, contribuir para a equidade de gênero e geração priorizando a participação dos/as jovens e mulheres nos processos locais de desenvolvimento:

O Projeto Pró-Semiárido - Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia - é uma das mais significativas iniciativas inovadoras em curso, tendo, em 2019, merecido prêmio de distinção entre os mais de duzentos projetos financiados pelo FIDA em 98 países. Executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do governo da Bahia, em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), o Projeto Pró-Semiárido revela seu caráter inovador já na formalização de seu objetivo: “contribuir para a redução da pobreza rural de forma duradoura, por meio do desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias e o desenvolvimento do capital humano e social” (Petersen et al.,2022, p. 6-7)

Ao adotar uma abordagem holística e multidimensional, o Projeto Pró-Semiárido reconhece que a superação da pobreza requer soluções abrangentes que considerem as diversas dimensões da vida das pessoas e famílias rurais. A combinação de estratégias que fortalecem a economia agrícola e promovem oportunidades não agrícolas, juntamente com o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, é fundamental para alcançar uma redução significativa e duradoura da pobreza na região semiárida da Bahia.

De acordo com Petersen et al., (2022), o projeto Pró-Semiárido está estruturado em três componentes principais, que abrangem diferentes aspectos do desenvolvimento rural sustentável na região semiárida da Bahia: 1) Desenvolvimento Produtivo, Acesso aos Mercados e Sustentabilidade Ambiental; 2) Desenvolvimento de Capital Humano e Social, nesse componente, o projeto enfatiza o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas das famílias; 3) Gestão, Monitoramento, Avaliação e Gestão do Conhecimento. Para implementar suas ações, o Projeto Pró-Semiárido utiliza duas ferramentas principais: Assessoria técnica e o financiamento de investimentos produtivos e ambientais.

Além disso, o Projeto Pró-Semiárido atua no sentido de facilitar o acesso dos beneficiários a outras políticas públicas. Isso significa que o projeto busca articular-se com outras iniciativas e programas governamentais, de forma a potencializar os benefícios para as famílias rurais, possibilitando o acesso a recursos e serviços oferecidos por outras políticas e programas governamentais.

É importante destacar que o Projeto Pró-Semiárido adotou uma abordagem de gênero e geracional transversal em suas estratégias, ações, metas e resultados, desenvolvendo ações afirmativas para a equidade de gênero e o protagonismo das mulheres. O Pró-Semiárido adotou dois eixos: I) transversalidade do enfoque de gênero em todas as ações do projeto, com as interfaces com raça/etnia e geração; e II) ações específicas com enfoque de gênero (Petersen, et al., 2022).

Com relação ao eixo transversalidade do enfoque de gênero, foram realizadas ações de formação, para promover a sensibilização e a conscientização sobre as questões de gênero entre todos os envolvidos no projeto, incluindo equipes técnicas, lideranças comunitárias e beneficiários/as, além de incentivar a participação sociopolítica e a organização econômica das mulheres para fortalecer o protagonismo feminino no projeto. Foram definidas estratégias para viabilizar a participação das mulheres nas formações coletivas, como a formação de cirandeiros nas comunidades para desenvolver ações educativas com as crianças.

Assim, as Cirandas das Crianças “constituíram-se como um espaço de formação das crianças, e não apenas de cuidado, onde foram tratados diferentes temas relacionados à convivência com o semiárido, à agroecologia e às relações sociais de gênero, geração e étnico raciais”. (Petersen, et al., 2022, p. 64).

O incentivo à participação sociopolítica das mulheres se deu através da articulação dos diversos componentes do Projeto, as mulheres foram estimuladas a participar das organizações locais e da comissão de controle social do projeto. E para incidir sobre a autonomia econômica das mulheres foram organizados grupos de interesse em atividades econômicas específicas. As mulheres também são apoiadas pela inserção de seus produtos nos mercados locais, como as feiras, vendas na comunidade e na Central da Caatinga.

Com relação às ações específicas com enfoque de gênero, destaca a implementação de cotas para a contratação de mulheres nas equipes técnicas, outra ação importante foi a adoção das Cadernetas Agroecológicas, assim como a realização de encontros de mulheres, de homens e encontros mistos. Esses encontros são uma iniciativa valiosa para promover a reflexão e o diálogo sobre as relações de gênero na família e na comunidade. Esses espaços de discussão permitem a abordagem de questões de desigualdade e discriminação de gênero, além de incentivar a construção de novas perspectivas e práticas mais igualitárias

Corroboro com a análise feita por Petersen, et al., (2022), que as cadernetas Agroecológicas vão além da simples lógica de monitorar a produção agrícola. Elas se constituem como uma ferramenta poderosa para o acompanhamento na perspectiva agroecológica e feminista, valorizando o protagonismo das mulheres agricultoras e fortalecendo sua atuação como sujeitos de direitos.

3.8 DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

É importante destacar a desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, no período da realização do referido estudo, fruto da austeridade fiscal dos governos que ascenderam após o golpe parlamentar de 2016. Esse foi o período marcado pela redução e extinção de programas governamentais, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como os programas de acesso à água, sementes, assistência técnica e extensão rural, crédito rural, acesso aos mercados e as compras governamentais etc., principalmente para as famílias que vivem na região semiárida, assim o não reconhecimento da agricultura familiar com uma categoria produtiva acarretou na elevação da vulnerabilidade social, no aumento da pobreza e na volta da fome.

O impacto da desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar não foi pior no TSSF, porque o governo do Estado conseguiu desenvolver programas de inclusão produtiva e de segurança alimentar e nutricional, garantido a execução de projetos de ATER para os agricultores familiares e para os

empreendimentos de economia solidária, a exemplo do Bahia Produtiva e do Projeto Pró Semiárido. O apoio contínuo das políticas públicas, tem sido fundamental para fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável:

Com o desmonte institucional verificado a partir de 2016, houve uma redução expressiva nos orçamentos das políticas federais para o desenvolvimento rural focadas na agricultura familiar. Por outro lado, foi dada continuidade a investimentos públicos bastante expressivos nos territórios do semiárido baiano com as políticas e programas do governo do estado, como as políticas estaduais de ATER e de desenvolvimento territorial, e o Projeto Pró-Semiárido (Petersen et al., 2022, p. 20).

Mesmo com todos os desafios, diversas falas das agricultoras familiares demonstram que as políticas públicas foram fundamentais para melhorar as condições de vida das mulheres e de suas famílias. A partir das análises realizadas neste estudo é possível constatar impactos positivos de políticas públicas que foram executadas dentro de uma perspectiva da Convivência com o Semiárido que contribuíram na disseminação e consolidação de experiências de transição agroecológica e no processo de organização em rede das mulheres no Sertão do Francisco.

Assim reafirmo a tese colocada no início desse trabalho que a Rede mulher tem se constituído em um espaço de mobilização e organização das mulheres agricultoras, fortalecendo as experiências de transição agroecológica, desempenhando um papel na promoção de práticas sustentáveis que colaboram na melhoria da segurança alimentar e nutricional. Além disso, a participação política das mulheres vem sendo ampliada, resignificando e promovendo uma representatividade e voz das mulheres nos espaços privados e públicos.

Os avanços e as conquistas são significativos, mas as mudanças ainda não dão conta de garantir a igualdade de gênero, mesmo com a ampliação da participação das mulheres no desenvolvimento das ações socioprodutivas, já que a pesquisa constatou que não houve mudança no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico e de cuidados.

Alcançar o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que trata de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, ainda é um grande desafio, o alcance deste objetivo aponta para a necessidade de

articulação de diversas ações políticas sociais sob o olhar de gênero, elas não podem ser elaboradas de forma isoladas. As desigualdades de gênero vêm sempre associadas a outras discriminações, como raça e classe, assim a transversalidade de gênero precisa estar presente no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, compreendendo ainda a necessidade de que todos os programas e ações tenham o viés de equidade de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação em rede das mulheres no TSSF, desde a década de noventa, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, tem sido fundamental para promover mudanças significativas em suas realidades e alcançar transformações sociais. Assim a rede se apresenta como um espaço de resistência onde podem compartilhar experiências, trocar conhecimentos e fortalecer sua capacidade de enfrentamento diante das desigualdades e opressões.

Um dos principais avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas foi a ampliação do olhar sobre sua participação social. As mulheres passaram a ocupar espaços de articulação e incidência política, dando visibilidade às suas demandas nos espaços de formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às demandas das mulheres. Mesmo com todos os limites, percebe-se avanços na conquista de direitos e na superação das desigualdades de gênero.

Além disso, a participação nas redes proporciona um ambiente propício para a troca de saberes entre as mulheres. Elas compartilham suas experiências, aprendem umas com as outras e se fortalecem mutuamente, o que tem fortalecido o processo de empoderamento das mulheres, já que elas se reconhecem como agentes de transformação e adquirem confiança para enfrentar os desafios e superar as barreiras que ainda existem em suas vidas.

A pesquisa demonstrou que a trajetória de luta e organização da Rede Mulher é marcada por avanços e desafios. Anualmente é feita uma assembleia e definido o tema principal a ser trabalhado. Nos dez municípios do TSSF há um grupo de mulheres que se articulam e se identificam enquanto Rede, mas é importante reconhecer que as redes municipais possuem dinâmicas próprias na organização das mulheres. Além da assembleia, durante o ano a Rede realiza reuniões com a coordenação que é formada com a representação de uma mulher por município. Estas reuniões visam planejar e avaliar o desenvolvimento das ações, esse também tem sido um espaço de formação.

No desenvolvimento dessas ações, a Rede mulher, ao longo dos anos, vem articulando parcerias com outras organizações e movimentos sociais, potencializando parceria em prol dos direitos das mulheres agricultoras na região do Sertão do São Francisco, assim tem contato com o apoio das entidades de ATER. Através dessas parcerias, a Rede promove a troca de experiências, a cooperação e a construção de agendas comuns, ampliando assim sua capacidade de atuação e incidência política.

Com a finalidade de promover a autonomia e a superação da desigualdade de poder em que as mulheres se encontram, a Rede investiu no processo de formação. Outra estratégia adotada foi o apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas protagonizadas pelas mulheres, promovendo intercâmbio e articulação política voltadas para ampliar e fortalecer experiências socioprodutivas, uma vez que a Rede compreende que a autonomia econômica é essencial no processo de empoderamento das mulheres.

As rodas de conversas, as entrevistas, as informações levantadas pelas Cadernetas Agroecológicas e os dados levantados pelo método Lume, confirmam que há uma diversidade de experiências de transição agroecológica que vêm sendo protagonizadas pelas mulheres no TSSF.

Pode-se observar que as mulheres sempre estiveram envolvidas nos processos de experimentação em seus agroecossistemas, mas de forma geral as ações desenvolvidas por essas mulheres sempre foram invisibilizadas e excluídas das instâncias de poder. As informações levantadas durante o desenvolvimento da pesquisa foram fundamentais para identificar a participação feminina nas experiências de transição agroecológica.

Assim, o trabalho da Rede tem contribuído para promover e fortalecer a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional das mulheres e de suas famílias. Suas ações colaboram no processo de construção do conhecimento agroecológico a partir das experiências, dessa forma, ampliam o debate, reflexão e a partilha dos conhecimentos entre os diferentes saberes que se dão com envolvimento das famílias de agricultores e com as equipes técnicas de ATER, onde os atores envolvidos partilham informações, experiências e lições aprendidas.

A organização das mulheres em uma Rede tem contribuído para o fortalecimento das experiências de transição agroecológica no Sertão do São Francisco, promovendo práticas sustentáveis de produção de alimentos e valorizando o conhecimento tradicional das mulheres agricultoras. Além disso, a Rede também tem apoiado o beneficiamento da produção, o acesso a mercados, possibilitando a comercialização e geração de renda para as mulheres e suas famílias. A Rede vem adotando algumas estratégias com a finalidade de promover a comercialização dos produtos das agricultoras.

A partir das ações realizadas ao longo da pesquisa, somada ao processo de análise das informações com as mulheres juntamente com outras assessoras técnicas, foi possível identificar algumas questões que precisam ser aprofundadas pela Rede Mulher, assim apontamos algumas recomendações que podem contribuir para fortalecer o trabalho da Rede.

É preciso aprofundar a reflexão sobre a necessidade de institucionalização da Rede de Mulheres, pois não ter uma institucionalidade jurídica, limita a sua atuação. A institucionalização jurídica pode conferir à Rede uma maior representatividade e legitimidade perante a sociedade, outras organizações e órgãos governamentais. Uma entidade legalmente estabelecida tende a ser reconhecida o que pode facilitar o acesso a recursos, financiamento e parcerias, assim a Rede pode ter uma estrutura organizacional mais estável, com capacidade de planejar e implementar ações a longo prazo.

Uma das fragilidades da Rede está relacionada a dependência de outras organizações para apoiar o desenvolvimento de suas atividades, a parceria com essas organizações tem sido importante e elas precisam continuar, mas a Rede transformar-se em uma organização formal poderá ter uma maior capacidade de influenciar políticas públicas, promover mudanças sociais e ter voz ativa na defesa dos direitos das mulheres e questões de gênero. A Rede deve permanecer com a estratégia de fortalecer a articulação local e regional, estabelecer parcerias e colaborações com outras organizações e movimentos, a fim de fortalecer a sua atuação e potencializar os impactos das ações coletivas.

No desenvolvimento de suas ações também há necessidade de melhorar a comunicação, internamente com as Rede dos municípios, bem como com o público externo. Melhorar a comunicação é essencial para fortalecer sua atuação, utilizar websites, boletins informativos, aplicativos de mensagens. As redes sociais e outras tecnologias digitais são ferramentas que podem contribuir na auto-organização, facilitem a troca de informações, criando espaços que as mulheres possam compartilhar suas opiniões, ideias e as experiências sociotécnicas e que possam ampliar o alcance das ações da Rede de Mulheres.

A pesquisa pôde identificar uma diversidade de experiências de transição agroecológica que vem sendo protagonizadas pelas mulheres do TSSF. Essas mulheres desempenham um papel crucial na garantia da segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades, estando envolvidas em várias etapas do processo de produção e beneficiamento de alimentos. Além disso, as mulheres agricultoras do TSSF também estabelecem relações de reciprocidade com suas comunidades por meio de estratégias de troca e doação. Elas compartilham sua produção com outros membros da comunidade, promovendo a solidariedade e a cooperação. Essa prática contribui para o fortalecimento dos laços sociais e para a redução da vulnerabilidade alimentar em períodos de escassez ou dificuldades econômicas.

Os métodos adotados na pesquisa foram fundamentais no levantamento de informações relevantes, onde o foco de análise também se voltou sobre o acesso às políticas públicas, buscando identificar se existe equidade entre homens e mulheres no acesso, e em que medida as mulheres têm autonomia ou poder de decisão sobre o uso dos recursos.

Para fortalecer e ampliar as experiências de Convivência com Semiárido que vem sendo protagonizadas pelas mulheres que integram a Rede é fundamental o apoio das políticas públicas. É importante destacar que nas últimas décadas mudanças significativas aconteceram na região semiárida e as políticas públicas desempenham um papel crucial nesse processo. Ao longo dos últimos anos a Rede pôde contar com o apoio das equipes de ATER das organizações que atuam no

território, mas esse apoio não tem sido suficiente para alcançar todas as mulheres que integram a Rede.

Além disso, as mulheres também apontam para a necessidade de projetos que facilitem o acesso a recursos e capacitação necessários para a implementação de práticas de Convivência com o Semiárido. Isso inclui o acesso a terras, água, sementes, educação, crédito, tecnologias apropriadas e programas de capacitação em agroecologia, gestão de recursos naturais. O apoio nesses aspectos é fundamental para fortalecer as capacidades das mulheres e promover o desenvolvimento sustentável no Semiárido.

É essencial que o Estado brasileiro trabalhe para promover a igualdade de gênero, desenvolvendo programas e ações para combater as desigualdades e discriminação enfrentadas pelas mulheres. Isso envolve a implementação de medidas que promovam a divisão igualitária de responsabilidades domésticas e cuidados entre homens e mulheres.

As políticas públicas precisam reconhecer e valorizar o conhecimento, as práticas e as contribuições das mulheres. Isso pode ser feito por meio da inclusão de abordagens de gênero e da promoção de uma perspectiva feminista nas políticas e programas relacionados ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar. Essa valorização contribui para fortalecer a autoestima e o empoderamento das mulheres, além de garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam atendidas.

É urgente a adoção de políticas de combate à violência de gênero e a promoção da equidade nas relações familiares, assim as políticas devem incluir medidas de prevenção que visem conscientizar a sociedade sobre a importância do respeito, da igualdade e da não violência, desenvolvendo campanhas educativas, programas de sensibilização e atividades que promovam a igualdade de gênero desde a infância.

Além das medidas de prevenção é crucial que as políticas públicas garantam a proteção e a assistência adequada às vítimas de violência de gênero. Nos pequenos municípios e nas comunidades rurais, a disponibilidade de serviços que garantam a proteção e assistência adequada às vítimas de violência de gênero é limitada, desta forma é fundamental a criação de abrigos e serviços de acolhimento

para mulheres em situação de violência, a implementação de medidas de proteção legal, o acesso a serviços de saúde e apoio psicossocial, bem como o fortalecimento das redes de atendimento e denúncia.

Ainda há um longo caminho para se garantir uma sociedade com igualdade de direitos e a Rede de Mulheres do Território Sertão do São Francisco se soma nesta luta contra as desigualdades de gênero, por meio de suas ações que caminham na direção de combater todas as formas de violência e discriminação enfrentadas pelas mulheres, reconhecer e valorizar o trabalho doméstico, pela inclusão econômica, autonomia financeira, pela ampliação da participação política, pela garantia de direitos e cidadania ativa das mulheres.

Corroborando com Petersen, et al (2017), espero subsidiar a lutas das mulheres, contribuindo para descortinar caminhos e potencializar as experiências de transição agroecológicas. A partir de uma perspectiva feminista, espero contribuir para a conscientização e transformação das relações de poder e opressão que ainda permeiam a sociedade, fortalecendo a luta pela emancipação política e econômica das mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. *Desarrollo Rural – Organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p. 51-70.

AGUIAR, L. C., DELGROSSI, M. E. OLIVEIRA, L. G., ÁVILA, M. L. **As Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro**: uma revisão de literatura. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019

ACTIONAID BRASIL e GRUPO DE TRABALHO DA ANA (org.). **Mulheres e Agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**, volume I, Rio de Janeiro, 2010.

ALCANTARA, D.M e GERMANI, G.I. **Fundo de Pasto: Um conceito em Movimento**. In Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEG. Curitiba (PR). 2009. Anais da ANPEGE. CD-ROM.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2012.

ANGELOTTI, Francislene; SIGNOR, Diana; GIONGO, Vanderlise. Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro: **Experiências e Oportunidades para o Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Geografia Física v.08, número especial IV SMUD (2015) 484-495.

ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz. **O rapto do sertão**: captura do conceito pelo discurso regionalista nordestino. Revista Observatório Itaú cultural Nº 25 (maio/novembro 2019). São Paulo, p 25-42.

ALVARENGA, C., CARDOSO, E. M. JALIL, L. TELLES, L. e WEITZMAN, R. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. – [Salvador]: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

ALVARENGA, C; TELLES, L; FREITAS, A. F; CASTRO, N. L; BRAGA, C. **Refletindo sobre o protagonismo econômico das mulheres agricultoras**: uma perspectiva

substantiva. In Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AGUIAR, Maria Virginia, SILIPRANDI, Emma, PACHECO, Maria Emília. **Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

AGUIAR, Vilênia, Venâncio Porto. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016. 261-295.

ARRAIS, S. C. S; CAMBRAIA, R. P; PRAT, B. V. **Análise dos censos agropecuários brasileiros dos anos de 2006 e 2017 para identificação de características da população agrícola**. Revista Cerrados: www.periodicos.unimontes.br/cerradosMontes Claros - MG, v. 17, n. 2, p. 228-246, jul./dez.-2019.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA. **VII Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro**, Caderno do participante. 2009

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO ASA. Campanha pela Divisão justa do Trabalho Doméstico. Disponível: <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10340-campanha-pela-divisao-justa-do-trabalho-domestico-sera-lancada-em-campina-grande-nesta-quinta-21>. Acesso, 23/03/2023.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Mulheres e agroecologia**. Disponível: <https://agroecologia.org.br/2019/03/08/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-entao-nao-e-agroecologia/>. Acesso 30/06/2019.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios**: aprendizados do Programa Ecoforte / Claudia Job Schmitt ... [et al.]. 1. ed., Rio de Janeiro, 2020. Disponível: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Livro-Ecoforte-Web.pdf>. Acesso, 03/04/2022

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Programa Uma Terra e Duas Águas**. <http://www.asabrasil.org.br>; acesso 08/07/2019.

Articulación Feminista Marcosur (AFM)- **10 teses para abordar nos debates e nas políticas para uma Sociedade do Cuidado** – <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/component/edocman/10-teses-para-abordar-nos-debates-e-nas-politicas-para-uma-sociedade-do-cuidado/download>

ASSIS, Dayane N. Conceição. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 57 p.

BAIRROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 458-463.

BAHIA. SEPLAN – Secretaria de Planejamento / Política Territorial. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/>, acesso: 31 de mai de 2022.

BERDEGUÉ, Julio A.; FAVARETO, Arilson. **Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030** – Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, n. 32. Santiago de Chile. FAO. 2019, 18 p. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

BILGE, Sirma. (2009), “**Théorisations féministes de l’intersectionnalité**”. Diogène, 1 (225): 70-88.

BRASIL. **Feminicídio**. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

BRASIL, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A Questão da Água no Nordeste**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Agência Nacional de Águas. CGEE: Brasília, 2012

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

BUARQUE, Cristina. **Mulher Política, Lutas e conquistas**. Cadernos Feministas de Economia & Política 1. 2ª. Edição. 2004.

BUTTO, Andrea L. JALIL, Laeticia M. (orgs). **FEMINISMO E AGROECOLOGIA**. Dossiê Feminismo e Agroecologia. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, v. II, n. 15 (jul./dez. 2019). – Recife: EDUFRPE, 2019. 138 p.

CALLON, M. **Réseaux technico-économiques et irréversibilités**. In: BOYER, B., CHAVANCE, B., GODARD, O. (eds.). Les figures de l’irréversibilité en économie. Paris: EHESS, 1991, pp.195-232

CAMELO FILHO, J. V. **A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale**. *Revista Do Departamento De Geografia*, 17, 83-93. 2005. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47276/51012>. Acesso: 17/07/202

CARRASCO, Cristina (2006). “**La economía feminista: una apuesta por otra economía**”. In: VARA, Maria Jesús (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal. p. 29-62.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base nas experiências das mulheres. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2012.

CARDOSO, Elisabeth Maria e RODRIGUES, Vanessa Schottz. **Mulheres Construindo a Agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

CARDOSO, E.; NOBRE, M.; SILVA, N.; PIMENTA, S.; SCHOTTZ, V. **Sem feminismo não há agroecologia**. GT Mulheres da ANA. Brasil, maio de 2014. (Folheto)

Cardoso, E; Jalil, L. Telles, L.; Alvarenga, C.; Rodica, W. **Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: FIDA. 2019

CAPORAL, Francisco Roberto. **Aprendendo, Fazendo e Conhecendo**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.10, n.3. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/ DATER-IICA, 2004

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar para ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TOMMASINO, H; HEGEDUS, P. (Ed.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. UFSM / Universidad de La República, 2006.

CAR. Encontro da Rede Mulher de Campo Alegre de Lourdes pauta violência acolhimento de vítimas. 2021 Disponível: <http://www.car.ba.gov.br/noticias/encontro-da-rede-mulher-de-campo-alegre-de-lourdes-pauta-violencia-e-acolhimento-de>. Acesso, 14/02/2023

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n.49, p.117-132, 2003

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **Biografia, identidade e narrativa**: elementos para uma análise hermenêutica. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n.19. 2003.

COHEN, Jean. **Sociedade civil e globalização**: repensando categorias. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

CIRAD-SAR. Systemes agro-alimentaires localisés: organisations, innovations et développement local. Montpellier, França, 1996. 134/96.

COLLINS, P. H. **Intersectionality's Definitional Dilemas**. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, 2015, 41, 1-20.

CONTI, Luiz Schroeder, Edni Oscar (organizadores). **Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: SÉRIE COOPERAÇÃO BRASIL – ESPANHA**, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido, Programa Cisternas - BRA 007-B. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELGADO, G. **Rumo ao mundo de Francisco: economia, humanismo e ecologia em tempos de crise**. Brasília, AFIPEA-Sindical, 2021

DEPONTI Cidonea Machado; FREITAS Tanise Dias. **O rural, o urbano, a região e o território: reflexões teóricas para a compreensão do desenvolvimento regional e territorial**. In: PERAFÁN M. E. V; Sauer S. LEITE, A. Z. CANAVESI, Flaviane de C. e ÁVILA M. Lucio (org.). Desenvolvimento Territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022

DESCARRIES, Francine. **Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural**. In: SWAIN, T (Org.) Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília: UnB, v.8, n.1/2, p. 9-46, 2000.

FALS BORDA, Orlando. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). pesquisa participante, São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAVARETO, Arilson; KLEEB, Suzana; GALVANESE, Carolina; MAGALHÃES, Clarissa; SEIFER, Paulo; BUZATO, Heidi; MORALEZ, Rafael; CARDOSO, Ricardo. **Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil**. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FAVARETO, Arilson. **Agenda 2030 e os ODS no Brasil rural e interiorano – uma análise territorial e por grandes biomas**. In: PERAFÁN M. E. V; Sauer S. LEITE, A. Z. CANAVESI, Flaviane de C. e ÁVILA M. Lucio (org.). Desenvolvimento Territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022.

FARRELLY, Michael. **Contribuições da Agroecologia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 13 - n. 3, p. 79-83, setembro 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 47-71, 2004.

FAO. 2018. **Os 10 elementos da agroecologia que orientam a transição para alimentos e sistemas agrícolas sustentáveis.**

FAO. 2020. **TAPE:** Medindo o desempenho multidimensional da agroecologia. Disponível: <http://www.fao.org/sustainability/news/detail/es/c/1268757/>. Acesso: 30/03/2021.

FAO. 2019. **TAPE Tool for Agroecology Performance Evaluation 2019** – Process of development and guidelines for application. Test version. Rome.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003-2015): Análise a partir da Percepção de Mulheres Rurais e de Movimentos Sociais Mistos.** São Paulo: EDIFSP, 2021.

FISCHER, I., & Albuquerque, L. (2012). 139 - **A mulher e a emergência da seca do Nordeste do Brasil.**

FISCHER, Izaura Rufino. **O Estado e a questão feminina na reforma agrária. Ciência e Trópico.** Recife, v. 29, n. 2, p. 405-417, jul./dez, 2001.

FORNAZIER, Armando; PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. **Os Arranjos das Políticas Territoriais no Estado da Bahia.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR, v. 14, n. 5, p. 17-30, set-dez/2018, Taubaté, SP, Brasil.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow, *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica.* Para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp.231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.p.34-41.

GERMANI, Guiomar Inez. **Diversidade da Resistência Camponesa no Médio São Francisco.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/08.pdf>. Acesso 17/07/22

GLIESSMAN, S. R. et. al. **Agroecología:** promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Ecosistemas.** Espanha. v. 16, n. 1, p. 13-23. 2007.

GRISA, Catia e SCHNEIDER Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (organizadores). Políticas públicas de desenvolvimento

rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios** Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020

GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das mulheres.** Observatório da Cidadania, 2003/51.

HEREDIA, B. M. A. CINTRÃO, R. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Revista NERA (UNESP), v. Ano 9, 2006.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça.** Tempo Social, São Paulo, vol. 26, n. 1, pág. 61-73, 2014.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário2017** - resultados definitivos, Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>

IBGE. **Microdados da PNAD 2019.** Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostrade-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: novembro 2022.

IRPAA - Instituto Regional Da Pequena Agropecuária Apropriada. **Rede Mulher e Feira Agroecológica de Sento-Sé.** Caderno de casos Semiárido Brasileiro. Coleção de Experiências DAKI – Semiárido Vivo Junho/2022. Disponível https://semiaridovivo.org/wp-content/uploads/2022/08/DAKI_SAB_BA_4_REDE-MULHER_PT.pdf. Acesso 16/01/2023

IPEA. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)** / Editores: Alexandre de Ávila Gomide, Michelle Morais de Sá e Silva, Maria Antonieta Leopoldi. – Brasília, 2023

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta:** O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013

JALIL, Laeticia, et al. **Pesquisa caderneta agroecológica – nordeste** guia de campo. Comissão metodológica regional. Recife, 2018.

JALIL, Laeticia; SILVA, Luana Cristine; Oliveira, Jannah. **Caderneta agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e**

conservação da agrobiodiversidade. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, v. II, n. 15 (jul./dez. 2019). – Recife: EDUFRPE, 2019, p. 99 – 123.

JALIL, L., CARDOSO, E., RODY, T., OLIVEIRA, J, B, M. **As cadernetas agroecológicas e a construção do saber feminista.** In: Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021

JARA, O. **Para sistematizar experiências.** Tradução de: Maria Viviane V. Resende. 2 ed. revista – Brasília: MMA, 2006.

KETZER, P. **Como pensar uma Epistemologia Feminista?** Surgimento, repercussões e problematizações. p. 95–106, 2017.

KERGOAT, Danièle. **“Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”.** *Novos Estudos Cebrap*, 86: 93-103. 2010

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-7.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.** *Saúde e sociedade.* v.18, n.4, p.733-743, 2009.

KYRILLOS, Gabriela M. **“Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade”.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.

LEITE, Sergio P. **Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida?** *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, p. 227-254, 2020.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental.** *Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.*, Porto Alegre, v. 3, n.1, jan./mar. 2002.

LOPES NETO, Antônio Augusto; LOPES, Isabel; CARDOSO, Elisabeth; FEITAL, Auxiliadora. **Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer.** *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3. 2015a.

LOPES NETO, Antônio Augusto, FEITAL, Auxiliadora, LOPES Isabel de Luanda, ALMEIDA Angélica e TELLES Liliam. **Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia.** *Agriculturas*, v. 12 - n. 4, dezembro 2015b

LOPES, H.; PORTO, S. I.; MONTEIRO, D.; SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; e ALMEIDA, S. G. **Mercados territoriais no semiárido brasileiro**: trajetórias, efeitos e desafios. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA, Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022

LOURENÇO; Andreia Vigolo. **A importância da Pesquisa Qualitativa como ferramenta para os estudos sobre gestão ambiental**: reflexões a partir de análise no Porto do Rio Grande/RS, 2017.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007. 140p.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83

MEDEIROS, Rejane. **A luta contra a violência, as delegacias e as mulheres rurais**. In: ACTIONAID BRASIL e GRUPO DE TRABALHO DA ANA (org.). Mulheres e Agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Volume I, Rio de Janeiro, 2010.

MELO, H. P.; MORANDI, L. MORAES L. **Os cuidados no Brasil**: mercado de trabalho e percepções, (livro eletrônico), 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

MONTEIRO, D.; GUEDES, C. A. M. **Desenvolvimento rural no Sertão do São Francisco, Bahia**: uma interpretação a partir de trajetórias de famílias agricultoras do território. Artigo INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 22,n. 1, p. 83-102 Jan-Mar 2021 Disponível: <https://www.scielo.br/j/inter/a/5SBMLnfwhYFwydSrxWzPdFL/>. Acesso: 30/07/22

MONTEIRO, D. **AGROECOSSISTEMAS**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2022.

MOREIRA, N. R. **“Representação e identidade no feminismo negro brasileiro”** (artigo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 7 de agosto de 2006).

MUNIZ, M. M. P. **Igualdade de Gênero e Políticas Públicas para Mulheres**: A experiência da Rede de Mulheres de Remanso. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro-Bahia, 2018.

MUNIZ, M. M. P; SPINELE, A. C.; FREITAS, H. R. **Cadernetas Agroecológicas e Trabalho Feminino no Campo**: Produção, Geração de Renda e Conservação da Agrobiodiversidade em Comunidades Rurais do Sertão do São Francisco Baiano, Semiárido Brasileiro. 2020

NETO FERREIRA, P. S.; SANCHES, C. D.; MATTOS, C., MONTEIRO, D.; MARTINS, G., TELLES L.; SILVEIRA, L. e PETERSEN, P. **Método Lume [livro eletrônico]:** procedimentos e instrumentos para análise da sustentabilidade de agroecossistemas. -- Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. PDF.

NOBRE, M. N. P.; MIGUEL, M. M.; MORENO, R. FREITAS, Taís V. **Economia Feminista e Soberania Alimentar** – Avanços e desafios. Sempre viva Organização Feminista (SOF), 2014.

NOBRE, Miriam. **Cadernetas Agroecológicas como metodologia da economia feminista.** In Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

NUNES, Castro, César; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco:** histórico, diagnóstico e desafios. Brasília: IPEA, 2019. 366. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9351/1/Revitalizacao%20da%20bacia%20hidrografica%20do%20rio%20s%C3%A3o%20francisco.pdf>.

ONU / BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acesso: 23/01/2021.

OLIVEIRA, J. S. **Política de Desenvolvimento Territorial:** a experiência do Território do Sertão do São Francisco. Petrolina – PE, 2017.

OUTRAS PALAVRAS. **Caminhos para uma política pública do Cuidado.** disponível: <https://outraspalavras.net/feminismos/caminhos-para-uma-politica-publica-do-cuidado/>. Publicado 06/06/2023, acessado no dia 30/06/2023

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres.** Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PEREZ-MARIN, Aldrin Martin; FERNANDES, Pedro Dantas; ANDRADE, Albericio Pereira; COSTA, Roberto Germano; e MENEZES, Rômulo Simões César. **Desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro.** Ed. Esp. Brasília- DF. V. 15 nº31 p. 47-60 jul. Dez, 2010.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação:** pressupostos epistemológicos e metodológicos. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003

PETERSEN, P.; DIAS, A. (ORG.). **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. Rio de Janeiro: Grafici, 2007.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. M.; FERNANDES, G. B.; ALMEIDA, S. G. de. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246 p.

PETERSEN, Paulo, SILVEIRA, Luciano, FERNANDES, Gabriel Bianconi, ALMEIDA, Silvio Gomes. **Método de análise econômico: ecológico de agroecossistemas**. ed. Rio de Janeiro: AS.PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.

PETERSEN, P., MONTEIRO, D., DEL ARCO, C, MATTOS C, TELLES, L, SILVEIRA, L. e FERREIRA NETO P. S. **Luzes no Sertão: Trajetórias de Emancipação Social na Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia - Efeitos do Projeto Pró-Semiárido segundo o método Lume**. Edição 03. Ano 03. março/2022

PINTO, Célia Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-2.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274, 2008

PONTES, Emilio. A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido: o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 14-21, jan. / jul. 2013.

PONTES, T. M.; CAMPOS, H. L. Convivência com o semiárido: potencialidades, limitações e ações. *Breves contribuciones del I.E.G., Argentina*, v. 28, n. 24, p.193-212, 2013.

PULEO, Alicia. Feminismo y Ecología. *El Ecologista*, n.31, verano 2002, p.36-39
RAGO, Margareth. (1998), "**Epistemologia feminista, gênero e história**, In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

REIS, José Newton Pires. **A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro**. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista/BA, vol. 16, nº 27, ano 16, p. 21-38, jan/jun 2019.

RIOS, P. P. S. BASTOS, A. S.; BARROS, E. R. **Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada**. *Revista Ouricuri*, 5 (2), p. 1-17, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **FEMINISMO NEGRO PARA UM NOVO MARCO CIVILIZATÓRIO: Uma perspectiva brasileira**. SUR - - Revista Internacional de Direitos Humanos, - v.13 n.24, 99 - 104 | 2016

RIOS, Flavia, PEREZ, Olivia, RICOLDI, Arlene. **Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais do Feminismo, 2013 <. <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>

SABOURIN, Eric. **Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul**. In: PERAFÁN M. E. V; Sauer S. LEITE, A. Z. CANAVESI, Flaviane de C. e ÁVILA M. Lucio (org.). Desenvolvimento Territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022.

SABOURIN, Erié. **Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: Conceitos, Estratégias e Atores**. In: Sabourin Eric (ed.), Teixeira Olívio Alberto (ed.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências. Petrolina: EMBRAPA, 2002. p. 21-37.

SABOURIN, Eric; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo; PEREIRA LEITE, Sergio; MILHORANCE, Carolina; DAMASCENO FERREIRA, Ângela; SAUER, Sérgio; ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. **Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil**. Cahiers Agricultures, v. 29 31, p. 2-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/cagri/2020029>

SABOURIN E, Grisa C. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Ed. Escritos. 2018.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade** – Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SABOURIN, E., PETERSEN, P. F., & SILVEIRA, L. M. da. (2018). **Redes de cooperação da agricultura familiar e do desenvolvimento rural local no Agreste paraibano (Brasil)**.

SALVARO Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. **Lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades**. Psicologia & Sociedade; 25(1): 79-89, 2013

SCHMITT, C. J.; PORTO, S. I.; LOPES, H. R.; LONDRES, F.; MONTEIRO, D.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. (org.) Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia — ANA, 2020. 304 p.

SCHMITT, C. J. **Redes, atores e desenvolvimento rural**: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. Sociologias, [S. l.], v. 13, n. 27, 2011. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22438>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SCHERER-WARREN, I. **REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA** - caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, 21(54). p. 505-517, set /dez, 2008

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. **Ensaio para Uma abordagem Territorial da Ruralidade**: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 109-135, 2004.

Schneider Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Série FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/396.pdf>

SEI. **Perfil dos Territórios de Identidade** / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).

SILVA, C. B. DE C. e SCHNEIDER, S. **Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207.

SIQUEIRA, Ruben. **Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano**: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco. *EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF*. Volume 5, número 2, 2017, Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano.

SIMIONI, Flávio José. **DETERMINANTES DA RENDA FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL: UMA REVISÃO**. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 15, núm. 3, 2013, pp. 397-410 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87829736008>. Acesso 31/03/2023

SOUZA; CASTRO; Mauricélia; Emanuela SANTOS; Graciete. **Mulheres na Caatinga semeando saberes e justiça**. In: *Restauração na Caatinga*, Flávia de Barros Prado Moura; José Vieira Silva (Org.). 2. ed. rev. e amp. – Maceió, AL: EDUFAL; 2021. p.180-200.

SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais. <http://www.sasop.org.br>.

SALAZAR, L.F., Nobre, C.A., Oyama, M.D., 2007. **Climate change consequences on the biome distribution in tropical South América**. *Geophysical Research Letters* 34, 1-6.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** X Encontro da REDOR (NEIM/UFBA, Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001)

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1991.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. disponível: https://docs.google.com/document/d/1AUups6_qQGKQ_2qB7z_bTAFECnY91--/edit#. acesso:03/04/2022

SEI. Perfil dos Territórios de Identidade / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3)

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Gênero:** meio ambiente, agricultura e áreas rurais. Construindo capacidades em Segurança Alimentar no Brasil. **Curso Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional** Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CPDA/UFRRJ. 2004.

SILIPRANDI, Emma. **Feminismos, Movimentos de Mulheres e Políticas de SAN.** Curso Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional: Construindo capacidades em Segurança Alimentar no Brasil. Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CPDA/UFRRJ. 2004

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO Rosângela. **Mulheres Rurais e Políticas Públicas no Brasil:** abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (organizadores). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 571-616

SILVA, Jaqueline Santos; Muniz, Marcia Maria Pereira; ARAÚJO, Eduardo Rodrigues. **Cadernetas agroecológicas:** Uma metodologia de monitoramento para valorização do trabalho e autonomia das mulheres. In: Caderneta agroecológica: a revolução silenciosa dos guardiões da agrobiodiversidade, 1ª edição. Feira de Santana, BA: Governo do Estado da Bahia, 2021.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas:** combate à seca e convivência com o semiárido. *Soc. estado*. 2003, vol.18, n.1-2, pp.361-385.

SILVA, Uilma Maíra Queiroz. **Viúvas da seca: as relações de gênero no sertão**. X Encontro Estadual, História e Contemporaneidade, ANPUH, Pernambuco. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/Eis/35/1401422518_ARQUIVO_VIUVA_ASDASECA-ASRELACOESDEGENERONOSERTAO.pdf . Acesso em: 22/03/2021.

SILVA Carmen S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Resolução N°107/2007. Recife, 2017

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Ministério do Desenvolvimento Regional. Planejamento. Delimitação do Semiárido. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em março de 2021.

TARTARUGA, Iván G. Peyré; SPEROTTO, Fernanda Queiroz. **Políticas de inovação inclusiva, digitalização e desenvolvimento territorial em sistemas agroalimentares: os desafios para a agricultura familiar à luz da sustentabilidade**. In: PERAFÁN M. E. V; Sauer S. LEITE, A. Z. CANAVESI, Flaviane de C. e ÁVILA M. Lucio (org.). Desenvolvimento Territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022.

TELLES, Liliam; ALVARENGA Camila. **As cadernetas agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil**. In: Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

TELLES, L., JALIL, L., CARDOSO E., ALVARENGA C. R. **Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil**. In: ZULUAGA SÁNCHEZ, G.; CATARACORA-VARGAS, G.; SILIPRANDI, E. (coords.). Agroecología en femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz: SOCLA / CLACSO, 2018. p. 141-157

TESSER, Gelson João. (1994), "**Principais linhas epistemológicas contemporâneas**". Educar em Revista. n° 10, Curitiba, jan-dez.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
TRONTO, J. Assistência democrática e democracias assistenciais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

VILLA, Marco Antônio. Vida e morte no sertão: **História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática. 2000.

VANDERLEI, Renato Soares; MOURA, Flávia de Barros Prado. **Desafios para a restauração de terras secas**. Restauração na Caatinga Flávia de Barros Prado Moura | José Vieira Silva (Org.), –2. ed. rev., e amp. – Maceió, AL: EDUFAL; 2021. p.27- 43.

WILLIAMS Priscila. **Epistemologia e Feminismo**. REVISTA TRÊS [• • •] PONTOS, 13.1 - Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero, 2017.

WEITZMAN, R.; TELLES, L.; ALVARENGA C.; CARDOSO, E.; JALIL, L.; MARTINS, A. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

WEITZMAN, R; SCHOTTZ, V. PACHECO, M. E. L. **Mulheres construindo a agroecologia**: caminhos para a Soberania e segurança alimentar e nutricional. In Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

YOUNG, Lorraine Kerslake. Entrevista con Alicia Puleo: **Reflexiones sobre el Ecofeminismo**. Revista del Centro de Estudios sobre la Mujer de la Universidad de Alicante Número 22, diciembre de 2013, pp. 47-56

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. **A singularidade do rural brasileiro**: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: < [http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie – DRS – vol -21.pdf](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie%20DRS%20vol%20-21.pdf) > Acesso em: 03/11/2022

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste; por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília, EMBRAPA, 2002. p. 39-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 87-145, 2000

APÊNDICES

APÊNDICE I

Roteiro de entrevista para ser aplicado às lideranças da Rede de Mulheres

Município

1. Nome, idade, número de filhos/as, escolaridade, estado civil, se sempre morou na zona rural, cor, o que produz e como produz.
2. Como se deu o processo de entrada na Rede de Mulheres, lembra o ano que começaram a participar das ações da Rede
3. Número de mulheres que a rede municipal mobiliza: Membros do grupo (perfil, número de mulheres, idade, escolaridade, número de filhos, estado civil, evasão, crescimento, etc.)

Comunidades	Número	Principais atividades produtivas	Experiências de transição agroecológicas protagonizadas por mulheres
Comunidades rurais			
Área urbana			
Comunidades de Fundo de pasto			
Pescadores artesanais			
Área urbana			

4. Como a agroecologia vem contribuindo para superar as desigualdades de gênero?
5. No processo de produção agroecológica quais são os avanços e os desafios enfrentados pelas mulheres
6. Qual o papel da Rede em sua vida, e qual a contribuição da Rede Regional

7. Que outros espaços as mulheres participam (sindicato, partido político, associação, igreja, conselhos, etc)
8. No seu município quem colabora com o trabalho da Rede de Mulheres

Acesso a Mercados

9. Locais que as mulheres comercializam seus produtos

Feira Agroecológica

Feira convencional

Venda em casa,

Venda na comunidade

Mercados Institucionais: PAA, PNAE

10. Principais Políticas públicas acessadas pelas mulheres

Tipo de Política	Acessa atualmente	Já acessou, mas não acessa mais	Quem cuida do dinheiro é a própria agricultura?
PRONAF - Qual?			
Pronaf Mulher			
ATER - Qual?			
Aposentadoria rural			
Bolsa Família			
Biodiesel			
Garantia Safra			
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais			
PROINF – Apoio e ações de infraestrutura e serviços			
PGPM – Programa de Garantia de Preço Mínimo			

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos			
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar			
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural			
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural			
PNCF – Crédito Fundiário			
Programa de Cisterna Primeira Água			
Programa de Cisterna Segunda Água			
PRONATEC			
Salário Maternidade			
Previdência			
Seguro Defeso			
Brasil Sem Miséria - BSM			
Bolsa Verde			
Benefício de Prestação Continuada (BPC)			
Projeto Viva o Semiárido			
Programa fomento rural			
Projeto Pró-Semiárido			
Outras			

11. Essas políticas têm contribuindo para fortalecer as experiências de convivência com o semiárido e para a superação das desigualdades de gênero? De que forma?
12. Você identifica algum projeto de mineração, energia eólica ou outro em seu município, se sim qual o impacto desse projeto no seu município e principalmente na vida das mulheres
13. Você se considera feminista? Para você, o que é ser feminista?
14. A sua vida mudou depois que você começou a participar da Rede de Mulheres? Se sim, como?

APÊNDICE II

Entrevistas com as animadoras da Rede de Mulheres

1. Nome
2. Idade
3. Número de filhos/as
4. Escolaridade
5. Estado civil
6. Reside na zona rural ou urbana (tempo)
7. Cor
8. O que produz como produz.
9. Falar sobre sua trajetória e como se deu sua participação da Rede, tem um grupo de mulher na sua comunidade, como esse grupo se organiza e quem participa
11. Você se considera uma agricultora agroecológica?
12. Você se considera feminista? Para você, o que é ser feminista?

13. A sua produção contribui na renda da família e qual a contribuição com a segurança alimentar da família
14. Como se dar a comercialização de sua produção, quais são os espaços que você comercializa
15. Quando você começou a perceber as desigualdades, por conta da sua condição de ser mulher (complementar se for negra),
16. Como se dar a divisão do trabalho doméstico em casa
17. Quais as dificuldades encontradas pela sua condição de ser mulher
18. Quais os avanços que já ocorreram na sua vida
19. Acessou alguma Política Pública (quais)
20. O que você deseja para o futuro